



RELATÓRIO

ESTATÍSTICO DE 2008



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TJSC / 2008

DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
Presidente



APRESENTAÇÃO



■ PRESIDÊNCIA

A partir de 1º de fevereiro deste ano, data em que ocorreu a posse da atual administração, alterações significativas foram introduzidas no primeiro e segundo graus do Judiciário Estadual.

Exemplo marcante dessa nova fase é o Conselho de Gestão, Modernização e Políticas Pública e Institucional, integrado por Desembargadores e dois Juízes de Direito, inteiramente vinculado ao Tribunal Pleno, que, à exceção do Presidente, escolhe os seus membros. Nesse contexto, cabe ressaltar a participação de juízes de primeiro grau na cúpula do Poder. Trata-se de enorme inovação, que contempla, com voz e voto, as aspirações dos magistrados que mais proximamente sentem os problemas da população junto aos fóruns. A finalidade do Conselho é colaborar na formulação da agenda pública, de discussão das questões direta ou indiretamente ligadas à Justiça, Segurança Pública e aos direitos da Cidadania, e na definição da agenda institucional, relativa a ações concretas para a melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços judiciários e afins, voltadas para uma gestão pública de qualidade e de resultados, com ênfase no cidadão catarinense, visando ao bem comum; emitir parecer prévio, quando

solicitado pelo Tribunal Pleno, sobre a proposta orçamentária anual e sobre os pedidos de abertura de créditos adicionais e especiais, submetidos a sua apreciação pelo Presidente do Tribunal; acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados, bem assim o cumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Judiciário na lei de diretrizes orçamentárias; criar comissões e subcomissões de estudos, propostas e ações no campo da Justiça, da segurança pública, da cidadania e de outros assuntos que lhe forem pertinentes; desenvolver estudos na área do planejamento estratégico, com a participação ativa dos servidores, juízes e órgãos da administração, ouvidos a associação de classe da magistratura e o sindicato dos servidores, para a apresentação de planos e metas de gestão e geração de programas de avaliação institucional, objetivando o aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como maior acesso à Justiça; elaborar programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira do Poder Judiciário, propondo suas metas; exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno (Ato Regimental nº 87/2008). Recentemente, em face do Ato

PRESIDÊNCIA

Regimental nº 92/08-TJ, passaram a integrá-lo os Presidentes dos Fundos de Reaparelhamento da Justiça e do Sistema de Conta única. A Resolução nº 28/08-GP, vinculou a esse órgão a Assessoria de Planejamento (ASPLAN), estabelecendo também que a Coordenadoria de Controle Interno, até o dia 05 do mês subsequente, apresente objetivo relatório de suas atividades. Na área de contratos e convênios, à unanimidade, o Conselho decidiu que todos os aditamentos, prorrogações ou renovações de contratos e convênios de custo anual superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), envolvendo qualquer órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, devem-lhe ser submetidos com antecedência mínima de 60 dias, para posterior formalização, salvo casos de urgência excepcionados pelo próprio Conselho (Resolução nº 01/08 - CG, alterada pela Resolução nº 02/08 - CG). Com essas providências os seus membros têm informações adequadas para o exercício de suas atividades, que representam um novo conceito administrativo de autogoverno do Poder Judiciário.

Para concretizar o disposto no art. 125, parágrafo 6º, da Constituição Federal, que prevê a descentralização do segundo grau, o

Pleno do Tribunal de Justiça, após aprofundados estudos, instituiu pela primeira vez no país uma Câmara Regional Especial, com sede em Chapecó, em regime experimental de 12 meses. O órgão pioneiro, composto por três Desembargadores voluntários, abrange 27 comarcas do Oeste e Extremo Oeste. Sua competência é restrita a matérias específicas, objeto do Ato Regimental nº 91/08-TJ e da Resolução nº 38/08-TJ.

A Lei Complementar nº 425/08, criou mais 06 cargos de Juízes de Direito de Segundo Grau, sendo 02 para terem exercício naquele novo órgão judiciário, e os demais a serem lotados no Tribunal de Justiça. É que, com a extinção das férias coletivas, há imperiosa urgência, inclusive para ser instituído também regime de cooperação na Câmara Especial de Agravos de Instrumento.

Importantíssimo aspecto diz respeito à extinção da entrância intermediária, antigo anseio da magistratura de primeiro grau, que objetivou compatibilizar a estrutura judiciária com a importância socioeconômica dos dezoito municípios-sedes das comarcas do nível extinto, e possibilitar maior tempo de fixação dos magistrados nas comunidades.

PRESIDÊNCIA

Desse modo, em decorrência da Lei Complementar nº 413/08 e da Resolução nº 16/08-TJ, passou a carreira no Estado a ter cinco patamares (juiz substituto, juiz de entrância inicial, juiz de entrância final, juiz de entrância especial e desembargador), circunstância que obviou as distorções criadas pela Lei Complementar nº 160/97, ao desvincular a categoria do juiz da categoria da comarca, permitindo que juízes com cargos de entrância mais elevada ocupassem postos em comarcas de menor entrância.

Notável impulso ganhou a carreira da magistratura, cujos números expressam o empenho do Tribunal Pleno em prover rápida e adequadamente os cargos vagos, para que as atividades judicantes ganhassem em agilidade. Foram promovidos três desembargadores e removidos dois juízes de segundo grau; com previsão de mais seis destes cargos para janeiro de 2009, sendo dois lotados na Câmara Especial Regional de Chapecó, conforme observado acima. No primeiro grau, fazendo-se publicar conjuntamente os editais de opção e promoção, conseguiu-se atingir um nível elevado de movimentação na carreira. Assim, ocorreram quarenta (40) promoções por merecimento, quarenta e três (43) por

antiguidade, e vinte e três (23) remoções. Além disso, foram nomeados e empossados vinte e cinco (25) novos juízes substitutos.

No ano passado, desenvolveu-se intensa atividade legislativa com a apresentação de 17 projetos ao Parlamento de Santa Catarina, os quais contaram com o inestimável respaldo dos senhores Deputados. As propostas objetivaram, precipuamente, reestruturar e aprimorar o Poder Judiciário. Dentre elas destacam-se: a já mencionada Lei Complementar nº 413/08, que extinguiu os cargos de juiz de entrância intermediária; Lei Complementar nº 408/08, que majorou ajuda de custo às Escrivanias de Paz; Lei Complementar nº 410/08, que criou 115 cargos de técnicos judiciários auxiliares; Lei Complementar nº 414/08, que transformou 47 cargos de juízes; Lei Complementar nº 415/08, que regionalizou os concursos públicos para cargos administrativos do Tribunal e reintroduziu o interstício para remoção de servidores; Lei Complementar nº 418/08, que instituiu o critério da antiguidade na remoção de todos magistrados e a quinta parte mais antiga no concurso de remoção para juiz de direito de segundo grau; Lei Complementar nº 423/08, que previu a alternância nas funções de juízes assessores e corregedores junto ao

■ PRESIDÊNCIA

Tribunal de Justiça; Lei Complementar nº 425/08, que criou seis cargos de juiz de direito de segundo, sendo dois para a Câmara Regional de Chapecó, além de mais 144 cargos de técnicos judiciários auxiliares; Lei Complementar nº 426/08, que consolidou a divisão e a organização judiciárias de inúmeras comarcas no Estado; Lei Complementar nº 428/08, que disciplinou a substituição preferencial da chefia de cartório e da chefia da secretaria do foro; Lei Complementar nº 429/08, que regulamentou a gratuidade dos serviços extrajudiciais.

Além disso, várias leis ordinárias cuidaram do patrimônio imobiliário do Tribunal, como, por exemplo, a permuta ou alienação de imóveis em Brusque, Balneário Camboriú e Palhoça.

A referida lei complementar nº 426/08 também criou, dentre outras, unidades jurisdicionais em Blumenau (duas varas), Capital (quatro varas), Chapecó (duas varas), Criciúma (uma vara), Joinville (quatro varas), Palhoça (duas varas), além de uma vara nas seguintes comarcas: Concórdia, Curitibanos, Mafra, Porto União, Rio Negrinho, São José, Içara, Maravilha, Navegantes e Xaxim. Por outro vértice, a Resolução nº 44/08-TJ,

instalou a comarca de Meleiro, no sul do Estado. Paralelamente, foram instaladas diversas unidades, por exemplo, as Varas da Família, Infância e Juventude nas comarcas de Araranguá, Palhoça e a 2ª, com a mesma competência, em São José. Foram contempladas com varas criminais as comarcas de Canoinhas, São Bento do Sul, Caçador, São Miguel do Oeste, Blumenau e Itajaí.

Inaugurados foram os prédios dos Fóruns de Piçarras, Catanduvas, São Domingos Pinhalzinho, iniciados na administração anterior, e o Fórum Des. Eduardo Luz, no antigo prédio do Palácio do Governo na Praça Tancredo Neves, que abrigará duas Varas de Família, Varas do Juizado Especial Cível e Criminal, além da Auditoria Militar Estadual. Inaugurou-se, também, o Fórum Municipal–Casa da Cidadania de Rio das Antas, município pertencente à comarca de Caçador. As construções do novo Fórum de Palhoça e do Fórum Municipal–Casa da Cidadania de Piratuba, foram iniciadas, estando as obras em fase adiantada.

No dia 11 de novembro próximo passado, sob a coordenação dos Drs. Felipe Locke Cavalcanti e Joaquim Falcão, o Conselho Nacional de Justiça distinguiu nosso Tribunal

■ PRESIDÊNCIA

com a realização do Encontro Regional do Judiciário, visando a integrar as boas práticas das Justiças Estaduais, Federal, Trabalhista e Eleitoral de Santa Catarina, Paraná e Goiás.

A reformulação da Academia Judicial era indispensável, inclusive para compatibilizá-la à Resolução nº 01/2007, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM-STJ), a qual estabeleceu o curso de formação para ingresso na carreira da magistratura, com carga horária mínima de 480 horas-aula em quatro meses, como a última etapa do respectivo concurso, sendo a primeira instituição no Brasil a cumpri-la. Prosseguiu a Academia Judicial na realização de diversos cursos de aperfeiçoamento de magistrados e servidores, que pormenorizadamente estão descrito no anexo.

De outro vértice, a reestruturação do conselho de tecnologia da informação (cginfo) foi também indispensável para atender à necessidade de expansão do SAJ (Sistema de Automação Judiciária), do SAG (Sistema de Automação de Gabinete dos Desembargadores e Juízes de Direito de Segundo Grau), e o peticionamento eletrônico, implantado em todas as comarcas. Isto foi possível com a compra de 2.200 novos

computadores de última geração, e o fortalecimento da equipe de servidores, ampliando, assim, o quadro próprio. Equipe de Juízes de Direito, quinzenalmente, tem encontro técnico visando à substituição da mídia papel pela eletrônica. Resultado deste trabalho é a conclusão do procedimento do Juizado Especial Cível, estando pronto, por outro lado, o procedimento da Ação de Execução Fiscal e respectivo Embargos do executado. Importante igualmente foi a iniciativa do Conselho de Tecnologia da Informação (CGINFO) de reunir no primeiro semestre, nesta Capital, magistrados e técnicos dos Tribunais de Justiça de vários Estados que utilizam o sistema da empresa Softplan para troca de experiências na implantação das tabelas processuais unificadas, programa desenvolvido pelo CNJ.

O Núcleo de Conciliação de Segundo Grau desenvolveu notável expansão, com o incremento de expressivo número de apelações e composições positivas. O mesmo pode ser afirmado da Coordenadoria dos Juizados Especiais, a qual, em trabalho conjunto com a Academia Judicial, reuniu nesta Capital os titulares de Varas do Juizado Especial e os membros das Turmas de Recursos, objetivando debater temas da

■ PRESIDÊNCIA

atualidade e fixar posições interpretativas. No segundo semestre, foram realizados os Fóruns Estadual e, posteriormente, o Nacional dos Juizados Especiais. A instalação de Postos de Atendimento e Conciliação persistiu em diversos pontos do território catarinense.

Dispondo o art. 3º, § 1º, X, da Lei Complementar Estadual nº 339/06, que os municípios que não sejam sedes de comarca são considerados comarcas não-instaladas, aprovou o Tribunal Pleno a Resolução nº 07/08-TJ, criando o Fórum Municipal junto à Casa da Cidadania, possibilitando, assim, a par dos serviços comunitários já disponibilizados, a presença do Juizado Especial, inicialmente Cível, sob a supervisão de Juiz de Direito da respectiva comarca. A necessidade de cuidadosa implementação, permitiu a instalação apenas em Guabiruba, município da comarca de Brusque, Canelinha, município da comarca de Tijucas, em São João do Sul, município da comarca de Santa Rosa do Sul, e em Nova Trento, pertencente à comarca de São João Batista. No mês de janeiro de 2009 instalou-se, em prédio próprio edificado pelo Poder Judiciário, o Fórum Municipal-Casa da Cidadania no município de Rio das Antas, comarca de Caçador.

Com a realização do i encontro Semestral de Diretores de Foro, em 15/08/08, consagrou-se um canal direto de diálogo com os juízes de primeiro grau no campo administrativo, com intuito de atualizá-los em relação às medidas adotadas pela Direção do Tribunal, inclusive sobre os desdobramentos da carreira, para que, posteriormente, difundam as iniciativas aos demais juízes e servidores das respectivas comarcas.

Relevante consignar que o Tribunal Pleno reconheceu, em sessões administrativas, vários direitos dos magistrados e servidores, que foram implementados no decorrer do ano de 2008.

A Resolução nº 17/08-GP, cumprindo a Lei Complementar Estadual nº 406/08, definiu as atribuições dos analistas jurídico e administrativo, ex-escrivães judiciais e ex-secretários do foro. A urgência de elevar o número de técnicos judiciários auxiliares (TJAs), diante do notável crescimento do serviço, resultou na Lei Complementar nº 410/08, criando 115 cargos, e na Lei Complementar nº 425/08, de 16 dezembro deste ano, com já enfatizado mais 144 cargos, para serem nomeados em 2009/2010. Aliás, nesse passo a Lei Complementar nº 415/08, que restabeleceu o interstício de remoção

■ PRESIDÊNCIA

para o servidor, evitando a sua constante movimentação, com sério prejuízo a regularidade do serviço, e restituiu a regionalização dos concursos, para assegurar maior eficiência na seleção de candidatos.

Por meio de recentes resoluções, o Tribunal Pleno tratou da criação do Conselho Gestor dos Documentos Arquivísticos, da disciplina da coleta e descarte de resíduos sólidos, e da regulamentação para a posse e exoneração nos cargos comissionados.

É valioso destacar a reformulação do espaço da Diretoria Judiciária do Tribunal de Justiça, e a entrega de nova área, com mais 258m². A reforma da Torre I do edifício sede da Corte foi acelerada, mais ainda não concluída, sendo ocupados novos gabinetes para Desembargadores e para Juízes de Direito de Segundo Grau.

Proporcionalmente, com as recentes nomeações após concurso público, o Poder Judiciário Catarinense é, no contexto da federação, aquele que ostenta o maior número de Assistentes Sociais. Diante de singularidades, para esses novos servidores foi realizado certame de qualificação específica para o desempenho de suas funções.

Exercendo o disposto no art. 18, § 4º, da lei complementar nº 90/93, com a redação da lei complementar nº 310/05, do Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos, o Tribunal Pleno reconheceu na data-base prevista e autorizou o pagamento das perdas da inflação dos servidores relativas a 2006,2007, até maio de 2008.

Ainda, torna-se imperioso reconhecer o desempenho essencial que teve o Tribunal Pleno, pela totalidade de seus ilustres Desembargadores, na adoção das inúmeras medidas de aprimoramento do Poder Judiciário.

Por derradeiro, devem ser expressados sinceros agradecimentos a todos os magistrados, servidores, membros do Ministério Público e integrantes da OAB/SC que colaboraram com a atual gestão, a qual buscou, no limite de suas possibilidades, contribuir para manter sempre altaneiro o nome da Justiça Catarinense.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL | 17 |
| PRESIDÊNCIA | 25 |
| Coordenadoria de Magistrados | 27 |
| Assessoria de Imprensa | 37 |
| Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial | 43 |
| Assessoria de Planejamento | 53 |
| Auditoria Interna | 59 |
| Casa Militar | 65 |
| Ouvidoria dos Servidores | 71 |
| Ouvidoria Judicial | 77 |
| Programa de Implantação de Serviços e de Capacitação de Servidores | 85 |
| Anexos | 95 |
| 1ª VICE-PRESIDÊNCIA | 107 |
| 2ª VICE-PRESIDÊNCIA | 113 |
| 3ª VICE-PRESIDÊNCIA | 119 |
| CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA | 123 |
| ACADEMIA JUDICIAL | 181 |
| DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA | 191 |
| Diretoria Judiciária | 203 |
| Diretoria de Documentação e Informações | 241 |
| DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA | 263 |
| Diretoria de Engenharia e Arquitetura | 267 |
| Diretoria de Informática | 275 |
| Diretoria de Infra-Estrutura | 301 |
| Diretoria de Material e Patrimônio | 315 |
| Diretoria de Orçamento e Finanças | 321 |
| Diretoria de Recursos Humanos | 345 |
| Diretoria de Saúde | 351 |
| JUSTIÇA MILITAR | 361 |



COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL



DESEMBARGADORES

- Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Presidente
- Des. Alcides dos Santos Aguiar
Primeiro Vice-Presidente
Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva
Des. Carlos Prudêncio
- Des. José Gaspar Rubik
Vice-Corregedor-Geral da Justiça
Des. Pedro Manoel Abreu
- Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça
Des. João Eduardo Souza Varella
Des. Cláudio Barreto Dutra
Des. Newton Trisotto
Des. Sérgio Torres Paladino
Des. Solon d'Eça Neves
Des. José Mazoni Ferreira
- Des. Volnei Ivo Carlin
Segundo Vice-Presidente
Des. Irineu João da Silva
Des. Luiz César Medeiros
Des. Vanderlei Romer
Des. Eládio Torret Rocha
Des. Wilson Augusto do Nascimento
- Des. Nelson J. Schaefer Martins
Terceiro Vice-Presidente
Des. José Volpato de Souza
Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
- Des. Antônio do Rêgo Monteiro Rocha
Des. Fernando Carioni
Des. José Antônio Torres Marques
Des. Luiz Carlos Freyesleben
Des. Rui Francisco Barreiros Fortes
Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
Des. Marcus Túlio Sartorato
Des. César Augusto Mimoso Ruiz Abreu
Des. Salete Silva Sommariva
Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes
Des. Salim Schead dos Santos
Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta
Des. Edson Nelson Ubaldo
Des. Cid José Goulart Júnior
Des. Hilton Cunha Júnior
Des. Jaime Ramos
Des. Alexandre d'Ivanenko
Des. Newton Janke
Des. Lédio Rosa de Andrade
Des. Moacyr de Moraes Lima Filho
Des. Jorge Henrique Schaefer Martins
Des. Marli Mosimann Vargas
Des. Sérgio Izidoro Heil
Des. José Carlos Carstens Köhler
Des. João Henrique Blasi
Des. Jorge Luiz de Borba
Des. Victor José Sebem Ferreira
Des. Rejane Andersen

JUÍZES DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU

Juíza Sônia Maria Schmitz

Juiz Túlio José Moura Pinheiro

Juiz Ronaldo Moritz Martins da Silva

Juiz Jânio de Souza Machado

Juiz Jaime Luiz Vicari

Juiz Paulo Roberto Camargo Costa

Juiz Joel Dias Figueira Júnior

Juiz Henry Goy Petry Júnior

Juiz Roberto Lucas Pacheco

Juiz Rodrigo Antônio da Cunha

Juiz José Inácio Schaefer

Juiz Ricardo José Roesler

Juiz Domingos Paludo

Juiz Paulo Roberto Sartorato

Juiz Robson Luz Varella

Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva

Juiz Cláudio Valdyr Helfenstein

Juiz Carlos Alberto Civinski

CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Presidente

Des. Newton Trisotto

Des. Luiz César Medeiros

Des. José Volpato de Souza
*Presidente do Conselho do Fundo de Reparamento
da Justiça – FRJ*

Des. Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu

Des. Salete Silva Sommariva
*Presidente do Conselho de Administração do Sistema
Financeiro da Conta Única de Depósitos*

Des. Ricardo Orofino da Luz Fontes

Des. Alexandre d'Ivanenko

Des. Lédio Rosa de Andrade

Des. Jorge Henrique Schaefer Martins

Des. João Henrique Blasi

Juiz José Agenor de Aragão

Juiz Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
Presidente

Des. Alcides dos Santos Aguiar
Primeiro Vice-Presidente

Des. José Gaspar Rubik
Vice-Corregedor-Geral da Justiça

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Volnei Ivo Carlin
Segundo Vice-Presidente

Des. Nelson Juliano Schaefer Martins
Terceiro Vice-Presidente

Des. José Volpato de Souza

Des. Fernando Carioni

Des. José Antônio Torres Marques

Des. Luiz Carlos Freyesleben

Des. Rui Francisco Barreiros Fortes

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
DA CONTA ÚNICA DE DEPÓSITOS**

Des. Salete Silva Sommariva
Presidente

Des. Sérgio Izidoro Heil

Juiz Luiz Neri Oliveira de Souza

Suzete Opilhar

Zenaide Teresinha Irber

CONSELHO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

Des. José Volpato de Souza
Presidente

Des. Marcus Túlio Sartorato
Vice-Presidente

Zenaide Teresinha Irber
Diretora de Orçamento e Finanças

Dr. Gladys Afonso
Representante do Ministério Público

Dr. Paulo Marcondes Brincas
Representante da OAB

CONSELHO GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGINFO

Des. Vanderlei Romer

Presidente

Juiz Ricardo José Roesler

Coordenador

Juiz Dinart Francisco Machado

Juiz Luís Felipe Canever

Juiz Márcio Schiefler Fontes

Juiz André Alexandre Happke

Christiano Oliveira Carioni

Suzete Opilhar

Giovanni Moresco

João Luiz Martelli Moreira

CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho

Presidente

Des. Alcides dos Santos Aguiar

Primeiro Vice-Presidente

Des. José Trindade dos Santos

Corregedor-Geral da Justiça

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Coordenador dos Juizados Especiais

Des. Marcus Túlio Sartorato

Presidente do Núcleo de Conciliação do 2º Grau

Juiz Luiz Neri Oliveira de Souza

Coordenador de Magistrados

Juíza Maria Terezinha Mendonça de Oliveira

Presidente da 1ª Turma de Recursos

Juíza Janice Goulart Garcia Ubialli

Juiz Vitoraldo Bridi

Juiz Joarez Rusch

Procurador Francisco José Fabiano

Representante da Procuradoria-Geral de Justiça

Dra. Ângela Regina da Cunha Leal

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil/SC

■ NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DO TJSC

Des. Marcus Tulio Sartorato
Presidente

Des. Carlos Alberto Silveira Lenzi
Coordenador

Dr. Carlos Boabaid Filho
Conciliador Honorário

Dr. Eleazar Miguel do Nascimento
Conciliador Honorário

Dr. Fernando Luiz Soares de Carvalho
Conciliador Honorário

Dr. Miguel Hermínio Daux
Conciliador Honorário

Dr. Plínio Bueno
Conciliador Honorário

Sr. Roger Bernardo Colossi
Gerente do Projeto

Sra. Francine Vieira Tolotte - *Auxiliar*

■ CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

Des. Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho –
Presidente

Des. José Trindade dos Santos
Corregedor-Geral da Justiça

Des. Sérgio Roberto Baasch Luz
Diretor Executivo da Academia Judicial

Des. Salim Schead dos Santos
Vice-Diretor Executivo da Academia Judicial

Des. Jaime Ramos
Coordenador Pedagógico da Academia Judicial

Des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi
*Coordenador Pedagógico da Escola de Serviços
Judiciários*

■ COORDENADOR DE MAGISTRADOS

Juiz Luiz Neri Oliveira de Souza

■ JUIZ ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Juiz Gerson Cherem II

■ CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Christiano Oliveira Carioni

■ CASA MILITAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Coronel PM Edson Luis Hosang

● **COORDENADOR DA ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO**

Ivan Bertoldi

● **ASSESSOR DE IMPRENSA**

Ângelo Lima Medeiros

● **ASSESSORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL**

Romilda Rocha

● **OUVIDOR JUDICIAL**

Des. José Mazoni Ferreira
Mariana da Silva Pioner – *Coordenadora*

● **OUVIDOR DOS SERVIDORES**

Edenir Murilo da Costa

● **COORDENADORA DA AUDITORIA INTERNA**

Maria Madalena Steinbach

● **DIREÇÃO-GERAL ADMINISTRATIVA**

Suzete Opilhar

● **DIREÇÃO-GERAL JUDICIÁRIA**

Cleverson de Oliveira

● **DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES**

Almir Tadeu Peres

● **DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

Avany Camacho Júnior

● **DIRETORIA DE INFORMÁTICA**

Giovanni Moresco

● **DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA**

Alberto Pizzolatti Remor

● **DIRETORIA JUDICIÁRIA**

Rosângela Civinski

● **DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO**

Etor José Zorzi

● **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

Zenaide Teresinha Irber

● **DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS**

Afonso Hoeltgebaum Filho

● **DIRETORIA DE SAÚDE**

Renato Grillo Flach

PRESIDÊNCIA

DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

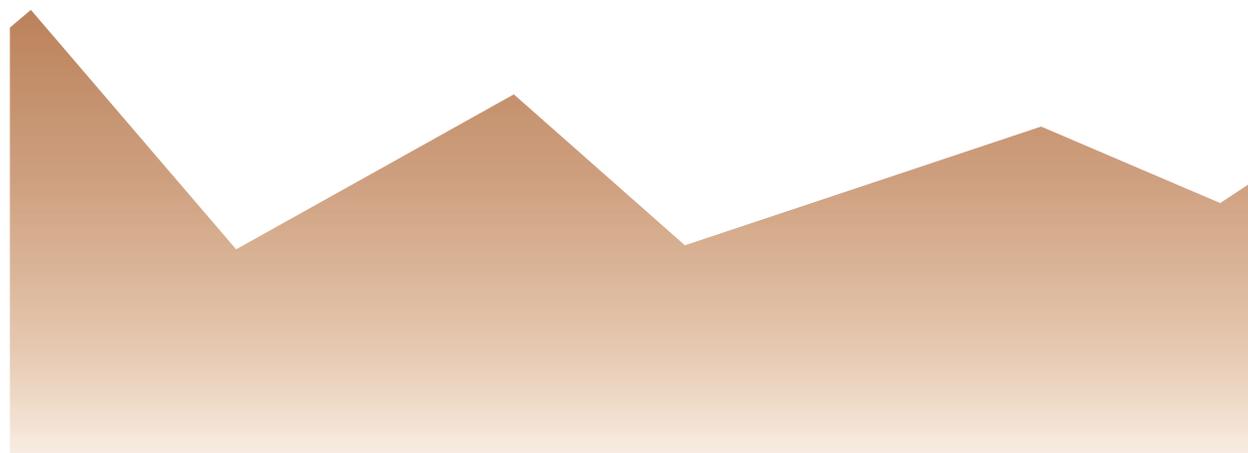
Presidente



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

JUIZ LUIZ NERI OLIVEIRA DE SOUZA

Coordenador



COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

A Coordenadoria de Magistrados, criada pela Resolução nº 3/2001-GP, de 24/01/2001, no ano de 2008 buscou sedimentar as mudanças introduzidas pela compactação das entrâncias, as questões relacionadas ao subsídio e além de outras originadas pela movimentação da carreira da magistratura. Foram prestadas informações ao Conselho

Nacional de Justiça em cumprimento às determinações Constitucionais, fornecendo dados e fundamentando estudos e programas de avaliação do Poder Judiciário.

Dentre os Processos Administrativos analisados por esta Coordenadoria, é importante destacar aqueles relacionados diretamente aos pedidos de interesses pessoais de Magistrados, ativos, inativos e pensionistas, a saber:

PROCESSOS

| | | | |
|--|-----|---|------------|
| Aposentadoria | 5 | Férias | 5 |
| Abono de permanência | 8 | Licença amamentação | 0 |
| Auxílio funeral | 3 | Licenças de saúde | 89 |
| Auxílio moradia | 5 | Licença de saúde em pessoa da família | 17 |
| Autorização para frequência de curso no exterior/congresso | 6 | Licença gala | 12 |
| Averbação de tempo de serviço | 20 | Licença maternidade | 13 |
| Bolsa de estudos pós-graduação | 8 | Licença nojo | 6 |
| Contratação de estagiários/terceirizados/outros | 0 | Licença paternidade | 9 |
| Convênio | 0 | Licença prêmio | 52 |
| Consulta | 3 | Pedido de Providências/Informações ao CNJ | 4 |
| Designação/Substituição de juiz cooperador | 2 | Pensão Alimentícia | 11 |
| Desconto/Suspensão Contribuição Previdenciária | 2 | Processos associações de classe/órgãos do Poder Judiciário/outros | 89 |
| Devolução de valores | 152 | Projeto de Resolução/Ato Regimental | 2 |
| Diligência do Tribunal de Contas do Estado | 3 | Ressarcimento despesas/diárias | 8 |
| Isenção do IR | 43 | Revisão Subsídio/Proventos/Gratificação/Atrasados | 64 |
| Inclusão de dependente | 9 | Trânsito | 1 |
| Indenização férias/licença-prêmio | 12 | | |
| Instalação/Criação/Varas/Câmaras | 22 | TOTAL | 683 |

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

Foram prestados pela Coordenadoria de Magistrados também outros serviços importantes, compreendendo estudos, planilhas, estatísticas e a elaboração diversos atos, tais como:

OUTROS:

| | |
|--|-------------|
| 1. Afastamento da comarca / Comunicados Gerais | 1585 |
| 2. Certidões ativos/inativos/pensionistas | 82 |
| 3. Estudos de aposentadoria/abono de permanência | 48 |
| 4. Ofícios | 376 |
| 5. Portarias | - |

Foram intensificados e agilizados os procedimentos de movimentação dos Magistrados, importando na expedição dos seguintes atos:

I – PROMOVIDOS PARA O CARGO DE DESEMBARGADOR:

01. Jorge Luiz de Borba
02. Victor José Sebem Ferreira
03. Rejane Andersen

II - MAGISTRADOS REMOVIDOS PARA O CARGO DE JUIZ DE DIREITO DE SEGUNDO GRAU:

1. Claudio Valdyr Helfenstein, para o 17º Cargo
2. Carlos Alberto Civinski, para o 18º cargo

III – MAGISTRADOS PROMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO:

01. João Batista Vieira Sell, para a comarca de São Carlos.
02. Sérgio Agenor de Aragão, para a 2ª Vara Cível da comarca de Campos Novos
03. Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva, para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

04. Margareti Moser, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital
05. Álvaro Luiz Pereira de Andrade, para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital
06. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, para o cargo de 5º Juiz Especial da comarca da Capital
07. Roque Cerutti, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Tubarão
08. Cássio José Lebarbenchon Angulski, para a 2ª Vara da comarca de Canoinhas
09. Márcio Schiefler Fontes, para a comarca de Descanso
10. Maycon Rangel Favareto, para a 2ª Vara da comarca de Capinzal
11. Rogério Carlos Demarchi, para a comarca de Mondaí
12. Fernando Vieira Luiz, para a 1ª Vara da comarca de Videira
13. Ricardo Rafael dos Santos, para a 1ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul.
14. Sello de Oliveira, para 1º Juiz Especial da comarca de Joinville
15. Carlos Roberto da Silva, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
16. José Maurício Lisboa, para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital
17. Bettina Maria Maresch de Moura, para o cargo de 6º Juiz Especial da comarca da Capital
18. Flávio André Paz de Brum, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
19. Maximiliano Losso Bunn, para a comarca de Trombudo Central
20. Caroline Bundchen Felisbino Teixeira, para a comarca de Correia Pinto
21. Clarice Ana Lanzarine, para a comarca de Navegantes
22. Gilmar Antônio Conte, para a 2ª Vara Cível da comarca de Concórdia
23. Dayse Herget de Oliveira Marinho, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Tubarão
24. Sílvio Dagoberto Orsatto, para 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
25. Roberto Lepper, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
26. Osmar Mohr, para 6º Juiz Especial da comarca da Capital
27. Roberto Ramos Alvim, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
28. Renato Maurício Basso, para a Segunda Vara Cível da comarca de Concórdia.
29. Eduardo Camargo para a Segunda Vara da comarca de São Bento do Sul
30. Gabriela Gorini Martignago Coral, para Segundo Juiz Especial da comarca de Joinville
31. Ana Karina Arruda Anzanello para o cargo de Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal da comarca de Blumenau.
32. João Marcos Buch, para a Terceira Vara Criminal da comarca de Chapecó
33. Leandro Katcharowski Aguiar, para a 1ª Vara da comarca de Ituporanga
34. Rafael Maas dos Anjos, para a comarca de Santa Cecília
35. Fernando de Castro Faria, para a Vara Criminal da comarca de Canoinhas
36. Laudénir Fernando Petroncini, para a 1ª Vara Cível da comarca de São Miguel do Oeste
37. Otávio José Minatto, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville
38. Eliza Maria Strapazzon, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
39. Maria Paula Kern, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
40. Daniela Vieira Soares, para a 1ª Vara Cível da comarca de Laguna

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

PELO CRITÉRIO DE ANTIGÜIDADE:

01. José Agenor de Aragão, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
02. Joana Ribeiro Zimmer, para a 1ª Vara da comarca de Balneário Piçarras
03. Ana Paula Amaro da Silveira, para a 1ª Vara da comarca de Videira
04. Ermínio Amarildo Darold, para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca da Capital
05. Hildemar Meneguzzi de Carvalho, para o Juizado Especial Cível da comarca de Joinville
06. Osvaldo João Ranzi, para a Vara de Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata da comarca da Capital
07. Haidée Denise Grin, para o cargo de 7º Juiz Especial da comarca da Capital
08. João Batista da Cunha Ocampo Moré, para a comarca de Ascurra
09. Cíntia Gonçalves Costi, para a 2ª Vara Cível da comarca de Timbó
10. Maria da Conceição dos Santos Mendes, para a 1ª Vara Criminal da comarca de São José
11. Maria Eloisa Neves May, para a 1ª Vara da comarca de Porto Belo
12. Sérgio Renato Domingos, para a comarca de Armazém
13. Vera Regina Bedin, para a 1ª Vara da comarca de Tijucas
14. Ricardo Alexandre Fiuza, para a 2ª Vara da comarca de Campos Novos
15. Antônio Zoldan da Veiga, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
16. Luiz Felipe Siegert Schuch, para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital
17. Maria Teresa Visali da Costa, para o cargo de 2º Juiz Especial da comarca da Capital
18. Ana Lia Barbosa Moura Vieira Lisboa Carneiro, para a Vara de Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata da comarca da Capital
19. Luiz Felipe Canever, para a 2ª vara da comarca de Urussanga
20. Janine Stiehler Martins, para a 2ª Vara da comarca de Canoinhas
21. Antônio Carlos Ângelo, para a comarca de Capivari de Baixo
22. Guilherme Mattei Borsoi, para a comarca de Rio do Oeste
23. Edenildo da Silva, para a 1ª Vara Cível da comarca de São José
24. Sônia Maria Mazzetto Moroso, para a 1ª Vara Criminal da comarca de São José
25. José Carlos Bernardes dos Santos, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville
26. Edir Josias Silveira Beck, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Criciúma
27. Márcio Rocha Cardoso, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Blumenau
28. Stephan Klaus Radloff, para 3º Juiz Especial da comarca da Capital
29. Giuseppe Battistotti Bellani, para a 1ª Vara da comarca de Capinzal.
30. Tânia Regina Vieira Luiz, para a 2ª Vara Criminal da comarca de São José
31. Ana Cristina Borba Alves, para o cargo de Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal da comarca de São José.
32. Renato Luiz Carvalho Roberge, para a 3ª Vara Criminal da comarca de Joinville
33. Emanuel S. do Amaral e Silva, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Blumenau

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

34. Antônio Carlos Junckes dos Santos, para 6º Juiz Especial da comarca da Capital
35. Marivone Koncikoski Abreu, para a 1ª Vara da comarca de Itapema
36. Fernando Seara Hickel, para a 2ª Vara da comarca de Imbituba
37. Luiz Eduardo Ribeiro Freyesleben, para o cargo de Juiz de Direito da Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste
38. Fernando Speck de Souza, para a Vara Criminal da comarca de Caçador
39. Vitoraldo Bridi, para a 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó
40. Yhon Tostes, para 2º Juiz Especial da comarca de Joinville
41. João Alexandre Dobrowolski Neto, para 6º Juiz Especial da comarca da Capital
42. Alexandre Morais da Rosa, para a 4ª Vara Criminal da comarca de Joinville
43. Uziel Nunes de Oliveira, para a Vara Criminal da comarca de Concórdia

IV - MAGISTRADOS REMOVIDOS NO PRIMEIRO GRAU

01. Gustavo Henrique Aracheski, para a 2ª Vara Cível da comarca de São Francisco do Sul
02. Fernando Speck de Souza, para a comarca de Herval do Oeste
03. Sílvio José Franco, para o cargo de Juiz Especial da comarca de Brusque
04. Denise Helena Schild de Oliveira, para a Vara Criminal da comarca de Palhoça
05. Bianca Fernandes Figueiredo, para a 8ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de São José
06. Alexandre Murilo Schramm, para a 8ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de São José
07. Cristina Lerch Lunard, para a 14ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Rio do Sul
08. Carolina Ranzolin Nerbass Fretta, para a 2ª Vara da comarca de Itapema
09. Leone Carlos Martins Júnior, para a 2ª Vara Cível da comarca de Palhoça
10. Rafael Maas dos Anjos, para a 1ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca da Capital
11. Cíntia Werlang, para a 27ª Circunscrição Judiciária com sede na comarca de Palhoça
12. Alexandre Dittrich Bühr, para a 1ª Vara Cível da comarca de Joaçaba.
13. Augusto César Allet Aguiar, para a 1ª Vara Criminal da comarca de Tubarão.
14. Margani de Mello, para o Juizado Especial Cível da comarca de Tubarão.
15. Rafael Sandi, para a comarca de Seara.
16. Edson Marcos de Mendonça, para a 1ª Vara Cível da comarca de Timbó
17. Cesar Otávio Scirea Tesserolli, para o cargo de Juiz de Direito da 3ª Vara da comarca de São Bento do Sul
18. Simone Boing Guimarães Zobot, para a 3ª Vara Cível da comarca de Palhoça
19. Luiz Neri Oliveira de Souza, para a Vara da Infância e Juventude da comarca de Lages
20. Pedro Aujor Furtado Júnior, para a 2ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul
21. Mauro Ferrandin, para a 3ª Vara Cível da comarca de Brusque
22. Rodrigo Tavares Martins, para a 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital
23. Taynara Goessel para a 1ª Circunscrição Judiciária, com sede na comarca da Capital

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

V – FORAM APRECIADOS OS PEDIDOS DE OPÇÃO DOS SEGUINTE MAGISTRADOS:

1. Vilmar Cardozo, da Vara Criminal para a 1ª Vara Cível da comarca de Palhoça.
2. Débora Driwin Rieger Zanini, da 2ª Vara para a 1ª Vara da comarca de Urussanga
3. Andréa Cristina Rodrigues Studer, da 1ª Vara Cível para a Vara da Fazenda Pública da comarca de São José
4. Davidson Jahn Mello, da 3ª Vara Criminal para o cargo de 1º Juiz Especial da comarca de Joinville
5. Luiz Felipe Sierget Schuch, do cargo de 3º Juiz Especial para a Vara de Precatórias, Precatórios, Falência e Concordata da comarca da Capital
6. Osmar Tomazoni, da 1ª Vara Criminal para a Vara da Fazenda Pública da comarca de Blumenau
7. Roberto Márius Fávero, da 2ª Vara Criminal para a 1ª Vara Cível da comarca de São José
8. Roberto Lepper, da 2ª Vara Criminal para a 1ª Vara Cível da comarca de Blumenau
9. Osmar Mohr, do cargo de 6º Juiz Especial para o cargo de 3º Juiz Especial da comarca da Capital
10. Fábio Nilo Bagattoli, da Vara Criminal e da Infância e Juventude para a 3ª Vara Cível da comarca de Araranguá.
11. Cesar Otávio Scirea Tesseroli, da 1ª Vara cível para a Vara Criminal da comarca de São Miguel do Oeste
12. Maria da Conceição dos Santos Mendes, da Vara da Infância e Juventude e anexos para a 2ª Vara da Família da comarca de São José
13. Márcio Renê Rocha, da 1ª Vara Cível para a Vara da Família, Infância e Juventude da comarca de Jaraguá do Sul
14. Ana Cristina Borba Alves, da Vara Criminal para a Vara da Infância e Juventude da comarca de São José
15. Edenildo da Silva, da Vara da Fazenda para a 1ª Vara Cível da comarca de Jaraguá do Sul
16. Renato Maurício Basso, da 2ª para a 1ª Vara Cível da comarca de Concórdia
17. Eliane Alfredo Cardoso Luiz, da 2ª Vara Cível para a Vara da Fazenda da comarca de Jaraguá do Sul
18. Edir Josias Silveira Beck, da 1ª Vara Criminal para a 3ª Vara Cível da comarca de Criciúma
19. Maurício Cavalazzi Póvoas, da 3ª Vara da Família para a 2ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville.
20. Fábio Nilo Bagattoli, da 3ª para a 2ª Vara Cível da Comarca de Araranguá.
21. Carlos Roberto da Silva, da 2ª I para a 3ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.
22. Luis Francisco Delpizzo Miranda, da 1ª para a 2ª Vara Criminal da comarca de Itajaí.

COORDENADORIA DE MAGISTRADOS

VI – NOMEAÇÃO DE JUÍZES SUBSTITUTOS

Foram nomeados e empossados 25 (vinte e cinco) novos Juízes Substitutos.

VII- DIREÇÃO DO FORO

Foram apreciadas e deferidas 25 (vinte e cinco) indicações para as funções de Diretor do Foro.

VIII – APOSENTADORIA

Foi apreciada a aposentadoria dos Exmos. Senhores Desembargadores Orli de Ataíde Rodrigues e Anselmo Cerello.

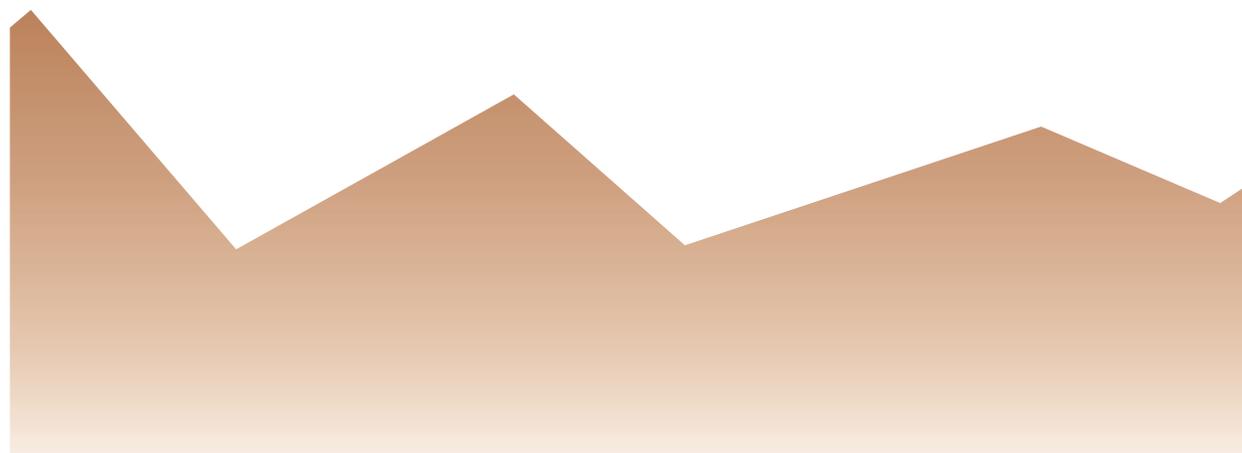
IX - PREENCHIMENTO DE VAGAS NO TRE

1. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Desembargador
2. Preenchimento de cargo de Primeiro Juiz Substituto, categoria Desembargador
3. Preenchimento de cargo de Juiz Efetivo, categoria Juiz de Direito

ASSESSORIA DE IMPRENSA

ÂNGELO MEDEIROS

Jornalista Responsável



ASSESSORIA DE IMPRENSA

O Tribunal de Justiça demonstrou nestes últimos doze meses grande preocupação em estreitar suas relações com a sociedade, traduzida nos investimentos realizados na área da comunicação social. A Assessoria de Imprensa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o ano de 2008, produziu e distribuiu entre os diversos órgãos de comunicação do Estado 2.066 informes oficiais, assim divididos: 976 releases (matérias jornalísticas) e 1.091 notas para colunas com aproveitamento nas páginas dedicadas ao Judiciário na mídia estadual e nacional. Este número, 2.066 informes oficiais, representa um acréscimo de 10% sobre a produção desenvolvida no ano anterior. Em 2007, foram redigidos 1.949 informes oficiais. Neste ano, em média, registrou-se 8,26 informes produzidos a cada dia útil trabalhado, com aproveitamento estimado de 90% de todo o material enviado às redações. A produção deste ano é a maior já registrada desde o início da coleta deste dado estatístico junto ao setor, em 1998. Credita-se tal resultado ao esforço da equipe em desenvolver um trabalho sério e comprometido.

Além disso, a Assessoria de Imprensa do TJSC realizou trabalho cotidiano de atendimento – por telefone ou mesmo pessoalmente – aos jornalistas interessados em obter informações junto ao Judiciário Estadual. Por conta desta

interface entre instituição e órgãos de comunicação, facilitamos entrevistas e reportagens do Presidente do TJ e demais integrantes desta Corte, junto à emissoras de rádio e televisão, assim como aos representantes da mídia nacional. A Assessoria de Imprensa, ainda no campo do jornalismo impresso, também providenciou o encaminhamento de dezenas de artigos de magistrados, de 1 e 2º grau, para publicação em jornais estaduais.

A elaboração diária da Resenha Eletrônica Informativa foi outro trabalho desenvolvido pela Assessoria neste período, sempre com o objetivo de fornecer subsídios aos magistrados e servidores sobre fatos pertinentes ao Judiciário e suas diversas interpretações sob a ótica dos órgãos de comunicação do estado e do país, disponibilizando estas informações via computador para toda a rede do Judiciário Estadual, com alcance de 3.000 terminais em todas as 110 comarcas de Santa Catarina. A Assessoria manteve e administrou espaço na página da INTRANET e INTERNET, oferecendo ao público interno e externo informações atualizadas sobre decisões e acontecimentos do mundo judiciário na seção “Notícias do TJ”. Tivemos também, ao longo do ano, a manutenção do boletim eletrônico Veredicto, com 22 edições lançadas durante o período. Ele sofreu reformulação em seu eixo editorial na atual gestão, com destaque para as

ASSESSORIA DE IMPRENSA

peças que integram o Judiciário, responsáveis com seu trabalho cotidiano – e muitas vezes anônimo – pelo sucesso da instituição. Magistrados e servidores, na condição de personagens da história, passaram a contar o passado, o presente e o futuro do Judiciário catarinense. Todas as edições são também disponibilizadas na página do TJ na Intranet/Internet. É um produto realizado inteiramente pelos profissionais lotados na assessoria de imprensa, a partir de projeto gráfico elaborado pela Gráfica do TJ.

Em 2008, o Poder Judiciário de Santa Catarina também manteve seu espaço na grade da TV Justiça, emissora de canal a cabo do Supremo Tribunal Federal (STF), com alcance nacional, onde veiculou 48 programas inéditos e mais 76 reprises, num total de 3.720 minutos de exibição. No Estado, o TJ também manteve espaço na mídia eletrônica, com a produção do programa “Justiça Legal”, veiculado semanalmente pelas retransmissoras da Rede Bandeirantes (TVBV) em todo o território catarinense, com a supervisão da Assessoria de Comunicação Social do TJ e produção da Firenze Produções – contratada através do devido processo licitatório. Foram retransmitidas 48 edições neste período, num total de 1.440 minutos de programação. Por fim, o Justiça Legal, em continuação a convênio firmado com a Câmara de

Vereadores ainda em 2006, também manteve espaço na grade de programação da TV Câmara. Foram veiculados 52 programas inéditos e 104 reprises, num total de 4.680 minutos de exibição em canal a cabo. Na soma dos tempos exibidos nas três emissoras – um canal aberto e dois a cabo – o Justiça Legal ocupou espaço na mídia por 6.660 minutos ao longo deste ano.

Ainda neste meio, a Assessoria deu continuidade aos trabalhos de apoio a Rádio Justiça, com a produção de boletins e a marcação de entrevistas com magistrados catarinenses para veiculação não só naquela emissora como também para aproveitamento no espaço dedicado ao Judiciário no programa Voz do Brasil. A Rádio Justiça, emissora administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser sintonizada no Estado através da Internet. Em conjunto com este importante projeto, a assessoria continuou em ação no trabalho cotidiano de cobertura dos eventos do TJ (Presidência, Academia Judicial, Coordenadoria de Juizados Especiais, etc) e instituições afins (universidades, PGJ, OAB-SC, etc) na Capital e no interior do Estado; produção de material diferenciado para publicação dominical em página de jornal diário; acompanhamento de sessões dos órgãos julgadores do TJ; atendimento aos senhores magistrados (1º e 2º graus) e servidores (notadamente diretores) na divulgação de

ASSESSORIA DE IMPRENSA

realizações e projetos localizados.

Pelo conjunto de atividades desenvolvidas neste ano e sua inegável repercussão junto aos meios de comunicação em geral, a Assessoria de Imprensa considera ter contribuído na divulgação dos principais atos do Poder

Judiciário, aproximando-o da população e assim cumprindo uma das metas da atual gestão, qual seja, garantir a transparência de suas realizações. Avanços e conquistas obtidas com o apoio incondicional do Gabinete da Presidência do TJ.

INFORMES OFICIAIS - RELEASES E NOTAS (EVOLUÇÃO ANUAL)

ANO

2006 1.585 informes oficiais = 893 notas + 692 releases. Média produção/dia útil(*) = **6,34**

2007 1.949 informes oficiais = 1.062 notas + 887 releases. Média produção/dia útil(*) = **7,80**

2008 2.066 informes oficiais = 1.091 notas + 976 releases. Média produção/dia útil(*) = **8,26**

PROGRAMA DE TV JUSTIÇA LEGAL

2006

Licitação – modalidade carta convite.
Programa Semanal de 30 minutos. Veiculação em canal aberto e a cabo. Contrato com TV Barriga Verde/TV Justiça/TV Câmara

**Número de Programas: 135
(76 inéditos + 59 reprises)
Tempo de Exposição: 4.050 min.**

2007

Licitação – modalidade carta convite
Programa Semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/SBT/TV Justiça/TV Câmara

**Número de Programas: 416
(208 inéditos + 208 reprises)
Tempo de Exposição: 12.480 min.**

2008

Licitação - modalidade Pregão
Programa Semanal de 30 minutos
Veiculação em canal aberto e a cabo
Contrato com TVBV/TV Justiça/TV Câmara

**Número de programas: 328
(148 inéditos + 180 reprises)
Tempo de Exposição: 6.660 min.**

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

ROMILDA ROCHA

Assessora de Relações Públicas



ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

A Assessoria de Relações Públicas, Protocolo e Cerimonial, integrante do Núcleo de Comunicação Institucional, está regulamentada pela Resolução nº.12/2004-GP e tem em sua competência a preparação, supervisão, e coordenação dos eventos para público interno e externo; coordenação do Cerimonial; expedição de correspondências da Presidência que lhe sejam pertinentes; contato com órgãos congêneres, visando intercâmbio de informações; acompanhamento de cerimônias e eventos realizados pelo Poder Judiciário, sob a responsabilidade da Presidência desta Corte; organização dos eventos no Espaço Cultural do Tribunal de Justiça. Ainda, dentro de suas atividades, destacam-se: recepção e acompanhamento de autoridades em visita ao Presidente; coordenação e

acompanhamento de embarque e desembarque de autoridades em visita oficial ao Tribunal; e assessoramento ao Presidente, ou seu representante, em solenidades oficiais e em visitas a outras autoridades.

Os eventos institucionais organizados são: Assinatura de Convênios; Lançamento de Livros de Magistrados; Almoços e Jantares Oficiais; Inaugurações de Fóruns, Casas da Cidadania, e Instalações de novas Varas; Posse de Juízes Substitutos, Juízes de 2º Grau e Desembargadores; Transmissão de Cargo do Presidente e demais cargos Diretivos do TJSC; Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário; Solenidades alusivas ao Aniversário de Instalação do Tribunal de Justiça; Encerramento e Abertura do Ano Judiciário. A seguir, serão arrolados os eventos realizados pela Assessoria, ao longo do ano de 2008:

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Solenidade de premiação aos vencedores da Mostra de Talentos**
9 de janeiro
- ▶ **Inauguração do Protocolo Judicial Expresso da Comarca de Blumenau**
23 de janeiro
- ▶ **Instalação do Juizado Especial na UNIFEBE da Comarca de Brusque**
23 de janeiro
- ▶ **Instalações do Juizado Especial Criminal, Juizado Especial Cível da Univille, e Unidade Regional de Direito Tributário e Execuções Fiscais Estaduais da Comarca de Joinville**
24 de janeiro
- ▶ **Inauguração do Fórum Universitário Desembargador Genésio Nolli da Comarca de Itajaí**
24 de janeiro
- ▶ **Ato de entrega das novas instalações do auditório do Tribunal Pleno**
31 de janeiro
- ▶ **Solenidade de Posse dos Novos Dirigentes – Biênio 2008/2009**
1º de fevereiro
- ▶ **Solenidade de Posse dos Juízes Substitutos**
28 de fevereiro
- ▶ **Instalação do Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) da Enseada, Comarca de São Francisco do Sul**
8 de abril
- ▶ **Instalação do Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) da Praia do Ervino, Comarca de São Francisco do Sul**
8 de abril



*Solenidade
de Posse
dos Novos
Dirigentes
– Biênio
2008/2009*

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Inauguração do Fórum Des. Luiz Carlos Cercato Padilha, Comarca de Catanduvas**
9 de maio
- ▶ **Reunião de Trabalho dos Tribunais que utilizam SAJ, CGInfo**
12 a 14 de maio
- ▶ **Assinatura do Convênio da Casa da Cidadania de Piratuba, Fórum de Capinzal**
9 de maio
- ▶ **Visita Protocolar do Embaixador da Polônia, Jacek Junosza Kisielewski**
20 de maio



Instalação do PAC da Enseada de São Francisco do Sul



Instalação do PAC da Praia do Ervino de S. Francisco do Sul



Solenidade de Posse dos Juizes Substitutos

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ Solenidade de Abertura da 5ª Semana do Mutirão da Conciliação em Lages**
 26 de maio
- ▶ Instalação do Fórum Municipal – Casa da Cidadania de Guabiruba**
 30 de maio
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Marilha Zanin**
 2 a 13 de junho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Lucio Lanzone**
 16 a 27 de junho
- ▶ 74º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil**
 26 e 27 de junho
- ▶ Solenidade de Transmissão de Posse Governador e Presidente TJSC**
 30 de junho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Roseli Farias**
 2 a 11 de julho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição do Museu do Judiciário**
 14 a 29 de julho
- ▶ Sessão Solene de Posse do Desembargador Jorge Luiz de Borba**
 16 de julho
- ▶ Inauguração do Fórum Desembargador Osvaldo Areas Hörn, Comarca de Balneário Piçarras**
 18 de julho
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Marga Ramlow**
 30 de julho a 8 de agosto
- ▶ Inauguração do Fórum Des. Maurillo da Costa Coimbra, Comarca de Guarimir**
 8 de agosto
- ▶ Solenidade em comemoração ao Dia de Santa Catarina**
 11 de agosto
- ▶ Espaço Cultural: Exposição de telas de Galdino Vieira**
 11 a 22 de agosto



Visita protocolar do Embaixador da Polônia, TJSC



Inauguração do Fórum de Balneário Piçarras

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Instalação do Posto de Atendimento e Conciliação (PAC) da UNIASSELVI e do IBES, Comarca de Blumenau**
14 de agosto
- ▶ **1º Encontro Semestral de Diretores do Foro**
15 de agosto
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Juliana Schirmer**
2 a 12 de setembro
- ▶ **Instalação dos Juizados Especiais Cível e Criminal do Distrito de Sto. Antônio de Lisboa, do Foro Reg. do Norte da Ilha, Comarca da Capital**
10 de setembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Ana Burigo**
15 a 19 de setembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Rosange Sena**
22 a 30 de setembro
- ▶ **Instalação da 3ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Araranguá**
22 de setembro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de Canoinhas**
26 de setembro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de São Bento do Sul**
26 de setembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição do Museu do Judiciário**
1º a 10 de outubro
- ▶ **Solenidade de Lançamento do Selo e Carimbo dos Correios em comemoração aos 117 anos do Tribunal de Justiça**
1º de outubro
- ▶ **Sessão Solene da Ordem do Mérito Judiciário de Santa Catarina**
1º de outubro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Tânia Paupitz**
13 a 24 de outubro



74º Encontro do Colégio Permanente dos Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil



Comemoração ao Dia de Santa Catarina, Praça dos Três Poderes

ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROTOCOLO E CERIMONIAL

- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de São Miguel do Oeste**
 23 de outubro
- ▶ **Inauguração do Fórum Doutor Zulmiro Soncini, Comarca de Pinhalzinho**
 23 de outubro
- ▶ **Instalação da Vara Criminal da Comarca de Caçador**
 24 de outubro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas dos alunos do Atelier Armazém de Arte**
 29 de outubro a 7 novembro
- ▶ **Instalação da 3ª Vara Cível do Fórum da Comarca de Palhoça**
 30 de outubro
- ▶ **Sessão Solene de Posse dos Desembargadores Rejane Andersen e Victor José Sebem Ferreira**
 7 de novembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de cerâmicas de Vânia Bueno e alunas**
 10 a 21 de novembro
- ▶ **Encontro Regional do Judiciário – Conselho Nacional de Justiça**
 11 de novembro
- ▶ **XXIV FONAJE – Fórum Nacional dos Juizados Especiais**
 12 de novembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de trabalhos em patchwork de Maria Ivani de Souza Gerlach**
 24 de novembro a 5 de dezembro
- ▶ **Exposição de patchwork de Maria Ivani Gerlach**
- ▶ **Instalação da 2ª Vara da Família da Comarca de São José**
 24 de novembro
- ▶ **Espaço Cultural: Exposição de telas de Miguel Angel e de cartoons de Juliana Panchiniak**
 9 a 19 de dezembro
- ▶ **Semana da Conciliação na Região Sul**
 1º de dezembro



Exposição de telas de Rosange Sena, TJSC



Exposição de patchwork de Maria Ivani Gerlach

- ▶ **Instalação da 3ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau**
5 de dezembro
- ▶ **Instalação da Vara da Família, Infância e Juventude da Comarca de Jaraguá do Sul**
16 de dezembro
- ▶ **Instalação da 4ª Vara Criminal da Comarca de Joinville**
16 de dezembro
- ▶ **Instalação da Unidade Universitária dos Juizados Especiais da Comarca de Biguaçu**
18 de dezembro
- ▶ **Inauguração do Fórum Desembargador Eduardo Luz da Comarca da Capital**
19 de dezembro



Solenidade de outorga das medalhas da Ordem do Mérito Judiciário



Exposição de telas dos alunos do atelier Armazém da Arte, TJSC



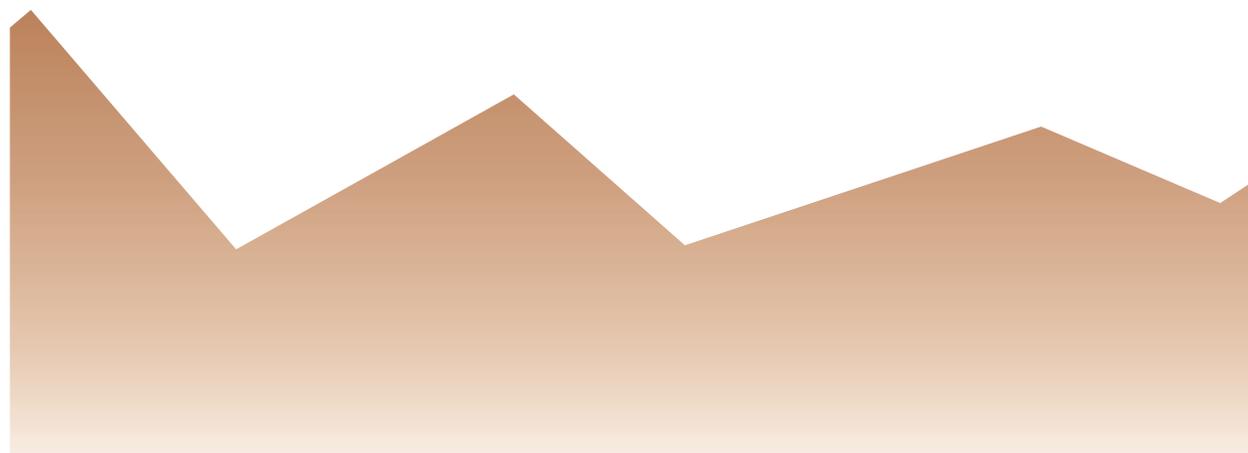
Solenidade de outorga das medalhas da Ordem do Mérito Judiciário



Instalação da 2ª Vara da Família, Comarca de São José

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

IVAN BERTOLDI
Coordenador



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

1. Planejamento Estratégico e Balanced Scorecard (BSC)

A Assessoria de Planejamento, dando seqüência aos trabalhos de implantação da metodologia do BSC no Poder Judiciário, concluiu a medição dos resultados da gestão referentes ao ano de 2007 e 1º semestre do ano de 2008. O modelo propicia a tradução do Planejamento Estratégico em ações operacionais, por meio de um sistema de indicadores que retratam a performance organizacional, chamado de Painel de Bordo. Os resultados foram disponibilizados no site deste Tribunal. Além disso, foram realizadas 6 reuniões envolvendo todo o corpo diretivo do Tribunal para análise do desempenho da gestão e definição de metas para o exercício de 2009. Por fim, com vistas ao alcance das metas estipuladas, foram coletadas e priorizadas oportunidades de melhorias com vistas a execução pelas áreas responsáveis a partir do exercício de 2009.

2. Programa 5S

O Programa tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas no trabalho, promover organização, limpeza e disciplina, tornar o ambiente agradável, seguro e

produtivo, melhorar as atitudes das pessoas diante das suas tarefas.

Em 2009 foram capacitados 19 servidores para atuarem como avaliadores, sendo realizadas, nos meses de setembro e outubro, avaliações em 55 setores do Tribunal (áreas administrativas, Gabinete da Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça, gabinetes de Desembargadores e Juizes de 2º Grau).

Dentre os setores avaliados, constatou-se que 58% deles obtiveram pontuação superior ao período anteriormente avaliado, 24% mantiveram-se na mesma escala e em 18% a pontuação diminuiu. Os avaliadores observaram 28 quesitos (pontos de controle), dentre os 5 sentidos (utilização, ordenação, limpeza e conservação, higiene e saúde e disciplina).

Cabe destacar, ainda, que 13 unidades avaliadas obtiveram a pontuação máxima possível (excelente), representando 23,63% dos setores.

3. Conselho Nacional de Justiça

Esta Assessoria é responsável pelo atendimento à Resolução n. 15, de 26 de abril de 2006, do Conselho Nacional de Justiça, no que tange ao fornecimento de dados estatísticos relacionados a:

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

- **orçamento e finanças;**
- **quadro de pessoal;**
- **parque de informática (software e hardware);**
- **área (espaço físico dos imóveis);**
- **informações processuais;**
- **mecanismos de acesso à justiça.**

Desde de novembro de 2007, este Tribunal, representado pela Assessoria de Planejamento, está participando de um grupo de âmbito nacional, de estudos que visa à atualização da referida resolução e cujo término ocorrerá no mês de março de 2009.

4. Orçamento de 2008

A Assessoria de Planejamento, juntamente com a Diretoria de Orçamento e Finanças, coordenou reuniões realizadas em abril, agosto e novembro visando avaliar os gastos dos

projetos/atividades de cada unidade. Neste exercício os orçamentos do Tribunal, do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Sistema Financeiro da Conta Única estão divididos em 277 projetos/atividades.

5. Proposta orçamentária para 2009

Já a proposta orçamentária para o exercício de 2009, que compreende a estimativa das receitas e a fixação das despesas, foi elaborada observando as prioridades e metas constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os recursos estão distribuídos em 281 projetos/atividades, e a elaboração foi realizada em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças, contando com a efetiva participação das diversas unidades administrativas do Tribunal de Justiça. As receitas/despesas constantes nas propostas orçamentárias totalizaram R\$ 797.655.101,00, assim distribuídos:

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2009

| UNIDADE | VALOR | % |
|-------------------------------------|-----------------------|---------------|
| Tribunal de Justiça | 656.719.891,00 | 82,3% |
| Fundo de Reaparelhamento da Justiça | 93.986.942,00 | 11,8% |
| Sistema Financeiro da Conta Única | 46.948.268,00 | 5,9% |
| TOTAL | 797.655.101,00 | 100,0% |

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

6. Gerenciamento de projetos

Durante o ano de 2008, esta Assessoria acompanhou o desenvolvimento dos projetos de instalação de novas varas, nas comarcas de Araranguá, Canoinhas, São Bento do Sul, São Miguel do Oeste, Caçador, Palhoça, São José, Blumenau, Jaraguá do Sul e Joinville, bem como a ocupação de novos prédios nas comarcas de Piçarras, Guaramirim, Bom Retiro e Catanduvas, além do acompanhamento das atividades à ocupação do Fórum Desembargador Eduardo Luz (Comarca da Capital).

Além desses projetos, diversos outros foram cadastrados no sistema específico, denominado SisProject, que permite o registro das operações, ações e respectivas datas de conclusão, além dos responsáveis, cujo gerenciamento é realizado mediante reuniões periódicas de acompanhamento de prazos.

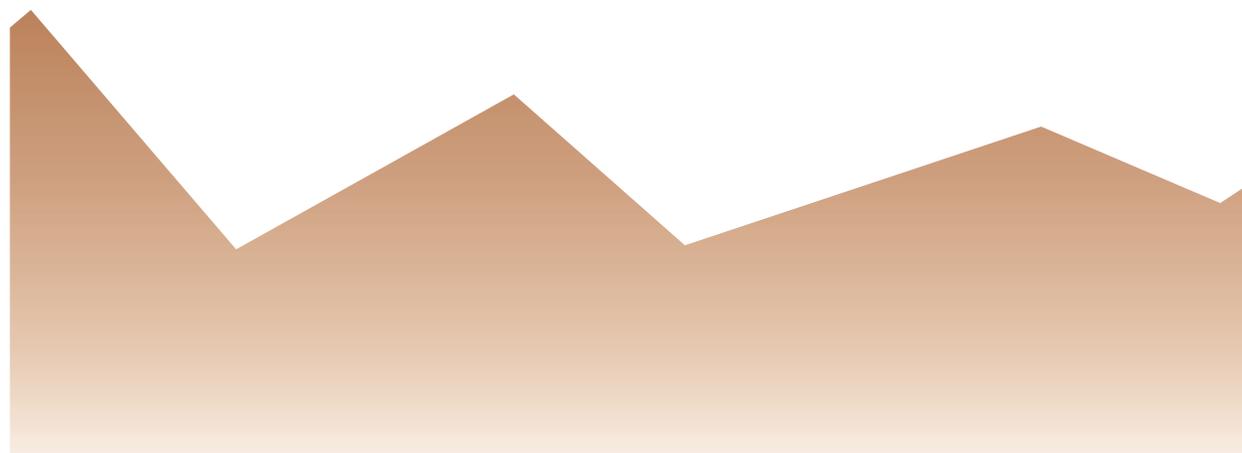
7. Outras atividades

A Assessoria de Planejamento coordenou e/ou participou de reuniões com as diversas áreas, onde foram abordados diversos temas relacionados à administração do Poder Judiciário, com especial destaque para a migração da conta salário para o Banco do Brasil, a instalação de novas varas e a ocupação de novos prédios. Representantes da Assessoria de Planejamento participaram das reuniões dos conselhos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça-FRJ, do Sistema Financeiro da Conta Única-SCU e de Gestor de Tecnologia da Informação-CGINFO. Além disso, a gestão estratégica e orçamentária deste Tribunal de Justiça foi apresentada ao Tribunal de Justiça do Piauí e a Justiça Federal-Seção Judiciária de Santa Catarina. Por fim, de acordo com a Resolução n. 28/2008-GP, a Assessoria de Planejamento foi colocada à disposição dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juizes de Direito membros do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, para qualquer iniciativa que se faça necessária.

AUDITORIA INTERNA

MARIA MADALENA STEINBACH

Coordenadora



AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna, unidade de controle e de assessoramento, vinculada ao Gabinete da Presidência, realizou no exercício de 2008, dentre outros trabalhos:

- 281 relatórios, com pareceres de regularidade ou de irregularidade e as devidas recomendações;
- 347 pareceres em processos administrativos;
- 26 informações envolvendo assuntos de controles diretos e indiretos.

Os trabalhos de auditoria, voltados aos procedimentos de verificação das despesas, de geração de receitas e aperfeiçoamento dos controles internos, foram divididos nas seguintes áreas:

1. Auditoria de Recursos Humanos

- Processos de aposentadoria de servidores;
- Processos de admissão de servidores;
- Pagamentos de gratificação de substituição aos servidores do TJ e 1º grau;
- Relatórios mensais de acompanhamento do crescimento vegetativo da folha de pagamento.

2. Auditoria de Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens

- Análise dos processos de licitação, de

- dispensa e de inexigibilidade;
- Avaliação dos Termos Aditivos de contratos;
- Análise dos pagamento de parcelas contratuais, referente a serviços de engenharia;
- Auditoria nas aquisições e controles dos bens permanentes e de consumo da Diretoria de Saúde.

3. Auditoria de Obras

- Visitas semanais ao Fórum Des. Eduardo Luz, com apresentação de relatórios de acompanhamento da reforma;
- Participação em reuniões de planejamento para ocupação do Fórum Des. Eduardo Luz;
- Visitas aos Fóruns de Piçarras e Guaramirim para avaliação dos problemas de fissuras;
- Visitas de acompanhamento da construção do Fórum de Palhoça;
- Cooperação com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura para elaboração de orçamento de projetos.

4. Auditoria Contábil, Orçamentária e Financeira

- Análise dos balancetes mensais e balanços anuais;
- Elaboração dos relatórios de gestão fiscal;
- Elaboração dos relatórios bimestrais de controle interno encaminhados ao Tribunal

AUDITORIA INTERNA

- de Contas do Estado;
- Análise da Carteira do Fundo de Investimento de renda fixa – BESC;
- Análise nas Prestações de contas de recursos antecipados;
- Continuidade nos procedimentos de regularização e cancelamento dos CNPJ's dos cartórios Judiciais, junto à Secretaria da Receita Federal;
- Apuração da cota-parte do Ministério Público para celebração de novo convênio para 2009;
- Acompanhamento da Regularidade Jurídica e Fiscal do Tribunal de Justiça junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governo Estadual e Municipal e Órgãos de Proteção ao Crédito;
- Informações no SISTN - Sistema de Coleta de Dados Contábeis da Secretaria do Tesouro Nacional;
- Análise dos Relatórios Gerenciais referente a gastos com combustível e manutenção (peças e serviços) da frota do Poder Judiciário.

5. Auditoria de Sistemas e Bens de Informática

- Verificação das autorizações dos usuários de sistemas: SAJ-SG, Folha de Pagamento, Cadastro;
- Orientação e apoio técnico ao cadastro das

- informações do e-Sfinge Obras e e-Sfinge – Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão do Tribunal de Contas do Estado;
- Conferência, ajuste de relatórios, importação de arquivos e transmissão de dados do Sistema e-Sfinge ao Tribunal de Contas do Estado;
- Auditoria dos cargos comissionados e das gratificações de artigo 85 concedidas a servidores lotados no Tribunal de Justiça;
- Auditoria na disponibilização de serviços de conexão à internet (ADSL).

6. Auditoria Judicial

- Auditoria nos processos judiciais, em parceria com a Gerência de Cobrança de Custas Finais – GECOF, nas comarcas de Joinville, Campos Novos, Joaçaba, Chapecó, Xanxerê, Concórdia, Lages, Araranguá, Braço do Norte, Tubarão, Criciúma, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Caçador, São Joaquim, Rio do Sul, Fraiburgo, Indaial, São Francisco do Sul, Gaspar, Videira, São Bento do Sul, São José, Jaraguá do Sul, Guaramirim, Fórum Distrital do Estreito e Capital:
- 104.023 Processos inseridos no Sistema e retirados fisicamente dos cartórios (arquivados);
- 53.930 processos auditados;
- R\$ 7.633.115,61 (sete milhões, seiscentos e

AUDITORIA INTERNA

trinta e três mil, cento e quinze reais e sessenta e um centavos) arrecadados até novembro;

- Orientação e capacitação dos contadores das comarcas auditadas;
- Auditorias especiais, solicitadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- Elaboração de relatórios das auditorias realizadas;
- Elaboração da RAIS (Registro Anual de Informações Sociais) dos Cartórios Judiciais.

7. Aperfeiçoamento de Controles

- Elaboração do Manual da Auditoria Interna;
- Proposta de revisão no convênio com o Ministério Público, alterando a forma de cobrança da restituição de valores;
- Proposta de aperfeiçoamento nos Boletos Bancários para fins de controle do recolhimento do Fundo de Reparelhamento da Justiça - FRJ;
- Proposta de adoção de critérios para aquisição direta, a fim de evitar o fracionamento de despesas;
- Proposta de cobrança, via Boleto Bancário, da taxa de porte de remessa e retorno de processos remetidos ao STJ;
- Reuniões de estudo para definição do Sistema de Automação do Extrajudicial para possibilitar auditoria à distância;
- Participação e orientação nos trabalhos de

auditoria realizados nas diversas áreas;

- Participação em reuniões para elaboração do contrato do Banco do Brasil.

8. Auditoria Extrajudicial – FRJ

- Elaboração de Relatórios das auditorias realizadas;
- Ofícios de Notificações;
- Análise, com emissão de pareceres, dos recursos apresentados pelos serventuários notificados;
- Reanálise de processos referente a quitação de valores;
- Fiscalização nas cobranças de valores destinados ao Fundo de Reparelhamento da Justiça – FRJ (*).

AUDITORIA INTERNA

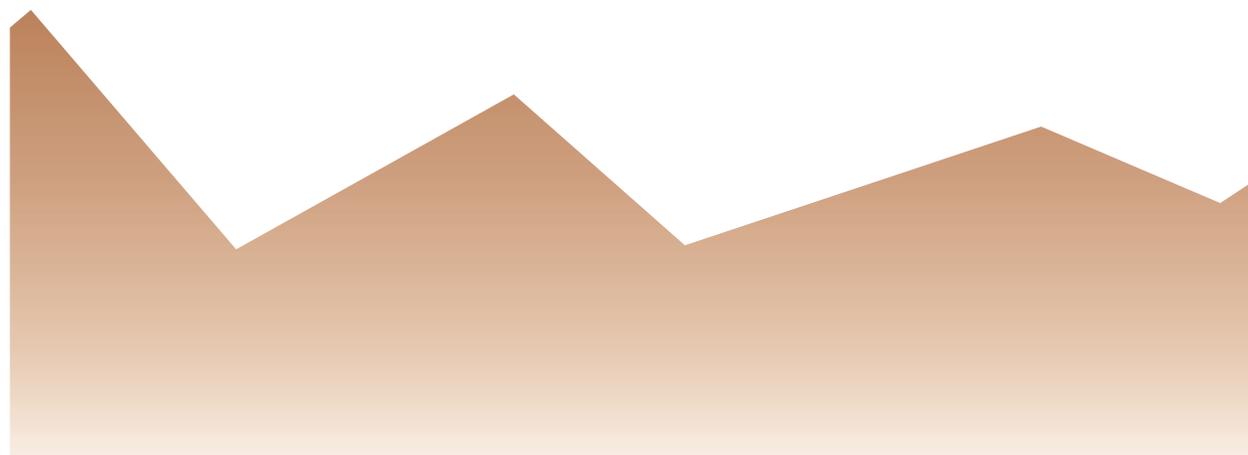
DEMONSTRATIVO DAS AUDITÓRIAS REALIZADAS POR COMARCA EM 2008

| COMARCA | PERÍODO DA AUDITORIA | VALOR NOTIFICADO | VALORES JUSTIFICADOS APÓS AUDITORIA | VALORES RECOLHIDOS APÓS A AUDITORIA | SALDO A RECOLHER | OBSERVAÇÃO |
|-------------------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------|---|
| TIMBÓ | fev/08 | 25.587,31 | 0,00 | 25.587,32 | 0,00 | |
| ASCURRA | fev/08 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| BRUSQUE | fev/08 | 32.810,74 | 205,00 | 32.605,75 | 0,00 | |
| CRICIÚMA | mar/08 | 186.797,65 | 10.714,93 | 45.689,40 | 129.739,82 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| FORQUILHINHA | abr/08 | 19.069,87 | 7.893,49 | 9.489,37 | 1.567,51 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| LAURO MULLER | abr/08 | 3.001,02 | 0,00 | 3.001,02 | 0,00 | |
| URUSSANGA | abr/08 | 9.047,37 | 0,00 | 5.089,18 | 2.339,92 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| PALHOÇA | mai/08 | 10.882,57 | 0,00 | 10.882,57 | 0,00 | |
| ANCHIETA | mai/08 | 6.538,85 | 5.015,13 | 1.523,74 | 0,00 | |
| CAMPO ERÊ | mai/08 | 29.696,14 | 3.014,85 | 17.737,72 | 8.943,57 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| DIONÍSIO CERQUEIRA | mai/08 | 6.382,07 | 1.356,04 | 5.036,87 | 0,00 | |
| SÃO JOSÉ DO CEDRO | jun/08 | 8.130,11 | 3.094,53 | 5.035,78 | 0,00 | |
| STO AMARO DA IMPERATRIZ | jun/08 | 11.518,81 | 998,12 | 10.520,69 | 0,00 | |
| SÃO JOÃO BATISTA | jun/08 | 9.958,69 | 58,68 | 8.495,03 | 1.406,72 | |
| CAPITAL | jul/08 | 310,34 | 206,15 | 103,99 | 0,00 | |
| CHAPECÓ | jul/08 | 67.379,69 | 14.307,91 | 21.128,39 | 31.943,39 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| XAXIM | jul/08 | 15.963,63 | 5.500,91 | 6.244,17 | 4.218,55 | |
| BIGUAÇU | jul/08 | 16.366,81 | 4.387,21 | 11.979,60 | 0,00 | |
| BOM RETIRO | ago/08 | 28.935,47 | 5.177,83 | 9.997,35 | 13.760,89 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| SÃO JOSÉ | ago/08 | 6.151,58 | 1.471,37 | 4.680,21 | 0,00 | |
| SÃO BENTO DO SUL | ago/08 | 57.609,96 | 483,95 | 54.897,17 | 2.228,84 | |
| CANOINHAS | set/08 | 32.704,97 | 1.667,38 | 29.165,14 | 1.872,46 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| ITÁ | set/08 | 14.616,54 | 1.408,30 | 2.929,41 | 10.278,83 | |
| IPUMIRIM | set/08 | 4.732,98 | 0,00 | 4.732,98 | 0,00 | |
| CONCÓRDIA | set/08 | 11.063,55 | 0,00 | 2.753,38 | 8.310,17 | |
| SEARA | set/08 | 5.072,13 | 0,00 | 0,00 | 5.072,13 | |
| GUARAMIRIM | set/08 | 8.166,43 | 0,00 | 4.352,35 | 3.814,08 | Parcelamento de um ou mais cartórios |
| JARAGUÁ DO SUL | set/08 | 19.614,09 | 0,00 | 0,00 | 19.614,09 | |
| PAPANDUVA | set/08 | 3.430,98 | 95,17 | 3.335,81 | 0,00 | |
| PRESIDENTE GETÚLIO | out/08 | 42.788,11 | 2.310,30 | 4.356,70 | 36.121,11 | |
| RIO DO SUL | out/08 | 49.670,25 | 553,02 | 152,01 | 48.965,22 | |
| CAPINZAL | nov/08 | 44.712,47 | 0,00 | 0,00 | 44.712,49 | |
| CATANDUVAS | nov/08 | 16.288,27 | 0,00 | 0,00 | 16.288,27 | |
| LEBON RÉGIS | dez/08 | 41.153,73 | 0,00 | 0,00 | 41.153,73 | |
| FRAIBURGO | dez/08 | 47.056,37 | 0,00 | 0,00 | 47.056,37 | |
| SANTA CECÍLIA | dez/08 | 30.569,70 | 0,00 | 0,00 | 30.569,70 | |
| TOTAL | = 37 COMARCAS = 155 CARTÓRIOS | 923.779,25 | 69.920,27 | 341.503,10 | 509.977,86 | Dif. de R\$ 2.378,02 referente à atualização das parcelas |

CASA MILITAR

CORONEL PM EDSON LUÍS HOSANG

Chefe



CASA MILITAR

Embara a Casa Militar esteja ligada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça, as suas atuações vão muito além do Gabinete, atuando de forma contínua e ininterrupta em todo o Estado, prestando informações, orientações e suporte técnico às Comarcas e seus diretores de Fóruns. As atividades desenvolvidas são relacionadas abaixo e sofrem aprimoramento ao longo do período, sempre no sentido de melhor atender a comunidade judiciária especialmente os magistrados e os funcionários.

1. Guarda dos seguintes estabelecimentos judiciais na Grande Florianópolis:

- Tribunal de Justiça
- Fórum da Capital
- Fórum Norte da Ilha
- Infância e Juventude
- Fórum do Continente (Estreito)
- Fórum de São José
- Almoarifado e Gráfica

2. Guarda permanente nos Fóruns de:

- Canoinhas
- Lages
- Joaçaba
- Tubarão
- São José

3. Guarda durante horário de expediente em Fóruns do interior

Em 2008 a Casa Militar passou a efetuar contratação de policiais militares inativos, conforme as prescrições da Lei Complementar nº 380 de 03 de maio de 2007. Com esta atuação, pode-se oferecer melhores condições de segurança aos Fóruns do interior do estado, área especialmente carentes de policiais militares do corpo ativo. Hoje dez Fóruns contam com este serviço sendo que a tendência é de aumento deste número.

Ainda há policiais do corpo ativo em um número de 56 durante o horário de funcionamento da unidade, prestando segurança pessoal e patrimonial, especialmente aos magistrados.

4. Projeto de Monitoramento e alarme em todas as comarcas do Estado

Este ano está sendo realizado a execução do projeto de Consultoria. O objetivo deste é proporcionar ao setor de engenharia do TJSC e a Casa Militar as condições estruturais de todos os Fóruns em relação ao sistema de segurança, especialmente quando aos alarmes existentes. Após este levantamento será colocado em prática o monitoramento geral de todas as Unidades Judiciárias de modo padronizado e atendido preferencialmente por uma única empresa contratada.

CASA MILITAR

5. Instrução específica de Armamento e Tiro aos Magistrados

Conforme a Lei do Desarmamento, a Casa Militar do Tribunal de Justiça realizou no ano de 2008 os “testes de tiro” para aquisição de arma de fogo e renovação do Registro de Arma de Fogo, item este exigido pela legislação.

O teste baseia-se em informações primordiais quanto a arma do Magistrado: como portar, atirar, guardar, carregar, descarregar e manutenção em primeiro escalão.

Na oportunidade é realizado teste de armas curtas como revólveres e pistolas e armas longas como rifles, carabinas e espingardas. Além da instrução específica ministrada, a Casa Militar orienta os Magistrados na aquisição de armas, documentação e tramitação; além de propiciar conhecimento técnico quanto a arma ideal conforme as características pessoais do adquirente.

6. Gerenciamento e Recolhimento de armas dos fóruns.

O programa de recolhimento de armas desvinculadas de processo dos Fóruns em todo o Estado, é uma das atividades imprescindíveis a segurança dos Fóruns do interior.

Além do armamento recolhido, há também o envio de munições e produtos congêneres, tais

como munições, cartuchos, chumbo e pólvora a granel.

A atuação da Casa Militar neste evento é imprescindível pois além das orientações específicas referentes á armas em geral, há a ligação entre os Diretores de Fórum /Secretárias com as 9 Unidades Militares do Exército, o que demanda contatos formais com os Comandantes e oficiais do Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados -SFPC daquelas Unidades.

Neste ano de 2008 foram recolhidas armas de 47 Fóruns no Estado conforme o quadro abaixo. Desde a implantação deste serviço em 2006, fa foi recolhidas um número superior a oito mil armas.

► TOTAL DE ARMAS RECOLHIDAS

| | |
|--------------|--------------|
| Revólver | 1.737 |
| Pistola | 251 |
| Espingarda | 884 |
| Garrucha | 203 |
| Carabina | 35 |
| Rifle | 28 |
| TOTAL | 3.152 |

Além destas tratativas, há a condução das armas com segurança armada da Casa Militar.

CASA MILITAR

7. Acompanhamento e Orientação na elaboração dos Projetos de Segurança

A Casa Militar acompanha e executa, através de técnicos especializados, a elaboração de Projetos de CFTV do Anexo do Fórum da Capital e do Complexo Almoarifado e Gráfica do TJSC, assim como a instalação de controles de acesso.

8. Serviço de Proteção/orientação aos magistrados

Uma das atividades intrínsecas à Casa Militar é a orientação rotineira aos magistrados ou mesmo quando há um evento pontual relativo a segurança pessoal.

9. Implementação do Plano de Evacuação em Caso de Sinistro

Realizado um antigo projeto da Presidência, através da Casa Militar, com a participação do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, que foi a execução de palestras de conscientização para aproximadamente 1600 funcionários do Tribunal de Justiça. Na seqüência, foi realizado o Treinamento de Combate a Incêndio e Socorros de Urgência, com aproximadamente 150 participantes.

10. Apoio nas Enchentes

Com o advento das enchentes que assolaram alguns municípios, a Casa Militar participou no levantamento de dados e demais informações tanto em relação aos funcionários atingidos, quanto aos Fóruns atingidos, proporcionando segurança seja através da Polícia Militar ou através das empresas contratadas para o setor.

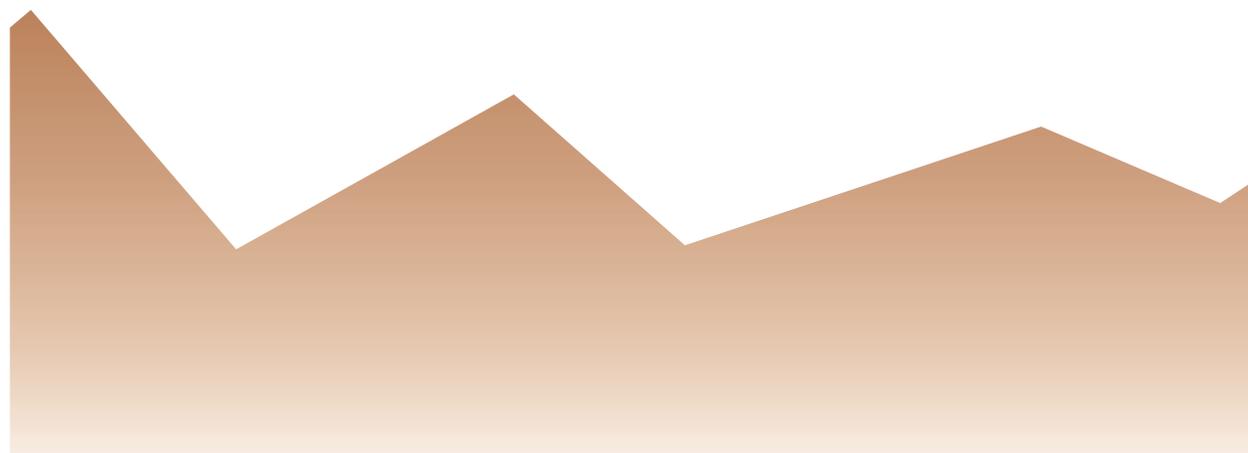
11. Participação nos eventos de conciliação e visitas às instalações penitenciárias

A partir deste ano ocorreu a participação de um Oficial da Casa Militar nos eventos que compõe o programa de conciliação a exemplo dos Núcleos de Conciliação, assim como também acompanhamento a membros da Corregedoria do TJSC, nos estabelecimentos penais.

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

EDENIR MURILO DA COSTA

Ouvidor dos Servidores



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

ESTATÍSTICAS DOS ATENDIMENTOS

1 - Formas de comunicação dos servidores com a Ouvidoria

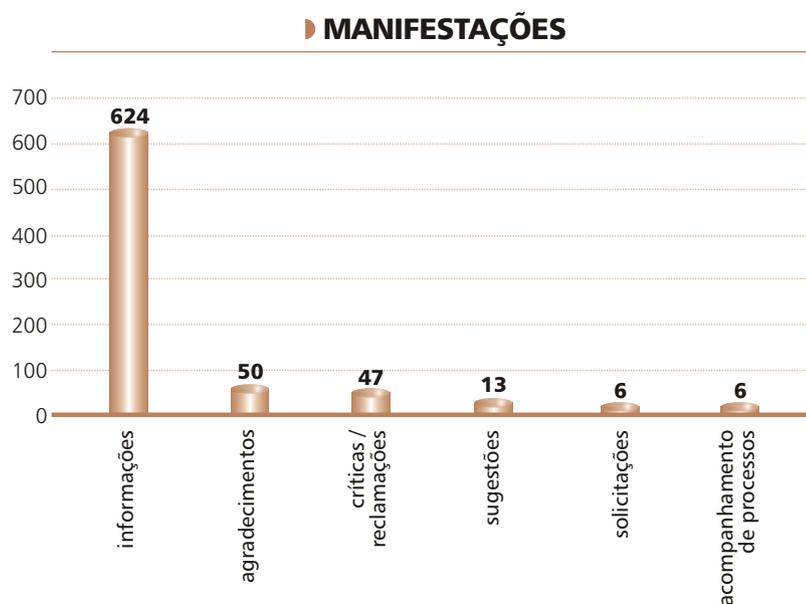


2 - atendimentos solucionados

No ano de 2008 foram solucionados 746 atendimentos:

3 - Tipos de manifestações

Foram diversas as manifestações dos servidores, dentre elas:



OUVIDORIA DOS SERVIDORES

4 - Assuntos abordados pelos servidores

| NÚMERO DE ATENDIMENTOS | ASSUNTOS | NÚMERO DE ATENDIMENTOS | ASSUNTOS |
|-------------------------------|---|-------------------------------|---|
| 168 | Informações Diversas | 005 | Acompanhamento de Processos |
| 091 | Lei Complementar 406/08 | 005 | Jogos da Família Forense |
| 070 | Conta Salário | 005 | Promoções |
| 050 | Agradecimentos | 004 | Relatório de Situação das Comarcas |
| 044 | Curso de Direito a Distância | 004 | Data Base |
| 040 | Gratificação | 004 | Licença Maternidade |
| 033 | Disfunção | 004 | Recesso |
| 022 | Remoção | 004 | Gratificação Natalina |
| 022 | Precatório | 004 | Resolução 6/2008 GP – Máquinas Fotocopiadoras |
| 019 | Ass. Relacionado a Saúde | | |
| 018 | VPNI | 003 | Exercício Findo |
| 017 | Questão Salarial | 002 | Vacina da Gripe |
| 014 | Horário | 002 | Concursos |
| 012 | 13º Salário | 002 | Estágio Probatório |
| 012 | Bolsa Estudo | 002 | Requisição de Móveis |
| 010 | Cursos | 002 | Digitadores |
| 010 | Aposentadoria | 001 | Tabagismo |
| 010 | Manutenção | 001 | PEC 190 |
| 009 | Abono | 001 | Férias |
| 008 | Licença | 001 | Relotação |
| 008 | Conta BB | 001 | Reposição Salarial |
| 005 | Oficiais de Justiça | 001 | Incorporação do Vale Alimentação |
| 005 | Congresso Catarinense de Direito de Família | 001 | Arrecadação de Donativos |
| | | 001 | IPREV |

OUVIDORIA DOS SERVIDORES

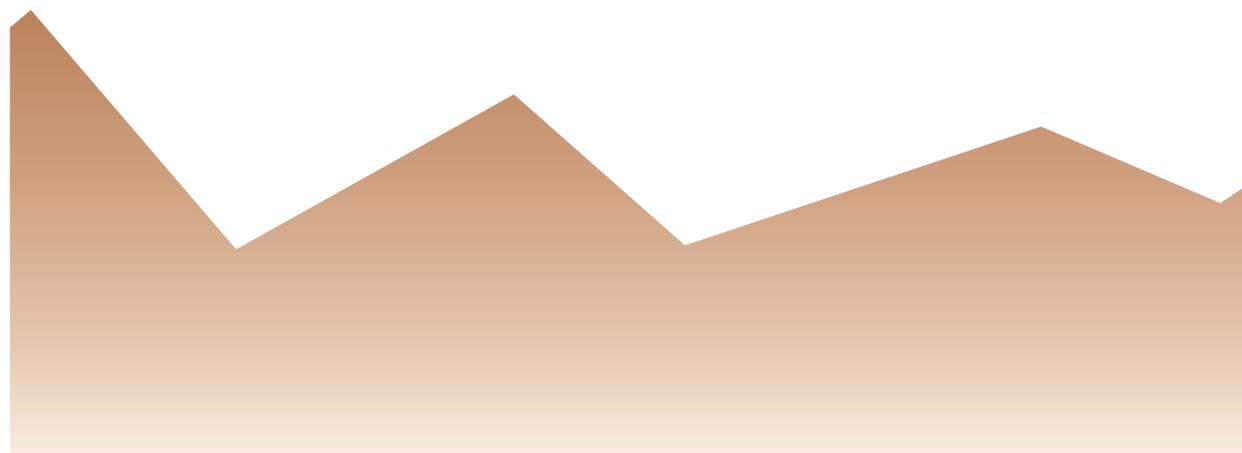
5 - Comarcas que se comunicaram com a Ouvidoria

| NÚMERO DE ACESSOS | COMARCA | NÚMERO DE ACESSOS | COMARCA | NÚMERO DE ACESSOS | COMARCA |
|-------------------|---------------------------|-------------------|----------------------|-------------------|--------------------|
| 96 | Capital | 07 | Canoinhas | 03 | Mafra |
| 53 | Tribunal de Justiça | 07 | São Bento do Sul | 03 | Mondaí |
| 46 | Blumenau | 07 | Videira | 03 | Sombrio |
| 27 | Criciúma | 06 | Araranguá | 03 | Tijucas |
| 24 | Chapecó | 06 | Capivari de Baixo | 03 | Xanxerê |
| 24 | Joinville | 06 | Correia Pinto | 02 | Armazém |
| 23 | Herval do Oeste | 06 | Içara | 02 | Campo Erê |
| 20 | Balneário Camboriú | 06 | Rio do Oeste | 02 | Norte da Ilha |
| 18 | Lages | 05 | Coronel Freitas | 02 | Catanduvas |
| 17 | Curitibanos | 05 | Guaramirim | 02 | Cunha Porã |
| 15 | Braço do Norte | 05 | Orleans | 02 | Descanso |
| 15 | São José | 05 | São Francisco do Sul | 02 | Garuva |
| 14 | Itapema | 05 | São Joaquim | 02 | Indaial |
| 12 | Itajaí | 04 | Imaruí | 02 | Itaiópolis |
| 11 | Caçador | 04 | Otacílio Costa | 02 | Itapiranga |
| 10 | Concórdia | 04 | Palhoça | 02 | Lauro Müller |
| 09 | Araquari | 04 | Porto União | 02 | Maravilha |
| 09 | Ascurra | 04 | Rio do Sul | 02 | Porto Belo |
| 09 | Ibirama | 04 | Rio Negrinho | 02 | Tangará |
| 09 | Joaçaba | 04 | São Carlos | 02 | Anchieta |
| 09 | Santa Rosa do Sul | 04 | Turvo | 01 | Campo Belo do Sul |
| 09 | Timbó | 04 | Urussanga | 01 | Campos Novos |
| 08 | Piçarras | 04 | Xaxim | 01 | Forquilha |
| 08 | Brusque | 03 | Bom Retiro | 01 | Gaspar |
| 08 | Estreito | 03 | Fraiburgo | 01 | Laguna |
| 08 | Ituporanga | 03 | Garopaba | 01 | Modelo |
| 08 | Rio do Campo | 03 | Imbituba | 01 | Navegantes |
| 08 | Santo Amaro da Imperatriz | 03 | Ipumirim | 01 | Pomerode |
| 08 | São Miguel do Oeste | 03 | Itá | 01 | Presidente Getúlio |
| 08 | Tubarão | 03 | Itapoá | 01 | São João Batista |
| 07 | Biguaçu | 03 | Jaraguá do Sul | 01 | Taió |

OUVIDORIA JUDICIAL

DES. JOSÉ MAZONI FERREIRA
Ouvidor Judicial

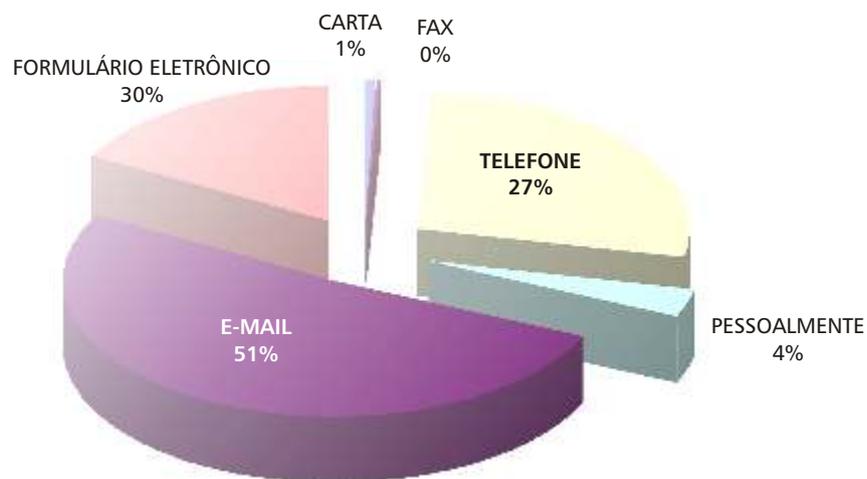
MARIANA DA SILVA PIONER
Coordenadora



▶ ESPÉCIES DE MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

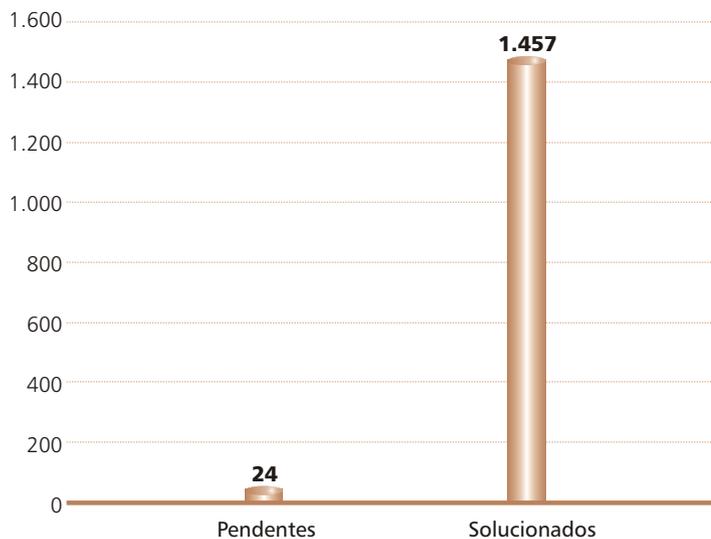


▶ FORMA DE RECEBIMENTO

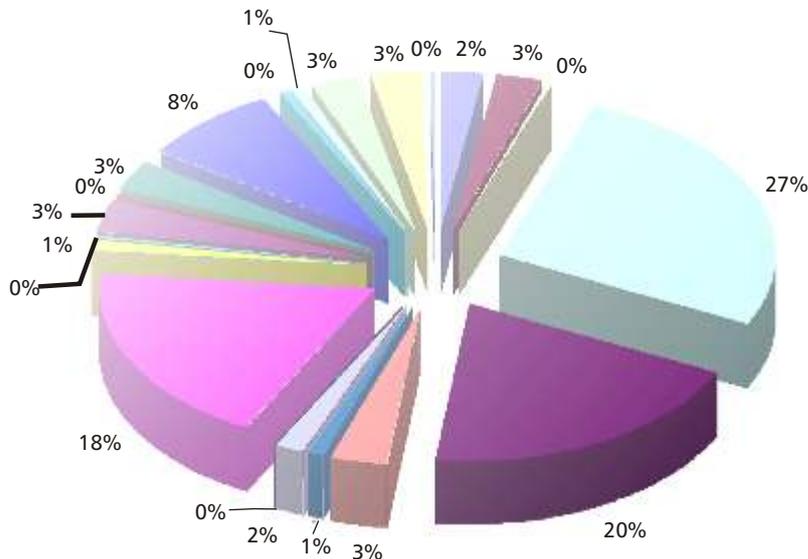


OUVIDORIA JUDICIAL

RESULTADOS

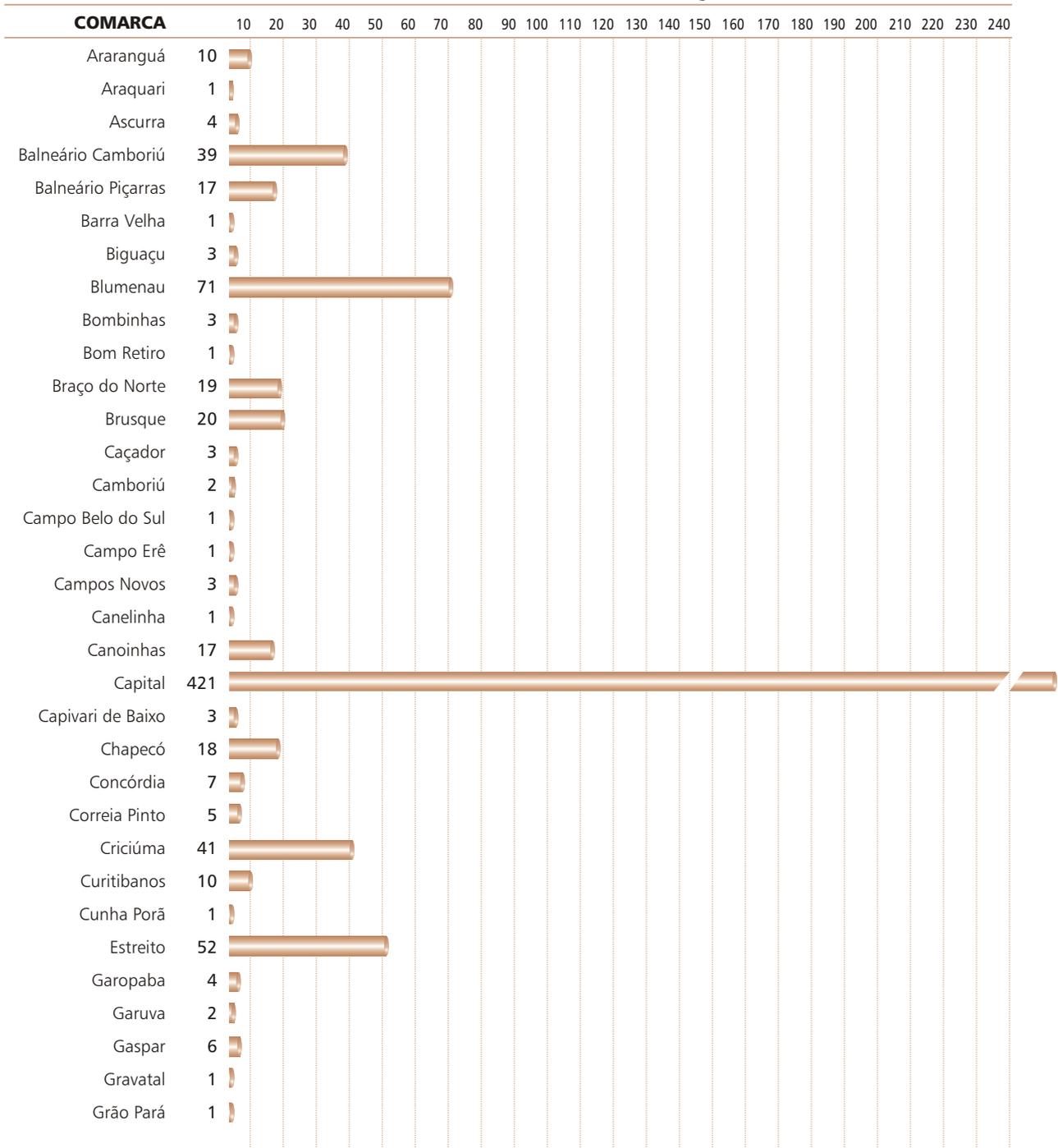


ASSUNTOS ABORDADOS (%)



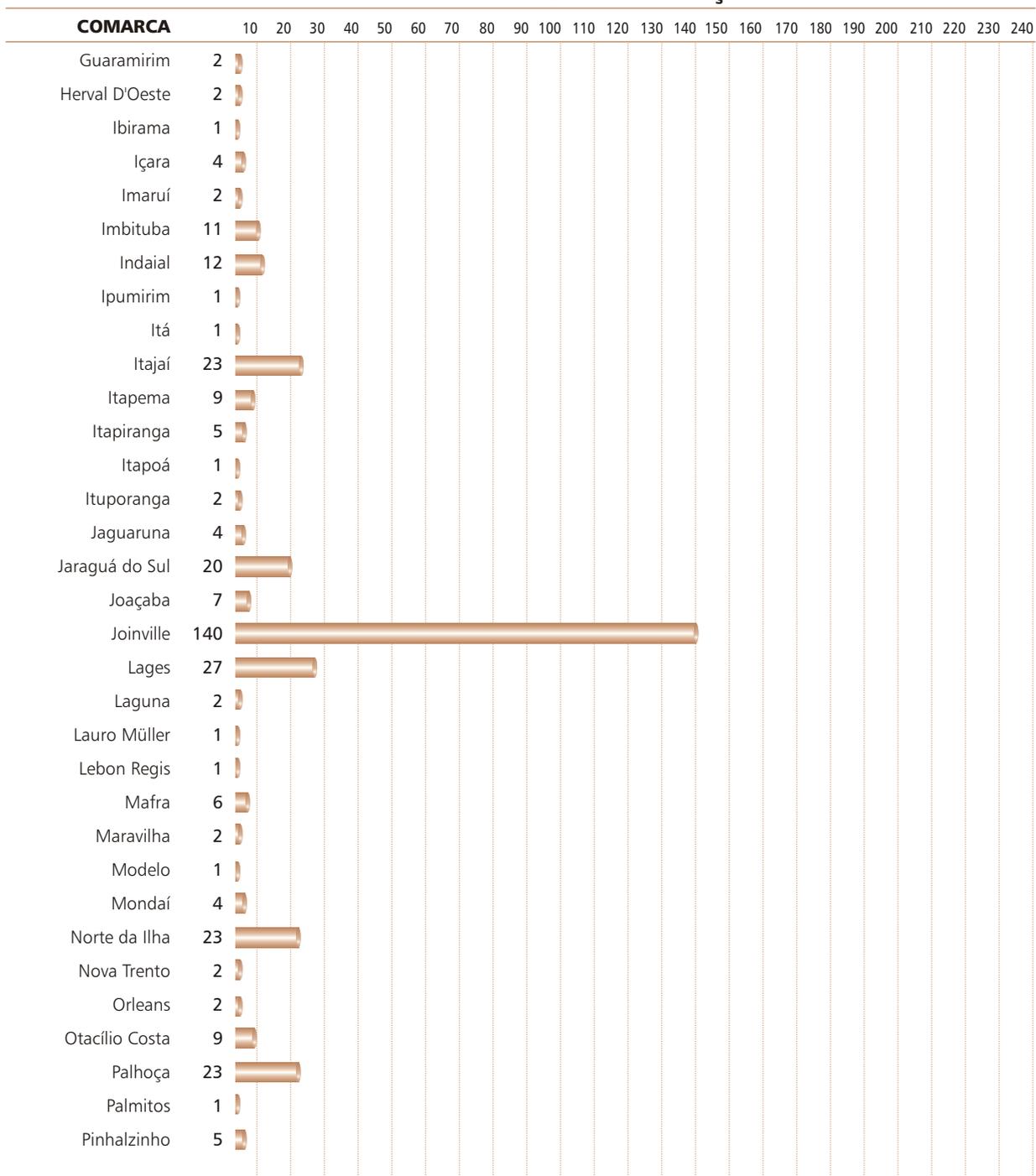
- | | | |
|---|---|--|
| 35 Sugestões de contratação de servidores | 26 Reclam/denúncias contra servidores | 45 Reclam/denúncias contra outros órgãos |
| 43 Sug. de simplificação de proced. Judiciais | 2 Reclamações contra peritos judiciais | 119 Elogios/agradecimentos à Ouvidoria Judicial |
| 5 Sugestões de criação de novas Varas | 273 Reclamações qto à morosidade da Justiça | 7 Elogios a magistrados |
| 396 Pedidos de Informações sobre o Poder Jud. | 18 Reclam. contra Advogados (enc. à OAB) | 13 Elogios a servidores |
| 290 Pedidos de Informação sobre processos | 3 Reclam. contra Promotores (enc. ao MP) | 40 Reclam. contra Serv. de Informática/telefonia |
| 50 Diversos/outros | 49 Reclamações contra Cartórios Judiciais | 48 Manif. enc. à Ouvidoria dos Servidores |
| 11 Reclam/denúncias contra magistrados | 6 Reclamações contra Cartórios Extrajudiciais | 3 Concurso Público |

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



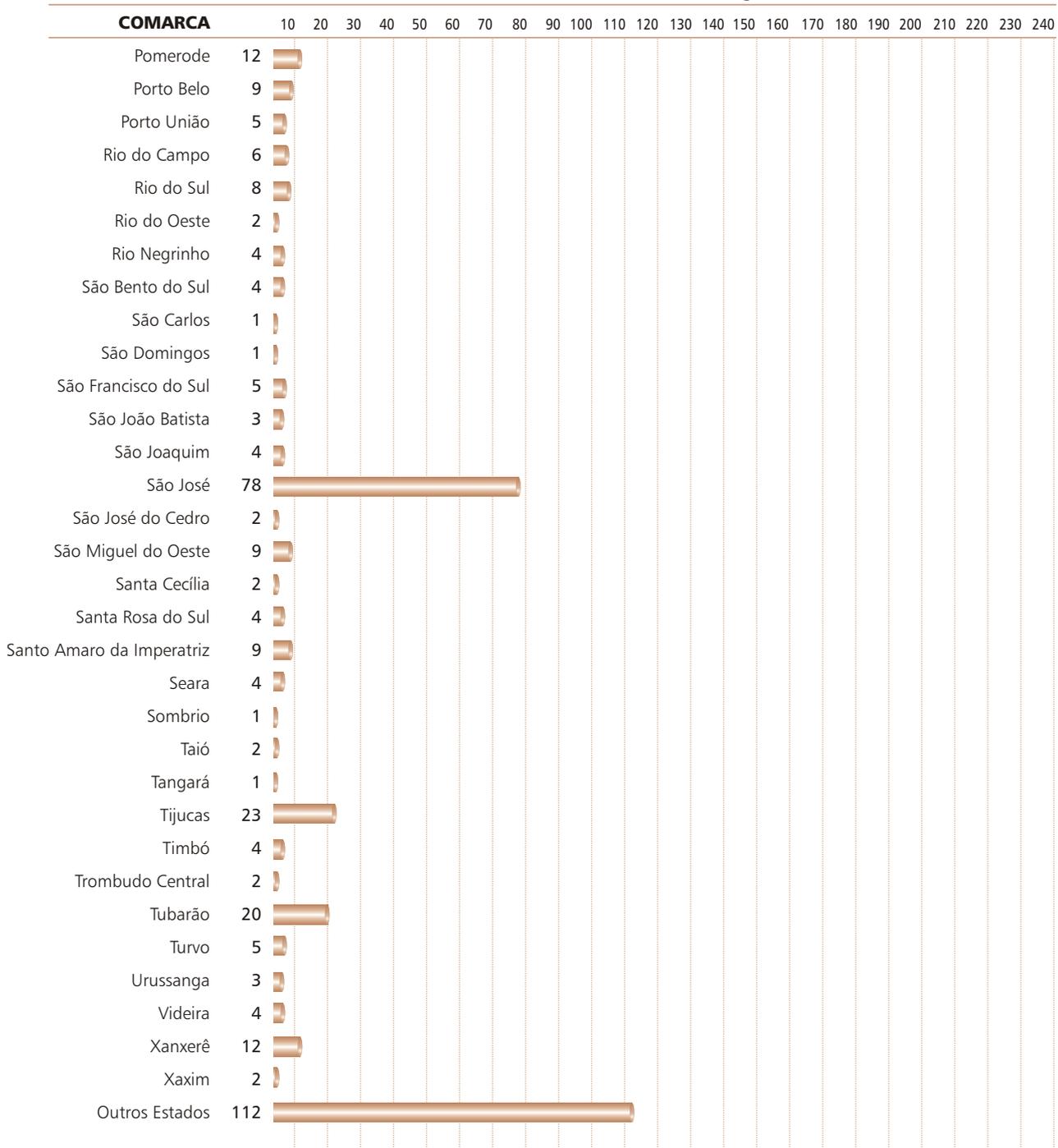
OUVIDORIA JUDICIAL

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



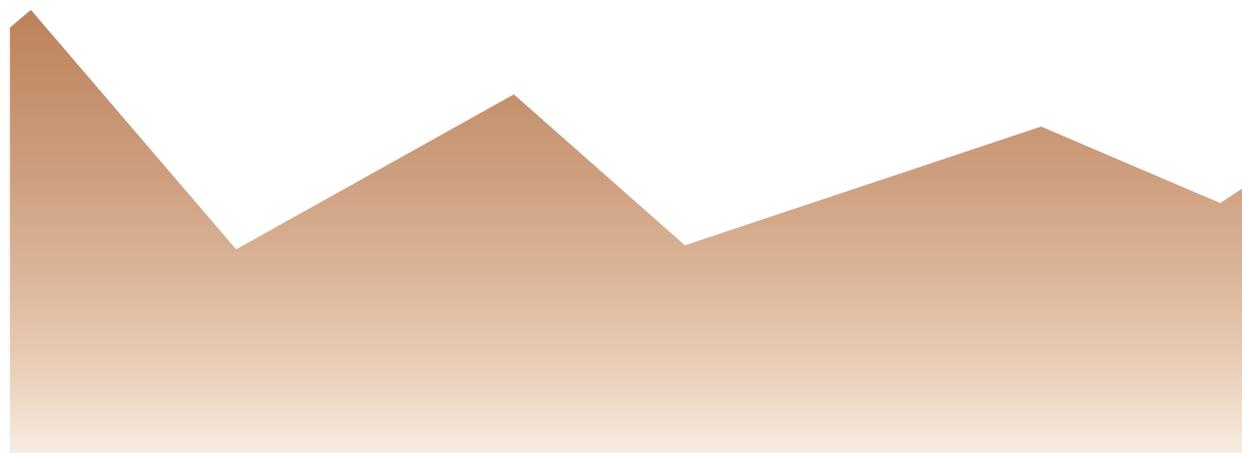
OUVIDORIA JUDICIAL

COMARCAS - ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

CLÁUDIA TURNES DA SILVA MARTINS
Coordenadora



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Projeto de Instalação de Unidades – Comarcas e Varas

Criado em março de 2003, o Programa de Implantação de Serviços Judiciários tem, como plataforma, a efetivação de projetos de instalação de unidades judiciárias – comarcas e varas, a partir de modelos de concepção e de execução desenvolvidos por magistrados e servidores do Tribunal de Justiça. A iniciativa decorre de que, anteriormente, a criação e a instalação de unidade careciam de critérios e de métodos essencialmente técnicos, o que implicava condições avessas ao planejamento e aos serviços de infra-estrutura e de organização. Somavam-se problemas: ausência de coordenação para elaboração e desenvolvimento de projeto, improvisação, carência de padronização de rotinas funcionais, falta de foco na atividade fim, indefinição quanto à capacitação de servidores e, por conseguinte, atenção inconsistente à política de atendimento aos clientes interno e externo. Resultado: Poder Judiciário ineficaz e ineficiente, sem credibilidade, opondo-se, em verdade, à missão institucional de humanização, com excelência na prestação jurisdicional. Assim, a partir dos efeitos de tal dimensão empírica, de que mormente resultavam prejuízos à imagem da Justiça e

questionamentos quanto à qualidade do produto apresentado à sociedade, optou-se por instrumento que, considerando a conjuntura e as peculiaridades judiciárias, concebesse filosofia de renovação e proposta de atuação essencialmente profissional. Daí, o Programa de Implantação de Serviços Judiciários. O Programa dispõe de Coordenação Executiva - servidor efetivo, responsável pelo planejamento e pela execução das atividades gerais delineadas e quatro subcoordenações, também ocupadas por servidores efetivos: infra-estrutura e de pessoal, instalação (ações relativas às fases de instalação), treinamento dos servidores, acompanhamento (consultoria às unidades instaladas) e saneamento processual (auditoria do acervo de unidades já instaladas, com atualização de atos e de procedimentos). Foram instaladas em 2008 onze varas. A atuação tem base em planejamento estratégico, de gerenciamento de pessoal.

Modo de operação: reuniões técnicas com juízes e servidores acerca das áreas de fluxo processual, redistribuição de processos; uniformização de procedimentos e rotinas cartorárias e treinamento dos servidores.

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

SEQÜÊNCIA I:

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇO

1 - Mensuração do acervo

- 1.1 - Caracterização do mobiliário
- 1.2 - Disposição dos equipamentos
- 1.3 - Arranjo da área

2 - Senso de Ocupação

- 2.1 - Adoção do fluxo de produção
- 2.2 - Conscientização acerca do caráter público de espaço
- 2.3 - Orientação quanto à responsabilidade de manutenção
- 2.4 - Determinação no tocante ao planejamento para alteração

3 - Nova Expressão de Ambiente

- 3.1 - Expansão do novo conceito
- 3.2 - Estímulo à organização do posto de trabalho
- 3.3 - Associação da relação limpeza produtividade
- 3.4 - Agregação da idéia de bem-estar físico-mental

SEQÜÊNCIA II:

IMPLANTAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

1 - Seleção e Separação Eletrônicas de Processos

- 1.1 - Elaboração de relatórios acerca dos processos
- 1.2 - Formação e preparação das equipes de triagem e auditoria

2 - Conferência e Preparação de Processos

- 2.1 - Fixação dos parâmetros de conferência
- 2.2 - Conclusão e organização dos relatórios
- 2.3 - Agrupamento das planilhas
- 2.4 - Composição dos processos para redistribuição à nova unidade

3 - Coleta de Processos – Vara de Origem

- 3.1 - Localização
- 3.2 - Organização do acervo
- 3.3 - Elaboração do Protocolo de Transferência
- 3.4 - Remessa à nova vara

4 - Organização de Processos – Nova Vara

- 4.1 - Recebimento dos processos e de outros materiais
- 4.2 - Juntada de documentos
- 4.3 - Conferência e certificação
- 4.4 - Regularização e organização do acervo

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

SEQÜÊNCIA III:

DESENVOLVIMENTO (Capacitação)

1 - Pessoal

- 1.1 - Discussão sobre o serviço público
- 1.2 - Orientação sobre perfil e postura
- 1.3 - Estudo dos níveis de aprendizagem
- 1.4 - Reflexão sobre desenvolvimento profissional

2 - Social I

- 2.1 - Exame de formas de relacionamento
- 2.2 - Fortalecimento da comunicação interpessoal
- 2.3 - Sensibilização quanto a noções comportamentais
- 2.4 - Exercício sobre liderança

3 - Social II

- 3.1 - Introdução à cultura do atendimento
- 3.2 - Elaboração do modelo de clientes interno e externo
- 3.3 - Criação de cenários ideais da relação com o público
- 3.4 - Valorização da informação – conteúdo e forma

4 - Técnico

- 4.1 - Análise de conceitos jurídico-administrativos
- 4.2 - Interpretação de rotinas do sistema de automação
- 4.3 - Avaliação de novas concepções nos ritos
- 4.4 - Aplicação de fluxo processual

SEQÜÊNCIA IV:

BUSCA DE PRODUTIVIDADE

1 - Levantamento e Diagnóstico

- 1.1 - Registro de formas de trabalho
- 1.2 - Compreensão de procedimentos
- 1.3 - Elaboração e interpretação de relatório
- 1.4 - Apreciação de resultados

2 - Eliminação e Manutenção

- 2.1 - Identificação e eliminação de problemas
- 2.2 - Verificação de variáveis decorrentes do subitem 2.1
- 2.3 - Aproveitamento de rotinas eficazes
- 2.4 - Ajustamento ao novo modelo

3 - Introdução e Aperfeiçoamento

- 3.1 - Aplicação de novas ferramentas
- 3.2 - Estudo de casos e simulações situacionais
- 3.3 - Operacionalização de elementos incorporados
- 3.4 - Agregação do processo de mudança

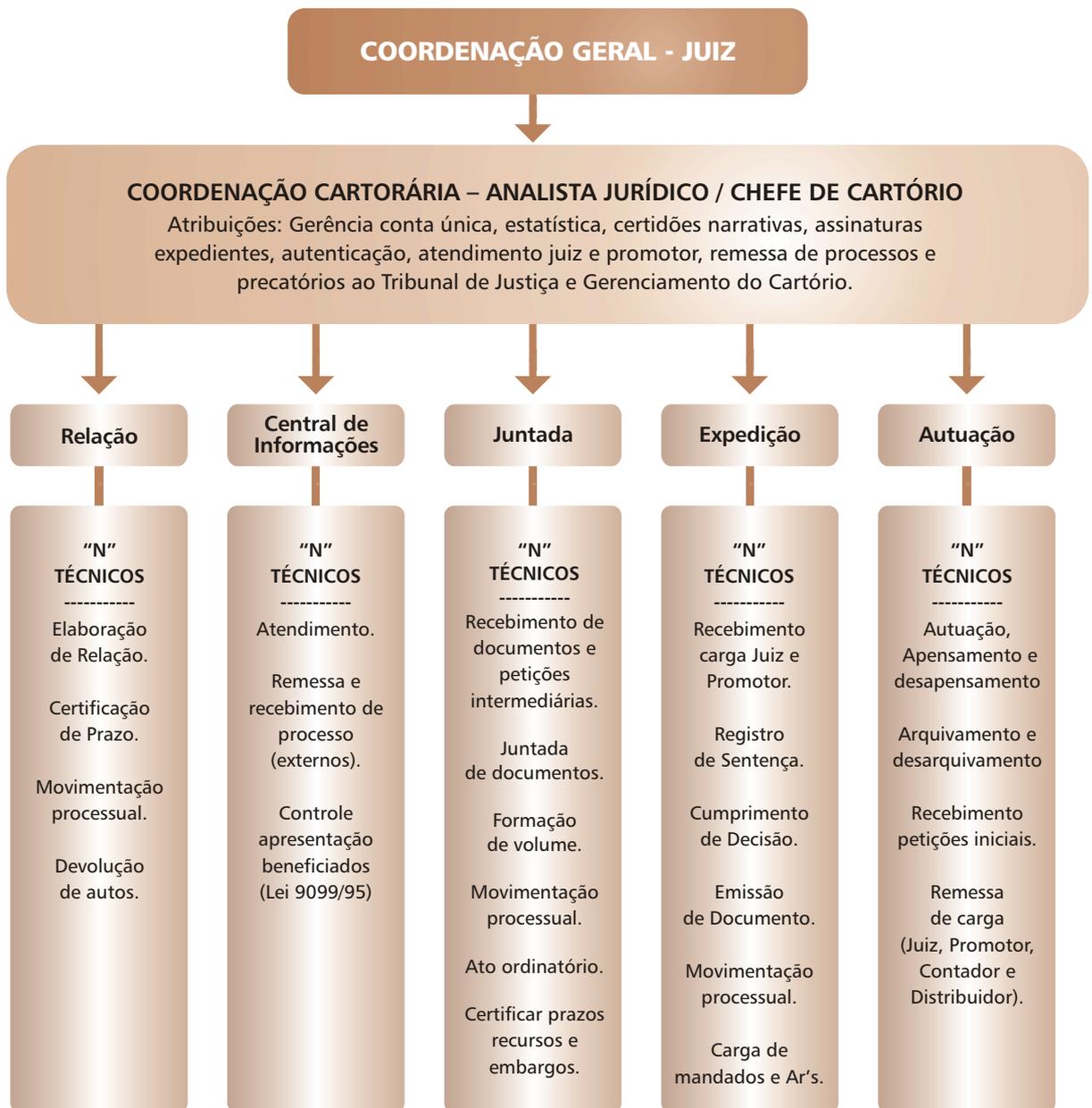
4 - Organização e Conhecimento

- 4.1 - Arranjo metódico de atividades
- 4.2 - Acomodação e harmonização de idéias
- 4.3 - Incentivo a pragmatismo e a bom senso
- 4.4 - Acompanhamento

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

A implantação do sistema de produção obedece a padrões do Programa, a partir de fluxograma que evidencia produção em série, racionalização e uniformidade de procedimentos, socialização

de rotinas de trabalho e rodízio de funções. O modelo infracitado reflete tal divisão de trabalho, por exemplo, na Terceira Vara Cível da comarca de Araranguá:



PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Consolidando o exemplo da Terceira Vara Cível da Comarca de Araranguá, observasse abaixo o leiaute resultante da leitura processual e, na

seqüência, quatro fotografias de setores com obra civil concluída e já devidamente organizados:



Central de Informações



Sala de Audiência



Gabinete de Juiz



Cartório

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

QUADRO DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA NOS PROJETOS DE INSTALAÇÃO, DE SANEAMENTO PROCESSUAL E DE ACOMPANHAMENTO DE UNIDADES JUDICIÁRIAS

| COMARCA DE ATUAÇÃO | OBJETIVO |
|---|--|
| ARARANGUÁ | INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CÍVEL SANEAMENTO PROCESSUAL |
| BIGUAÇÚ | INSTALAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL |
| BLUMENAU | INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL |
| CAÇADOR | INSTALAÇÃO DA VARA CRIMINAL CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS CAPACITAÇÃO DO ANALISTA ADMINISTRATIVO |
| CAMPO BELO DO SUL | CAPACITAÇÃO DO ANALISTA JURÍDICO |
| CANOINHAS | INSTALAÇÃO DA VARA CRIMINAL SANEAMENTO PROCESSUAL |
| CAPITAL – VARA DE EXECUÇÕES PENAIS | SANEAMENTO PROCESSUAL E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES |
| CAPITAL – VARA DE ROGATÓRIAS, PRECATÓRIOS, PRECATÓRIAS, FALÊNCIA E CONCORDATA | SANEAMENTO PROCESSUAL E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES |
| IMARÚ | CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO CARTÓRIO |
| JARAGUÁ DO SUL | INSTALAÇÃO DA VARA DA FAMÍLIA, INFÂNCIA E JUVENTUDE |
| JOINVILLE | ORIENTAÇÃO ATINENTE A PROCEDIMENTOS NA SECRETARIA DO FORO INSTALAÇÃO DA QUARTA VARA CRIMINAL |
| MAFRA | CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS |
| NAVEGANTES | SANEAMENTO PROCESSUAL CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DO CARTÓRIO CAPACITAÇÃO – CONTADORIA E DISTRIBUIÇÃO |
| PALHOÇA | INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CÍVEL |
| SÃO BENTO DO SUL | INSTALAÇÃO DA TERCEIRA VARA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS |
| SÃO JOSÉ | INSTALAÇÃO DA SEGUNDA VARA DA FAMÍLIA |
| SÃO MIGUEL DO OESTE | INSTALAÇÃO DA VARA CRIMINAL SANEAMENTO PROCESSUAL CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DAS VARAS CÍVEIS |
| TRIBUNAL DE JUSTIÇA | ENCONTRO DE PREPARAÇÃO PARA AGENTE DE IMPLANTAÇÃO |

PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS

Aturam no Programa de Implantação de Serviços Judiciários, 118 servidores oriundos de 45 comarcas: Araranguá, Araquari, Armazém; Balneário Camboriú; Balneário Piçarras, Blumenau, Brusque, Caçador, Camboriú, Campos Novos, Canoinhas, Capinzal, Capital, Chapecó, Concórdia, Curitibanos, Descanso, Garopaba, Garuva, Gaspar, Ibirama, Imaruí, Imbituba, Indaial, Ipumirim, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra,

Modelo, Mondaí, Otacílio Costa, Palhoça, Papanduva, São Bento do Sul, São Joaquim, Sombrio, Tubarão, Urussanga, Videira, Xanxerê e Xaxim.

A implantação de tal modelo comprova investimento com retorno técnico-social e ressalta satisfação dos clientes interno e externo, representando iniciativa de aceitação plural ante instituições judiciárias e outros segmentos da sociedade.

ANEXOS

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| ATO REGIMENTAL N. 87/08-TJ | 97 |
| ATO REGIMENTAL N. 91/08-TJ | 97 |
| ATO REGIMENTAL N. 92/08-TJ | 98 |
| RESOLUÇÃO N. 01/08-CGMJPPI | 99 |
| RESOLUÇÃO N. 02/08-CGMJPPI | 99 |
| RESOLUÇÃO N. 07/08-TJ | 100 |
| RESOLUÇÃO N. 12/08-TJ | 100 |
| RESOLUÇÃO N. 16/2008-TJ | 102 |
| RESOLUÇÃO N. 38/08-TJ..... | 103 |
| RESOLUÇÃO N. 41/08-TJ | 104 |
| RESOLUÇÃO N. 44/08-TJ | 104 |
| RESOLUÇÃO N. 17/08 – GP, 30 DE SETEMBRO DE 2008. | 105 |
| RESOLUÇÃO N. 28/08-GP | 106 |

ATOS REGIMENTAIS

ATO REGIMENTAL N. 87/08-TJ

Institui o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, resolve aprovar o seguinte Ato Regimental:

“Art. 1º Fica instituído o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, órgão auxiliar do Tribunal Pleno que, presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, será composto pelo Presidente do Conselho do Fundo de Reparelhamento da Justiça, pelo Presidente do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos, e por mais oito desembargadores e dois juízes indicados pelo referido órgão”. Alterada a redação do caput do artigo 1º pelo Ato Regimental n. 92/08-TJ.

Redação anterior:

Art. 1º Fica instituído o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, órgão auxiliar do Tribunal Pleno que, presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, será composto por mais oito desembargadores e dois juízes indicados pelo referido órgão.

§ 1º Em seus afastamentos e ausências o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente.

§ 2º Poderão, em face da natureza da matéria, ser ouvidos membros das funções essenciais da Justiça e entidades associativas e sindicais.

Art. 2º Ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, compete:

I – colaborar na formulação da agenda pública, de discussão das questões direta ou indiretamente ligadas à Justiça, Segurança Pública e aos direitos da Cidadania, e na definição da agenda institucional, relativa a ações concretas para a melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços judiciários e afins, voltadas para uma gestão pública de qualidade e de resultados, com ênfase no cidadão catarinense, visando o bem comum;

II – emitir parecer prévio, quando solicitado pelo Tribunal Pleno, sobre a proposta orçamentária anual e sobre os pedidos de abertura de créditos adicionais e especiais, submetidos a sua apreciação pelo Presidente do Tribunal;

III – acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados, bem assim o cumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Judiciário na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – criar comissões e subcomissões de estudos, propostas e ações no campo da Justiça, da segurança pública, da cidadania e de outros assuntos que lhe forem pertinentes;

V – desenvolver estudos na área do planejamento estratégico, com a participação ativa dos servidores, juízes e órgãos da administração, ouvidos a associação de classe da magistratura e o sindicato dos servidores, para a apresentação de planos e metas de gestão e geração de programas de avaliação institucional, objetivando o aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como maior acesso à Justiça;

VI – elaborar programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira do Poder Judiciário, propondo suas metas;

VII – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo

Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Para as comissões e subcomissões de que trata o inciso IV, poderão ser convidados integrantes da sociedade civil ou de outras instituições.

Art. 3º O Tribunal Pleno aprovará o regimento interno do Conselho. Parágrafo único. Por medida de conveniência administrativa, o Conselho poderá fracionar-se para atender à área de políticas públicas e institucionais.

Art. 4º Este Ato Regimental entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial as Resoluções n. 2/2000-TJ e n. 3/2002-TJ

Florianópolis, 10 de março 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

(Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 406, de 19.03.08, págs. 01/02)

ATO REGIMENTAL N. 91/08-TJ

Institui, em caráter experimental, a Câmara Especial Regional de Chapecó e dá outras providências.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando o disposto nos arts. 5º, XXXV, e 125, §§ 6º e 7º, da Constituição Federal, combinados com o art. 88, § 3º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, resolve aprovar o seguinte Ato Regimental:

Art. 1º Fica instituída a Câmara Especial Regional de Chapecó, em caráter experimental e transitório, pelo prazo de doze meses, contados a partir de sua instalação, com competência na VIII Região Judiciária, que funcionará, para os efeitos legais, como Câmara Isolada.

Art. 2º A Câmara Especial Regional de Chapecó constituir-se-á de três Desembargadores voluntários e de dois Juízes de Direito de Segundo Grau, cujo período de designação será fixado pelo Tribunal Pleno.

Art. 3º Compete à Câmara Especial Regional de Chapecó conhecer, processar e julgar os processos de competência originária das Câmaras Isoladas de Direito Civil e Comercial do Tribunal de Justiça, definindo o Tribunal Pleno, mediante resolução específica, a forma e o volume de distribuição à Câmara Especial, dentre outras providências para o seu bom desempenho.

§ 1º A Câmara Especial Regional de Chapecó funcionará de forma descentralizada e será presidida pelo Desembargador mais antigo.

* “Art. 1º Suspender, por um período de 12 (doze) meses, contados da data da instalação da Câmara Especial Regional de Chapecó, a eficácia da parte final do § 1º do art. 3º e o caput do art. 4º do Ato

ATOS REGIMENTAIS

Regimental n. 91/2008-TJ." Suspensão temporária de dispositivos pelo Ato Regimental n. 94/08-TJ.

§ 2º Nos seus afastamentos, faltas e impedimentos, os Desembargadores serão substituídos pelos Juizes de Direito de Segundo Grau, respeitado o princípio do juiz natural e os arts. 93, III, 94 e 98, I, da Constituição Federal.

Art. 4º Os Desembargadores voluntários não poderão pertencer à mesma Câmara Isolada do Tribunal de Justiça, ficando dela afastados durante o exercício na Câmara Especial.

* "Art. 1º Suspende, por um período de 12 (doze) meses, contados da data da instalação da Câmara Especial Regional de Chapecó, a eficácia da parte final do § 1º do art. 3º e o caput do art. 4º do Ato Regimental n. 91/2008-TJ." Suspensão temporária de dispositivos pelo Ato Regimental n. 94/08-TJ.

Parágrafo único. O Desembargador integrante da Câmara Especial manterá as demais competências junto ao Tribunal de Justiça.

Art. 5º Após o período experimental, o Tribunal Pleno pronunciar-se-á sobre a instalação definitiva da Câmara Especial Regional ou a prorrogação de seu funcionamento.

Art. 6º Caberá ao Presidente da Câmara Especial Regional a sua coordenação administrativa, devendo contar com o apoio do Juiz Diretor da VIII Região Judiciária ou do Foro de Chapecó.

Art. 7º Os cargos de Juiz de Direito de Segundo Grau, vinculados à Câmara Especial Regional, serão preenchidos para atuação em Chapecó, com dedicação exclusiva, retornando à sua competência originária, no caso de não efetivação ou prorrogação do funcionamento da Câmara Especial Regional.

Art. 8º Este Ato Regimental entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

(Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 574, de 18.11.08, pág. 01)

ATO REGIMENTAL N. 92/08-TJ

Altera a redação do caput artigo 1º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ, para incluir entre os integrantes do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais os Presidentes do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, nos termos do artigo 83, II, da Constituição do Estado de Santa Catarina, resolve aprovar o seguinte Ato Regimental:

Art. 1º O caput do artigo 1º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, órgão auxiliar do Tribunal Pleno que, presidido pelo Presidente do Tribunal de Justiça, será composto pelo Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, pelo Presidente do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos, e por mais oito desembargadores e dois juizes indicados pelo referido órgão".

Art. 2º Este Ato Regimental entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

(Publicado no Diário da Justiça Eletrônico nº 586, de 04.12.08, pág. 01)

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 01/08-CGMJPPI

ORIGEM: CGMJPPPI

DATA DA ASSINATURA: 19.11.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 576 PÁG 17

DATA: 20.11.2008.

OBS.: Dispõe sobre o controle de atos, convênios e contratos administrativos no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Alterado o art. 1º e seu § 1º, pela Resolução n. 02/08-CGMJPPI.

RESOLUÇÃO N. 01/08-CGMJPPI

Dispõe sobre o controle de atos, convênios e contratos administrativos no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O Presidente do Tribunal de Justiça, ad referendum, do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, considerando

- que lhe compete “acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados”, na forma do art. 2º, inc. III, do Ato Regimental nº 87/08-TJ;
- a aplicação subsidiária do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, ex vi do art. 16, do Regimento Interno do CGMJPPPI;
- a necessidade de aprimoramento do controle dos atos, convênios e contratos administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º Todos os contratos, convênios, aditamentos, prorrogações ou renovações, que envolvam qualquer órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, devem ser apresentados com antecedência mínima de trinta dias ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, para posterior formalização.

§ 1º Cabe à Secretaria do Conselho o recebimento do processo e conseqüente inclusão em pauta ou, se for o caso, distribuição para o relator sorteado.

§ 2º A manifestação do Conselho dar-se-á diretamente em ata ou por voto do relator aprovado em sessão.

§ 3º Para subsidiar seu voto, o relator poderá converter os autos em diligência, requisitar documentos, marcar prazos, pedir pareceres, consultar a auditoria interna, dentre outras medidas que entender cabíveis junto à administração.

Art. 2º Até o quinto dia útil do mês subsequente, os diretores do Tribunal de Justiça deverão encaminhar à Secretaria do Conselho, por intermédio da respectiva Direção-Geral, objetivo relatório circunstanciado de suas atividades mensais.

Parágrafo único. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura, além da providência mencionada no caput e no mesmo prazo, remeterá relatório sintético acerca do estado das obras de construção e reforma dos prédios do Poder Judiciário, com previsão da data de sua conclusão, apontando e quantificando, justificadamente, eventuais atrasos.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 19 de novembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 02/08-CGMJPPI

ORIGEM: CGMJPPPI

DATA DA ASSINATURA: 15.12.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 594 PÁG 44

DATA: 17.12.2008.

OBS: Altera o art. 1º e seu § 1º, da Resolução nº 01/08-CGMJPPI.

RESOLUÇÃO N. 02/08-CGMJPPI

Altera a Resolução nº 1/2008-CGMJPPI.

O Presidente do Tribunal de Justiça, ad referendum, do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, considerando a constante necessidade de aprimoramento do controle dos atos, convênios e contratos administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º e seu § 1º, da Resolução nº 1/2008-CGMJPPI, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Todos os aditamentos, prorrogações ou renovações de contratos e convênios de custo anual superior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), que envolvam qualquer órgão vinculado ao Tribunal de Justiça, devem ser apresentados com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, para posterior formalização, salvo casos de urgência excepcionados pelo próprio Conselho.

“§ 1º Cabe à Secretaria do Conselho o recebimento do processo e conseqüente inclusão em pauta ou, se for o caso, distribuição para o relator da área respectiva.”

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO
 Nº 07/08-TJ
 ORIGEM: TJ
 DATA DA ASSINATURA: 10.03.2008.
 PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
 PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO n. 403 PÁG 01 DATA: 14.03.2008.
 OBS: Cria os Fóruns Municipais – Casas da Cidadania

RESOLUÇÃO N. 07/08-TJ**Cria os Fóruns Municipais – Casas da Cidadania**

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando,

- o disposto no artigo 241 da Constituição Federal;
- o fato de ser todo o município catarinense definido como comarca não instalada, na forma do artigo 3º, § 1º, inciso IX, da Lei Complementar Estadual n. 339, de 8 de março de 2006;
- a disciplina instituída pelo artigo 71 da Lei Complementar Estadual n. 339, de 8 de março de 2006; e
- a necessidade de racionalizar a utilização das Casas da Cidadania na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina,

RESOLVE:

Art. 1º Às Casas da Cidadania, além dos Juizados Especiais Cíveis ou Criminais, poderão ser acrescentadas Unidades Judiciárias Fiscais e passarão a denominar-se “Fórum Municipal – Casa da Cidadania”, em cujo âmbito serão priorizadas as práticas de pacificação social, de conciliação e mediação e os demais meios não adversariais de solução de conflitos.
 Parágrafo único. Fica mantida a denominação Casa da Cidadania àquelas instaladas em sede de comarca.

Art. 2º A Unidade Judiciária Fiscal destina-se à cobrança descentralizada da dívida ativa, mediante convênio com o Município e, se for o caso, com o Estado de Santa Catarina, conforme a Lei Estadual n. 14.266, de 21 de dezembro de 2007.
 Parágrafo único. O convênio de que trata o caput deste artigo dependerá de prévia lei autorizadora do respectivo ente federado, disporá sobre o funcionamento no próprio Poder Executivo ou na Casa da Cidadania e terá por objeto a cooperação material e técnica para a prestação jurisdicional de cobrança dos débitos inscritos em dívida ativa, sem prejuízo de outras estipulações que se fizerem necessárias.

Art. 3º Nas unidades judiciárias fiscais, serão priorizadas as práticas alusivas aos incrementos de recursos de informática e virtualização dos atos e procedimentos nelas verificados e desenvolvidos.

Art. 4º Caberá à Presidência do Tribunal determinar as datas de instalação das novas unidades, observadas a conveniência do serviço forense e a disponibilidade orçamentária, além de dar prelação aos municípios de maior contingente populacional e

maior distância física da sede da comarca, bem como os de menor índice de desenvolvimento humano (IDH).

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 10 de março de 2008.

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO
 Nº 12/08-TJ
 ORIGEM: TJ
 DATA DA ASSINATURA: 14.04.2008.
 PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
 PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 430 PÁGS 01/02 DATA: 25.04.2008.
 OBS: Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.
 VIDE: Ato Regimental n. 87/2008-TJ
 VIDE: Alterada a redação do caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais pela Resolução n. 41/08-TJ.

RESOLUÇÃO N. 12/08-TJ**Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, com fulcro no artigo 3º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, nos termos do Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 14 de abril de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
 DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE GESTÃO, MODERNIZAÇÃO JUDICIÁRIA, DE POLÍTICAS PÚBLICAS E INSTITUCIONAIS**CAPÍTULO I**

Disposições iniciais

Art. 1º Este Regimento disciplina o funcionamento, a composição e a atribuição do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

Art. 2º O Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, que atua como órgão auxiliar do Tribunal Pleno, tem por finalidade a definição de opções e formulações estratégicas, considerando as situações atuais e as possibilidades do futuro, elaborando subsídios para o Plano Plurianual e ações de desenvolvimento de longo prazo do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

Da composição e do funcionamento

Art. 3º O Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais será composto do Presidente deste Tribunal, de oito desembargadores e de dois juízes indicados pelo referido órgão.

Parágrafo único. Os membros do Conselho exercerão mandato de dois anos, coincidentes com o período de exercício dos cargos diretos do Tribunal de Justiça.

Art. 4º O *quorum* mínimo para instalação e funcionamento das sessões do Conselho de Gestão será de 6 (seis) membros.

Art. 5º Atuará, como Secretário do Conselho, o Chefe de Gabinete da Presidência, ou, na falta deste, servidor indicado pelo Presidente.

CAPÍTULO III

Das atribuições

Seção I

Do Conselho

Art. 6º Ao Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais compete:

- I – colaborar na formulação da agenda pública, de discussão das questões direta ou indiretamente ligadas à Justiça, Segurança Pública e aos direitos da Cidadania, e na definição da agenda institucional, relativa a ações concretas para a melhoria da prestação jurisdicional e dos serviços judiciários e afins, voltadas para uma gestão pública de qualidade e de resultados, com ênfase no cidadão catarinense, visando o bem comum;
- II – emitir parecer prévio, quando solicitado pelo Tribunal Pleno, sobre a proposta orçamentária anual e sobre os pedidos de abertura de créditos adicionais e especiais, submetido pelo Presidente do Tribunal à apreciação do Tribunal Pleno;
- III – acompanhar, em nome do Tribunal Pleno, o desempenho da administração e de seus órgãos subordinados, bem como o cumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Judiciário na lei de diretrizes orçamentárias;
- IV – criar comissões e subcomissões de estudos, propostas e ações no campo da Justiça, da segurança pública, da cidadania e

de outros assuntos que lhe forem pertinentes;

V – desenvolver estudos na área do planejamento estratégico, com a participação ativa dos servidores, juízes e órgãos da administração, ouvidos a associação de classe da magistratura e o sindicato dos servidores, para a apresentação de planos e metas de gestão e geração de programas de avaliação institucional, objetivando o aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como maior acesso à Justiça;

VI – elaborar programas de aperfeiçoamento da gestão administrativa e financeira do Poder Judiciário, propondo suas metas;

VII – exercer outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Tribunal Pleno.

Seção II

Do Presidente

Art. 7º São atribuições do Presidente do Conselho de Gestão:

- I – presidir as sessões, dirigir os trabalhos, manter a ordem, orientar a discussão e proclamar o resultado das votações;
- II – velar pelas prerrogativas do Conselho e representá-lo;
- III – convocar sessões extraordinárias;
- IV – distribuir entre os outros membros do Conselho os feitos de sua competência;
- V – proferir voto de qualidade em caso de empate na votação;
- VI – expedir os atos necessários ao cumprimento das deliberações do Conselho;
- VII – designar, *ad referendum*, membro para substituir integrante de comissão ou subcomissão em caso de urgência;
- VIII – praticar os demais atos previstos em lei ou em regimento.

Art. 8º Em seus afastamentos e ausências, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente.

Seção III

Das Comissões

Art. 9º É facultada a criação de comissões e subcomissões para realizar estudos e apresentar propostas e ações no âmbito das atribuições do Conselho.

§ 1º Para as comissões e subcomissões de que trata o inciso IV, do art. 6º, poderão ser convidados integrantes da sociedade civil ou de outras instituições.

§ 2º Sempre que houver conveniência em razão da matéria, as demais comissões e subcomissões contarão com a colaboração de pessoas não pertencentes ao Poder Judiciário.

§ 3º A criação de comissões também poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal Pleno, com posterior designação e instalação pelo Conselho de Gestão.

Art. 10º A composição, o modo de funcionamento e o prazo para conclusão dos trabalhos das comissões e subcomissões serão definidos no momento de sua criação pelo Conselho ou na determinação da instalação quando a comissão for criada pelo Tribunal Pleno.

CAPÍTULO IV

Das sessões

Art. 11º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na primeira e terceira segundas-feiras de cada mês, no período matutino.

RESOLUÇÕES

Parágrafo único. O Presidente poderá convocar sessão extraordinária, designando data e horário para sua ocorrência.

Art. 12º As votações serão abertas e as decisões serão tomadas pela maioria simples dos membros presentes.

§ 1º Em caso de empate, caberá ao Presidente da sessão proferir o voto de qualidade.

§ 2º Cabe ao Secretário do Conselho de Gestão a preparação, para aprovação, da ata da sessão.

§ 3º As sessões poderão ser transmitidas pela rede intranet do Tribunal de Justiça.

Art. 13º Quando for necessária ou pertinente a comparência de representantes de instituições auxiliares da Justiça, bem como de outras associações, o convite será feito pelo Presidente do Conselho de Gestão.

CAPÍTULO V**Da distribuição**

Art. 14º A distribuição de autos no Conselho de Gestão será feita por processamento eletrônico de dados, mediante sorteio aleatório e uniforme.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho não receberá distribuição dos processos; poderá, todavia, apresentar matérias em mesa.

Art. 15º Não se submetem a sorteio os feitos cuja matéria já se encontra vinculada à comissão ou subcomissão.

CAPÍTULO VI**Disposições finais**

Art. 16º Aplica-se subsidiariamente, no que couber, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Art. 17º Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação.

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 16/08-TJr

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 04.06.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 472 PÁG 01

DATA: 26.06.2008.

OBS: Eleva de entrância comarcas e extingue a entrância intermediária na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.

RESOLUÇÃO N. 16/2008-TJ**Eleva de entrância comarcas e extingue a entrância intermediária na Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando,

– a extensão territorial, o crescente número de habitantes, expresso também, na majoração de seu eleitorado, assim como a forte receita tributária dos Municípios que integram as comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê;

– o alto movimento forense dessas comarcas, com a conseqüente concentração de várias Unidades Judiciárias; e

– o disposto no artigo 4º da Lei Complementar n. 339, de 8 de março de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Elevar as comarcas de Araranguá, Biguaçu, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Gaspar, Indaial, Laguna, Mafra, Porto União, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Tijucas, Timbó, Videira e Xanxerê da entrância intermediária para a entrância final.

Art. 2º A transformação dos cargos de Juiz de Direito das Comarcas elevadas será estabelecida por lei.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos são garantidas a posição na carreira da magistratura e a permanência em sua atual lotação até futura movimentação funcional.

Art. 3º Fica extinta a entrância intermediária.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Pleno.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 4 de junho de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 38/08-TJ

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 13.11.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 574 PÁGS 01/02 DATA: 18.11.2008.

OBS.: Define a competência da Câmara Especial Regional de Chapecó e dá outras providências.

RESOLUÇÃO N. 38/08-TJ**Define a competência da Câmara Especial Regional de Chapecó e dá outras providências.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando:

- o disposto nos arts. 5º e 25 da Lei Complementar n. 339, de 8 de março de 2006; e
- o Ato Regimental n. 91/2008-TJ, que criou a Câmara Especial Regional de Chapecó,

RESOLVE:

Art. 1º Compete à Câmara Especial Regional de Chapecó, restrita ao direito privado:

I – conhecer, processar e julgar os recursos de apelação, agravos e embargos declaratórios relativos às:

- a) execuções de títulos extrajudiciais do art. 585 do Código de Processo Civil e seus embargos;
- b) causas de arrendamento rural e parceria agrícola (art. 275, II, "a", do Código de Processo Civil);
- c) causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre (art. 275, II, "d", do Código de Processo Civil);
- d) execuções especiais e impugnações de que tratam o Decreto-lei n. 70/1996, o Decreto-lei n. 167/1997, o Decreto-lei n. 413/1969, e a Lei n. 6.840/1980;
- e) ações de busca e apreensão abrangidas pelo Decreto-lei n. 911/1969, e aquelas que lhe forem conexas ou correlatas; e
- f) ações de alimentos da Lei n. 5.478/1968, desde que inexistente a conexão.

II – conhecer, processar e julgar:

- a) os recursos relativos ao cumprimento das sentenças referentes às matérias das alíneas "b", "c", "e" e "f" do inciso I; e
- b) os habeas corpus e mandados de segurança relativos ao inciso I.

Art. 2º A jurisdição da Câmara Especial Regional de Chapecó será exercida, nos termos do Ato Regimental n. 91/2008-TJ, na VIII Região, que abrange as comarcas de Chapecó, Coronel Freitas, Xaxim, Concórdia, Ipumirim, Itá, Seara, São Miguel do Oeste, Descanso, Itapiranga, Xanxerê, Abelardo Luz, Ponte Serrada, São Domingos, Mondaí, Palmitos, São Carlos, Campo Erê, Quilombo, São Lourenço do Oeste, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Pinhalzinho, Anchieta, Dionísio Cerqueira e São José do Cedro (Resolução n. 8/2007-TJ).

Art. 3º A distribuição dos recursos dar-se-á a partir da data da instalação da Câmara Especial Regional.

Parágrafo único. Serão redistribuídos os processos abrangidos pelo art. 1º desta Resolução, aforados na sede do Tribunal de Justiça nos trezentos e sessenta e cinco dias anteriores à instalação do órgão fracionário.

Art. 4º Em se tratando de agravo de instrumento, para os fins previstos nos incisos I, II e III do art. 527 do Código de Processo Civil, o feito será preliminarmente concluso ao juiz de direito de segundo grau integrante da Câmara Especial Regional, que analisará a necessidade ou não da respectiva tutela e, em seguida, se for o caso, determinará a redistribuição ao relator. Parágrafo único. O recurso que desafiar a decisão de que trata o caput deverá ser julgado pela Câmara Especial Regional, funcionando como relator o juiz prolator da decisão impugnada.

Art. 5º Os embargos infringentes, as ações rescisórias de acórdão e a interposição dos recursos aos Tribunais Superiores continuarão a ser manejados na sede do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Art. 6º A Câmara Especial Regional deverá realizar no mínimo uma sessão por semana, facultando-se ao colegiado a deliberação sobre a necessidade de sessões extraordinárias. Parágrafo único. A primeira sessão da Câmara Especial Regional de Chapecó deverá ser realizada em, no máximo, 15 (quinze) dias após sua instalação.

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pelo Tribunal Pleno.

Art. 8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 13 de novembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 41/08-TJ

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 03.12.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 586 PÁG 01
DATA: 04.12.2008.

OBS.: Altera a redação do caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, a fim de incluir entre os seus integrantes os Presidentes do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos.

Vide: Ato Regimental n. 87/08-TJ e Resolução n. 12/08-TJ.

RESOLUÇÃO N. 41/08-TJ**Altera a redação do caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, a fim de incluir entre os seus integrantes os Presidentes do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, com fulcro no artigo 3º do Ato Regimental n. 87/2008-TJ,

RESOLVE:

Art. 1º O caput do artigo 3º do Regimento Interno do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, aprovado pela Resolução n. 12/2008-TJ, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, será composto pelo Presidente deste Tribunal, pelo Presidente do Conselho do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, pelo Presidente do Conselho de Administração do Sistema Financeiro da Conta Única de Depósitos, e por mais oito desembargadores e dois juizes indicados pelo referido órgão".

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 44/08-TJ

ORIGEM: TJ

DATA DA ASSINATURA: 03.12.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 590 PÁG 01
DATA: 11.12.2008.

OBS.: Instala a comarca de Meleiro, estabelece seus limites territoriais e a competência do Juízo, e dá outras providências.

OBS.: Altera o art. 1º, que se incorpora ao Anexo Único, da Resolução n. 08/07-TJ.

RESOLUÇÃO N. 44/08-TJ**Instala a comarca de Meleiro, estabelece seus limites territoriais e a competência do Juízo, e dá outras providências.**

O Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por seu Tribunal Pleno, considerando:

– o disposto nos arts. 3º, § 1º, IX e § 2º, 4º, 5º, 13 e parágrafo único, 14, 73 e 74 da Lei Complementar n. 339, de 8 de março de 2006; e

– o exposto no Processo n. 321146-2008.0,

RESOLVE:

Art. 1º Instalar a comarca de Meleiro, de entrância inicial, constituída pelo município sede e pelo município de Morro Grande, a qual integrará a 11ª Circunscrição Judiciária.

§ 1º A comarca de Turvo, da qual foi desmembrada, passa a constituir-se do município sede e dos municípios de Jacinto Machado, Timbé do Sul e Ermo.

§ 2º Os titulares dos serviços notariais e de registro poderão optar por continuar exercendo suas atribuições na comarca de Turvo ou nas serventias que eventualmente venham a ser criadas na comarca de Meleiro.

Art. 2º A competência do Juiz de Direito da comarca de Meleiro é a definida nos arts. 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102 e 110 da Lei n. 5.624, de 9 de novembro de 1979.

Parágrafo único. Enquanto não provida a comarca instalada por esta Resolução, sua jurisdição continuará a ser exercida pelo Juiz de Direito da comarca de Turvo.

Art. 3º A data da instalação da comarca de Meleiro será definida pelo Presidente do Tribunal de Justiça, observadas a oportunidade e a conveniência.

Parágrafo único. Após a instalação da comarca, para ela serão transferidos todos os processos de sua jurisdição, em curso e findos, salvo aqueles com a instrução concluída.

Art. 4º O art. 1º da Resolução n. 8/2007-TJ, de 4 de abril de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O território do Estado de Santa Catarina, para a administração da Justiça, fica dividido em 3 (três) subseções, 9

RESOLUÇÕES

(nove) regiões, 40 (quarenta) circunscrições, 111 (cento e onze) comarcas e 182 (cento e oitenta e duas) comarcas não instaladas, conforme descrito no Anexo Único desta Resolução.”

Art. 5º As alterações introduzidas nesta Resolução incorporam-se ao Anexo Único da Resolução n. 8/2007-TJ, de 4 de abril de 2007.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 17/08-GP

ORIGEM: GP

DATA DA ASSINATURA: 30.09.2008.

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO
PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 543 PÁGS
02/03 DATA.: 03.10.2008.

OBS.: Define as atribuições dos cargos de Analista Administrativo e Analista Jurídico.

RESOLUÇÃO Nº 17/08 – GP, 30 DE SETEMBRO DE 2008.

Define as atribuições dos cargos de Analista Administrativo e Analista Jurídico.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO

a necessidade de definir as atribuições dos cargos de Analista Jurídico e Analista Administrativo, conforme determinação do art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 406, de 25 de janeiro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam definidas as atribuições dos cargos de Analista Jurídico e Analista Administrativo, integrantes do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário.

Art. 2º São atribuições do cargo de Analista Jurídico o exercício de atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, estudo, pesquisa, elaboração de laudos, pareceres ou informações e execução de tarefas de elevado grau de complexidade, a fim de fornecer suporte jurídico-administrativo aos órgãos do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau, conforme exemplos de atividades descritos no ANEXO I.

Art. 3º São atribuições do cargo de Analista Administrativo o

exercício de atividades de planejamento, organização, coordenação, supervisão técnica, estudo, pesquisa, elaboração de laudos, pareceres ou informações e execução de tarefas de elevado grau de complexidade, relativas às áreas da Administração, Economia, Contabilidade e Direito, a fim de fornecer suporte administrativo aos órgãos do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau relacionado a recursos humanos, material e patrimônio, licitações e contratos, orçamento e finanças, controle interno e auditoria, segurança e transporte e outras atividades complementares de apoio administrativo, conforme exemplos de atividades descritos no ANEXO II.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

ANEXO I

Exemplos de atividades decorrentes das atribuições do cargo de Analista Jurídico, ressalvada a atribuição de atividade específica por norma especial:

- dar andamento a processos administrativos e judiciais e ao expediente do órgão em que estiver lotado;
- elaboração de certidões, informações, relatórios, pareceres e expedientes diversos, de acordo com a natureza do órgão no qual estiver lotado;
- atendimentos às partes e interessados, em processos judiciais e administrativos;
- análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência;
- orientação e execução de tarefas e elaboração de estudos e projetos nos assuntos relacionados à sua área de formação;
- exercer, quando designado pela Direção do Foro, a Chefia de Cartório, nos termos da Lei Complementar 406/08, com os encargos de fedatário;
- outras atividades correlatas e de mesma natureza e grau de complexidade.

ANEXO II

Exemplos de atividades decorrentes das atribuições do cargo de Analista Administrativo, ressalvada a atribuição de atividade específica por norma especial:

- dar andamento a processos administrativos e ao expediente do órgão em que estiver lotado;
- elaboração de certidões, informações, relatórios, pareceres e expedientes diversos, de acordo com a natureza do órgão no qual estiver lotado;
- atendimento às partes e interessados em processos administrativos;
- orientação e execução de tarefas e elaboração de estudos e projetos nos assuntos relacionados à sua área de formação;
- exercer, quando designado pela Direção do Foro, a Chefia da Secretaria do Foro, nos termos da Lei Complementar 406/08;
- outras atividades correlatas e de mesma natureza e grau de complexidade relativas à sua área de formação.

RESOLUÇÕES

TIPO: RESOLUÇÃO

Nº 28/08-GP

ORIGEM: GP

DATA DA ASSINATURA: 10.12.2008

PRESIDENTE: DES. FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO N. 589 PÁG 01

DATA: 10.12.2008.

OBS.: Estabelece mecanismos de auxílio e informação às atividades do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

VIDE: Ato Regimental 87/08-TJ.

RESOLUÇÃO N. 28/08-GP

Estabelece mecanismos de auxílio e informação às atividades do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais.

O Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de dotar o Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais dos instrumentos essenciais à consecução de seus objetivos, estabelecidos no Ato Regimental n. 87/2008-TJ,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores e Juizes de Direito membros do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, a Assessoria de Planejamento – ASPLAN, para qualquer iniciativa que se faça necessária.

Art. 2º Até o quinto dia útil após o encerramento do mês anterior, o(a) Coordenador(a) da Auditoria Interna do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina apresentará ao Presidente e aos Membros do Conselho de Gestão, Modernização Judiciária, de Políticas Públicas e Institucionais, relatório objetivo das auditorias realizadas e suas conclusões.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2008.

Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

1ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. ALCIDES DOS SANTOS AGUIAR

1º Vice-Presidente



INTRODUÇÃO

A 1ª Vice-Presidência, conforme atribuições definidas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e pelo Ato Regimental n. 48/01, possui a incumbência, dentre outras, de decidir os pedidos de suspensão da eficácia de liminar ou sentença proferidas em ações movidas contra o Poder Público. Além disso, compete ao 1º Vice-Presidente a Presidência das Comissões Permanentes de Divisão e Organização Judiciárias, Regimento Interno, Concursos, Jurisprudência, Assuntos Legislativos e de Assuntos Institucionais.

Informações relativas ao período compreendido entre 1º/2/2008 e 12/12/2008:

1. ANÁLISE DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO

| | |
|---|-------------|
| 1.1 Total de Feitos Encaminhados à 1ª Vice-Presidência para Exame | 28 |
| 1.1.1 Pedidos de Suspensão Deferidos | 6 |
| 1.1.2 Pedidos de Suspensão Indeferidos | 20 |
| 1.1.3 Pedidos de Suspensão Deferidos Parcialmente | 2 |
| 1.2 Média Mensal de Pedido de Suspensão de Eficácia de Liminar ou Sentença no Período: 2,55 | 2,55 |

2. AGRAVOS INTERNOS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

| | |
|--|-------------|
| 2.1 Total de Agravos Internos Interpostos | 6 |
| 2.1.1 Negado Seguimento Monocraticamente por Manifestamente Inadmissível | 2 |
| 2.1.2 Negado Provimento | 3 |
| 2.1.3 Sobrestado o julgamento – possibilidade de acordo | 1 |
| 2.2 Média Mensal dos Agravos Internos Interpostos no Período | 0,55 |

3. AGRAVOS REGIMENTAIS INTERPOSTOS NOS PEDIDOS EXAMINADOS DE SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE LIMINAR OU SENTENÇA PROFERIDAS EM AÇÕES MOVIDAS CONTRA O PODER PÚBLICO:

| | |
|--|------|
| 3.1 Total de Agravos Regimentais Interpostos | 2 |
| 3.1.1 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente inadmissível | 1 |
| 3.1.2 Negado seguimento monocraticamente por manifestamente prejudicado | 1 |
| 3.2 Média Mensal de Agravos Regimentais Interpostos no Período | 0,18 |

4. COMISSÃO PERMANENTE DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS

| | |
|---|-----|
| 4.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência | 120 |
| 4.1.1 Remessa à Presidência para conclusão | 38 |
| 4.1.2 Feitos conclusos para apreciação | 6 |
| 4.1.3 Em Diligências Junto a outros Órgãos Administrativos para Providências | 23 |
| 4.1.4 Apensado e/ou juntado | 22 |
| 4.1.5 Arquivado | 31 |
| 4.2 Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Processo n. 210686-2004.8). | |
| 4.2.1 Elaboração do projeto pela Assessoria Especial da 1ª Vice-Presidência à luz da doutrina, da jurisprudência e de outros textos legais, adequando principalmente à realidade do servidor do judiciário catarinense. Texto base concluído e encaminhado para a Comissão Permanente de Divisão e Organização Judiciárias. | |
| 4.3 Reuniões | 14 |

5. COMISSÃO PERMANENTE DE REGIMENTO INTERNO

| | |
|--|---|
| 5.1 Total de Processos para Exame na 1ª Vice-Presidência | 5 |
| 5.1.1 Remessa à Presidência para conclusão | 3 |
| 5.1.2 Arquivados | 2 |
| 5.2 Projeto do Regimento Interno do TJSC (Processo n. 224179-2005.0). | |
| 5.2.1 Fase final. Deliberação pelo Tribunal Pleno para que a Comissão Permanente de Regimento Interno, atual e anterior, aprecie as propostas de alteração. A Comissão, atual e anterior, e os convidados, apreciaram e procederam às alterações. Deliberado pelo encaminhamento do Projeto do Regimento Interno à Presidência deste egrégio Tribunal. | |
| 5.3 Reuniões | 9 |

6. COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA

6.1 Manutenção da Revista de Jurisprudência Catarinense

6.2 Reunião

1

7. COMISSÃO DE CONCURSOS

7.1 Concurso para Ingresso na Magistratura:

7.1.1 Edital 016/2006 – Concluído.

7.1.2 Edital 005/2008 – Fase final. Candidatos habilitados para efetivar a inscrição definitiva.

Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2009.

7.2 Concurso para Ingresso e Remoção na Atividade Notarial e de Registro:

7.2.1 Edital 084/2007 – Divulgação da lista dos candidatos aprovados na prova preliminar.

Conclusão prevista para o exercício de 2009.

7.3 Concurso para Provimento de Cargos de Servidores Públicos Cíveis do TJSC:

7.3.1 Edital 141/2007 – Médico – Concluído.

7.3.2 Edital 142/2007 – Farmacêutico – Concluído.

7.3.3 Edital 143/2007 – Engenheiro Civil – Concluído.

7.3.4 Edital 144/2007 – Psicólogo – Concluído.

7.3.5 Edital 145/2007 – Engenheiro Eletricista – Concluído.

7.3.6 Edital 146/2007 – Contador – Concluído.

7.3.7 Edital 194/2007 – Bibliotecário – Concluído.

7.3.8 Edital 195/2007 – Oficial de Justiça – Concluído.

7.3.9 Edital 197/2007 – Assistente Social – Concluído.

7.3.10 Edital 334/2007 – Agente Administrativo Auxiliar – Concluído.

7.3.11 Edital 335/2007 – Analista de Sistemas – Concluído.

7.3.12 Edital 336/2007 – Revisor – Julgamento dos recursos interpostos às notas dos títulos apresentados.

Conclusão prevista para o primeiro semestre de 2009.

2ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. VOLNEI IVO CARLIN

2º Vice-Presidente



MOVIMENTAÇÃO EM 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO EM 2008* | SAÍDA EM 2008* | SOBRESTADOS (ART. 543-B, CPC) | SOBRESTADOS (ART. 543-C, CPC) | PENDENTES |
|------------------------------|-----------------------|----------------|-------------------------------|-------------------------------|------------|
| RECURSO ESPECIAL | 2585 | 2115 | -- | 122 | 348 |
| RECURSO EXTRAORDINÁRIO | 829 | 708 | 48 | 12 | 61 |
| EMBARGOS DE DECLARAÇÃO | 33 | 33 | -- | -- | -- |
| AGRAVO DE INSTRUMENTO (REsp) | 964 | 908 | -- | 56 | -- |
| AGRAVO DE INSTRUMENTO (RE) | 485 | 474 | 8 | 3 | -- |
| AGRAVO REGIMENTAL | 3 | 3 | -- | -- | -- |
| MEDIDA CAUTELAR | 14 | 14 | -- | -- | -- |
| TOTAL | 4913 | 4255 | 65 | 184 | 409 |

* Período de 02/01/2008 a 30/11/2008

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências (Período 02/01/2008 a 30/11/2008)

SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos (Período 02/01/2008 a 30/11/2008)

SajSG – Relação de movimentação de processos 25091e 25092 (Período de 02/01/2008 a 30/11/2008)

DADOS ESTATÍSTICOS

JANEIRO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 138 | 203 |
| Recursos Extraordinários | 50 | 72 |
| Embargos de Declaração | 7 | 7 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 |
| TOTAL | 188 | 282 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 02/01/2008 a 31/01/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 02/01/2008 a 31/01/2008)

FEVEREIRO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 155 | 120 |
| Recursos Extraordinários | 60 | 43 |
| Embargos de Declaração | 1 | 1 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 |
| TOTAL | 215 | 164 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/02/2008 a 29/02/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/02/2008 a 29/02/2008)

MARÇO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 367 | 230 |
| Recursos Extraordinários | 140 | 84 |
| Embargos de Declaração | 4 | 4 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 |
| TOTAL | 511 | 318 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/03/2008 a 31/03/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/03/2008 a 31/03/2008)

ABRIL 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 169 | 191 |
| Recursos Extraordinários | 64 | 49 |
| Embargos de Declaração | 2 | 2 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 |
| TOTAL | 235 | 242 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/04/2008 a 30/04/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/04/2008 a 30/04/2008)

MAIO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 192 | 167 |
| Recursos Extraordinários | 61 | 43 |
| Embargos de Declaração | 2 | 2 |
| Medida Cautelar | 1 | 1 |
| TOTAL | 256 | 213 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/05/2008 a 31/05/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/05/2008 a 31/05/2008)

JUNHO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 233 | 269 |
| Recursos Extraordinários | 66 | 88 |
| Embargos de Declaração | 1 | 1 |
| Medida Cautelar | 1 | 1 |
| TOTAL | 301 | 359 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/06/2008 a 30/06/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/06/2008 a 30/06/2008)

DADOS ESTATÍSTICOS

JULHO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 289 | 204 |
| Recursos Extraordinários | 89 | 105 |
| Embargos de Declaração | 1 | 1 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 |
| TOTAL | 379 | 310 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/07/2008 a 31/07/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/07/2008 a 31/07/2008)

AGOSTO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 294 | 263 |
| Recursos Extraordinários | 83 | 78 |
| Embargos de Declaração | 4 | 4 |
| Medida Cautelar | 5 | 5 |
| TOTAL | 386 | 350 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/08/2008 a 31/08/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/08/2008 a 31/08/2008)

SETEMBRO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 232 | 142 |
| Recursos Extraordinários | 69 | 39 |
| Embargos de Declaração | 4 | 4 |
| Medida Cautelar | 2 | 2 |
| TOTAL | 307 | 189 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/09/2008 a 30/09/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/09/2008 a 30/09/2008)

OUTUBRO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 280 | 183 |
| Recursos Extraordinários | 84 | 52 |
| Embargos de Declaração | 3 | 3 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 |
| TOTAL | 367 | 238 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/10/2008 a 31/10/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/10/2008 a 31/10/2008)

NOVEMBRO 2008

| NATUREZA | DISTRIBUIÇÃO | SAÍDA |
|--------------------------|--------------|------------|
| Recursos Especiais | 236 | 143 |
| Recursos Extraordinários | 63 | 55 |
| Embargos de Declaração | 4 | 4 |
| Medida Cautelar | 5 | 5 |
| TOTAL | 308 | 207 |

Fonte: SajSG – Mapa/Relatório TJ Vice-Presidências
(Período 01/11/2008 a 30/11/2008)
SajSG – Mapa/Registro interposição de recursos
(Período 01/11/2008 a 30/11/2008)

3ª VICE-PRESIDÊNCIA

DES. NELSON J. SCHAEFER MARTINS

3º Vice-Presidente



DADOS ESTATÍSTICOS

▶ DESPACHOS PROFERIDOS - 2008

| MÊS | REC ESP ADMITIDO | REC ESP NEGADO | REC EXT ADMITIDO | REC EXT NEGADO | PUBLICADO DESPACHO (OUTROS) |
|--------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|-----------------------------|
| Jan | 60 | 603 | 3 | 26 | 92 |
| Fev | 64 | 262 | 1 | 15 | 95 |
| Mar | 133 | 226 | 0 | 10 | 72 |
| Abr | 137 | 303 | 3 | 25 | 164 |
| Mai | 122 | 451 | 2 | 54 | 120 |
| Jun | 181 | 520 | 0 | 52 | 199 |
| Jul | 89 | 535 | 3 | 69 | 220 |
| Ago | 17 | 174 | 0 | 38 | 1090 |
| Set | 12 | 99 | 0 | 11 | 380 |
| Out | 27 | 263 | 2 | 29 | 741 |
| Nov | 31 | 200 | 0 | 12 | 687 |
| Dez(*) | 12 | 114 | 0 | 7 | 543 |
| TOTAL GERAL | 885 | 3750 | 14 | 348 | 4403 |

TOTAL DE DESPACHOS PROFERIDOS EM AI: 541

(*) até 17/12/08

▶ PROCESSOS DISTRIBUÍDOS - 2008

| MÊS | REsp | RE | MEDIDA CAUTELAR | EMB. DECL. | AGRAVO REG. |
|--------------------|-------------|-------------|-----------------|------------|-------------|
| Jan | 175 | 8 | 0 | 9 | 0 |
| Fev | 480 | 29 | 0 | 1 | 0 |
| Mar | 576 | 55 | 0 | 1 | 0 |
| Abr | 646 | 58 | 1 | 3 | 0 |
| Mai | 619 | 61 | 1 | 5 | 1 |
| Jun | 1182 | 147 | 1 | 11 | 0 |
| Jul | 417 | 57 | 1 | 5 | 1 |
| Ago | 612 | 80 | 3 | 7 | 1 |
| Set | 981 | 164 | 1 | 4 | 1 |
| Out | 688 | 123 | 1 | 2 | 0 |
| Nov | 866 | 165 | 0 | 13 | 2 |
| Dez(*) | 516 | 75 | 1 | 4 | 0 |
| TOTAL GERAL | 7758 | 1022 | 10 | 65 | 6 |

(*) até 17/12/08

DADOS ESTATÍSTICOS

▶ **TOTAL SOBRESTADOS EM DECORRÊNCIA DA LEI N. 11.672/2008:**

| | |
|-------------------------------------|-------------|
| ART. 543-C CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 2291 |
| ART. 543-B CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL | 12 |
| TOTAL SOBRESTADOS: | 2303 |

▶ **TOTAL DE PROCESSOS**

| | |
|---------------------------------|------|
| TOTAL DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS | 8861 |
| TOTAL DE DESPACHOS PROFERIDOS | 9941 |

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

DES. JOSÉ TRINDADE DOS SANTOS

Corregedor-Geral da Justiça

DES. JOSÉ GASPAR RUBIK

Vice-Corregedor-Geral da Justiça

JUÍZES-CORREGEDORES

JUIZ DINART FRANCISCO MACHADO

JUIZA SORAYA NUNES LINS

JUIZ JÚLIO CÉSAR MACHADO FERREIRA DE MELO

JUIZ VOLNEI CELSO TOMAZINI

RIZA QUARESMA BUTTER

Secretário



INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inciso XIX do art. 383 da Lei n. 5.624/7 - Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina -, apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça, nos diversos setores que a compõem, referentemente ao exercício de 2008. É de esclarecer que, tendo este Corregedor tomado posse em 3 de novembro último, o relatório engloba também as atividades realizadas durante a gestão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Anselmo Cerello, até a data de sua aposentação.

No breve período em que estamos à testa deste Órgão Correicional nos dedicamos mais à orientação dos Magistrados e, com ênfase, à reestruturação dos serviços correicionais extrajudiciais.

Mesmo neste curto lapso de tempo, incumbe-nos ressaltar a valiosa e prestimosa colaboração que nos foi dada pelos Juízes-Corregedores Drs. Soraya Nunes Lins, Dinart Francisco Machado, Júlio César Ferreira de Melo e Volnei Celso Tomazini, bem como de todos os servidores que atuam neste Órgão, planejando a forma de auxiliar e orientar o Primeiro Grau de Jurisdição para o exercício vindouro, sem deixar se exercer, entretanto, a necessária e indispensável fiscalização.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1 Atribuições do Corregedor Geral da Justiça

As atribuições da Corregedoria-Geral da Justiça foram atendidas por meio de viagens e reuniões de orientação aos Magistrados e servidores, dando-se ênfase aos seguintes pontos:

- a)** divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções;
- b)** informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça;
- c)** divulgação do relatório de estabelecimentos penais (Res. n. 47 do CNJ) e sobre o Cadastro Nacional de Adoção - CNJ, e;
- d)** apresentação do projeto de alteração/aperfeiçoamento da avaliação da produtividade nos processos de promoção.

2.1.1 Visitas às comarcas

Foram realizadas visitas às Comarcas de:

- Porto Belo (17/03/2008): orientação em processo judicial;
- Balneário Camboriú (08/04/2008): orientação em processo judicial;
- Itajaí (29 e 30/05/2008): reunião com Magistrados;

- Chapecó (01º a 2/04/2008): visita a convite da 6ª Coordenadoria Regional da AMC;
- São Miguel do Oeste (17/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Anchieta, Campo Erê, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Maravilha, Mondaí, São José do Cedro, São Miguel do Oeste;
- Chapecó (18/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Abelardo Luz, Chapecó, Concórdia, Coronel Freitas, Ipumirim, Itá, Modelo, Palmitos, Pinhalzinho, Ponte Serrada, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Seara, Xanxerê, Xaxim;
- Videira (19/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Caçador, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Fraiburgo, Herval do Oeste, Joaçaba, Lebon Régis, Porto União, Santa Cecília, Tangará, Videira;
- Lages (20/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Anita Garibaldi, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Correia Pinto, Curitiba, Lages, Otacílio Costa, São Joaquim - 1ª Vara, Urubici;
- Blumenau (24/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Ascurra, Blumenau, Gaspar, Indaial, Pomerode, Timbó, Brusque, São João Batista;
- Rio do Sul (25/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Ibirama, Ituporanga, Presidente Getúlio, Rio do Cam-

ATIVIDADES

- po, Rio do Oeste, Rio do Sul, Taió, Trombudo Central;
- Criciúma (30/06/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Araranguá, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Orleans, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Turvo, Urussanga;
 - Tubarão (1º/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Garopaba, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Tubarão;
 - Canoinhas (08/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Canoinhas, Itaiópolis, Mafra, Papanduva, Rio Negrinho;
 - Joinville (09/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Araquari, Garuva, Guarimir, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, São Bento do Sul, São Francisco do Sul;
 - Itajaí (10/07/2008): reunião com Magistrados e Servidores das comarcas de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Barra Velha, Camboriú, Itajaí, Itapema, Navegantes, Porto Belo, Tijucas;
 - Capital (11/07/2008): Capital- Continente, Norte da Ilha, Juizados Especiais, Justiça Militar, Substitutos, Questões Agrárias, Unidade Sucessões e Direito Bancário), Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Palhoça.
 - Lages: participação em inspeção correicional (08 e 09/09/2008)

2.1.2 Participação em eventos e reuniões

- I Reunião do Corregedor Nacional da Justiça com os Corregedores Gerais da Justiça dos Estados e do Distrito Federal – Brasília (28/02/2008);
- XIV Cúpula Judicial Ibero-Americana no Plenário do STJ – Brasília (05/03/2008);
- XLVII Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – Belém/PA (12 a 14/03/2008);
- XI Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Rio de Janeiro (08 e 09/05/2008);
- XLVIII Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – Maceió/AL (14 a 16/05/2008);
- XLIX Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça – São Luís/MA (13 a 15/08/2008);
- Reunião com Des. Rui Stocco sobre cobrança de custas nos Juizados Especiais – São Paulo/SP (22/08/2008) e
- L Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça – Tocantins/TO (12 a 14/11/2008).

2.1.3 Edição de provimentos

- Provimento 01/2008 - altera a redação do art. 508 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;

ATIVIDADES

- Provimento 02/2008 - altera da redação e inclui parágrafos do art. 58 e altera a redação do art. 59, ambos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõem sobre a inspeção nos estabelecimentos penais;
- Provimento 03/2008 - dispõe sobre o procedimento de recebimento de peças transmitidas por fax e a proporcionalidade na suspensão da distribuição de mandados nos afastamentos dos oficiais de justiça por período inferior a trinta dias, alterando a redação dos arts. 86, 88 e 410 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 04/2008 - determina comunicação específica à Justiça Eleitoral acerca do pagamento ou não de multa penal, alterando o § 4º do art. 265-A do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 05/2008 - altera o prazo da "carga rápida, contido no § 1º do art. 206 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 06/2008 - altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça para adequar a realização dos exames de DNA em conformidade com o Programa de DNA em Audiência em Santa Catarina – Prodnasc;
- Provimento 07/2008 - dispõe sobre a dispensa da impressão da certidão de remessa de relação de intimação de advogados para a publicação no Diário da Justiça, alterando o art. 451 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 08/2008 - dispõe acerca da dispensa de livros e também sobre o cumprimento de mandados relativos a pessoas recolhidas em estabelecimento penal, alterando a redação de artigo e incluindo novo dispositivo no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 09/2008 - altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e inclui novos dispositivos em relação ao serviço do Protocolo Unificado;
- Provimento 10/2008 - regula a emissão de certidões relativas às pessoas jurídicas, incluindo novos dispositivos no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 11/2008 - dispõe sobre a informação do número de inscrição das partes no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal do Brasil;
- Provimento 12/2008 - altera o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, modificando a redação de artigos e incluindo novos dispositivos;
- Provimento 13/2008 - altera o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, modificando a redação de artigos e incluindo novos dispositivos;
- Provimento 14/2008 - altera a redação do artigo 805 e parágrafos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;

ATIVIDADES

- Provimento 15/2008 - altera as redações dos §§ 5º e 6º do artigo 746 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 17/2008 - altera o artigo 70, caput, no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Provimento 18/2008 - dispõe sobre o exame do pedido de transferência de presos condenados no Estado para outra unidade federativa, incluindo artigos ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Provimento 19/2008 - Inclui ao artigo 72 o parágrafo 6º, do Código de Normas: Isenção. Juizado Especial. Despesas. Protocolo Unificado.
- Provimento 20/2008 - Inclui parágrafos no artigo 208 do Código de Normas: Devolução. Autos. Baixa. Livro Físico. Informatizado. Anotação. Imediata.
- Provimento 21/2008 - Altera a redação do artigo 436-A do Código de Normas: Segredo de Justiça. Editais. Citação. Nome por Extensão. Demais Partes. Abreviado.
- Provimento 22/2008 - Altera a redação do artigo 497 do Código de Normas: Contador. Petição Inicial. Guia de Recolhimento/Boleto. Pagamento.
- Provimento 23/2008 - Inclui a Subseção VIII - Atestado de Pena a Cumprir à Seção X - Execuções Penais, do Capítulo X - Procedimentos Relativos ao Âmbito Penal, artigo 360-A do Código de Normas: Atestado de Pena a Cumprir.
- Provimento 24/2008 - Altera a redação do parágrafo 6º do artigo 213-A do Código de Normas: CPF. Cadastro Saj/PG. Existência . Desnecessária intimação.
- Provimento 25/2008 - Revoga o item "k" do Provimento n. 06/04, que altera a competência da Unidade de Direito Bancário na Comarca da Capital. Competência. Unidade Direito Bancário da Capital. Seguro.
- Provimento 26/2008 - Renumerar e acrescenta ao artigo 300 do Código de Normas. É autorizado o envio de alvará por meio de fac-símile, desde que emitido e recebido diretamente pelos equipamentos dos estabelecimentos de origem e destino, seguido de imediata confirmação telefônica.
- Provimento 27/2008 - Inclui parágrafo no artigo 72 do Código de Normas. A interposição de recuso em processo do Juizado Especial determina a perda de isenção prevista no parágrafo anterior e as despesas realizadas a título de protocolo unificado deverão ser recolhidas, inclusive as do próprio recurso.
- Provimento 28/2008 - Altera a redação do caput do artigo 102, transforma o parágrafo único em § 2º e acrescenta o § 1º no Código de Normas. Certidão de Antecedentes Criminais para Fins Eleitorais.
- Provimento 29/2008 - Inclui Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares, no Código de Normas. Bacen Jud. Infoseg. Orientações. Procedimentos Saj-PG.

ATIVIDADES

2.1.4 Tribunal Pleno

Foram julgados no Conselho da Magistratura:

- Consulta n. 2007.900061-9;
- Consulta n. 2007.900057-0;
- Processo Administrativo nº 2007.900072-4;
- Processo Administrativo nº 2007.900032-8;
- Processo Administrativo nº 2007.900071-6;
- Vista dos autos de Consulta nº 2008.900032-8;
- Recurso de Decisão nº 2008.900027-1;
- Decisão monocrática lavrada nos autos nº CGJ 0405/2008.
- Decisão Monocrática lavrada nos autos do Pedido de Providências nº 2008.900064-6;
- Decisão monocrática lavrada nos autos CGJ 799/2008.

E no Tribunal Pleno:

- Processos GC 0391/2007, GC 0392/2007, GC 0455/2007, GC nº 0946/2007 e GC nº 0282/2008;
- Declaração de voto vencido nos autos de Agravo REgimental nº2008.011949-9/0001.00;
- Vista dos autos de Recurso de Decisão nº2007.015292-2;
- Declaração de voto vencido nos autos do Mandado de Segurança nº 2008005540-1;
- Declaração de voto vencido nos autos das ADi nº 2007013782-7 e 2008.011981-5.

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1 Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

- a)** De um total de 471 processos distribuídos, foram emitidos 427 pareceres finais e 60 intermediários. Atualmente, aguardam parecer 29 processos;
- b)** Quanto aos telefonemas atendidos, a Juíza Corregedora realizou 1143, restando para a sua assessoria 4.164 telefonemas.
- c)** Com relação às correspondências eletrônicas, o Núcleo prestou 3.212 informações através desse meio de contato.
- d)** Além dos atendimentos realizados pelos meios de comunicação acima citados, a Juíza Corregedora atendeu pessoalmente 239 pessoas e, a sua assessoria, outras 533.
- e)** A Juíza Corregedora analisou, ainda, 598 expedientes despachados diretamente com o Corregedor Geral da Justiça, dentre petições não autuadas, petições intermediárias, correspondências eletrônicas e ofícios.

O balanço anual realizado pelo Núcleo I – Orientação Institucional apresentou um total de 11.080 processos, petições, telefonemas, correspondências eletrônicas e atendimento pessoal.

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

PROJETOS

| TÍTULO | ENVOLVIDOS | INICIATIVA | SITUAÇÃO |
|--|--|-------------|---|
| Módulo de Assistência Judiciária – SAJ | Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo) e Softplan/Poligraph Ltda. | CGInfo | Regulamentado pela CGJ em 2007. Necessidade de atualização do sistema para acesso das Delegacias. |
| Central de Cobrança de Custas | Assessoria de Planejamento (Asplan), Direção-Geral Administrativa (DGA), Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), Diretoria de Infra-Estrutura (DIE), Diretoria de Documentação e Informações (DDI) e Diretoria de Informática (DI). | CGJ | GECOF implantada em todo o Estado. Conclusão em 07/11/08. Iniciadas as reuniões para definição de migração dos fluxos para o SAJ 5. |
| SAJ/Estatística | Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda. | CGJ | Em fase de testes. Solicitadas melhorias. Aguarda provimento alterando forma de captação da estatística. Circular CGJ n. 57/08 determina casos de aplicação de novas movimentações. |
| Índice Estadual – Certidão estadualizada | Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda. | CGInfo | Aquisição de Equipamentos realizada. Necessita definições de consultas. |
| Fundo de Ressarcimento de Condições de Oficiais de Justiça | Comissão de Gestão de Informatização (CGInfo), Diretoria de Informática (DI) e Softplan/Poligraph Ltda., Presidência, CGJ | CGJ | Encaminhamento à ASPLAN. |
| Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas nos Juizados Especiais | CGJ, Diretoria de Informática. | CGJ | Piloto na Capital – Juizado Especial – Dr. Newton Varela |
| Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais. | CGJ e Diretoria de Informática | CGJ | Piloto em Joinville – Juizado Especial – Dr. Zoldan |
| Bacen Jud 2.0 | CGJ, Coordenadoria de Magistrados, Diretoria de Informática (DI), e Divisão de Conta Única | CGJ | Em plena atividade. Migração das ordens de transferência para o Banco do Brasil em fase de ajustes. |
| Inscrição de custas em dívida ativa via SAT | CGJ, Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) | CGJ | Implantado em 2007. Em plena atividade. Cadastro de usuários via núcleo II da CGJ. Projeto de transferência eletrônica dos dados via GECOF. |
| Programa de DNA em Audiência – PRODNASC | CGJ, Presidência | Presidência | Implantado em 2007. Em plena atividade. Criado site na CGJ. Criado controle eletrônico de pedido de kits. Em fase de desenvolvimento de um cadastro de exames em andamento (ficha de identificação eletrônica). |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PROJETOS (CONT.)

| TÍTULO | ENVOLVIDOS | INICIATIVA | SITUAÇÃO |
|--|------------------------------|------------|--|
| Mutirão do Júri – 2008 | CGJ, Presidência | CGJ | <i>Iniciado em 2007. Em 2008 não foi realizado em razão do pouco volume de processos.</i> |
| INFOJUD | CGJ, Presidência | CGJ | <i>Firmado convênio (adesão ao do CNJ com a SRF). Certificados Digitais adquiridos. Aguarda cadastro de unidades e juizes, bem como regulamentação do uso.</i> |
| Transferência eletrônica de informações ao TRE/SC | CGJ, DI | CGJ | <i>Envio das informações eletrônicas em substituição aos ofícios dos juizes. Arquivos de testes enviados em dezembro/08.</i> |
| Peticionamento Eletrônico Portal e-SAJ | Presidência, CGInfo, DI, CGJ | CGInfo | <i>Editada resolução conjunta que regulamenta o uso do sistema. Necessidade de atualização do CNCJG.</i> |
| Portal para credenciar Corretores de Imóveis para Alienação por Iniciativa Particular | CGJ, DGJ, DI, CGInfo | CGJ | <i>Realizada reunião para iniciação do projeto. Proposta encaminhada à Presidência.</i> |
| Banco de Idéias com formulário na web | CGJ | CGJ | <i>Aguardando aprovação da monografia apresentada na UDESC (Paulo Remor e Sérgio Zitta)</i> |
| Sistema de Comunicações Oficiais da CGJ | CGJ, DI, CGINFO | CGJ | <i>Sistema HERMES do TJRN. Proposta encaminhada à Presidência.</i> |
| Mapa interativo com informações das Comarcas – telefone, endereço, abrangência, competência (Judicial e Extrajudicial) | CGJ | CGJ | <i>Em fase de especificação do projeto pelo Núcleo II.</i> |
| CCS – Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional | Presidência, CGJ | CGJ | <i>Adesão ao convênio com o BACEN assinado. Aguarda-se o recebimento de senha MASTER. Necessidade de regulamentação do uso.</i> |
| RENAJUD | Presidência, CGJ | CGJ | <i>Adesão ao convênio do CNJ. Em fase de cadastramento das unidades judiciárias. Necessidade de regulamentação do uso.</i> |
| Índice de Provimentos, Circulares e Ofícios-Circulares | CGJ | CGJ | <i>Criação de ementa dos atos emitidos pela CGJ. Relativo ao ano de 2008 foi disponibilizado em novembro.</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES

| DATA | HORÁRIO | LOCAL | ASSUNTO |
|------------|---------|---------------------|--|
| 12/02/2008 | 17:30h | CGJ | <i>Apresentação das atividades e projetos de todos os setores da CGJ ao novo Corregedor</i> |
| 13/02/2008 | 14h | CGJ | <i>Proposta de publicação das pautas de audiências no site do TJSC à DI, CGInfo e DGJ. Proposta de criação de portal para tratar da Alienação por Iniciativa Particular.</i> |
| 13/02/2008 | 16h | CGJ | <i>Apresentação dos projetos administrados pelo Núcleo II ao Corregedor</i> |
| 14/02/2008 | 9:30h | CGJ | <i>Apresentação do SAJ/EST ao Corregedor e ao Des. Gastaldo Buzzi</i> |
| 15/02/2008 | 14h | CGJ | <i>Proposta de criação de novo regimento de custas, separando os temas "custas" e "emolumentos".</i> |
| 19/02/2008 | 14h | CGJ | <i>Criação de movimentações para atender Juizado Especial e Infância e Juventude</i> |
| 22/02/2008 | 14h | CGJ | <i>Sistema de Gravação de telefone</i> |
| 29/02/2008 | 14h | 10º and. - plenário | <i>Reunião da CGInfo</i> |
| 10/03/2008 | 9:30h | ASPLAN | <i>Definição de grupo de trabalho para adoção tabelas unificadas CNJ</i> |
| 11/03/2008 | 16h | Gab. Dr. Dinart | <i>Equipamentos de informática da CGJ</i> |
| 12/03/2008 | 16h | ASPLAN | <i>GECOF – definições novas Comarcas e plano para 2008</i> |
| 14/03/2008 | 10h | CGJ | <i>Com Correios, DMP e DGJ sobre devolução de AR e reclamações das Comarcas</i> |
| 19/03/2008 | 14h | Delegacia SRF | <i>Tratativas para convênio INFOCONV e esclarecimentos sobre o INFOJUD.</i> |
| 24/03/2008 | 16h | CGJ | <i>GECOF – SALTs pendentes com a Softplan – apresentação do Custas na Web.</i> |
| 25/03/2008 | 16h | CGJ | <i>Peticionamento Eletrônico – definição do portal e cobrança de custas</i> |
| 26/03/08 | 14 h | CGJ | <i>SAJ-Estatística. Solicitações à Softplan de ajustes para homologação do sistema e implantação em caráter oficial. Inclusão de relatórios do Inspeção Virtual.</i> |
| 31/03/08 | 10h | Escola Faz.– SEF | <i>Ajustes para evitar ocorrência de erros na inclusão de devedores para inscrição em dívida ativa.</i> |
| 02/04/08 | 14h | CGJ | <i>Proposta de alterações do Protocolo Postal Integrado – mudança da denominação para "Serviço Protocolo Postal".</i> |
| 04/04/2008 | 9:30h | 10º andar | <i>Tabelas Unificadas do CNJ – criação de grupo de trabalho</i> |
| 09/04/2008 | 17h | CGJ | <i>Definições da GECOF – instalação em São José e força tarefa em navegantes</i> |
| 10/04/2008 | 9:30h | CGJ | <i>Grupo de Trabalho das tabelas Unificadas do CNJ</i> |
| 14/04/2008 | 10h | CGJ | <i>Tabelas de classes de 1º grau – tabelas CNJ</i> |
| 16/04/2008 | 11h | CGJ | <i>Conta Única – valores de fiança e valores apreendidos. Criação de sistema para depósito via web independente de distribuição do inquérito previamente.</i> |
| 17/04/2008 | 9:30h | CGJ | <i>Reunião da equipe sobre classes de 1º grau – tabelas CNJ</i> |
| 23/04/2008 | 16h | CGJ | <i>Reunião da CGJ com Gráfica acerca de modelo de carta auto-envelopável com AR para a GECOF</i> |
| 28/04/2008 | 9:30h | CGJ | <i>Reunião do Grupo de Trabalho sobre tabelas unificadas do CNJ</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

| DATA | HORÁRIO | LOCAL | ASSUNTO |
|------------|---------|--------------------------|---|
| 29/04/2008 | 14h | CGJ | <i>Problemas com as comunicações oficiais da CGJ. Proposta de utilização de sistema que permita controle de envio e recebimento com identificação do leitor, data e hora.</i> |
| 30/04/2008 | 14h | Asplan | <i>Definições sobre cronograma de implantação da GECOF</i> |
| 05/05/2008 | 14h | Lages | <i>Avaliação do PRODNASC</i> |
| 06/05/2008 | 14h | 10º andar – TJ | <i>Definição nova padronização de cores das capas</i> |
| 07/05/2008 | 14h | ASPLAN | <i>Definições da GECOF</i> |
| 07/05/2008 | 16h | ASPLAN | <i>Definição de novas filas para os fluxos da GECOF e utilização da carta de intimação auto-envelopável</i> |
| 08/05/2008 | 9:30h | CGJ | <i>Tabelas do CNJ</i> |
| 09/05/2008 | 9:30h | 10º andar – TJ | <i>Tabelas do CNJ – apresentação da Softplan da proposta de adaptação do SAJ</i> |
| 20/05/2008 | 9:30h | CGJ | <i>GECOF – definições para o SAJ 5</i> |
| 26/05/2008 | 16h | CGJ | <i>Orçamento da Corregedoria</i> |
| 27/05/2008 | 13:30h | 11º and.–CGINFO | <i>Tabelas unificadas do CNJ – Assuntos, Movimentações e Classes.</i> |
| 28/05/2008 | 14h | Torre II – hall superior | <i>Integração das procuradorias no SAJ 5</i> |
| 29/05/2008 | 14h | Softplan | <i>Migração da GECOF para o SAJ 5</i> |
| 29/05/2008 | 17h | ASPLAN | <i>Instalação da GECOF em Joinville</i> |
| 05/06/2008 | 16h | CGJ | <i>SAJ/AJ – reunião com OAB/SC, Polícia Civil, DI e Softplan</i> |
| 10/06/2008 | 16:30h | CGJ | <i>Alteração Resolução n. 02/05-TJ – a respeito do Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça e da comarca de Blumenau</i> |
| 11/06/2008 | 14h | CGJ | <i>Consulta da pauta de audiências na internet</i> |
| 11/06/2008 | 15:30h | CGJ | <i>SAJ/Estatística – problemas e implementações</i> |
| 12/06/2008 | 14h | CGJ | <i>Portal da Infância e Juventude - definições</i> |
| 13/06/2008 | 13:30h | Escola Fazendária | <i>Integração do SAJ (GECOF) com o SAT</i> |
| 20/06/2008 | 14:30h | Lages | <i>PRODNASC – avaliação e ações a serem implementadas</i> |
| 18/07/2008 | 15h | ASPLAN | <i>Sistema de conta única e Bacenjud (transferência ao Banco do Brasil)</i> |
| 21/07/2008 | 14h | ASPLAN | <i>Sistema de tabelas unificadas do CNJ</i> |
| 28/07/2008 | 14h | CGJ | <i>Apresentação dos relatórios da auditoria nas Comarcas em que houve instalação da GECOF</i> |
| 29/07/2008 | 14h | CGINFO | <i>Tabelas unificadas do CNJ</i> |
| 31/07/2008 | 14h | CGINFO | <i>Tabelas unificadas – movimentações do SAJ e do CNJ</i> |
| 01/08/2008 | 14:30h | 10º andar | <i>Apresentação da Kenta para a CGINFO</i> |
| 06/08/2008 | 16h | CGJ | <i>Definição de projetos</i> |
| 18/08/2008 | 10h | CGJ | <i>Definição com a PGE acerca do pagamento de Requisições de Pequeno Valor contra o Estado e Honorários periciais decorrentes de processos com Assistência Judiciária.</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

| DATA | HORÁRIO | LOCAL | ASSUNTO |
|------------|---------|------------|--|
| 20/08/2008 | 10:30h | CGJ | <i>Depósito de moeda estrangeira (participação do BB, DOF e Justiça Federal)</i> |
| 28/08/2008 | 15h | CELESC | <i>Reunião acerca do acesso ao endereço da base de clientes da CELESC</i> |
| 29/08/2008 | 14:00 | CGInfo | <i>Reunião mensal – Torre I</i> |
| 04/09/2008 | 15:30h | ASPLAN | <i>Definições acerca despesas com correios</i> |
| 10/09/2008 | 14h | ASPLAN | <i>Definições acerca de circular sobre despesas com os correios</i> |
| 23/09/2008 | 8h | HS – Pleno | <i>Indicadores do TJ</i> |
| 23/09/2008 | 13:30h | 10º andar | <i>Implementações de relatórios estatísticos das Turmas de Recursos – adequações do SAJ/SG ou SAJ/Turmas</i> |
| 24/09/2008 | 14h | CGInfo | <i>Definições acerca das tabelas unificadas para o SAJ</i> |
| 30/09/2008 | 14h | ASPLAN | <i>Alterações na resolução conjunta do IRRF. Mudanças na retenção de requisições de pequeno valor. Adequações da Conta Única.</i> |
| 30/09/2008 | 16h | CGInfo | <i>Tabelas processuais unificadas</i> |
| 01/10/2008 | 14h | CGInfo | <i>Integração do SAJ/AJ com a Polícia Civil</i> |
| 02/10/2008 | 10h | Pleno | <i>Indicadores de Gestão</i> |
| 02/10/2008 | 14h | CGInfo | <i>Produtividade do 2º Grau</i> |
| 06/10/2008 | 17h | CGInfo | <i>Classe Habilitação de Crédito – definições no SAJ</i> |
| 09/10/2008 | 11h | Gabinete | <i>Definição do curso de capacitação dos distribuidores e SAJ/AIP</i> |
| 14/10/2008 | 14h | CGInfo | <i>Acertos da tabela de movimentações</i> |
| 14/10/2008 | 17h | Auditoria | <i>Definições sobre o IRRF (resolução) e requisições de pequeno valor</i> |
| 15/10/2008 | 14h | CGInfo | <i>Tabela de movimentação – finalização</i> |
| 30/10/2008 | 14h | CGJ | <i>Ajuste da tabela de movimentações (novas sugestões)</i> |
| 30/10/2008 | 15h | CGJ | <i>Bacenjud – migração das ordens de transferência para o Banco do Brasil – inativação do BESC no BACEN.</i> |
| 06/11/2008 | 14h | CGJ | <i>Integração do SAJ com o Ministério Público</i> |
| 11/11/2008 | 9h | DOF | <i>Repasses da SEF ao TJSC</i> |
| 12/11/2008 | 16h | CGJ | <i>Definição com o TRE/SC sobre a certidão de antecedentes para fins eleitorais e também sobre a troca de informações por meio eletrônicos (condenações, etc.)</i> |
| 13/11/2008 | 10h | CGInfo | <i>Classes de incidentes no SAJ/PG – tabela processual unificada do CNJ</i> |
| 13/11/2008 | 14h | Softplan | <i>Migração do fluxo da GECOF para o SAJ 5.0</i> |
| 14/11/2008 | 9h | DOF | <i>Definição dos códigos de infração e de receita para ajustes no SAT</i> |
| 14/11/2008 | 13:30h | SAT-SEF | <i>Ajustes no SAT e criação de novos códigos de infração; alteração de natureza de algumas infrações; alteração das receitas e repasses</i> |
| 17/11/2008 | 10h | BB/BESC | <i>Bacenjud – definição de relatórios e arquivos para ajustar e solucionar problemas da transição para o BB e pendências.</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

REUNIÕES (CONT.)

| DATA | HORÁRIO | LOCAL | ASSUNTO |
|------------|---------|----------|--|
| 18/11/2008 | 14:30h | DOF | Transferências do BB relativas ao Bacen Jud. |
| 19/11/2008 | 9h | CGINFO | Planejamento aula Distribuidores |
| 19/11/2008 | 14h | Softplan | Fluxos da GECOF para o SAJ 5 |
| 20/11/2008 | 9:30h | CGINFO | Definições acerca das Tabelas Processuais Unificadas |
| 20/11/2008 | 14h | CGJ | Assistência Judiciária. Definições de procedimentos com a OAB. Fixação de padrão ou parâmetro para concessão. |
| 21/11/2008 | 9:30h | CGINFO | Tabelas Processuais Unificadas |
| 27/11/2008 | 9:30h | CGINFO | AIP – cálculo de pena cumprida. GECOF – modelo de carta AR. |
| 29/11/2008 | 16h | ASPLAN | Gastos com os correios. |
| 01/12/2008 | 10h | CGJ | Apresentação ao Corregedor e Juizes-Corregedores do Projeto de modificação da avaliação de produtividade de magistrados. |
| 01/12/2008 | 14h | Softplan | Migração dos fluxos da GECOF para o SAJ 5 |

PARECERES

| PROCESSO | ASSUNTO |
|----------------------------------|---|
| CGJ 0068/2007 | Criação de vara regional de execuções penais de Blumenau |
| CGJ 0799/2007 | Lançamento no rol de antecedentes criminais – importação dos dados |
| CGJ 0244/06 | Instalação na distribuição de impressora configurada para recebimento de fax |
| CGJ 0771/2007 | Diário da Justiça Eletrônico – Eliane Scheidt – Comarca de Blumenau – não localização do nome do advogado na pesquisa do DJE |
| CGJ 0737/2007 | Solicitação do Prefeito de Laguna para a implantação da Terceira Vara da Comarca de Laguna |
| 160648-2002.4 | Consulta. Conflito competência – Distribuição de inventários e arrolamentos em Itajaí |
| CGJ 1104/2007 | Transferência do Fórum de Herval d'Oeste para outro local |
| CGJ 0191/2007 | Redefinição de competências das Varas de Família de Blumenau |
| CGJ 0457/2007 e 274938-2007.6 | Solicita revisão da resolução 03/98-TJ. Protocolo de cooperação firmado com o Poder Judiciário do Paraná. Cartas precatórias cumprimento nas cidades limítrofes com o Estado do PR. Diligências |
| 0862/2007 | Encaminhamento da pesquisa de avaliação do usuário |
| 231279-2005.4 | Consulta se há possibilidade de servidor público abrir empresa especializada em recursos contra infrações de trânsito |
| CGJ 0738/2006 | CNJ – ofício circular 582/CNJ/GP e Pedido de Providências nº 491 – identificação automática de prevenções – SAJ |
| 258978-2006.6 | Solicita racionalização do uso de papel nas dependências dos Fóruns |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|----------------------------------|--|
| CGJ 0634/2006 | <i>Instalação 3ª Vara Criminal Comarca de Itajaí</i> |
| CGJ 0805/2007 | <i>Justificação criação novas unidades judiciárias</i> |
| CGJ 0093/2008 | <i>Custas iniciais em embargos</i> |
| CGJ 0477/2007 | <i>Determina estabelecimento de regras específicas de designação de magistrados para o cumprimento das visitas de inspeção mensal nas unidades carcerárias do Estado</i> |
| CGJ 0097/2008 | <i>Solicita seja baixado ato normativo definindo uma vara específica, ou seja competente para julgar processos provenientes da Câmara de Mediação e Arbitragem de Joinville</i> |
| CGJ 0432/2005 | <i>Averbação de penhora . Responsabilidade do credor. Expedição de precatória para averbação indevida.</i> |
| CGJ 0400/2005 | <i>Requer medidas urgentes no intuito de melhorar os serviços judiciários da Comarca (autos n. 220076-2005.7)</i> |
| CGJ 0118/2005 | <i>Pedido de providências – protocolo unificado da Capital</i> |
| CGJ 0717/2007 | <i>Consulta sobre pedidos de certidões referentes aos cartórios judiciais e extrajudiciais existentes na comarca</i> |
| CGJ 0061/2008 | <i>Convênio com CELESC para acesso ao SIGA de informações dos consumidores (autos CGJ 0907/2007)</i> |
| 297561-2008.0 | <i>Comissão de Informatização da Corregedoria-Geral da Justiça – CNJ. Projeto integração de bancos de dados entre tribunais. Integração de indicadores de gestão.</i> |
| CGJ 0409/2007 | <i>Envio de petição por fac-símile e proporcionalidade na suspensão de mandados aos oficiais de justiça nos afastamentos inferiores a trinta dias. Alteração dos arts. 86 e 88 e 410 do CNECJ.</i> |
| CGJ 0112/2008 | <i>Pedido de providências. Processos não distribuídos por falta de funcionário. Protocolo unificado</i> |
| CGJ 0113/2007 | <i>Lavratura de Termos Circunstanciados pelas Polícias Militar e Rodoviária</i> |
| CGJ 0237/2006, | <i>Criação de Varas Regionais e Juizado Especial Criminal na Comarca de Itajaí</i> |
| 275874-2007.1 e 286464-2007.9 | <i>Fazenda Nacional. Execução fiscal. Dispensa de condução de oficial de justiça.</i> |
| 280821-2007.8 | <i>Realização de estudos sobre a possibilidade de o SAI apresentar níveis de prioridade de tramitação e julgamento</i> |
| CGJ 0465/2007 | <i>Realização de estudos sobre a possibilidade de o SAI apresentar níveis de prioridade de tramitação e julgamento de autos</i> |
| CGJ 0095/2006 | <i>Proposta instalação de Comarca no Município de Campo Alegre. Parecer pelo não acolhimento.</i> |
| CGJ 0635/2007 | <i>Ofício n. 152/2006-GP – Solicita instalação de uma Comarca no Município de Corupá. Parecer pela rejeição do pedido.</i> |
| 285920-20073. | <i>Consulta sobre central de atendimento. Advogados e partes. Adoção de senha única – Não colhimento.</i> |
| 244962-2006.5 | <i>Consulta de processos crimes apenas pelo número e não pelo nome da parte</i> |
| CGJ 1058/2007 | <i>Consulta. Emissão ou não de certidão nos casos de execução de sentença provisória</i> |
| CGJ 0630/2006 | <i>Reclamação atendimento Cartório 1ª vara da Família de Blumenau – Arquivamento.</i> |
| CGJ 0114/2008 | <i>Eliminação de autos findos – Arquivo Central - requisitos</i> |
| CGJ 0009/2007 | <i>Arquivo Central do Poder Judiciário – ajuste de regulamentação</i> |
| CGJ 0313/2004 | <i>Pedido de providências – Unidade de Direito Bancário da Capital – encaminhamento à Presidência.</i> |
| CGJ 0456/2006 | <i>Pedido de isenção taxa – protocolo unificado – Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão – indeferimento.</i> |
| CGJ 0188/2008 | <i>Pedido de criação de vara virtual em Itajaí – despacho da Presidência e Conselho da Magistratura contrários. Levantamento de varas virtuais no estado. Encaminhamento ao Pleno.</i> |

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|-----------------------------------|--|
| CGJ 1079/2007 | <i>Levantamento de varas virtuais no estado. Encaminhamento ao Pleno.</i> |
| CGJ 0491/2006 | <i>Pedido de providências de Joinville – PRODNASC – kits de coleta insuficientes. Expedição de Ofício-Circular. Nova forma de distribuição por demanda.</i> |
| CGJ 0959/2007 | <i>Comunicação à justiça eleitoral – referência expressa do pagamento ou não da pena de multa quando comunicada a cessação dos efeitos da sentença penal condenatória. Alteração do § 4º do art. 265-A do CNCJG.</i> |
| CGJ 1064/2007 | <i>Aumento do prazo para carga rápida – provimento alterando art. 206 CNCJG – pedido da OAB de Blumenau – atendimento.</i> |
| CGJ 0130/2008 | <i>Sugestões da OAB/SC sobre custas do TJSC – Informações sobre custas na web.</i> |
| CGJ 0871/2007 | <i>Deferido pedido para realização de reuniões da CEJA para divulgação do CUIDA nos abrigos.</i> |
| CGJ 0234/2008 | <i>Pedido da OAB Blumenau – diversos itens – arquivamento do pedido eis que avaliado nos autos CGJ 0130/2008.</i> |
| CGJ 0932/2007 | <i>Unificação dos cartórios judiciais da 1ª e 2ª Varas</i> |
| 260861-2006.8c/c 301679-2008.0 | <i>Consulta. Protocolo unificado. Poder Público. Isenção de despesas. Confecção de carimbo de anotação para inclusão na conta final</i> |
| 2007.900061-9 | <i>Protocolo Integrado – Pagamento de despesas de postagem pela Fazenda Nacional.</i> |
| CGJ 0467/2007 | <i>Blumenau – pedido de ampliação do protocolo judicial expresso</i> |
| 299132-2008.2 | <i>Providências para utilização de carimbo “marca d’água”</i> |
| 247344-2006.5 | <i>Protocolo Integrado – Pagamento de despesas de postagem pela Fazenda Nacional.</i> |
| CGJ 0467/2007 | <i>São José – OAB sugere ao Dir. do Foro a edição de portaria conjunta fixando critérios objetivos para Assist. Judiciária</i> |
| CGJ 0289/2008 | <i>Recebimento de objetos de processos criminais. Risco de Manuseio e Guarda. Encaminhamento ao CGINFO.</i> |
| CGJ 0126/2008 | <i>Solicitação do TJ/SP – Bacen Jud – Conta Única para bloqueio - informação</i> |
| 301231-2008.0 | <i>CNJ – Banco de dados – Juízes TQQ e Cartórios Judiciais e Extrajudiciais</i> |
| CGJ 0257/2008 | <i>Arquivo Central do Poder Judiciário – ajuste de regulamentação – conferência da minuta de resolução.</i> |
| CGJ 0456/2006 | <i>Solicita contratação bolsistas, e aquisição de equipamentos para o Juizado Especial Criminal de Itajaí</i> |
| 257080-2006.7 | <i>Bacen Jud – solicitação do TJSP de provimento do TJRS</i> |
| 301231-2008.0 | <i>Portaria de instalação de unidade de cooperação em Araranguá</i> |
| CGJ 0182/2008 | <i>Problemas relacionados às comunicações oficiais da Corregedoria-Geral da Justiça enviados por correio eletrônico. Análise do software Hermes</i> |
| CGJ 0358/2008 | <i>Ofício n. 013/2008 – proposta visando redefinir competências das Varas da Comarca de São Bento do Sul</i> |
| 302952-2008.2 | <i>Consulta ao TCE – servidores – contratação. Encaminhamento à Presidência.</i> |
| CGJ 0271/2008 | <i>Dificuldade na nomeação de advogados – competência do júri – Assistência Judiciária – Comarca de Santa Cecília.</i> |
| CGJ 0899/2007 | <i>Certidão de Antecedentes – vítima figurando na certidão – Comarca de Chapecó. Reclamação de Juiz da Capital.</i> |
| CGJ 0184/2008 | <i>Pagamentos da conta única – depósitos em conta corrente de advogado – informações</i> |
| CGJ 1139/2007 | <i>Requerimento nº 31/2006 – solicita a implantação da 2ª Vara na Comarca de Pomerode</i> |
| 254799-2006.6 | <i>Of. N. 92/2008 – solicita instalação da unidade jurisdicional criada pela Lei Estadual n. 224/2002</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|-------------------------------------|---|
| 300137-2008.7 | <i>Moção nº 02/2007. Criação do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher no Vale do Itajaí - Lei nº 11.340/2006</i> |
| 280816-2007.1 | <i>Portarias de Suspensão de Prazo – regulamentação solicitação de autorização prévia em algumas situações ;</i> |
| CGJ 0761/2007 | <i>Portarias de suspensão de prazo – centralização do recebimento das informações para publicação.</i> |
| 234020-2005.8 | <i>Requer criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste, pleito pela OAB/SC – 5ª Subseção de Chapecó</i> |
| CGJ 0258/2008 | <i>Solicita criação na comarca de Araranguá</i> |
| 299334-2008.1 | <i>Cópia da moção n. 119/2006 – solicita implantação da Vara Criminal na comarca de São Bento do Sul</i> |
| 301063-2008.5 | <i>Pedido de instalação da 3ª Vara na Comarca de São Miguel do Oeste</i> |
| 299105-2008.5 | <i>Solicita viabilização na instalação da 3ª Vara da Comarca de Canoinhas</i> |
| 288561-2007.1 | <i>Moção para criação de uma vara da Infância e Juventude na comarca de Lages</i> |
| 300138-2008.5 | <i>Proposta para a instalação da nova vara da comarca de Jaraguá do Sul</i> |
| 301429-2008.0 | <i>Solicita informações acerca do “número” e “demandas de processos em cada vara/comarca</i> |
| 308117-2008.6 | <i>Digitador para atender o PRODNASC em Lages (seção ao Laboratório DNA/UDESC)</i> |
| 308507-2008.4 | <i>Solicita a criação e instalação da 4ª Vara Criminal de Joinville</i> |
| 299215-2008.9 | <i>Criação de Vara em São Lourenço do Oeste – pela rejeição do pedido</i> |
| CGJ 0544/2002 | <i>Implementação do acesso das delegacias de polícia ao SAJ/AJ – implementação em andamento – arquivamento dos autos.</i> |
| CGJ 0279/2008 | <i>Consulta OAB para criação da 3ª Vara na Comarca de Videira</i> |
| CGJ 0548/2002 | <i>Solicita criação de uma terceira unidade judicial relativa a ações da Vara da Família – Palhoça</i> |
| 299484-2008.4 | <i>Processo CGJ 0805/2007 – Portaria . 149/2007 – determina no âmbito da CGJ a realização de estudos visando à criação de nova vara criminal na comarca de Itajaí</i> |
| 0304979-2008.4 | <i>Solicita instalação de mais uma vara na Comarca de Biguaçu</i> |
| CGJ 0240/2004 | <i>Solicita instalação da 2ª Vara na Comarca de Papanduva</i> |
| CGJ 0550/2002 | <i>Requer a criação de Varas na Comarca de São Lourenço do Oeste</i> |
| CGJ 0544/2002 | <i>Solicita criação de varas em Canoinhas.</i> |
| CGJ 0549/2002 | <i>Circular CGJ n. 29/2008 – elevação gratificação dos Oficiais de Justiça e criação do fundo de ressarcimento de conduções.</i> |
| CGJ 0430/2008 e autos 307422-2008.6 | <i>Intimações pessoais dos Procuradores do INSS. Carta precatória – AR/MP Contrato EBCT</i> |
| CGJ 0543/2008 | <i>Solicita criação de nova vara/redistribuição de competências – Curitibaanos</i> |
| CGJ 0889/2007 | <i>Sistema de acompanhamento das inspeções nos estabelecimentos penais do CNJ – Acesso disponível, solicita preenchimento e envio de dados</i> |
| CGJ 0351/2008 | <i>Requer criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste, pleito pela OAB/SC – 5ª Subseção de Chapecó</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|---|---|
| 297971-2008.3 | <i>Elevação da comarca de Tubarão da entrância final para especial</i> |
| 273593-2007.8 | <i>Ofício n. 81/2007 – Conforme solicitação da Coordenadoria de Magistrados, comunica que de acordo com o julgamento dos juízes daquela comarca são necessárias mais 04 novas unidades judiciárias</i> |
| CGJ 0395/2008 | <i>Encaminha solicitação do Dr. Márcio Locks (OAB/SC 7869) requerendo exclusão de registro existente no sistema de antecedentes criminais (autos n. 023972398055)</i> |
| 0184/2008 | <i>Pedido de providências – certidão de antecedentes criminais positiva – Réu Raul Angelo Minosso – Chapecó</i> |
| CGJ 0201/2008 | <i>Aumento do nº de varas da família – Comarca da Capital. Criação de centrais de atendimento.</i> |
| 0703/2007 | <i>Relatório n. 220/2005 – avaliação nas receitas repassadas ao fundo do reaparelhamento da Justiça pelas contadorias judiciais</i> |
| CGJ 0515/2004 | <i>Extinção de Livros</i> |
| 259797-2006.7 250582-2006.7 216613-2005.5 | <i>Auditoria nos procedimentos pertinentes aos processos de precatórios</i> |
| CGJ 0254/2008 | <i>Doação de veículo em favor do conselho da comunidade</i> |
| 299224-2008.8 | <i>Conselho Nacional de Justiça. Cópia da Resolução n. 46 do CNJ</i> |
| CGJ 0502/2008 | <i>Centralização da dívida ativa de autarquia e fundações federais. Novas atribuições das seções de créditos da PGF-PF/SC</i> |
| 300406-2008.6 | <i>Juízo de Direito de Caçador – solicita a instalação da 3ª Vara</i> |
| CGJ 0537/2008 | <i>Inclusão de precatórias para envio por Protocolo Unificado</i> |
| CGJ 0571/2008 | <i>Advogado sem procuração nos autos – autorização para extração de cópias – não ocorrência de intimação.</i> |
| 216926-2005.6 | <i>Utilização do SAT para inclusão de custas processuais e multas penais em dívida ativa – implantação – orientações e criação de logins e senhas aos usuários.</i> |
| 311343-2008.4 | <i>Solicita, mediante proposição, implantação de um segunda vara na Comarca de Navegantes</i> |
| CGJ 0550/2008 | <i>Pedido de providências – carga de autos a advogados.</i> |
| CGJ 0076/2008 | <i>Requer identificação e prioridade no trâmite de ações judiciais que envolvem grandes devedores de créditos fiscais</i> |
| CGJ 0930/2007 | <i>Solicita novas vagas para assistente social na Comarca de Lages.</i> |
| 299132-2008.2 | <i>Blumenau – pedido de ampliação do protocolo judicial expresso</i> |
| 309041-2008.8 | <i>Of. N. 22/2008 – Solicitação – alteração de competências das varas</i> |
| CGJ 0519/2008 c/c 308079-2008.0 | <i>Solicita agilização da liberação de alvarás judiciais (308079-2008.0)</i> |
| CGJ 0071/2008 | <i>Comunica falta de pessoal técnico (assistente social, psicólogo) junto à Vara da Infância e Juventude</i> |
| CGJ 0368/2008 | <i>Cobrança de valores para o serviço de “Protocolo Unificado”, praticado pelo e. TJSC, solicita adoção do protocolo integrado/unificado sem custos (Justiça Federal), petições enviadas às comarcas destinatárias por malote interno</i> |
| CGJ 0656/2007 | <i>Procedimento administrativo (Portaria n. 103/2007). “Projeto Mutirão de sentenças 2007”. Juízo Família, Órfãos, Sucessões do Estreito</i> |
| CGJ 0219/2008 | <i>Solicita modificação dos editais nas ações de usucapião</i> |
| CGJ 0794/2007 | <i>Proposta de Resolução CNJ para Autorização Judicial de Crianças adolescentes ao exterior</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|---------------------------------|--|
| CGJ 0543/2008 | <i>Intimações pessoais dos Procuradores do INSS. Carta precatória – AR/MP. Contrato EBCT</i> |
| CGJ 0605/2008 | <i>Execuções fiscais relativas a contribuições previdenciárias</i> |
| CGJ 0051/2005 | <i>Consulta vigência da Circular n. 24/91 e Provimento 07/92. Transferência de réus presos</i> |
| 276234-2007.0 | <i>Convênio INFOJUD – indicação de masters</i> |
| CGJ 0536/2008 | <i>Requer a exclusão da folha de antecedentes criminais em nome de Wilson Bruno Barros – nomeação e posse em concurso público</i> |
| CGJ 0310/2008 | <i>Solicita sugestões e/ou emendas aos projetos de lei que alteram as LC's 366/06, 339/06, 367/06 e 398/07 (quadro de pessoal do Poder Judiciário)</i> |
| CGJ 0511/2006 | <i>Protocolo unificado. Isenção de pagamento. UDESC</i> |
| CGJ 0236/2008 | <i>Sugere adequações quanto à retirada e devolução de processos nos cartórios judiciais e extrajudiciais (processo n. 02/08-CDA)</i> |
| CGJ 0632/2008 | <i>Consulta se há necessidade da permanência das ações de seguro na esfera de competência das Unidades de Direito Bancário – UDB -, vez que se assevera conflito de competência</i> |
| CGJ 0686/2008 | <i>Solicita remessa de processos em que a União (Fazenda Nacional) e parte para a Vara da Justiça Federal, em especial os processos do grande devedor – ACOPEÇAS – Indústria de Peças de Aço LTDA.</i> |
| 305231-2008.1 | <i>Relatório n. 83/2008 – Auditoria nas Unidades Judiciais – 1ª e 2ª Varas – Comarcas de São Bento do Sul – Edição de Ofício-Circular com orientações da Assessoria de Custas</i> |
| CGJ 0728/2008 | <i>Consulta de Criciúma acerca da competência para feitos do juizado especial criminal com citação editalícia. Distribuição livre entre as varas criminais.</i> |
| CGJ 0256/2008 | <i>Comunicações aos cartórios extrajudiciais por meio eletrônico. Desenvolvimento de sistemas em andamento. Utilização iminente do RENAJUD.</i> |
| CGJ 0710/2008 | <i>Despesas com correios. Pedido da Presidência. Edição de Circular.</i> |
| CGJ 0236/2008 | <i>Retirada e devolução de processos nos cartórios judiciais. Orientações ao distribuidor. Comunicação à OAB.</i> |
| CGJ 0178/2008 | <i>Encaminhamento de pedido de informações ao juiz titular da Vara de Precatórias, Precatórios, Falências e Concordatas</i> |
| CGJ 0731/2008 | <i>Consulta ao CNJ e BACEN acerca das moedas estrangeiras apreendidas</i> |
| CGJ 0119/2005 | <i>Solicita aplicar, no âmbito da Justiça Estadual, o disciplinado na resolução n. 399/04 do Conselho da Justiça Federal, depósito em banco oficial</i> |
| CGJ 0104/2008 | <i>Pedido de providências. Fotografia de autos por meio de máquinas digitais. Como proceder?</i> |
| CGJ 0184/2008 | <i>Pedido de providências – certidão de antecedentes criminais positiva – Réu Raul Angelo Minosso – Chapecó</i> |
| CGJ 1116/2007 C/c 1107/2007 | <i>Redefinição de competência das Varas Criminais</i> |
| CGJ 0607/2008e 313463-2008.6 | <i>Termo de adesão ao convênio de cooperação institucional celebrado entre o Banco Central do Brasil, o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal</i> |
| CGJ 0693/2008 | <i>Portaria de Fraiburgo – Adequação ao CNCJG – determinadas providências e consertos dos feitos.</i> |
| CGJ 0710/2008 | <i>Despesas com correios. Pedido da Presidência. Retificação da Diretoria de Infra-Estrutura. Edição de nova Circular.</i> |
| CGJ 0727/2008 | <i>Consulta. Nomeação de Assistente Judiciário. Ato avulso. Mudança do SAJ/AJ para permitir sem limitação. Impossibilidade.</i> |

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|-------------------------------|--|
| CGJ 0630/2006 | <i>Advogado condenado. Extinção da Pena. Pedido de exclusão do nome do SAJ. Multa penal não recolhida. Indeferimento do juiz. Questão jurisdicional. Pedido não acolhido.</i> |
| 303293-2008.0 | <i>Cadastro de Segurança do Município de São João Batista. Inacolhimento.</i> |
| CGJ 0371/2008 | <i>Análise de portarias da Unidade de Direito Bancário da Capital. Autorizar a dispensa temporária de procedimento de intimação de advogados pelo DJE para pagamento de custas, enquanto não implantada a GECONF</i> |
| 304407-2008.6 e 259301-2006.7 | <i>Balneário Camboriú. Pedido de criação de cargo de juiz especial. Pelo inacolhimento.</i> |
| 289042-2007.9 | <i>Pedido da OAB. Reclamação relativa a devolução de autos. Falta de recibo. Edição de Provimento (art. 208, CNCGJ)</i> |
| CGJ 0263/2006 | <i>Processo de adoção – certificação de trânsito em julgado – publicação no Diário da Justiça com o nome inteiro</i> |
| CGJ 0044/2006 | <i>Requer providências para conter morosidade, sugere modelos de despachos implementados pela Justiça Federal</i> |
| CGJ 0806/2007 | <i>Portaria n. 150/2007 – Determina no âmbito da CGJ, a realização de estudos visando a redefinição das competências nas Varas Cíveis da Comarca de Joinville e a necessidade de serem criadas novas unidades, cíveis e criminais</i> |
| CGJ 0718/2007 | <i>Consulta sobre as atribuições da Infância e Juventude quanto ao transporte de adolescentes apreendidos e cumprimento de medidas provisórias</i> |
| 257427-2006.6 | <i>Solicita audiência com o Presidente do TJSC, conforme ofício n. 007/2006</i> |
| CGJ 0452/2006 | <i>Expedição de carta precatória para cumprimento de pena em regime aberto ou pena restritiva de direito</i> |
| 286465-2007.7 | <i>Of. Gabinete nº 02/07. Problemas enfrentados por advogados de várias comarcas no que se refere ao pagamento das URH's</i> |
| CGJ 0415/2007 | <i>Prazo para recolhimento de custas iniciais. Prévio à distribuição. Edição de provimento.</i> |
| 250389-2006.1 | <i>Conselho Nacional de Justiça – Recomendação nº 03, de 30 de maio de 2006</i> |
| CGJ 0332/2007 | <i>Pedido de Busca e Apreensão – Segredo de Justiça no SAJ – pedido de esclarecimento</i> |
| CGJ 0746/2008 | <i>Projeto de revitalização de execução penal – Dr. Júlio</i> |
| CGJ 0654/2008 | <i>Pedido de providências, reclamação contra o cartório da 5ª Vara Cível da Comarca de Blumenau. Negativa de vistas e de juntada de procuração</i> |
| 250389-2006.1 | <i>Conselho Nacional de Justiça – Recomendação nº 03, de 30 de maio de 2006</i> |
| CGJ 0621/2008 | <i>Solicitação anônima requerendo: fim da nomeação de oficiais ad hoc, produtividade para oficiais de justiça controladas pelas varas, permissão para a parte indicar cartório extrajudicial de Títulos e Documentos e publicação de despachos na internet</i> |
| CGJ 0774/2008 | <i>Pedido de providências. Emissão de certidões de antecedentes criminais incompletos, constando só arquivado, quando houve condenação, registrados na base de dados por parte da Vara Criminal da Comarca</i> |
| CGJ 0787/2008 | <i>CNJ – Ofício Circular n. 19/CNJ/COR/2008 e Instrução Normativa n. 01 – Interceptações telefônicas. Informações estatísticas ao CNJ.</i> |
| CGJ 0572/2006 | <i>Pedido de instalação de vara do Juizado Especial Criminal no Foro do Continente – Comarca da Capital. Opinado contrariamente à modificação da competência.</i> |
| CGJ 0013/2007 | <i>Anotação de gravames judiciais em veículos sucessivamente alienados. Inacolhimento do pedido para fazer constar dos Certificados de Registro de Veículo – CRV.</i> |
| CGJ 0094/2006 | <i>Autorização de carga enviada por fax. Inacolhimento da proposta. Arquivamento dos autos.</i> |
| CGJ 0225/2005 | <i>Especificação de provas – utilização inadequada por servidores. Expedição de ofício-circular.</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|---|---|
| CGJ 0664/2008 | <i>Redefinição das competências das 1ª e 2ª Varas da Comarca de Mafra. Pelo acolhimento da proposta.</i> |
| CGJ 0623/2007 (apensos: 0120/2006, 0106/2006, 0495/2006 e 161514-2002.9) | <i>Redefinição da competência das varas cíveis da Comarca da Capital. Pelo acolhimento da proposta dos magistrados. Encaminhar a Comissão de Divisão e Organização Judiciárias.</i> |
| CGJ 0875/2007 | <i>Procedimento de encaminhamento de alvará de soltura. Autorização para envio por fac-símile.</i> |
| CGJ 0821/2008 | <i>Destinação de valores de transações penais para entidades beneficentes. Possibilidade às entidades cadastradas.</i> |
| CGJ 0421/2008 | <i>Cobrança de multa e custas penais em processos criminais. Competência do juízo da condenação ou da execução. Isenção e parcelamento. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.</i> |
| CGJ 0212/2008 | <i>Arquivamento de processos criminais com custas pendentes. Assistência Judiciária. Possibilidade de deferimento para fins de isenção das custas antes do envio para inscrição em dívida ativa. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.</i> |
| CGJ 0621/2007 | <i>Cooperativa Regional Alfa. Desbloqueio de conta corrente. Aplicação do Bacenjud correta. Indeferimento. Cadastro de conta única junto ao STJ conforme Resolução 61 do CNJ.</i> |
| 281878-2007.7 | <i>Portobens Administradora de Consórcios Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i> |
| 281879-2007.5 | <i>CNF Consórcio Nacional Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i> |
| 281877-2007.9 | <i>Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i> |
| CGJ 0850/2008 | <i>BCP S/A (Grupo claro) e BADESC – Indicação de conta única para bloqueios do Bacenjud – Resolução 61 do CNJ.</i> |
| CGJ 0305/2008 | <i>Certidão para fins de agravo de instrumento. Não cobrança da taxa de expedição de certidões. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura.</i> |
| 293925-2007.8 | <i>Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de conflitos. PAC e Casa da Cidadania em Lages. Participação do Ministério Público. Pelo acolhimento. Ajustes na competência das varas criminais de Lages (autos CGJ 1116/2007).</i> |
| CGJ 0671/2006 | <i>Movimentação de arquivamento – Inquéritos Policiais. Pedido Dr. Jaber Farah Filho. Tabela do CNJ. Pelo arquivamento dos autos.</i> |
| CGJ 0876/2007 | <i>Reclamação Blumenau – Bacenjud - conta bloqueada na CEF. Ordens anteriores. Saldo indisponível. Informações da CEF fornecidas.</i> |
| 266518-2007.2 | <i>Convênio INFOCONV. Resolução CNJ n. 46. Convênio nacional com a RFB. Oficiado o CNJ.</i> |
| CGJ 1022/2008 | <i>Remessa de dados para a Justiça Eleitoral – deferimento – expedição de ofício comunicando. Solicitação de reciprocidade e comunicação de óbitos.</i> |
| CGJ 0298/2007 | <i>Devolução de correspondência recebida no foro da Capital – sem indicação de setor específico. Reclamação de advogado. Procedimento ajustado.</i> |
| CGJ 0358/2008 | <i>Utilização do Sistema Hermes. Solicitação de versão ao TJRN. Encaminhamento à Presidência para adesão ao “Acordo de Cooperação Técnica n. 004/2008” do CNJ.</i> |
| CGJ 0902/2008 | <i>Banco Itaú S/A. Descumprimento de ordens judiciais de bloqueio da própria instituição financeira. Bacen Jud. Ofício ao banco para justificativa.</i> |
| 304516-2007.1 | <i>Comunica problemas encontrados no sistema de nomeação dos defensores dativos. Expedição de ofício-circular.</i> |
| CGJ 0868/2008 | <i>Projeto – Depoimento sem dano – Infância e Juventude – Comarca de Itajaí. Encaminhamento à Presidência.</i> |

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

PARECERES (CONT.)

| PROCESSO | ASSUNTO |
|---------------|--|
| CGJ 0749/2008 | <i>Registro de candidaturas na Justiça Eleitoral. Antecedentes criminais. Requer esclarecimentos sobre o art. 102 do Código de Normas da CGJ. Edição de provimento.</i> |
| 321938-2008.0 | <i>Pedido de Providências 10/2008 – DOF. Orientação acerca de movimentações do SAJ relativas a expedição de alvarás da Conta Única. Expedição de Ofício-Circular.</i> |
| 320790-2008.0 | <i>Criação de um posto de Comissariado de Menores no Aeroporto de Navegantes. Pelo indeferimento.</i> |
| 308479-2008.5 | <i>Orientações sobre o IRRF na conta única.</i> |
| CGJ 0207/2008 | <i>Rol de antecedentes criminais. Certidão incorreta. Circular 09/2007.</i> |
| CGJ 0787/2008 | <i>Encaminha a instrução normativa n. 01 de setembro de 2008, requerendo envio de dados relativos às interceptações telefônicas, de sistemas de informática e telemática em curso, de forma mensal até o dia 10 de cada mês, a começar por outubro</i> |
| CGJ 0681/2008 | <i>Solicita aplicação da Lei n. 10.741/03, art. 71, §§ 1 e 2 (dispõe sobre o Estatuto do Idoso), prioridade em todos os atos processuais</i> |
| CGJ 0778/2008 | <i>Sistema de Conta Única – transferência de valores entre subcontas – alteração de sistemática – orientação aos chefes de cartório. Orientações.</i> |
| CGJ 0076/2008 | <i>Requer identificação e prioridade no trâmite de ações judiciais que envolvem grandes devedores de créditos fiscais.</i> |

OUTRAS ATIVIDADES

| DATA | LOCAL | ASSUNTO |
|------------|-----------------------------|---|
| 24/03/2008 | CGJ | <i>Recepção de Flávio e Ivanilde (CGJ do MT) – 065-3617-3197.</i> |
| 17/07/2008 | TJ – 10º andar | <i>Apresentação do sistema de gravação de audiências da empresa Kenta</i> |
| 03/09/2008 | Auditório do 11º Andar – TJ | <i>Capacitação de instrutores para instalação de varas acerca das orientações, sistemas da CGJ e IR</i> |
| 06/10/2008 | CGInfo – 9º andar | <i>Apresentação – sistema de gravação de audiência Softplan</i> |
| 09/10/2008 | CGJ | <i>Oitiva autos CGJ 0410/2007</i> |
| 14/10/2008 | CGJ | <i>Oitiva autos CGJ 0603/2008</i> |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

VIAGENS

| DATA | LOCAL | ASSUNTO |
|-----------------|------------------------------------|---|
| 07/04/2008 | Joinville | Audiência dia 08/04 - Processo Administrativo 0356/2006 e 0450/2006 |
| 05/05/2008 | Lages | Reunião PRODNASC |
| 16/06/2008 | São Miguel do Oeste | Apresentação projeto produtividade e outros |
| 17/06/2008 | Chapecó | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 18/06/2008 | Videira | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 19/06/2008 | Lages | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 24/06/2008 | Blumenau | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 30/06/2008 | Criciúma | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 01/07/2008 | Tubarão | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 03/07/2008 | Rio do Sul | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 04/07/2008 | Indaial | Audiência – Processo Administrativo 0202/2005 |
| 08/07/2008 | Canoinhas | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 09/07/2008 | Joinville | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 10/07/2008 | Itajaí | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 19/08/2008 | Joinville | Projeto Piloto – gravação de áudio e vídeo em audiências |
| 02/09/2008 | Imaruí | Audiência dia 02/09/2008 - CGJ 410/2007 |
| 08 e 09/09/2008 | Santa Rosa do Sul e Braço do Norte | Projeto Piloto da Gravação de Áudio e Vídeo em audiências |
| 08 e 09/09/2008 | Lages | Dr. Dinart viagem com Desembargador |
| 10/10/2008 | Blumenau | Para oitiva no processo administrativo 0410/2007 |
| 29/10/2008 | Brasília – DF | RENAJUD. Orientações |

EVENTOS

| DATA | LOCAL | ASSUNTO |
|-------------------|---------------|---|
| 12, 13 e 14/05/08 | AMC | Unificação de Tabelas do CNJ |
| 14 a 16/05/08 | Maceió – AL | ENCOGE |
| 25 e 26/06/08 | Brasília – DF | II Encontro de Tribunais no CNJ sobre as tabelas processuais unificadas |
| 11/07/2008 | Capital | Apresentação projeto produtividade e outro |
| 13 a 15/08/2008 | São Luís – MA | ENCOGE |
| 12 a 14/11/2008 | Palmas - TO | ENCOGE |

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

► OFÍCIOS/OFIÍCIOS-CIRCULARES/CIRCULARES

| NÚMERO | TIPO | DATA | ASSUNTO |
|----------|-----------------|------------|---|
| 008/2008 | Ofício-Circular | 14/03/2008 | PRODNASC – nova forma de distribuição de kits |
| 018/2008 | Ofício-Circular | 03/04/2008 | PGFN – comunicação da transferência e solicitação de prazo para envio de execuções fiscais |
| 055/2008 | Ofício-Circular | 28/07/2008 | PGFN – solicitação postergação do prazo para envio de execuções fiscais |
| 022/2008 | Ofício-Circular | 22/08/2008 | Orienta acerca da intimação dos procuradores federais nas ações do INSS. |
| 046/2008 | Circular | 09/09/2008 | Orienta acerca das despesas de correio e indica seleção dos serviços adequados para cada situação |
| 048/2008 | Circular | 19/09/2008 | Retifica orientações acerca das despesas de correio e indica seleção dos serviços adequados para cada situação, bem como proibição de uso particular. |
| 107/2008 | Ofício-Circular | 10/11/2008 | Utilização do código 8045 para retenção de IRRF em algumas situações, em razão de consulta realizada à SRF. |
| 063/2008 | Circular | 26/11/2008 | Indica conta do Fundo Estadual da Defesa Civil para destinação de penas pecuniárias. |
| 115/2008 | Ofício-Circular | 19/11/2008 | Nomeação de defensores dativos. Sistema SAJ/AJ. |
| 116/2008 | Ofício-Circular | 27/11/2008 | Orientação aos Chefes de Cartório acerca da utilização de movimentações do SAJ relativas a expedição de alvarás da Conta Única. |

► MINUTAS DE PROVIMENTO

| NÚMERO | DATA | ASSUNTO |
|-----------|------------|--|
| 0001/2008 | 07/02/2008 | Altera o art. 508 do CNCGJ – custas iniciais de embargos |
| 0002/2008 | 08/02/2008 | Altera os arts. 58 e 59 do CNCGJ – relatório eletrônico de inspeção em estabelecimento prisional |
| 0003/2008 | 22/02/2008 | Altera arts. 86, 88 e 410 do CNCGJ – petição por fax e afastamento oficiais de justiça |
| 004/2008 | 18/03/2008 | Altera redação do art. 265-A do CNCGJ – comunicações à Justiça Eleitoral |
| 005/2008 | 19/03/2008 | Altera redação do art. 206 do CNCGJ – prazo da carga rápida = 2 horas |
| 006/2008 | 25/03/2008 | Altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça para adequar a realização dos exames de DNA em conformidade com o Programa de DNA em Audiência em Santa Catarina - Prodnasc. Altera os arts. 119 e 120 do CNCGJ. |
| 007/2008 | 25/03/2008 | Dispõe sobre a dispensa da impressão da certidão de remessa de relação de intimação de advogados para a publicação no Diário da Justiça, alterando o art. 451 do CNCGJ. |
| 008/2008 | 25/03/2008 | Dispõe acerca da dispensa de livros e também sobre o cumprimento de mandados relativos a pessoas recolhidas em estabelecimento penal, alterando a redação de artigo e incluindo novo dispositivo no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Altera a redação do parágrafo único do art. 197 e inclui o art. 407-A ao CNCGJ. |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

MINUTAS DE PROVIMENTO (CONT.)

| NÚMERO | DATA | ASSUNTO |
|----------|------------|--|
| 009/2008 | 25/03/2008 | Altera a redação de artigos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e inclui novos dispositivos em relação ao serviço do Protocolo Unificado. Incluir o art. 70-A e alterar a redação do art. 71, caput, e § 1º, incluindo o seu § 3º, bem como alterar a redação do art. 72, caput, incluindo nesse os §§ 3º, 4º e 5º, todos do CNCJG. |
| 010/2008 | 30/05/2008 | Regula a emissão de certidões relativas às pessoas jurídicas, incluindo novos dispositivos no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. Inclui os arts. 99-A, 101-A e 101-B no CNCJG. |
| 011/2008 | 30/05/2008 | Dispõe sobre a informação do nº de inscrição das partes no Cadastro de Pessoas Físicas-CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Receita Federal do Brasil. Inclui os arts. 213-A e 489-A no CNCJG. |
| 012/2008 | 30/05/2008 | Altera a redação dos artigos 115, 118, 175, 355, 452, 453, 488, 515 e 516 do CNCJG, incluindo novos dispositivos. |
| 013/2008 | 03/06/2008 | Altera a redação dos artigos 23, 25, 30, 31, 66, 76, 81, 82, 224, 238, 293, 294, 482 e 485 do CNCJG, incluindo novos dispositivos; |
| 017/2008 | 04/08/2008 | Altera o art. 70 do CNCJG, incluindo as precatórias no Protocolo Unificado. |
| 020/2008 | 19/09/2008 | Inclui dispositivos no art. 208 do CNCJG. Recibo de devolução de autos em carga |
| 022/2008 | 19/09/2008 | Altera o art. 497 do CNCJG. Recolhimento de custas iniciais. |
| 023/2008 | 29/09/2008 | Inclusão dos arts. 360-A, 360-B e 360-C – atestado de pena cumprida |
| 026/2008 | 06/11/2008 | Alteração do art. 300 do CNCJG – envio de alvará de soltura por fax |
| 028/2008 | 17/11/2008 | Alteração do art. 102 do CNCJG – certidão para fins eleitorais |
| 027/2008 | 18/11/2008 | Acrescenta o § 7º ao art. 72 do CNCJG – retira isenção do protocolo unificado em caso de recurso nos processos dos Juizados Especiais |
| 028/2008 | 18/11/2008 | Altera a redação do caput do artigo 102, transforma o parágrafo único em § 2º e acrescenta o § 1º no Código de Normas. Certidão de Antecedentes Criminais para Fins Eleitorais. |
| 029/2008 | 28/11/2008 | Inclui Capítulo XXIII – Sistemas Auxiliares, no Código de Normas. Bacen Jud. Infoseg. Orientações. Procedimentos Saj-pg. |

PROGRAMAS ADMINISTRADOS PELO NÚCLEO II

| PROGRAMA | USUÁRIOS/SENHAS | CONSULTAS |
|--|-----------------|-----------|
| BACEN JUD | 1.526 | 1.431 |
| SAT | 146 | 339 |
| Honorários Peritos e Advogados - Assistência Judiciária – Comp. Delegada | 13 | 43 |
| PRODNASC | ND | 94 |

O Núcleo II participou da elaboração de diversas minutas de Resoluções e Resoluções Conjuntas, de respostas a aproximadamente 1.200 e-mail's relacionados com dúvidas acerca de

procedimentos do foro judicial. Também foram atendidos pessoalmente vários consulentes, entre pessoas físicas, representantes de pessoas jurídicas e Advogados.

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.3 Núcleo de Assessoramento III – Correicional e de Instrução Disciplinar

INSPEÇÕES REALIZADAS EM 2008

| NÚMERO | COMARCA | DATA |
|--------|---------------------------------------|----------------------|
| 1 | Itajaí – Infância e Juventude | 13 e 14 de fevereiro |
| 2 | São José – 2ª cível | 19 a 22 de fevereiro |
| 3 | Xaxim | 3 a 7 de março |
| 4 | Blumenau – varas da família | 26 a 27 de abril |
| 5 | Tangará | 6 a 9 de maio |
| 6 | Indaial – 1ª vara | 12 a 16 de maio |
| 7 | Palhoça – 2ª cível | 26 de maio |
| 8 | Araranguá – 1ª cível | 16 a 20 de junho |
| 9 | São José – Vara Criminal | 28 e 29 de julho |
| 10 | Fraiburgo – 1ª e 2ª vara | 25 a 29 de agosto |
| 11 | Porto União – 1ª e 2ª vara | 01 a 05 de setembro |
| 12 | Santo Amaro da Imperatriz | 15 a 19 de setembro |
| 13 | Capital – Vara Exec. Fiscal Municipal | 02 a 05 de dezembro |

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

INSTRUÇÕES EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, COM INQUIRIÇÕES - 2008

| NÚMERO | DATA | COMARCA | PROCESSO | PESSOAS OUVIDAS |
|--------|-----------------|----------------------|--------------|-----------------|
| 1 | 29/02/2008 | Capital - CGJ | GC 387/06 | 01 |
| 2 | 12/03/2008 | Criciúma | GC 946/07 | 02 |
| 3 | 13/03/2008 | Tubarão | GC 946/07 | 16 |
| 4 | 14 e 15/04/2008 | Correia Pinto | CGJ 482/05 | 05 |
| 5 | 22/04/2008 | Laguna | CGJ 196/02 | 05 |
| 6 | 27/04/2008 | Indaial | GC 701/02 | 04 |
| 7 | 06/05/2008 | Joaçaba | GC 946/07 | 01 |
| 8 | 07 a 09/05/2008 | Tangará | GC 387/06 | 06 |
| 9 | 20/05/2008 | Balneário Camboriú | CGJ 680/02 | 01 |
| 10 | 20/05/2008 | Itajaí | CGJ 680/02 | 01 |
| 11 | 22 e 23/05/2008 | Sombrio e Araranguá | 527/07 | 04 |
| 12 | 10/06/2008 | Capital CGJ | CGJ 527/07 | 01 |
| 13 | 16/06/2006 | Laguna | CGJ 196/07 | 02 |
| 14 | 19/06/2008 | Itajai/Bal.Camboriú | CGJ 0680/02 | 04 |
| 15 | 15/07/2008 | Guaramirim/Joinville | CGJ 405/08 | 12 |
| 16 | 07/08/2008 | Criciúma | CGJ 0220/06 | 07 |
| 17 | 21/08/2008 | Joaçaba/Tangará | Inq.Judicial | 09 |
| 18 | 22/08/2008 | Concórdia/Seara | GC 0431/08 | 05 |
| 19 | 03/09/2008 | Canoinhas | CGJ 1109/07 | 06 |
| 20 | 01/10/2008 | Capital CGJ | CGJ 0375/05 | 01 |
| 21 | 08/10/2008 | Itapema | CGJ 0743/07 | 01 |
| 22 | 09/10/2008 | Capital CGJ | CGJ 0743/07 | 01 |
| 23 | 10/10/2008 | Itapema | CGJ 0743/07 | 04 |
| 24 | 29/10/2008 | Porto Bello | CGJ 0717/08 | 13 |
| | | | TOTAL | 112 |

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.4 Atividades da Escrivania Correicional

Integraram a Escrivania Correicional no ano de 2008 as escrivãs correicionais Perla Maria Fusinato Schappo e Melissa Cavalca Andrade, sendo que a última permaneceu no cargo até 19/09/2008. No período de fevereiro a novembro de 2008, as atividades das escrivãs correicionais ocorreram nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

■ 3.4.1 DE ORIENTAÇÃO - 2008

| MÊS/ATIVIDADE | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | TOTAL |
|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| Telefonemas recebidos | 54 | 64 | 66 | 70 | 84 | 122 | 60 | 55 | 27 | 27 | 630 |
| Telefonemas efetuados | 8 | 18 | 16 | 8 | 10 | 16 | 20 | 10 | 0 | 0 | 106 |
| E-mail respondidos | 38 | 47 | 71 | 53 | 75 | 69 | 44 | 49 | 37 | 51 | 534 |
| Pandions respondidos | 18 | 15 | 16 | 18 | 33 | 30 | 15 | 13 | 10 | 12 | 180 |
| Atendimento pessoal | 3 | 0 | 0 | 3 | 1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 10 |

3.4.2 De planejamento e de projetos

- Participação na elaboração de estudos para edição de provimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:
 - a) De reclamações referentes aos serviços prestados pelos Correios;
 - b) Destinação de bens e valores apreendidos;
 - c) Definição das novas capas de processos do Poder Judiciário;
 - d) Método de intimação eletrônica das Comarcas de documentos encaminhados pela CGJ (sistema Hermes);
 - e) Providência a serem tomadas após a apresentação dos relatórios da GECOF, decorrentes da implantação nas Comarcas;
 - f) Regulamentação dos pagamentos das Requisições de Pequeno Valor pela Procuradoria Geral do Estado;
 - g) Das intimações dos procuradores do INSS;
 - h) Da destinação dos valores apreendidos em processos criminais em moeda estrangeira;
 - i) do cronograma de viagens do Núcleo III, para

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

realização de inspeções correicionais e apoio operacional;

- j) de alterações e adaptações no sistema SAJ/PG;
- l) de temas referentes ao Mutirão de Sentenças e Despachos;
- m) certidões encaminhadas ao TER;

3.4.3 De inspeção

No trabalho de campo, os escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção nas unidades;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

As escrivães acompanharam os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

■ ACOMPANHAMENTO DAS ESCRIVÃES

| Nº | COMARCA | DATA |
|----|---------------------------------------|----------------------|
| 1 | Itajaí – Infância e Juventude | 13 e 14 de fevereiro |
| 2 | São José – 2ª cível | 19 a 22 de fevereiro |
| 3 | Xaxim | 3 a 7 de março |
| 4 | Blumenau – varas da família | 26 a 27 de abril |
| 5 | Tangará | 6 a 9 de maio |
| 6 | Indaial – 1ª vara | 12 a 16 de maio |
| 7 | Palhoça – 2ª cível | 26 de maio |
| 8 | Araranguá – 1ª cível | 16 a 20 de junho |
| 9 | São José – Vara Criminal | |
| 10 | Fraiburgo – 1ª e 2ª vara | 25 a 29 de agosto |
| 11 | Porto União – 1ª e 2ª vara | 01 a 05 de setembro |
| 12 | Santo Amaro da Imperatriz | 15 a 19 de setembro |
| 13 | Capital – Vara Exec. Fiscal Municipal | 02 a 05 de dezembro |

3.4.4 Participação na revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ.

3.4.5 Diversas

Assessoramento dos Juízes Corregedores na instrução de processos disciplinares, no âmbito judicial.

Participação da elaboração da minuta de provimento que regulamentou o Mutirão de Sentenças de 2008.

■ NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.4.5.1 Do Mutirão de Sentenças

A atividade da escrivania correicional no Mutirão de Sentenças 2008 correspondeu a secretariar o Corregedor-Geral da Justiça Desembargador Anselmo Cerello e a Juíza-Corregedora Dra. Soraya Nunes Lins, especificamente no controle:

- a) das unidades participantes do Mutirão de Sentenças;
- b) dos juízes participantes do Mutirão;
- c) do acervo de processos deslocado no Estado, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ.

Ainda:

- 1) destinação dos processos sentenciados encaminhados à CGJ para as respectivas Comarcas auxiliadas;
- 2) verificação e análise da situação das Comarcas referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário;
- 3) por fim, organização dos documentos referentes ao pagamento da gratificação aos juízes participantes do Mutirão de Sentenças para encaminhamento à Presidência para inclusão em folha.

3.5 Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais

A criação do Núcleo IV propiciou condições de especializar magistrados e servidores para atua-

rem na área extrajudicial, sendo considerado pelo Tribunal de Justiça e pelos senhores serventuários extrajudiciais como um grande avanço para uma melhor orientação e fiscalização dos serviços extrajudiciais. Foi, desta forma, viabilizado um acompanhamento mais efetivo das serventias, conhecendo seus serviços, suas dificuldades e suas deficiências.

A atuação na área extrajudicial tem sido desenvolvida por um trabalho amplo, nas mais diversas frentes, investindo na fiscalização, por meio de inspeções correicionais e na orientação aos serventuários, bem como na revisão e atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e na resolução de dúvidas e consultas encaminhadas por correio eletrônico (cgjduviextra@tj.sc.gov.br), servindo tanto aos delegados do serviço notarial e registral quanto à população em geral. As participações nos eventos promovidos pela ANOREG – Associação dos Notários e Registradores, trouxeram subsídios para o aperfeiçoamento na prestação dos serviços extrajudiciais.

3.5.1 Atividades Desenvolvidas

- Participação nos Encontros Estaduais em Chapecó (16.8.2008) e Lages (26 e 27.9.2008), ambos promovidos pela ANOREG, tendo sido proporcionado espaços ao Núcleo IV para divulgar o trabalho desenvolvido e apresentar novas matérias extrajudiciais.

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

- Participação do Vice-Corregedor-Geral nos Encontros de Corregedores-Gerais do Brasil – ENCOGE realizados em Belém (PA) (12 a 14.03.08 e São Luiz (MA) (13 a 15.08.08), sendo proporcionadas discussões visando encontrar caminhos para um aprimoramento nas orientações, fiscalizações e também soluções para as dificuldades encontradas pelos senhores cartorários. Em 2008 esta Corregedoria se fez presente nos Encontros.
- Campanha para a celebração de casamento coletivo dirigido a pessoas carentes (Grande Florianópolis, Videira, Sul do Estado).
- Implementação da Lei Complementar n. 408/08, dando nova redação ao caput do art. 14 da Lei Complementar nº 175, de 1998, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 365, de 2006, que institui a ajuda de custo para as Escrivanias de Paz do Estado, alterando e ampliando os valores destinados às serventias deficitárias, assim consideradas aquelas com menos de 10.000 habitantes, tendo o pagamento ocorrido em outubro, retroagindo a 8 de maio do corrente ano.
- Pagamento da ajuda de custo no exercício de 2008.
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2008.
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos retroativos a 2005/2007.
- Aquisição e controle de aproximadamente 18.000.000 de selos de fiscalização, para uso em todas as Serventias Extrajudiciais em atividade.
- Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais, para controle e gestão do Selo de Fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo.
- Levantamento do acervo de informática (hardware) e condições de internet, pertencentes as Serventias Extrajudiciais, para planejamento da implantação de sistemas e aquisição de equipamentos de informática. (Circular n. 20/08)
- Alteração do sistema informatizado para a renovação das contas bancárias junto ao Banco do Brasil, tendo em vista a obrigatoriedade determinada pelo TJ.
- Conferência mensal de relatório mensal da fatura para pagamento da ABNC – American BankNote Company, relativamente ao contrato celebrado para confecção, distribuição dos Selos de Fiscalização.
- Confecção e distribuição de cartazes elucidativos dos Selos de Fiscalização.
- Confecção e distribuição do Manual do Selo de Fiscalização, para esclarecimento geral sobre o Selo, de forma impressa, bem como, disponibilizadas as informações em formato eletrônico junto à página da Vice-Corregedoria.
- Ampliação do espaço físico do Núcleo IV, com a aquisição de uma sala própria para os serviços relacionados ao Selo de Fiscalização.
- Participação da Comissão para análise, planejamento e elaboração de projeto para posterior desenvolvimento Sistema de Automação do

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

Extrajudicial, Comissão multidisciplinar ainda em atividade.

- Planejamento da Gestão Financeira e Orçamentária dos recursos do TJ destinados à Corregedoria-Geral da Justiça, bem como dos recursos oriundos da venda dos Selos de Fiscalização, destinado às atividades extrajudiciais, para o exercício de 2008 e 2009.
- Elaboração de sistema informatizado para implantação do Cadastro Digitalizado do Sinal Público das Serventias Extrajudiciais.
- Elaboração e implantação do Sistema de Boletim Bancário, em parceria com o TJ, para recolhimento dos valores devidos ao FRJ e para a aquisição de selos pagos.
- Parceria com a Secretaria de Estado da Fazenda para divulgação estadual aos serventários do Sistema informatizado – ITCMD fácil.
- Por orientação do CNJ a CGJ, por intermédio do Núcleo Extrajudicial coordenou no Estado de Santa Catarina o mutirão Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento, de 17 a 21 de novembro de 2008, com ampla divulgação em todo o Estado, por intermédio da Imprensa escrita, falada e televisada, bem como com a distribuição de cartazes do evento à todas as Serventias Extrajudiciais, Diretores de Foro, Anoreg, Ministério Público, Secretaria Estadual de Educação (divulgação nas escolas da rede estadual). Foram mobilizadas todas as serventias e comarcas para a divulgação e acompanhamento do mutirão.
- Foram editados três Provimentos, a saber: a) Provimento n. 13/08, que deu nova redação aos art. 862 e 896, V e VI do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina (CNCGJSC); b) Provimento nº 014/2008, alterando a redação do artigo 805 e do Código de Normas da CNCGJSC; e, c) Provimento n. 15/08 Altera as redações dos §§ 5º e 6º do artigo 746 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e c) Provimento nº 16/2008, dando nova redação ao art. 963 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
- Com relação às inspeções correicionais primeiramente informamos que o Estado de Santa Catarina conta com 574 (quinhentas e setenta e quatro) serventias em atividades, requerendo uma grande estrutura para as inspeções. É oportuno esclarecer, que a maioria das correições acontecem em duas oportunidades: na primeira, são relatadas as constatações com as respectivas determinações e, na segunda, os assessores, após o encerramento de prazo para regularização oferecido à serventia, retornam para verificar o cumprimento das irregularidades encontradas. Nesta segunda etapa, a título de experiência, os retornos estão ficando sob a responsabilidade da Direção do Foro de cada comarca inspecionada.
- Foram inspecionadas 53 (cinquenta e três) serventias durante o ano, sendo que muitas delas por mais de uma vez, conforme quadro 1.
- É importante frisar, que o resultado das inspeções para algumas serventias foi apenas de

■ NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

determinações disciplinares branda, mas, em outras, houve a necessidade de multa, intervenção ou até mesmo nova designação.

- Além de toda a atividade fiscalizadora, a equipe de servidores atendeu, durante a gestão, a 545 (quinhentos e quarenta e cinco) consultas encaminhadas por magistrados, cartórios, e pela população em geral. O Núcleo

IV auxiliou ainda na instrução dos processos de desdobros (Resolução n. 08/05-CM) para decisão do egrégio Tribunal Pleno.

- Elaboração, para a 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, do quadro de serventias vagas para o concurso de provimento para Ingresso e de Remoção na Atividade Notarial e de Registro.

► 3.5.2 QUADRO 1 - INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

| COMARCA/SERVENTIA | PROCESSO |
|---|----------------|
| Araquari - Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas | CGJ-E – 713/08 |
| Araquari – Registro de Imóveis | CGJ-E – 714/08 |
| Biguaçu – Escritania de Paz do município de Antônio Carlos | CGJ-E – 514/08 |
| Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Aiurê, município de Grão-Pará | CGJ-E – 672/08 |
| Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Aiurê, município de Grão-Pará (retorno) | CGJ-E – 118/08 |
| Braço do Norte – Escritania de Paz do distrito de Invernada | CGJ-E – 016/08 |
| Braço do Norte – Escritania de Paz do município de Grão-Pará (Constatação) | CGJ-E – 012/08 |
| Braço do Norte – Escritania de Paz do município de Santa Rosa de Lima (Constatação) | CGJ-E – 010/08 |
| Braço do Norte – Registro de Imóveis | CGJ-E – 021/08 |
| Campo Belo do Sul – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas | CGJ-E – 268/08 |
| Capital – Escritania de Paz do distrito de Saco dos Limões, município de Florianópolis | CGJ-E – 218/08 |
| Chapecó – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos | CGJ-E – 383/08 |
| Chapecó – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos | CGJ-E – 377/08 |
| Chapecó – Escritania de Paz do distrito de Marechal Bormann, município de Chapecó (constatação) | CGJ-E – 389/08 |
| Chapecó – Escritania de Paz do distrito de Sede Figueiras, município de Chapecó | CGJ-E – 373/08 |
| Chapecó – Escritania de Paz do município de Campo Alegre | CGJ-E – 384/08 |
| Chapecó – Escritania de Paz do município de Caxambu do Sul | CGJ-E – 379/08 |
| Chapecó – Escritania de Paz do município de Cordilheira Alta | CGJ-E – 385/08 |
| Chapecó – Escritania de Paz do município de Guatambú | CGJ-E – 378/08 |
| Chapecó – Escritania de Paz do município de Nova Itaberaba | CGJ-E – 380/08 |
| Chapecó – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas | CGJ-E – 396/08 |

NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.5.2 QUADRO 1 - INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS (CONT.)

| COMARCA/SERVENTIA | PROCESSO |
|---|----------------|
| Chapecó – Registro de Imóveis | CGJ-E – 372/08 |
| Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de Águas frias | CGJ-E – 067/08 |
| Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de Coronel Freitas | CGJ-E – 069/08 |
| Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de Jardinópolis | CGJ-E – 075/08 |
| Coronel Freitas – Escrivania de Paz do município de União D'Oeste | CGJ-E – 074/08 |
| Correia Pinto – Escrivania de Paz do município de Ponte Alta | CGJ-E – 173/08 |
| Criciúma – Escrivania de Paz do município de Nova Veneza | CGJ-E – 689/08 |
| Criciúma – Escrivania de Paz do município de Siderópolis (retorno) | CGJ-E – 364/07 |
| Guaramirim – Escrivania de Paz do município de Schroeder | CGJ-E – 622/08 |
| Içara – Registro de Imóveis | CGJ-E – 799/08 |
| Itajaí – Registro de Imóveis (retorno) | CGJ-E - 598/06 |
| Jaraguá do Sul – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas | CGJ-E – 590/08 |
| Joaçaba – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos | CGJ-E – 641/08 |
| Joaçaba - 1º Tabelionato de Notas e Protesto e Títulos (retorno)- | CGJ-E – 087/07 |
| Joaçaba – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos | CGJ-E – 542/08 |
| Joaçaba – Escrivania de Paz do município de Treze Tílias | CGJ-E – 544/08 |
| Laguna – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (retorno) | CGJ-E – 368/06 |
| Laguna – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos (transmissão do acervo) | CGJ-E – 368/06 |
| Pinhalzinho – Escrivania de Paz do município de Nova Erechim | CGJ-E – 068/08 |
| Pinhalzinho – Escrivania de Paz do município de Saudades | CGJ-E – 073/08 |
| Pinhalzinho – Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas | CGJ-E – 072/08 |
| Pinhalzinho – Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos | CGJ-E – 070/08 |
| Porto União – 1º Tabelionato de Notas e Protesto de títulos | CGJ-E – 531/08 |
| Porto União – 2º Tabelionato de Notas e Protesto de títulos | CGJ-E – 530/08 |
| Porto União – Escrivania de Paz do distrito de Poço Preto, município de Irineópolis | CGJ-E – 533/08 |
| Porto União – Escrivania de Paz do distrito de Santa Cruz do Timbó | CGJ-E – 534/08 |
| Porto União – Escrivania de Paz do município de Irineópolis | CGJ-E – 529/08 |
| Porto União – Escrivania de Paz do município de Matos Costa | CGJ-E – 535/08 |
| Porto União - Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas | CGJ-E – 532/08 |
| Porto União – Registro de Imóveis | CGJ-E – 079/08 |
| Porto União – Registro de Imóveis | CGJ-E – 523/08 |
| Timbó – Escrivania de Paz do município de Rio dos Cedros | CGJ-E – 776/07 |

NÚCLEOS DE ACESSORAMENTO

3.5.3 TABELA 1 – SELOS ADQUIRIDOS
PELAS SERVENTIAS

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE |
|-------------------------------------|-------------------|
| Selos Isentos | 561.840 |
| Selos Isentos 02 atos | 1.200 |
| Selos Pagos Tipo 2 | 15.447.840 |
| Selos Pagos Tipo 3 | 1.191.504 |
| Selos Pagos 02 atos (Normal) | 366.192 |
| Selos Pagos 02 atos (Emergencial) | 5.472 |
| Selos Pagos 04 atos (Normal) | 106.800 |
| Selos Pagos 04 atos (Emergencial) | 1.056 |
| D.U.T. (Normal) | 577.584 |
| D.U.T. (Emergencial) | 34.464 |
| Selos Escritura Valor (Normal) | 121.440 |
| Selos Escritura Valor (Emergencial) | 5.904 |
| TOTAL | 18.421.296 |

3.5.4 TABELA 2 –
AJUDA DE CUSTO

| MÊS | VALOR (R\$) |
|--------------|---------------------|
| Janeiro | 103.500,00 |
| Fevereiro | 103.500,00 |
| Março | 103.500,00 |
| Abril | 103.500,00 |
| Maio | 103.000,00 |
| Junho | 103.000,00 |
| Julho | 103.000,00 |
| Agosto | 103.000,00 |
| Setembro | 103.000,00 |
| Outubro | 366.661,60 |
| Novembro | 137.500,00 |
| Dezembro | |
| TOTAL | 1.433.161,60 |

3.5.5 TABELA 3 –
RESSARCIMENTO

| MÊS | VALOR (R\$) |
|--------------|---------------------|
| Janeiro | 334.929,90 |
| Fevereiro | 414.050,02 |
| Março | 446.662,75 |
| Abril | 463.154,93 |
| Maio | 368.463,33 |
| Junho* | 926.857,30 |
| Julho | 401.515,16 |
| Agosto | 396.627,31 |
| Setembro | 640.490,34 |
| Outubro** | 633.367,07 |
| Novembro | - |
| Dezembro | - |
| TOTAL | 5.026.118,11 |

* No mês em referência foram pagos os atrasados referentes ao período de Janeiro/2005 a Julho/2007

** Atrasados pagos referentes ao período de agosto à dezembro de 2007.

Encontra-se em fase de implementação o Projeto “Re-vitalização da Execução Penal para o Estado de SC”.

O projeto tem por objetivos específicos:

- a - conhecer a real situação do sistema prisional no Estado de Santa Catarina;
- b - implementar política de auxílio aos juizes e serventuários na execução penal, visando padronizar procedimentos, com um núcleo de apoio no TJSC;
- c - implantar novo modelo de gestão de cartório para execução penal tendo como referência o Cartório da Vara de Execuções Penais da Grande Florianópolis;
- d - incentivar a participação das universidades nas atividades jurídicas e sociais desenvolvidas nos presídios de Santa Catarina.

4. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

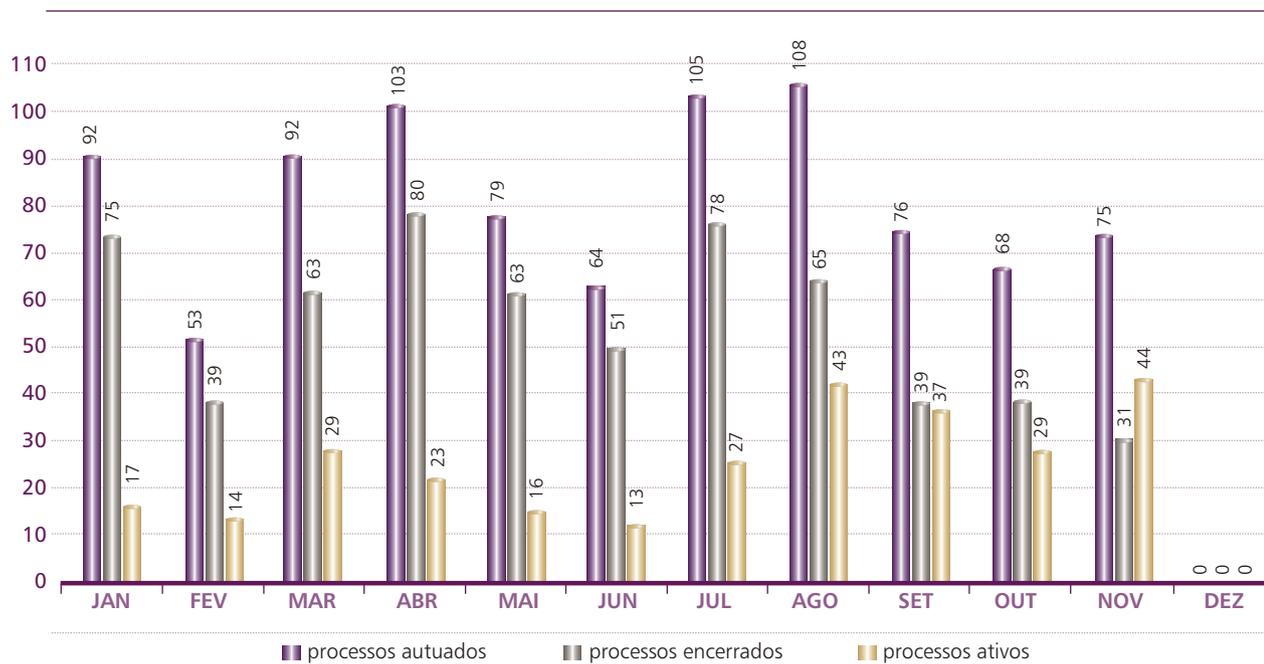
Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais e da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações, praticou os seguintes atos e funções:

- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos e circulares;
- digitalização de processos;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- controle a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;
- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria; e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSOS

| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV |
|----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| PROCESSOS AUTUADOS | 92 | 53 | 92 | 103 | 79 | 64 | 105 | 108 | 76 | 68 | 75 |
| PROCESSOS ENCERRADOS | 75 | 39 | 63 | 80 | 63 | 51 | 78 | 65 | 39 | 39 | 31 |
| PROCESSOS ATIVOS | 17 | 14 | 29 | 23 | 16 | 13 | 27 | 43 | 37 | 29 | 44 |

ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Ressalta-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Participação das reuniões de trabalho nas comarcas/pólo do Estado, nos meses de junho e julho/2008, com magistrados, assessores e analistas jurídicos, para orientações, esclarecimentos e discussão acerca dos trabalhos desenvolvidos pela Corregedoria e unidades judiciárias. Dentre os temas tratados destacamos a apresentação do projeto de melhoria das informações relativas à produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição. Com o intuito de apresentar e esclarecer o conteúdo do projeto, bem como colher sugestões de melhorias, debateu-se acerca dos principais aspectos da nova sistemática de agrupamento da atividade judicante e cartorária. Como resultado destas reuniões tivemos a incorporação ao projeto de várias contribuições formuladas por magistrados e servidores.
- Aperfeiçoamento do Saj/Estatística, com a criação de novos relatórios e formas de pesquisa, possibilitando a ampliação do leque de informações estatísticas.
- Implementação, em Santa Catarina, do projeto "Justiça Aberta", da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Além do cadastramento das serventias e respectivos usuários, a Divisão Judiciária trabalhou na montagem dos dados estatísticos solicitados, assumindo a responsabilidade pela alimentação do site do Conselho. De igual forma, em conjunto com a Assessoria de Informática desta CGJ, envidamos esforços junto ao setor técnico do CNJ para que a remessa das informações passem a ser feitas de forma eletrônica, sem a necessidade de execução de retrabalhos.
- Adaptação do relatório eletrônico de "Inspeção em Estabelecimento Prisional" ao modelo determinado pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução nº 47). Em conjunto com as Assessorias de Informática e Informática Jurídica procedeu-se as alterações necessárias para que as informações prestadas pelos magistrados (art. 58 do CNCGJ) atendam ao solicitado pelo CNJ e permitam o seu envio de forma eletrônica.
- Desenvolvimento de formulário eletrônico na página da CGJ para a coleta das informações estatísticas das Casas da Cidadania. Em fase de implantação, o sistema web permitirá que os responsáveis pelas Casas informem, pela internet, o movimento mensal das unidades, dispensando a remessa de planilhas e a redigitação dos dados na Divisão.
- Reformulação do "Sistema de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências". Visando a adoção do Sistema de Índices da Softplan, iniciou-se processo de reformulação da captu-

DIVISÃO JUDICIÁRIA

- ra das informações junto aos bancos das comarcas. A nova sistemática contará com dispositivos que irão permitir identificar as principais deficiências na alimentação do saj/pg das comarcas, possibilitando uma pronta intervenção da Corregedoria para que as unidades observem o correto preenchimento das informações.
- Participação do III Encontro da Rede Infoseg, em Brasília. Além das matérias tratadas na pauta, com painéis que enfocaram vários temas relacionados à Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, destacamos os contatos mantidos com os integrantes da SSP/SC, quando ficou definido que a atualização dos mandados de prisão na base do Infoseg será feita utilizando as informações existentes no banco da Corregedoria. Decorrente disto, a Assessoria de Informática reiniciou os trabalhos que visam a exportação das informações diretamente ao Infoseg, os quais tinham sido suspensos no aguardo de definição por parte da SSP/CIASC.
 - Participação de treinamento em Brasília para a implantação, em Santa Catarina, do sistema Renajud (Restrições Judiciais de Veículos Automotores), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça. Três servidores da Corregedoria foram designados como másters e serão os responsáveis pelo cadastro de usuários e gerenciamento da utilização do sistema.
 - Fornecimento de informações estatísticas ao Tribunal Pleno, Conselho Nacional de Justiça, Diretorias do Tribunal, Magistrados, Ministério Público Estadual e público externo em geral.
 - Controle e atualização, na intranet/internet, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, movimento forense, etc.).
 - Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas Detranet, Infoseg, Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências e aplicativos do Conselho Nacional de Justiça.
- Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão até o mês de novembro do corrente ano:**
- Mapas estatísticos processados ou digitados: **5.058**
 - Mapas estatísticos auditorados/regerados (correção de problemas): **78**
 - Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): **129**
 - Relatórios de promoção/remoção/opção (juizes inscritos – não considerados quando inscritos em mais de um processo para a mesma pauta): **403**
 - Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: **26.280 (*)**
 - Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 cap-

DIVISÃO JUDICIÁRIA

- tados via SAJ: **19.586 (*)**
- Registros de processos suspensos captados via SAJ: **21.580 (*)**
 - Registros de mandados de prisão captados via SAJ: **23.118 (*)**
 - Fornecimento de Certidões de antecedentes: **618**
 - Informações prestadas em processos administrativos (criação varas, alteração de competências das unidades e etc): **58**

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc.

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem acostados:

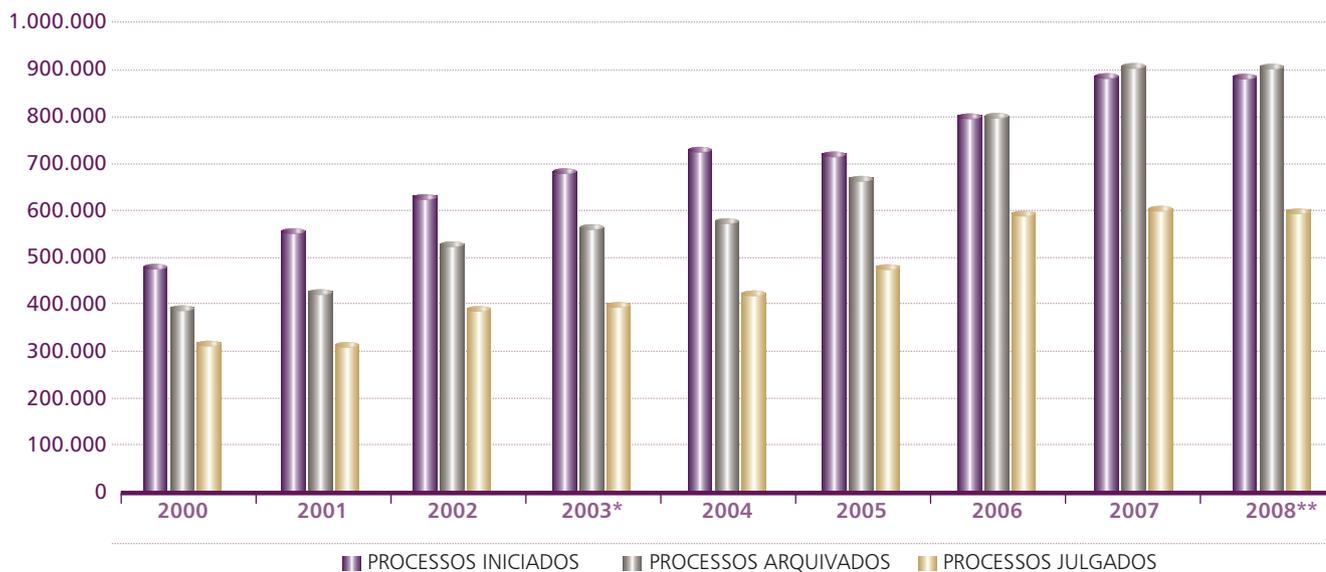
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003* | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008** |
|--|---------|---------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PROCESSOS INICIADOS - TOTAL | 464.945 | 542.599 | 616.933 | 667.280 | 714.434 | 704.333 | 783.871 | 870.628 | 869.112 |
| EXECUÇÕES FISCAIS INICIADAS | 69.436 | 116.352 | 135.412 | 142.118 | 136.602 | 101.933 | 132.055 | 128.800 | 102.650 |
| INICIADOS SEM EXECUÇÕES | 395.509 | 426.247 | 481.521 | 525.162 | 577.832 | 602.400 | 651.816 | 741.828 | 766.462 |
| PROCESSOS ENCERRADOS TOTAL | 377.205 | 412.812 | 514.959 | 550.014 | 565.341 | 648.175 | 787.952 | 893.971 | 895.248 |
| EXECUÇÕES FISCAIS ENCERRADAS | 61.736 | 51.785 | 84.123 | 89.987 | 81.688 | 88.502 | 104.927 | 150.143 | 179.513 |
| ENCERRADOS SEM EXECUÇÕES | 315.469 | 361.027 | 430.836 | 460.027 | 483.653 | 559.673 | 683.025 | 743.828 | 715.735 |
| PROCESSOS JULGADOS - TOTAL | 305.556 | 302.947 | 378.885 | 385.996 | 412.680 | 465.628 | 580.244 | 588.234 | 585.065 |
| EXECUÇÕES FISCAIS JULGADAS | 64.570 | 46.747 | 86.175 | 70.788 | 77.236 | 92.492 | 110.014 | 113.106 | 116.386 |
| JULGADOS SEM EXECUÇÕES | 240.986 | 256.200 | 292.710 | 315.208 | 335.444 | 373.136 | 470.230 | 475.128 | 468.679 |
| EM ANDAMENTO FINAL DO ANO - TOTAL (*) | 839.081 | 987.981 | 1.114.686 | 1.408.976 | 1.634.389 | 1.722.546 | 1.769.731 | 1.835.910 | 1.907.995 |
| EXECUÇÕES FISCAIS EM ANDAMENTO | 275.897 | 328.167 | 381.478 | 513.020 | 586.379 | 614.827 | 662.419 | 665.860 | 651.850 |
| EM ANDAMENTO SEM EXECUÇÕES | 563.184 | 659.814 | 733.208 | 895.956 | 1.048.010 | 1.107.719 | 1.107.312 | 1.170.050 | 1.256.145 |

(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAJ.

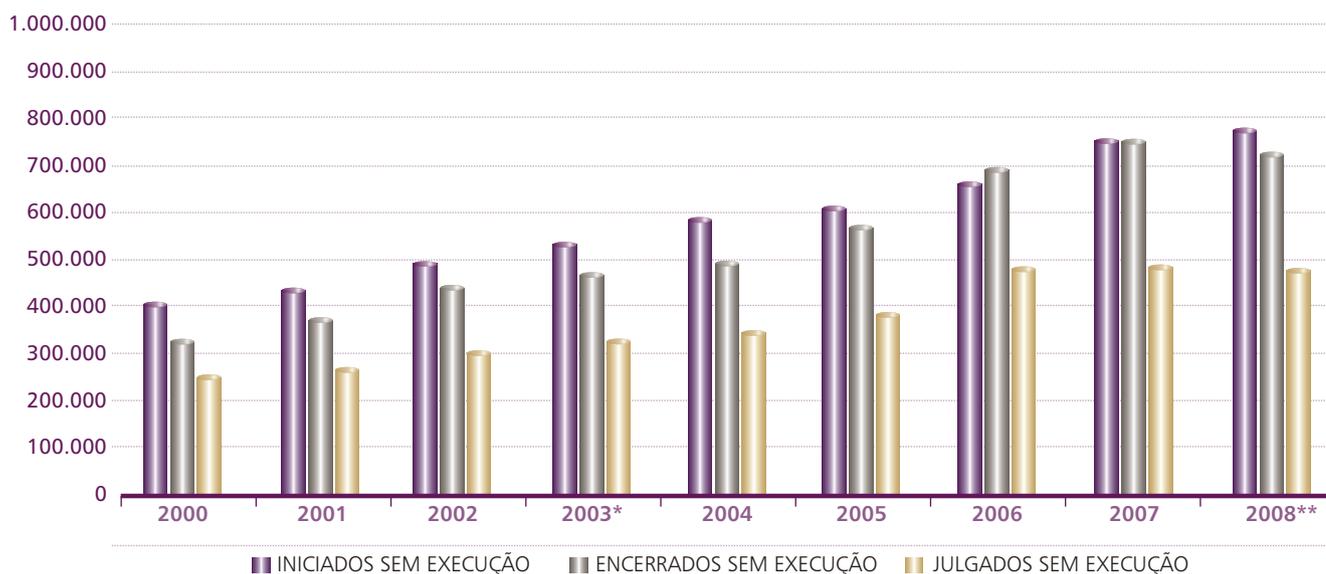
(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (TOTAL GERAL)



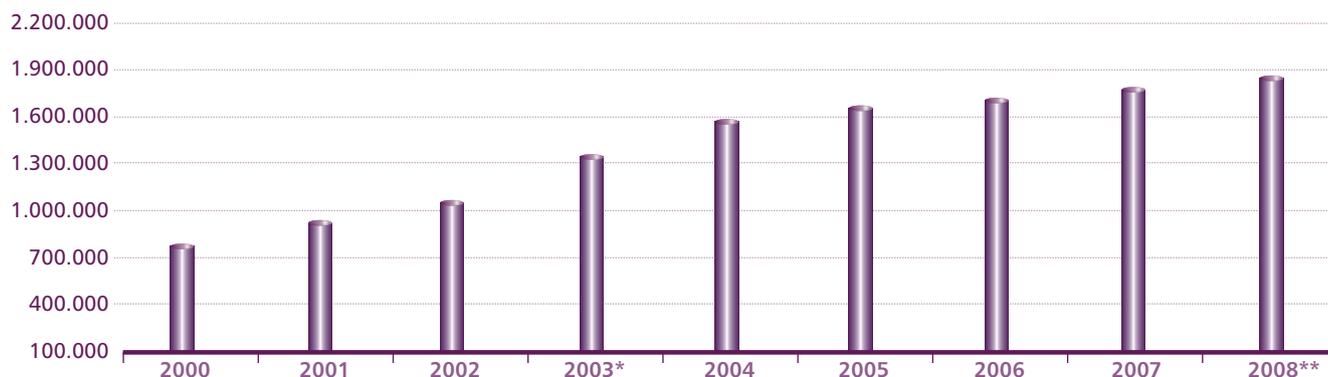
(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI.
(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (SEM EXECUÇÕES FISCAIS)



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI.
(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU (PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO)



(*) Para o ano de 2003 foi efetuado ajuste (+) de 108.380 feitos em andamento, em virtude da adequação do saldo de processos aos mapas gerados a partir do SAI.

(**) Dados reais até o mês de outubro/2008. Os valores relativos aos meses de novembro e dezembro/2008 foram projetados.

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA (DADOS RELATIVOS AO PERÍODO: JANEIRO A NOVEMBRO)

| COMARCA | CASA DA CIDADANIA | PROCEDIMENTOS INICIADOS | ACORDOS | % DE ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS |
|--------------------|------------------------|-------------------------|--------------|---|
| TOTAL | | 8.607 | 3.959 | 46% |
| ABELARDO LUZ | IPUAÇU | 44 | 19 | 43% |
| ABELARDO LUZ | OURO VERDE | 6 | 3 | 50% |
| ANCHIETA | ROMELÂNDIA | 29 | 27 | 93% |
| ANITA GARIBALDI | CELSO RAMOS | 5 | 3 | 60% |
| ARAQUARI | BALNEÁRIO BARRA DO SUL | 109 | 65 | 60% |
| ASCURRA | ASCURRA | 340 | 226 | 66% |
| BALNEÁRIO CAMBORIÚ | BALNEÁRIO CAMBORIÚ | 421 | 236 | 56% |
| BRAÇO DO NORTE | SÃO LUDGERO | 91 | 39 | 43% |
| BRUSQUE | BOTUVERÁ | 24 | 15 | 63% |
| BRUSQUE | GUABIRUBA | 17 | 2 | 12% |
| CAÇADOR | RIO DAS ANTAS | 46 | 30 | 65% |
| CAMBORIÚ | CAMBORIÚ | 277 | 44 | 16% |
| CAMPO BELO DO SUL | CAPÃO ALTO | 64 | 33 | 52% |
| CAMPO BELO DO SUL | CERRO NEGRO | 81 | 61 | 75% |
| CAMPOS NOVOS | ZORTÉA | 101 | 70 | 69% |
| CAPINZAL | IPIRA | 47 | 35 | 74% |
| CAPINZAL | LACERDÓPOLIS | 19 | 18 | 95% |
| CAPINZAL | OURO | 66 | 28 | 42% |
| CAPINZAL | PIRATUBA | 140 | 67 | 48% |
| CATANDUVAS | CATANDUVAS | 28 | 10 | 36% |
| CATANDUVAS | JABORÁ | 54 | 18 | 33% |

DIVISÃO JUDICIÁRIA

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA (CONT.)

(DADOS RELATIVOS AO PERÍODO: JANEIRO A NOVEMBRO)

| COMARCA | CASA DA CIDADANIA | PROCEDIMENTOS INICIADOS | ACORDOS | % DE ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS |
|---------------------|---------------------|-------------------------|--------------|---|
| TOTAL | | 8.607 | 3.959 | 46% |
| CATANDUVAS | VARGEM BONITA | 65 | 36 | 55% |
| CORREIA PINTO | CORREIA PINTO | 23 | 6 | 26% |
| CORREIA PINTO | PONTE ALTA | 72 | 31 | 43% |
| CORONEL FREITAS | ÁGUAS FRIAS | 59 | 36 | 61% |
| CRICIÚMA | PRÓSPERA | 127 | 17 | 13% |
| CRICIÚMA | RIO MAINA | 205 | 7 | 3% |
| CRICIÚMA | CRICIÚMA | 297 | 16 | 5% |
| DIONÍSIO CERQUEIRA | PALMA SOLA | 204 | 17 | 8% |
| FRAIBURGO | FRAIBURGO | 312 | 218 | 70% |
| FRAIBURGO | MONTE CARLO | 189 | 149 | 79% |
| HERVAL D'OESTE | ERVAL VELHO | 387 | 84 | 22% |
| IBIRAMA | JOSÉ BOITEUX | 30 | 15 | 50% |
| INDAIAL | INDAIAL | 393 | 285 | 73% |
| ITUPORANGA | IMBUIA | 18 | 15 | 83% |
| ITUPORANGA | LEOBERTO LEAL | 6 | 5 | 83% |
| ITUPORANGA | VIDAL RAMOS | 16 | 14 | 88% |
| ITUPORANGA | PETROLÂNDIA | 13 | 5 | 38% |
| JOAÇABA | ÁGUA DOCE | 73 | 47 | 64% |
| JOAÇABA | JOAÇABA | 80 | 23 | 29% |
| JOAÇABA | LUZERNA | 4 | 1 | 25% |
| JOAÇABA | TREZE TÍLIAS | 7 | 2 | 29% |
| MARAVILHA | IRACEMINHA | 74 | 64 | 86% |
| ORLEANS | CELSO RAMOS | 122 | 74 | 61% |
| PRES. GETÚLIO | DONA EMMMA | 51 | 21 | 41% |
| PRES. GETÚLIO | PRESIDENTE GETÚLIO | 31 | 14 | 45% |
| PRES. GETÚLIO | VITOR MEIRELES | 50 | 29 | 58% |
| PRES. GETÚLIO | WITMARSUM | 102 | 59 | 58% |
| QUILOMBO | FORMOSA DO SUL | 10 | 10 | 100% |
| RIO DO CAMPO | RIO DO CAMPO | 221 | 98 | 44% |
| RIO DO OESTE | LAURENTINO | 18 | 10 | 56% |
| RIO DO OESTE | RIO DO OESTE | 35 | 16 | 46% |
| RIO DO SUL | AGRONÔMICA | 50 | 32 | 64% |
| RIO DO SUL | AURORA | 50 | 29 | 58% |
| RIO DO SUL | LONTRAS | 258 | 171 | 66% |
| RIO DO SUL | PRESIDENTE NEREU | 10 | 6 | 60% |
| SANTA CECÍLIA | TIMBÓ GRANDE | 128 | 53 | 41% |
| SÃO BENTO DO SUL | CAMPO ALEGRE | 83 | 42 | 51% |
| SÃO JOÃO BATISTA | NOVA TRENTO | 114 | 105 | 92% |
| SÃO MIGUEL DO OESTE | SÃO MIGUEL DO OESTE | 761 | 97 | 13% |
| TIJUCAS | TIJUCAS | 898 | 604 | 67% |
| TIMBÓ | BENEDITO NOVO | 222 | 31 | 14% |
| TIMBÓ | DOUTOR PEDRINHO | 56 | 50 | 89% |
| TIMBÓ | RIO DOS CEDROS | 66 | 54 | 82% |
| TIMBÓ | TIMBÓ | 106 | 68 | 64% |
| TROMBUDO CENTRAL | POUSO REDONDO | 69 | 48 | 70% |
| TUBARÃO | TUBARÃO | 433 | 96 | 22% |
| TOTAL | | 8.607 | 3.959 | 46% |

6. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

6.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CTS/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;
- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registros de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;
- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria-Geral da Justiça.

6.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 35 pareceres em processos;
- 51 pareceres envolvendo cálculos.

6.3 Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 2.688 e-mails;
- 2.460 telefonemas.

6.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 64 pessoas atendidas.

6.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Participação da Assessoria no projeto de implantação da GECOF;
- Participação nas reuniões acerca da implementação do novo sistema de Custas e Cálculo Processual (CCP), Fundo de Reparcelhamento da Justiça, sistema de distribuição de títulos, criação da Gerência de Custas;
- Capacitação dos contadores judiciais para a operacionalização do novo sistema de cobrança de custas (CCP);
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para integração do SAJ/PG e Custas com o Sistema de Administração Tributária

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

- (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;
- Participação nas forças-tarefas realizadas nas Comarcas já providas do novo sistema de cobrança de custas (CCP);
- Estudos para implementação de custas judiciais na internet;

6.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano 2008, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacio-

nal da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas destacam-se:

7.1 Site da Corregedoria-Geral da Justiça

Foram ampliados os conteúdos e seções do site da Corregedoria para dar continuidade ao atendimento das necessidades dos usuários internos e externos. Dentre as informações, ressaltam-se:

- Acesso ao Portal da Infância e Juventude;
- Jurado Voluntário;
- Mutirão de Sentenças 2008;
- Portal de Peritos;
- Atualização Monetária;
- Programa DNA;
- Código de Normas em HTML revisado;
- Intranet da CGJ;

7.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

A novidade do projeto foi o novo Módulo de Abrigos que permite aos coordenadores de abrigos informarem imediatamente a entrada e saída de crianças. Este módulo permite ao Poder Judiciário uma visão imediata da situação dos abrigamentos no Estado.

No projeto anterior, foram realizadas atualizações nos dois módulos existentes: no Módulo Web, em linguagem Java, e no Módulo Administrativo, em linguagem Delphi. No Sistema Web, foram incorporados os novos recursos em atendimento às solicitações das Assistentes Sociais e demais usuários do sistema; no Sistema Administrativo, continuou-se a desenvolver relatórios gerenciais e estatísticos com capacidade de cruzamento de diversos dados. O suporte às assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA continua sendo executado.

7.3 Sistema Bacen Jud

A assessoria tem auxiliado na função de Master do sistema e na função de suporte aos usuários, respondendo diariamente aos questionamentos encaminhados por e-mail ou telefone, bem como, intercedendo junto às instituições financeiras, Mesa Bacen Jud e Comitê Gestor do sistema quando necessário.

7.4 Sistema de Jurados Voluntários

O sistema está em pleno funcionamento. No seu terceiro ano de atividade, a lista de jurados pode ser gerada e encaminhada às unidades judiciárias respectivas, para a composição do corpo de jurados.

7.5 Provimentos e Circulares

Foi dada continuidade na alimentação dos provimentos no banco de dados e atualizado todo o banco de circulares, de modo que qualquer provimento ou circular possa ser encontrado no site da CGJ.

Está na fase de testes e estruturação das tabelas a apresentação do índice de provimentos, circulares e ofícios-circulares no site da Corregedoria-Geral da Justiça, visando facilitar o acesso e a organização dos documentos, com ementa e indicação do foro de alteração no código de normas, no caso de provimentos.

7.6 Projeto Cadastro de Magistrados

O projeto Cadastro de Magistrados tem sua manutenção realizada, de modo que se atenda aos requisitos levantados pela Corregedoria.

7.7 SAJ Estatística

O sistema continua sendo disponibilizado em modo de homologação para todo o Estado, visando aferir o comportamento, as funcionalidades e o teor dos dados apresentados. O projeto está em fase de adequação, com a realização de diversas reuniões e ajustes no sistema.

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

7.8 Sistema de Inspeção Virtual

Foram realizadas manutenções nas duas novas versões do Sistema de Inspeção Virtual, além da versão anterior para a Corregedoria. A primeira versão é para as comarcas e uma segunda para o Ministério Público.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais.

7.9 Projeto de Selos

O sistema passou por diversos ajustes, principalmente com o desenvolvimento de novos relatórios, bem como mudanças no processo de aquisição de selos, incorporando a possibilidade de uso do boleto. Desenvolveu-se um controle para o pagamento de ajuda de custo, pagamento de novos tipo de atos e os respectivos relatórios. Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

7.10 Projeto Ressarcimento de Selos

Desenvolveu-se, no Sistema Web, em linguagem Java, a solicitação de novos tipos de atos praticados pelos cartórios extrajudiciais a serem ressarcidos. Também implementou-se, no Sistema Web, recursos para cadastramento de solicitações de atos gratuitos ainda não ressarcidos, para estudo

de viabilidade econômica, além da solicitação de Selos de Fiscalização do tipo Isento.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

7.11 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados Caché

Desenvolveram-se os Mapas Estatísticos da área criminal e, por demanda, realiza-se o atendimento às solicitações das divisões administrativa e judiciária, onde os seguintes sistemas foram ajustados: Mapas Estatísticos, Magistrados, Acompanhamento de Processos.

7.12 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária

Realizaram-se inovações no Sistema Web, em linguagem Java, nas rotinas de cálculo de atualização monetária e de tabela de atualização monetária, com a possibilidade de se estabelecer juros com datas distintas do período da atualização e escolha do tipo de juros. O novo sistema permite a exportação da tabela resultante para vários formatos.

7.13 Projeto Banco de Peritos

O projeto, em seu sistema de consulta interna, já disponível para a sociedade, também o foi

para magistrados e servidores. A assessoria presta suporte aos inscritos e aos usuários do Poder Judiciário.

7.14 Emissão de relatórios estatísticos

Emitiram-se diversos relatórios (informativos e estatísticos) baseados nos dados das comarcas do Estado, gerando informações para tomada de decisões administrativas e/ou judiciais da Corregedoria.

7.15 Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais

- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

7.16 Sistema de Gravação de Audiências

Após implantado um sistema de gravação de audiência na Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital, como projeto piloto homologado pelo CGINFO, a assessoria participou junto à Diretoria de Informática da instalação do software da Empresa KENTA, como projeto piloto nas Comarcas de Joinville (Juizado Especial), Santa Rosa do Sul e Braço do Norte. Acompanhando a instalação do software Kenta DRS e repassando informações contidas no Provimento n. 10/2007, que dispõe sobre a gravação fonográfica ou audiovisual das audiências.

7.17 Sistema de Intimação por Telefone

Além das Comarcas de Joinville e Blumenau, nas varas do Juizado Especial Cível, onde já haviam sido instalados equipamentos de gravação de conversa telefônica para intimação por meio de telefone, o juizado Especial Cível de Criciúma teve equipamento semelhante instalado. Com a instalação das centrais digitais (VOIP),

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

em parceria com a Divisão de Redes da Diretoria de Informática, foi desenvolvido um ambiente próprio para a alimentação dos dados para a utilização das centrais digitais na intimação pelo telefone. O projeto será avaliado em fase de piloto na Comarca de Joinville ou outra a ser designada.

7.18 Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2008

Uma ferramenta de controle da remessa e sentença dos processos incluídos no mutirão foi mantida, de modo a permitir a extração de informações por juiz, vara, comarca e período, bem como a emitir relatório de inconsistências no banco.

7.19 Site da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça

Desenvolveu-se novo site, visando ampliar a comunicação com os usuários das serventias extrajudiciais e informar sobre as atividades da Vice-Corregedoria.

7.20 Banco de Conhecimento

Um banco de conhecimento com diversos tipos de arquivos foi criado, permitindo o compartilhamento de documentos, busca textual com

escore, e diversos filtros de pesquisa. O banco está sendo alimentado e será disponibilizado, em breve, para toda a Corregedoria.

No site da Corregedoria poderá ser disponibilizada uma consulta ao banco de conhecimento para auxiliar o trabalho de todas as comarcas do Estado.

7.21 Banco de Sentenças

Em fase de testes, o banco de sentenças gerado com cerca de 7 mil documentos, está em avaliação, de modo que se possibilite aos magistrados e assessores, consultas de matérias decididas em todo o estado.

O banco de sentenças permite que se consulte por assunto, classe, tipo de sentença, dentre outras funções.

7.22 Programa DNA

Desenvolveu-se um Sistema Web para solicitação e distribuição de kits de coleta para todas as unidades do Estado. Atualmente está em desenvolvimento um Sistema para informação dos dados da coleta, de modo que se automatize o processo de identificação no laboratório da UDESC.

7.23 Portal da Infância e da Juventude

A assessoria gerenciou o projeto do portal,

conforme deliberado no Encontro dos Comissários da Infância e da Juventude, realizado em outubro de 2007.

O layout e a parte web ficou a cargo da Diretoria de Informática desta Corte; já os menus e o conteúdo foram compilados pela Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça. A Assessoria também auxiliou no conteúdo dos modelos da categoria 16 do SAJ-pg, relativos aos expedientes da Infância e da Juventude, criados no sistema pela Diretoria de Informática.

7.24 Instalação do SAJ-pg

Após o deferimento do pedido para instalação e aplicação do SAJ-pg na Corregedoria-Geral da Justiça, pelo CGINFO, esta Assessoria vem tratando diretamente com a Divisão de Dados da Diretoria de Informática, para preparação de um equipamento exclusivo para utilização da CGJ.

7.25 Instalação de Rede Wireless

Aquisição de 02 (dois) aparelhos access point wireless (rede sem fio), haja vista a carência de pontos físicos e a utilização de notebooks por Magistrados e Servidores, com a criação da WCorregedoria.

7.26 Aparelho de Televisão LCD

Aquisição de aparelho de televisão tipo LCD de 40 polegadas para a Sala de Reuniões da CGJ, visando melhorar a projeção quando das reuniões, bem como, suprir a falta de equipamento quando o projetor está em viagem com outra equipe de trabalho ou em manutenção. Já está em uso e testes para validar a utilização de mouse e teclado wireless, utilizando o televisor LCD acoplado a um microcomputador ou notebook, proporcionando comodidade nas apresentações, com acesso remoto.

7.27 Troca de microcomputadores e periféricos

Tendo em vista a instalação do SAJ-pg na Corregedoria-Geral da Justiça, está sendo trocada toda máquina (microcomputador) abaixo de 1.1 MHz de "clock" por equipamento novo, com processador Dual Core. Haverá troca de impressoras laser que estão em situação precária, bem como a substituição da laser color e aquisição de leitores ópticos para agilizar a alimentação do sistema SAJ-pg.

7.28 Relatório Eletrônico de Inspeção em Estabelecimento Prisional

Disponibilizado o Relatório Eletrônico de Inspe-

ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

ção em Estabelecimento Prisional com base na Resolução CNJ n.47, no site deste órgão (<http://cgj.tj.sc.gov.br/consultas/restrito/index.htm>), com alimentação mensal de dados, conforme preceitua o artigo 58 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça. O sistema foi alterado para atender a solicitação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mantendo a base de dados da CGJ, com a geração de relatórios e demais ferramentas de estatísticas das informações coletadas. A Assessoria aguarda o desenvolvimento de ferramenta, pelo CNJ, para migração de dados.

7.29 Cadastro de Abrigos

Disponibilizado o sistema de informações para os abrigos do Estado, de forma que a comunicação da entrada, saída e ocorrências com as crianças institucionalizadas seja realizada *on line* e no momento do ocorrido. No primeiro semestre de 2008, houve uma capacitação em diversas regiões do estado e os abrigos passaram a informar diariamente a movimentação de crianças, o que antes só era realizado uma vez por mês.

7.30 Sistema Casa da Cidadania

O sistema *web* para prestação de informações da movimentação das Casas da Cidadania está em fase de implantação e disponibilização para

os secretários das Casas, que poderão informar o movimento pela internet. Com isso será possível realizar pesquisas estatísticas e disponibilizar à sociedade os mapas da instituições.

7.31 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”

Os bancos de mandados, suspensos, beneficiados e culpados foi totalmente revisado, de modo uma nova sistemática de consulta seja realizada, com o objetivo de alinhar o atual sistema ao sistema de índices da Softplan. Diversas manutenções foram realizadas de modo a acelerar o processo de captura de novas informações. A nova sistemática de consulta relacionará os dados exatamente como está alimentado no SAJ da Comarca de origem, não havendo mais a união de dados de Comarcas distintas. Isto permitirá que a Corregedoria cobre melhor qualificação das partes e, ao adotarmos o sistema de índices, a união de partes poderá ser melhor realizada e realizada de forma automatizada, ou seja, sem interferência humana no processo. Dois servidores da Corregedoria participaram de uma reunião de trabalho na SENASP, em Brasília, com o objetivo da integração do Poder Judiciário de Santa Catarina à Rede INFOSEG. A Assessoria de Informática está trabalhando na exportação de informações à Secretaria de Segurança Pública do Estado e ao Tribunal Regional Eleitoral.

8. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

8.1 Quadro de pessoal:

O quadro é composto por duas servidoras do quadro do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de secretária da Comissão;
- 1 agente administrativo auxiliar - acadêmica do curso de Serviço Social na UFSC.

8.2 Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulado por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA; .
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto à organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à forma-

ção de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de abrigo, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;

- Acompanhamento aos programas de abrigo através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de abrigo;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior;
- Viabilizar a adoção de crianças em condições jurídicas para tal à famílias estrangeiras cadastradas na Comissão.

8.3 Projetos/Atividades

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

A utilização do sistema é acompanhada pela CEJA e avaliada nos encontros anuais de assistentes sociais, que no corrente ano ocorreu em

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

Balneário Camboriú, no mês de agosto.

Já incorporado na rotina de trabalho das técnicas, o sistema hoje é estável, e sua utilização vem produzindo os resultados inicialmente desejados: racionalização de trabalho, facilitação na comunicação, agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção, entre outros.

Com a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, pelo Conselho Nacional de Justiça, no último mês de junho, as CEJA's do Brasil foram designadas como gestores estaduais do referido cadastro, o que amplia as competências no que diz respeito aos cadastro de pretendentes à adoção.

O Cadastro Nacional foi criado a partir do modelo do CUIDA, razão pelo qual não será necessário alterar o sistema hoje utilizado em Santa Catarina.

Projeto de acompanhamento e supervisão às Instituições de Abrigo

Neste ano, desenvolveu-se o módulo dos abrigos, concluindo assim todos os módulos do CUIDA.

Ministrou-se treinamento aos 132 abrigos do Estado, que hoje acessam o sistema via internet, informando de imediato sobre a entrada e saída das crianças nos abrigos.

Com isto, além de agilizar as informações sobre as crianças de abrigos, passamos a estabelecer

uma relação de maior integração com as instituições, uma vez que estas passam a ser, assim como os profissionais do judiciário, operadores do sistema.

8.4 Eventos/Treinamentos

A CEJA participou e colaborou com a organização dos eventos/treinamentos:

- 09 e 10 de maio: XI Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília (DF).
- Abril e maio: Encontros regionais de capacitação aos abrigos.
- 21 de agosto: Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário – Balneário Camboriú (SC).
- 22 de agosto : V Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção - Balneário Camboriú (SC).
- 04 e 05 de dezembro: Encontro Brasil-Itália de Autoridades Centrais e Organismos de Adoção Internacional – Brasília-DF

8.5 Dados estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional:

| | |
|------------|--------------------|
| 5 | sessões realizadas |
| 101 | processos julgados |

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

ADOÇÕES REALIZADAS (CEJA)



As adoções internacionais

711 nacionais - crianças adotadas por candidatos brasileiros residentes em Santa Catarina e em outros Estados da Federação.

75 crianças adotadas por estrangeiros sendo:

- 67** já finalizadas
- 8** em estágio de convivência

As adoções internacionais, via de regra, ocorrem com grupos de irmãos, assim temos:

Itália: 26 casais italianos adotaram 57 crianças
 França: 3 casais franceses adotaram 10 crianças
 Espanha: 5 casais espanhóis adotaram 8 crianças.

Pretendentes Habilitados: 3367

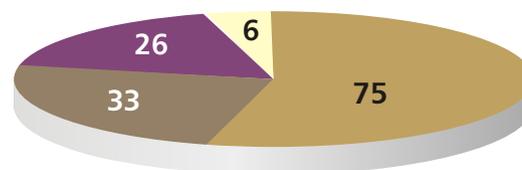
- residentes em Santa Catarina: 2.412 (72 %)
- residentes em outros Estados: 666 (20%)
- estrangeiros: 289 (8 %)

Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA

140 programas de abrigo, sendo:

- 75 abrigo institucional (54%)
- 33 Casas Lares (24%)
- 26 Projetos Famílias Acolhedoras (18%)
- 06 Casas de Passagem (4%)

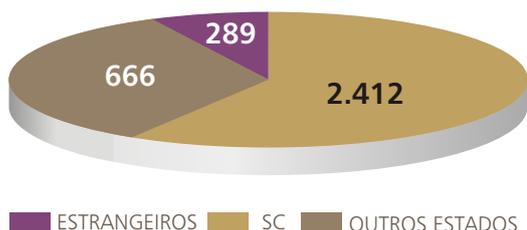
ABRIGOS CADASTRADOS NA CEJA



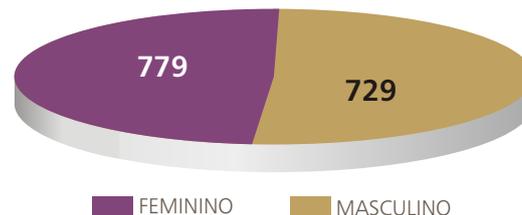
Crianças/Adolescentes Abridados

- 1508 crianças/adolescentes abrigados.
- Sexo feminino – 779 (52%)
- Sexo masculino – 729 (48%)

PRETENDENTES HABILITADOS

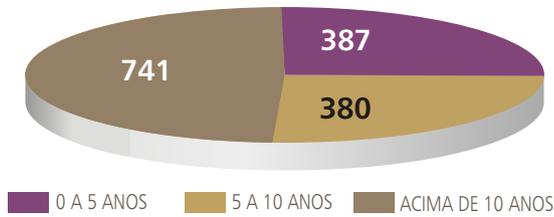


CRIANÇAS/ADOLESCENTES ABRIGADOS



COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

▶ CRIANÇAS/ADOLESCENTES ABRIGADOS



0 a 5 anos – 387 (26%)

5 a 10 anos – 380 (25%)

acima de 10 anos – 741 (49%)

Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

31 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

8.6 Propostas

- Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense.
- Organização do 6º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Gaspar, mês de setembro/2009.
- Visita aos abrigos do Estado para acompanhar e orientar os usuários acerca da alimentação de dados no CUIDA/Módulo Abrigos.
- Continuidade ao trabalho de acompanhamen-

to e supervisão às instituições de abrigo através de relatórios e visitas eventuais às instituições.

- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados.

8.7 Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto às propostas de racionalização do trabalho de habilitação de candidatos brasileiros a adoção, a partir do cadastro único e, principalmente, a agilização dos encaminhamentos de adoção.

Já os eventos realizados mobilizaram os 31 grupos de estudos e apoio à adoção do Estado, além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juízes, promotores, entre outros, somando mais de 700 pessoas na discussão de assuntos relacionados a infância e juventude.

A capacitação aos abrigos, ministrada nos meses de abril e maio, contou com a participação de três representantes por instituições, totalizando mais de 400 pessoas treinadas para o uso do sistema.

SECRETARIA GERAL

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional permitiram dar encaminhamento a um número expressivo de processos e, por consequência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

Registramos o apoio do Desembargador Anselmo Cerello que, na qualidade de Presidente da CEJA, prestou incentivo a estes projetos; a confiabilidade no trabalho de equipe, e sua presença em todos os eventos promovidos pela Comissão e sessões de julgamento, além do respaldo público manifestado a todas as ações da CEJA, são fatores resultantes de ações eficazes, neste período.

Da mesma forma, a disponibilidade e atenção dos Juízes Corregedores, todos sensíveis à causa da infância e da juventude, tem auxiliado no encaminhamento dos projetos.

Cabe registrar, também, o apoio da secretária e de todo o corpo de funcionários da Corregedoria, sempre receptivos e disponíveis para auxiliar nas atividades desenvolvidas na comissão.

9. ATIVIDADES DA SECRETARIA GERAL

Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições dispostas nos incisos I a XXII do art. 26 do RICGJ;
- assessoramento e agendamento de compromissos do Corregedor Geral da Justiça ;
- organização das viagens realizadas pelo Corregedor Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitações de diárias e ressarcimentos de combustível para viagens pela Corregedoria-Geral da Justiça, dos servidores, Juízes Corregedores e Corregedor Geral da Justiça;
- prestação de contas referentes às diárias e ressarcimentos de combustível deferidos;
- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça;
- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);
- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;
- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;
- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça.

CONCLUSÃO

10. CONCLUSÃO

No encerramento de mais um ano de atividades desta Corregedoria-Geral de Justiça, é de se destacar que, conquanto a situação anômala aqui vivida, dada a brevidade do mandato do Exmo. Sr. Des. Anselmo Cerello, passando pela interinidade do Exmo. Sr. Des. José Gaspar Rubik e, por fim, pela nossa posse no cargo em 3 de novembro último, na gestão prematuramente encerrada trabalhos profícuos foram realizados, dando-se continuidade às inspeções virtuais, ao mutirão de sentenças, ao cadastro de adoções, ao mutirão de julgamento pelos Tribunais do Júri, além de outras atividades dos gêneros.

Inspeções em Varas e comarcas foram efetivadas, todas com absoluto êxito e com um excelente grau de resultados positivos.

No nosso curto período de exercício neste Órgão Censor, foram aprimorados os critérios visando uma mais justa e equânime apuração do merecimento dos magistrados catarinenses, para a formação de listas de promoção e de remoção.

A par disso, fizemos realizar correição na Vara dos Feitos Executivos Municipais, bem como no Cartório de Registro de Imóveis de Içara, esta que redundou no afastamento liminar do respectivo titular.

Da mesma forma, participamos ativamente do

Congresso de Corregedores, realizado na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

No exíguo período de pouco mais de um mês, tentamos contribuir, pelas mais diversas formas, para o aprimoramento do serviço judiciário, seja no tocando ao foro judicial, seja no referente ao foro extrajudicial, conscientes de que o ano vindouro será bastante árduo.

E, em arremate, reiteramos nossos agradecimentos aos Juízes-Corregedores Auxiliares que integram a equipe desta Corregedoria, já nominados na parte introdutória do presente relatório, bem como ao excelente quadro funcional de que dispomos que, embora em número insuficiente, não mediu esforços para, sob a regência firme da Dra. Riza Quaresma Butter, Secretária Geral da Corregedoria, cumprir todas as metas traçadas.



ACADEMIA JUDICIAL

DES. SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ

Diretor Executivo

DES. SALIM SCHEAD DOS SANTOS

Vice-Diretor Executivo



APRESENTAÇÃO

As competências institucionais da Academia Judicial estabelecidas pelo art. 70 da Lei Complementar Estadual n. 339/2006, são as seguintes, *in verbis*:

I - *promover a preparação dos Juízes Substitutos em fase de vitaliciamento, com prioridade para o caráter pragmático da atividade judicante, bem como a especialização e o aperfeiçoamento dos Magistrados em geral e dos Servidores do Poder Judiciário;*

II - *realizar cursos de caráter permanente para a formação dos Juízes e Servidores e para o aperfeiçoamento dos serviços judiciários;*

III - *promover congressos, simpósios e conferências sobre temas relacionados com a formação e com o aperfeiçoamento dos Magistrados, dos Servidores e dos serviços judiciários;*

IV - *promover estudos destinados à apresentação, pelo Tribunal de Justiça, de sugestões aos demais Poderes para a adoção de medidas ou a elaboração de normas tendentes à melhoria da prestação jurisdicional; e*

V - *manter o banco de dados do Poder Judiciário.*

Para atender suas finalidades institucionais definidas na norma, no exercício de 2008, foi seguido um cronograma de atividades dividido por categoria, assim estabelecido:

Cursos

Foram promovidos e custeados pela Academia Judicial os seguintes cursos e eventos:

- 4 (quatro) cursos de Pós-graduação, *lato sensu*: Curso de Modernização da Gestão do Poder Judiciário, concluído em agosto, em parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL; Curso em Gestão e Controle do Setor Público, Turma I concluída; e Turma II com as disciplinas concluídas, sendo que a monografia deve ser entregue em 2009, realizada pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC; Curso de Direito e Gestão Judiciária - Turma VI, concluída, em parceria com Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Formação Profissional para Magistrados Vitaliciandos – Turma VII, concluída; e Curso de Direito e Gestão Judiciária - Turma VII, realizado pela Academia Judicial, em razão do credenciamento como Instituição de Ensino pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina para a oferta de Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e Programas de Educação Continuada para Magistrados e Servidores da Justiça Estadual, conforme Resolução nº 086, de 09 de outubro de 2007;

APRESENTAÇÃO

- 1 (um) curso de Mestrado, com 10 vagas para Magistrados, com a Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, de acordo com a Resolução 09/05-GP;
- 1 (um) curso de Graduação, sendo para formação em bacharel em Direito, modalidade Virtual, com a Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina. O projeto encontra-se concluído, sendo que o curso iniciar-se-á em 2009;
- 3 (três) cursos de Capacitação Profissional para funções de Distribuidores e Cadastradores, Conciliadores dos Juizados Especiais e o Projeto Movimento pela Conciliação;
- 1 (um) Curso de Aperfeiçoamento Profissional para Promoção por Merecimento de Magistrados- Portaria nº 27/2008 – ENFAM/STJ;
- 4 (quatro) cursos de Aprimoramento das Atividades, especificamente, para Redação Jurídica na modalidade presencial e telepresencial, Redação de Relatório de Auditoria, Controle de Patrimônio – telepresencial e Atualização para Bibliotecários;
- 1 (uma) Reunião Técnica de Coordenadores do Serviço de Mediação Familiar;
- Fórum Estadual de Juizados Especiais e Encontro de Magistrados de Turmas Recursais de Santa Catarina - FEJESC;
- Fórum Nac. dos Juizados Especiais – FONAJE;
- WorkShop dos Juizados Especiais e Meios Não Adversariais de Resolução de Conflitos.
- Cursos e Eventos Custeados: Foram realizados 37 (trinta e sete) eventos por instituições públicas e privadas, com o objetivo de atender a demanda de pedidos individuais e coletivos, pleiteados por Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

Conselho Editorial

- criado pela Resolução 01/07-Cejur com o objetivo de apreciar o conteúdo de obras literárias e científicas escritas por Magistrados e servidores. Foi realizado o lançamento de várias obras de cunho científico na área do direito em 31 de janeiro 2008.

Programa de Residência Judicial - Resolução 02/2007-Cejur

- Formaram-se 16 (dezesesseis) residentes e 6 (seis) ainda estão atuando nos gabinetes dos Magistrados da Justiça de primeiro grau.

Congressos

Foram realizados 3 (três) eventos:

Os dados estatísticos das realizações das atividades da Academia Judicial estão apresentados nos Anexos I e II.

ANEXO 1

CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS

Foram realizados em 2008 cursos e eventos destinados ao público interno e externo, para os Magistrados, Servidores e Cooperadores. Para estes últimos, especialmente, relativos aos

Cursos de Conciliação e Mediação Familiar. Para a realização dos cursos e eventos custeados pelo Tribunal de Justiça, constantes da tabela infracitada, houve gastos com o pagamento de instrutores, deslocamento e hospedagem dos participantes.

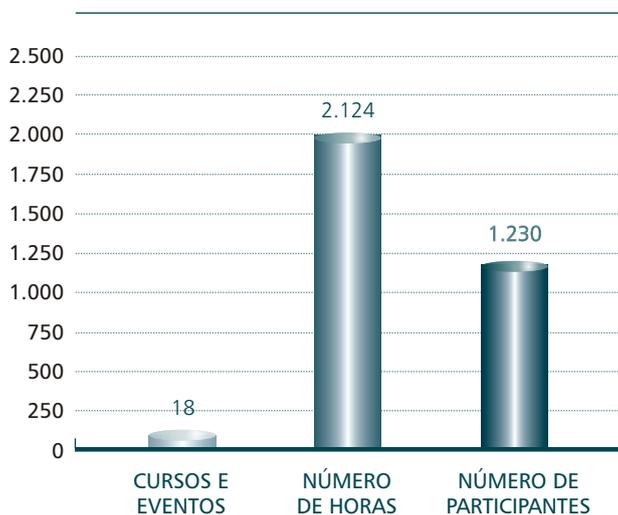
CURSOS PROMOVIDOS

| NOME | Nº DE HORAS | PARTICIPANTES | | PÚBLICO | INÍCIO | FINAL | LOCAL |
|---|-------------|---------------|---------|--|------------|------------|---------------------------------------|
| | | INTERNO | EXTERNO | | | | |
| V FÓRUM ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS E VI ENCONTRO DE MAGISTRADOS DE TURMAS RECURSAIS DE SANTA CATARINA | 15 | 32 | 0 | MAGISTRADOS | 18/09/2008 | 19/09/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| REUNIÃO DE COORDENADORES TÉCNICOS DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR | 8 | 18 | 4 | SERVIDORES E COOPERADORES | 29/09/2008 | 29/09/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| XXIV FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS - FONAJE | 20 | 66 | 211 | MAGISTRADOS, SERV. E COOPERADORES | 12/11/2008 | 14/11/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE PREPARAÇÃO PARA OS CONCILIADORES DOS JUIZADOS ESPECIAIS | 40 | 11 | 81 | MAGISTRADOS, SERVIDORES E COOPERADORES | 23/11/2007 | 22/02/2008 | XANXERE/ JOINVILLE/ BLUMENAU/SC |
| WORKSHOP JUIZADOS ESPECIAIS E MEIOS NÃO ADVERSÁRIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS | 8 | 31 | 0 | MAGISTRADOS | 28/03/2008 | 28/03/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| ENCONTRO DE CAPACITAÇÃO - PROJETO MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO EM SÃO MIGUEL DO OESTE | 9 | 46 | 1 | MAGISTRADOS, SERVIDORES E COOPERADORES | 17/04/2008 | 17/04/2008 | S. MIGUEL DO OESTE/SC |
| CURSO SOBRE REDAÇÃO DE RELATÓRIO DE AUDITORIA | 24 | 21 | 1 | MAGISTRADOS, SERV. E COOPERADORES | 04/08/2008 | 08/08/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO | 240 | 105 | 0 | MAGISTRADOS E SERVIDORES | 24/08/2007 | 24/08/2008 | PALHOÇA/SC |
| CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA MAGISTRADOS VITALICIANDOS E CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA | 150 | 30 | 0 | MAGISTRADOS | 19/03/2007 | 13/09/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROMOÇÃO POR MÉRITO - PORTARIA Nº 27/2008 - ENFAM/STJ - CHAPECÓ | 20 | 103 | 0 | MAGISTRADOS | 30/10/2008 | 01/11/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |

ANEXO 1

CURSOS PROMOVIDOS (CONT.)

| NOME | Nº DE HORAS | PARTICIPANTES | | PÚBLICO | INÍCIO | FINAL | LOCAL |
|--|--------------|---------------|------------|---------------------------|------------|------------|------------------|
| | | INTERNO | EXTERNO | | | | |
| CURSO DE ATUALIZAÇÃO PARA BIBLIOTECÁRIOS AACR2 | 20 | 10 | 0 | SERVIDORES | 17/11/2008 | 21/11/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE CAPACITAÇÃO AOS DISTRIBUIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA - PRESENCIAL | 17 | 121 | 0 | SERVIDORES | 10/11/2008 | 28/11/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CAPACITAÇÃO DOS CADASTRADORES PARA ATENDIMENTO DA RESOLUÇÃO 46 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ | 9 | 20 | 0 | SERVIDORES | 04/12/2008 | 04/12/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE REDAÇÃO JURÍDICA - TELEPRESENCIAL | 36 | 86 | 0 | SERVIDORES | 11/08/2008 | 29/04/2009 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE REDAÇÃO JURÍDICA - PRESENCIAL | 36 | 161 | 0 | SERVIDORES | 11/08/2008 | 29/04/2009 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO E GESTÃO JUDICIÁRIA PARA MAGISTRADOS - TURMA 7 | 570 | 30 | 0 | MAGISTRADOS | 27/06/2008 | 05/12/2009 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE CONTROLE PATRIMONIAL - TELEPRESENCIAL DIRETORIA DE INFORMÁTICA | 2 | 19 | 0 | SERVIDORES | 28/11/2008 | 28/11/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| RESIDÊNCIA JUDICIAL | 900 | 22 | 0 | SERVIDORES E COOPERADORES | 01/10/2007 | 11/12/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| TOTAL | 2.124 | 932 | 298 | | | | |

CURSOS E EVENTOS PROMOVIDOS
(2008)

Fonte: Sistema da Academia Judicial – Dez/2008.

ANEXO 2

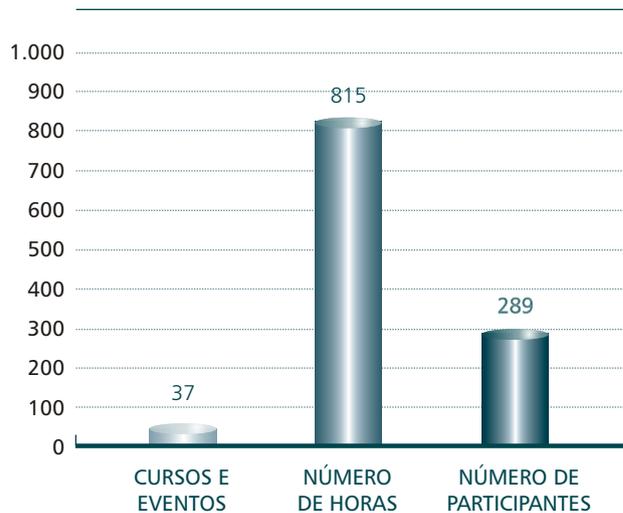
Nos Cursos e Eventos Custeados pelo Tribunal de Justiça, foram realizados por entidades públicas e privadas de outras Instituições, conforme nominata que segue abaixo:

CURSOS E EVENTOS CUSTEADOS

| NOME | Nº DE HORAS | PARTICIPANTES | PÚBLICO | INÍCIO | FINAL | LOCAL |
|--|-------------|---------------|---------------------------|------------|------------|------------------|
| I CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDIAÇÃO JUDICIAL | 21 | 2 | MAGISTRADOS | 03/03/2008 | 05/03/2008 | BRASÍLIA/DF |
| 16ª FEIRA INTERNACIONAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO | 20 | 1 | SERVIDORES | 08/04/2008 | 12/04/2008 | SÃO PAULO/SP |
| CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA (WINDOWS XP; EXCEL, WORD 2007) | 65 | 1 | SERVIDORES | 20/05/2008 | 18/07/2008 | SÃO JOSÉ/SC |
| CURSO DE DESENHO ANIMADO | 60 | 1 | SERVIDORES | 08/03/2008 | 19/07/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE INFORMÁTICA BÁSICA (WINDOWS XP; EXCEL, WORD 2007) | 40 | 1 | SERVIDORES | 09/05/2008 | 22/07/2008 | SÃO JOSÉ/SC |
| FORMAÇÃO EM CABEAMENTO ESTRUTURADO - FCP FUNDAMENTAL | 40 | 1 | SERVIDORES | 07/07/2008 | 01/08/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CORE EJB - CORE ENTERPRISE JAVA BENS: DESENVOLVIMENTO DE COMPONENTES | 32 | 2 | SERVIDORES | 22/07/2008 | 14/08/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| VIII ENCONTRO ESTADUAL DOS CONSELHOS TUTELARES E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 30 | 1 | SERVIDORES | 09/09/2008 | 11/09/2008 | ITAJAÍ/SC |
| CURSO AUTOCAD 2D | 50 | 1 | SERVIDORES | 12/08/2008 | 30/09/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A LEI MARIA DA PENHA | 22 | 2 | MAGISTRADOS | 05/11/2008 | 07/11/2008 | BRASÍLIA/DF |
| CURSO DE ANALISTA DE NEGÓCIOS | 16 | 1 | SERVIDORES | 30/06/2008 | 01/07/2008 | SÃO PAULO/SP |
| CURSO DE CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM OUVIDORIA | 20 | 1 | SERVIDORES | 02/07/2008 | 04/07/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO EM OUVIDORIA | 20 | 1 | SERVIDORES | 02/07/2008 | 04/07/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSOS: TESTE ZULLIGER, TESTE PALOGRÁFICO E TESTE PMK | 21 | 1 | SERVIDORES | 13/06/2008 | 15/06/2008 | CURITIBA/PR |
| CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM SAÚDE PÚBLICA PARA MAGISTRADOS E MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO | 16 | 4 | MAGISTRADOS | 27/03/2008 | 28/03/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS | 24 | 6 | SERVIDORES E COOPERADORES | 14/10/2008 | 17/10/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E CONTROLE DO SETOR PÚBLICO ESAG/UDESC TURMA 2 | 240 | 40 | SERVIDORES | 09/07/2007 | 12/11/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| MULTIPLICADORES | 16 | 19 | MAG. SERV. E COOP. | 28/04/2008 | 29/04/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| XXII CONGRESSO DA ABMP | 25 | 86 | SERVIDORES | 09/04/2008 | 11/04/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| XXIII FONAJE - FÓRUM NACIONAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS | 27 | 1 | MAGISTRADOS | 23/04/2008 | 26/04/2008 | BOA VISTA/RR |

CURSOS E EVENTOS CUSTEADOS (CONT.)

| NOME | Nº DE HORAS | PARTICIPANTES | PÚBLICO | INÍCIO | FINAL | LOCAL |
|---|-------------|---------------|--------------------------|------------|------------|------------------|
| SEMINÁRIO: QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS | 22 | 1 | SERVIDORES | 19/05/2008 | 21/05/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| VII JORNADA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL | 32 | 1 | MAGISTRADOS | 26/05/2008 | 30/05/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| VII JORNADA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL | 32 | 7 | MAGISTRADOS E SERVIDORES | 26/05/2008 | 30/05/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| XIII ENAPA - ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO | 24 | 1 | SERVIDORES | 29/05/2008 | 31/05/2008 | RECIFE/PE |
| VII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DE SOFTWARE (SBQS) - 2008 | 40 | 2 | SERVIDORES | 02/06/2008 | 06/06/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| III CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO | 24 | 4 | SERVIDORES | 04/06/2008 | 06/06/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| CICLO DE PALESTRAS SOBRE MERCADO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | 9 | 2 | MAGISTRADOS | 05/06/2008 | 07/06/2008 | SÃO PAULO/SP |
| CICLO DE PALESTRAS SOBRE O MERCADO DE CAPITAL PARA MAGISTRADOS | 10 | 1 | MAGISTRADOS | 05/06/2008 | 08/06/2008 | SÃO PAULO/SP |
| 1º SIMPÓSIO JUDICIÁRIO & IMPRENSA | 9 | 5 | MAG. E SERVIDORES | 31/07/2008 | 01/08/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| ENCONTRO ESTADUAL DE MAGISTRADOS, PROMOTORES E TÉCNICOS DO PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA E V ENCONTRO ESTADUAL DE GRUPOS DE ESTUDOS E APOIO À ADOÇÃO | 22 | 92 | MAGISTRADOS E SERVIDORES | 21/08/2008 | 22/08/2008 | BAL. CAMBORIÚ/SC |
| VI CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO DE FAMÍLIA | 36 | 2 | SERVIDORES | 28/08/2008 | 30/08/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| I SEMINÁRIO SOBRE EXECUÇÃO PENAL | 8 | 2 | MAGISTRADOS | 11/09/2008 | 11/09/2008 | BRASÍLIA/DF |
| 19º CONGRESSO CATARINENSE DE RECURSOS HUMANOS - CONCARH | 24 | 1 | SERVIDORES | 17/09/2008 | 19/09/2008 | SÃO JOSÉ/SC |
| II CONGRESSO INTERNACIONAL IBDFAM E XV SEMANA JURÍDICA DA UNIC | 50 | 1 | MAGISTRADOS | 15/10/2008 | 17/10/2008 | CUIABÁ/MT |
| 1º CONGRESSO BRASILEIRO DO TRABALHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | 20 | 2 | SERVIDORES | 05/11/2008 | 07/11/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| SEMINÁRIO FOLHA DE PAGAMENTO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO | 12 | 3 | SERVIDORES | 05/12/2008 | 06/12/2008 | SÃO PAULO/SP |
| XXVII PAINEL: BIBLIOTECONOMIA EM SANTA CATARINA | 16 | 2 | SERVIDORES | 27/12/2008 | 28/12/2008 | FLORIANÓPOLIS/SC |
| TOTAL | 815 | 289 | | | | |

▶ CURSOS E EVENTOS CUSTEADOS
(2008)

Fonte: Sistema da Academia Judicial – Dez/2008.



DIRETORIA GERAL JUDICIÁRIA

CLEVERSON OLIVEIRA

Diretor-Geral Judiciário



DADOS ESTATÍSTICOS

1. ATENDIMENTO ÀS UNIVERSIDADES CATARINENSES

1.1 QUADRO ESTATÍSTICO
2008

| INSTITUIÇÃO | ALUNOS ATENDIDOS |
|---|------------------|
| UNIVALI – Campus Balneário Camboriú | 34 |
| UNISUL – Campus Araranguá | 60 |
| UNISUL – Campus Tubarão | 80 |
| UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Caçador | 40 |
| UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Concórdia | 20 |
| UNIVERS. DO CONTESTADO – Campus Curitibanos | 35 |
| UNOESC – Campus Joaçaba | 26 |
| UNIDAVI – Campus Rio do Sul | 60 |
| UNIDAVI – Campus Taió | 40 |
| UNIASSELVI – Guaramirim | 61 |
| FACVEST – Lages | 51 |
| UNERJ – Jaraguá do Sul | 25 |
| SOCIESC – Blumenau | 40 |
| UNIPLAC – Lages | 76 |
| TOTAL DE UNIVERSIDADES ATENDIDAS | 14 |
| TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS | 648 |

DADOS ESTATÍSTICOS

2. SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

2.1 QUADRO ESTATÍSTICO
2008

| DESEMBARGADORES | PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO | JULGADOS | ACÓRDÃOS ASSINADOS |
|---------------------------|----------------------------|-----------|-----------------------|
| Souza Varella | - | - | 1 |
| Newton Trisotto | - | - | 2 |
| Mazoni Ferreira | - | - | 2 |
| Eládio Torret Rocha | - | - | 1 |
| Francisco Oliveira Filho | - | - | - |
| Alcides dos Santos Aguiar | 1 | 6 | 6 |
| Anselmo Cerello | - | 7 | 7 |
| José Gaspar Rubik | 14 | 7 | 6 |
| Orli de Ataíde Rodrigues | - | 4 | 4 |
| José Trindade dos Santos | 17 | - | - |
| Volnei Ivo Carlin | 3 | 3 | 2 |
| Irineu João da Silva | 4 | 5 | 5 |
| Nelson Schaefer Martins | 3 | 5 | 5 |
| José Volpato | 4 | - | 3 |
| Fernando Carioni | 2 | 3 | 2 |
| Torres Marques | 2 | 9 | 8 |
| Luiz Carlos Freyesleven | 3 | 3 | 3 |
| Rui Fortes | 4 | 2 | 2 |
| Marco A. Gastaldi Buzzi | - | 1 | 1 |
| Marcus Tulio Sartorato | - | 1 | 1 |
| TOTAL | 57 | 56 | 61 |

Fonte: Sistema SAJ do Conselho da Magistratura

Observação: Foram apresentados 13 processos para julgamento em mesa, sendo quatro da Corregedoria-Geral da Justiça, três da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça e seis processos administrativos. (TJ Adm). Distribuídos: 74 processos. Assinados = 61

DADOS ESTATÍSTICOS

3. SECRETARIA DO CONSELHO GESTOR DO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS E PROGRAMAS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

3.1 NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

DES. MARCUS TULIO SARTORATO

Presidente do Núcleo de Conciliação

DES. CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI

Coordenador do Núcleo de Conciliação

CONCILIADORES

Dr. Carlos Boabaid Filho

Dr. Eleazar Miguel do Nascimento

Dr. Fernando Luiz Soares de Carvalho

Dr. Miguel Hermínio Daux

Dr. Plínio Bueno

RESPONSÁVEL

Roger Bernardo Colossi

Criado pela Resolução 11/2005-TJ, o Núcleo de Conciliação foi institucionalizado em sessão realizada no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina no dia 22 de março de 2006. A unidade, que busca a solução amigável de litígios no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, passou a operar oficialmente à partir de maio do ano de 2006.

3.1.1 AUDIÊNCIAS ITINERANTES REALIZADAS NO ANO DE 2008

3.1.1.1 COMARCA DE JOINVILLE 14.03.2008

| | |
|---|-------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 30 |
| Conciliação Adiada | 00 |
| Conciliação Exitosa | 08 |
| Conciliação Inexitosa | 06 |
| Conciliação Suspensa | 06 |
| Audiência designada em que as partes não compareceram | 10 |
| Ausência de ambas as partes | 01 |
| Ausência de pelo menos uma das partes | 30 |
| PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO | 66,6% |
| PERCENTUAL DE ACORDOS(*) | 57,1% |

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.2 COMARCA DE CONCÓRDIA 17.04.2008

| | |
|--|-------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 30 |
| Conciliação Adiada | 00 |
| Conciliação Exitosa | 06 |
| Conciliação Inexitosa | 06 |
| Conciliação Suspensa | 02 |
| Audiência designada em que partes não compareceram | 16 |
| Ausência de ambas as partes | 04 |
| Ausência de pelo menos uma das partes | 12 |
| PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO | 46,6% |
| PERCENTUAL DE ACORDOS(*) | 50% |

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

DADOS ESTATÍSTICOS

3.1.1.3 COMARCA DE RIO DO SUL

14 E 15.08.2008

| | |
|---|------------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 83 |
| Conciliação Adiada | 00 |
| Conciliação Exitosa | 22 |
| Conciliação Inexitosa | 22 |
| Conciliação Suspensa | 00 |
| Audiência designada em que as partes não compareceram | 39 |
| Ausência de ambas as partes | 10 |
| Ausência de pelo menos uma das partes | 29 |
| PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO | 53% |
| PERCENTUAL DE ACORDOS(*) | 50% |

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.5 COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL

23 E 24.10.2008

| | |
|---|---------------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 90 |
| Conciliação Adiada | 00 |
| Conciliação Exitosa | 14 |
| Conciliação Inexitosa | 14 |
| Conciliação Suspensa | 11 |
| Audiência designada em que as partes não compareceram | 51 |
| Ausência de ambas as partes | 14 |
| Ausência de pelo menos uma das partes | 37 |
| PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO | 43,33% |
| PERCENTUAL DE ACORDOS(*) | 50% |

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.4 COMARCA DE TUBARÃO

18 E 19.09.2008

| | |
|---|---------------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 91 |
| Conciliação Adiada | 00 |
| Conciliação Exitosa | 25 |
| Conciliação Inexitosa | 18 |
| Conciliação Suspensa | 11 |
| Audiência designada em que as partes não compareceram | 37 |
| Ausência de ambas as partes | 18 |
| Ausência de pelo menos uma das partes | 19 |
| PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO | 59,34% |
| PERCENTUAL DE ACORDOS(*) | 58,13% |

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

3.1.1.6 COMARCA DA CAPITAL

2008

| | |
|---|---------------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 17 |
| Conciliação Adiada | 00 |
| Conciliação Exitosa | 13 |
| Conciliação Inexitosa | 02 |
| Conciliação Suspensa | 01 |
| Audiência designada em que as partes não compareceram | 01 |
| Ausência de ambas as partes | 00 |
| Ausência de pelo menos uma das partes | 01 |
| PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO | 94,11% |
| PERCENTUAL DE ACORDOS(*) | 86,66% |

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

DADOS ESTATÍSTICOS

3.1.2 QUADRO GERAL ESTATÍSTICO
2008

| | |
|--|--------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 341 |
| Conciliação Adiada | 00 |
| Conciliação Exitosa nas audiências | 66 |
| Conciliação Exitosa extrajudicialmente | 22 |
| Conciliação Inexitosa | 68 |
| Conciliação Suspensa | 31 |
| Conciliação não comparecimento | 154 |
| PERCENTUAL DE ACORDOS(*) | 56,12% |

(*) Não consideradas as audiências suspensas, adiadas e que as partes não compareceram.

4. CASA DA CIDADANIA E FÓRUM
MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA

Responsável: Alcebir Dal Pizzol

Amparado no que dispõe o artigo 241 da Constituição Federal e no fato de ser todo o município catarinense definido como comarca não instalada, na forma do artigo 3º, § 1º, inciso IX, da Lei Complementar Estadual n. 339/06, o Tribunal de Justiça aprovou, em 10-3-2008, a Resolução n. 7/08 – TJ que cria os Fóruns Municipais – Casa da Cidadania. Desde então as Casas da Cidadania localizadas em comarcas não instaladas passaram a denominar-se Fórum Municipal – Casa da Cidadania, mantida a denominação Casa da Cidadania àquelas que são sede de comarcas.

CASA DA CIDADANIA E FÓRUM
MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA

| | |
|---------------------------|--|
| 1 – Serviços Instalados | Guabiruba: 30 de maio Orleans: 24 de junho |
| 2 – Renovação de Convênio | 12 de Casa da Cidadania 20 de Fórum Municipal – Casa da Cidadania TOTAL: 32 renovações |
| 3 – Pedidos de Instalação | 11 processos de pleito para instalação de serviços e outros que aguardam novos impulsos |
| 4 – Capacitação | Conclusão do Curso de Formação de Base para Secretários e Conciliadores iniciado em 2007 |
| 5 – Número de | Conciliadores 81 Secretários 198 |

DADOS ESTATÍSTICOS

5. JUIZADOS ESPECIAIS

Responsável: Antônio Julião da Silva

5.1 Programa: Justiça Presente –
Estádios de FutebolPARTIDAS ACOMPANHADAS
2008

| CAMPEONATO | Nº DE PARTIDAS | Nº DE OCORRÊNCIAS |
|----------------------|----------------|----------------------|
| Catarinense | 134 | |
| Copa do Brasil | 3 | 47 em 24 partidas |
| Brasileiro – Série A | 19 | |
| Brasileiro – Série B | 39 | |
| TOTAL | 195 | |

5.2 Programa: Justiça Presente –
Outros Eventos

- Apresentação no 7º Fórum Internacional de Esportes. Florianópolis – 4 de julho de 2008

5.3 Programa: Acadêmico Conciliador
(veja o quadro ao lado)5.4 Projeto: Cartilha dos Juizados Especiais
Cíveis e Criminais

- Disponibilizada na página eletrônica do TJSC e remetida às comarcas do Estado

CONVÊNIOS COM 14 INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR

| INSTITUIÇÃO | DATA DE ASSINATURA |
|-------------|--------------------|
| CESUSC | 6-7-2007 |
| UNC | |
| UNOCHAPECÓ | 17-10-2007 |
| UNOESC | |
| FURB | |
| UNERJ | |
| UNESC | |
| UNIBAVE | |
| UNIDAVI | |
| UNIFEBE | 5-11-2007 |
| UNIPLAC | |
| UNISUL | |
| UNIVALI | |
| UNIVILLE | |

5.5 Projeto: Simplificação e Padronização dos
Atos Processuais dos Juizados Especiais
Cíveis e Criminais

- Estruturado e encaminhado à Academia Judicial para base na elaboração do Manual de Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis

6. COMISSÃO PERMANENTE DE MUTIRÃO
DA CONCILIAÇÃO E DA CIDADANIA

Responsável: Lizete Luiza Weber

DADOS ESTATÍSTICOS

Criada pela Resolução nº 10/2004-GP, com o propósito de implantar ações que minimizem o retardamento na entrega da prestação jurisdicional, pela busca de soluções capazes de prevenir e/ou de restaurar o entendimento entre as partes e a harmonia nas relações individuais e coletivas, com a aplicação do instituto da Conciliação como forma eficiente e eficaz de composição de interesses, diante do aumento extraordinário do número de processos instaurados no âmbito da Justiça Catarinense, a Comissão Permanente de Mutirão da Conciliação e da Cidadania, no ano de 2008 realizou a 5ª Semana do Mutirão da Conciliação:

6.1 5ª Semana do Mutirão da Conciliação

SEMANA DO MUTIRÃO DA CONCILIAÇÃO

| | |
|--|--------------------|
| PROCESSOS PAUTADOS | 20.231 |
| PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO | 68% ⁽¹⁾ |
| PERCENTUAL DE CONCILIAÇÕES EXITOSAS | 54% ⁽²⁾ |
| PERCENTUAL DE AUDIÊNCIAS SEM ÊXITO | 46% |
| Nº APROXIMADO DE PARTES ENVOLVIDAS | 24.400 |
| Nº APROXIMADO DE JUÍZES QUE ATUARAM | 180 |
| Nº APROXIMADO DE PROMOTORES QUE ATUARAM | 152 |
| Nº APROXIMADO DE SERVIDORES, ESTAGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS: | 3.200 |
| Nº DE COORDENADORES DAS VARAS/COMARCAS | 176 |
| Nº APROXIMADO DE CONCILIADORES QUE ATUARAM | 560 |

¹ Considerando todos os processos pautados, não excluídos aqueles em que a parte, ou uma das partes não foi intimada. No Mutirão anterior foi de 63%. Nas audiências regulares oscila entre 55% e 65%.

² Das audiências realizadas

Das 110 comarcas que compõem a Justiça de primeiro grau, em 95 realizaram a 5.ª Semana do Mutirão da Conciliação, no período de 26 a 30 de maio, realizando audiências conciliatórias em processos que tratam das mais diversas matérias, como Família, Executivos Fiscais, Juizados Especiais e todas aquelas em que possa haver acordo, consoante se observa dos dados estatísticos (veja o quadro).

6.2 Registro fotográfico - 5ª Semana do Mutirão da Conciliação



Solenidade de Abertura



Audiências

DADOS ESTATÍSTICOS

7. POSTOS DE ATENDIMENTO E CONCILIAÇÃO – PAC

Nos Postos de Atendimento e Conciliação, segundo o Conselho Nacional de Justiça, pessoas previamente selecionadas, indicadas por entidades locais e pela OAB, com nomes submetidos ao Ministério Público e treinadas pelo Judiciário, atuarão na busca da composição de conflitos, divulgando-se na região o oferecimento dos serviços para o atendimento da comunidade.

No local de atendimento à população, dá-se o recebimento inicial do interessado e o registro da natureza da sua reclamação, a designação de data, a expedição da carta-convite para a outra parte e a realização da audiência informal preliminar de conciliação.

7.1 Unidades instaladas no ano de 2008

7.1.1 Comarca de Blumenau

- IBES – Instituto Blumenauense de ensino Superior
- UNIASSELVI/FAMEBLU – Centro Universitário Leonardo da Vinci

7.1.2 Comarca de Canoinhas

- UnC – Fundação Universidade do Contestado – Campus Canoinhas

7.1.3 Comarca de Itajaí

- Distrito de Limoeiro

7.1.4 Comarca de Indaial

- UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci

7.1.5 Comarca de Mafra

- UnC – Fundação Universidade do Contestado

7.1.6 Comarca de São Francisco do Sul

- Bairro Balneário da Enseada
- Bairro Balneário do Ervino

7.1.7 Comarca de Xanxerê

- Faxinal dos Guedes

8. SEMANA NACIONAL PELA CONCILIAÇÃO

1º a 5 de dezembro de 2008

8.1 Abrangência

| | |
|-----------------------------------|-----|
| <i>Comarcas</i> | 28 |
| <i>Varas</i> | 42 |
| <i>Juízes</i> | 42 |
| <i>Conciliadores</i> | 120 |
| <i>Servidores e colaboradores</i> | 280 |

DADOS ESTATÍSTICOS

8.2 RESULTADOS

| | |
|--|--------------|
| Audiências Cíveis: | TOTAL |
| Audiências de Conciliação Designadas | 2.924 |
| Audiências de Conciliação Realizadas | 1.745 |
| Acordos Cíveis: | |
| Total de acordos homologados | 786 |
| Total dos valores de acordos homologados (R\$) | 2.121.114,53 |
| Audiências Criminais: | |
| Audiências de conciliação designadas | 471 |
| Audiências de conciliação realizadas | 281 |
| Decisões criminais: | |
| Sentenças homologatórias de transação penal | 103 |
| Composição civil | 51 |
| Abrangência das ações desenvolvidas pela conciliação: | |
| Número de pessoas atendidas | 5.226 |
| Números de eventos paralelos | 21 |
| Percentual de Acordos Cíveis | 45% |
| Percentual de Acordos Criminais | 55% |

9. SERVIÇO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Responsável: Flávia de Novaes Costa

9.1 Encontro de 18 Coordenadores Técnicos

29 de setembro / 8 horas-aulas

Local: Tribunal de Justiça – Torre I

9.2 Lançamento de CD-ROM

12 a 14 de novembro, por ocasião do XXIV

FONAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais

9.3 Serviços de Mediação Familiar

Implantados

São Domingos: 1º de fevereiro,

Cunha Porã: 14 de fevereiro e

Canoinhas: 11 de março

Em Implantação

Campo Erê, Campos Novos, Coronel Freitas,

Garopaba e Modelo

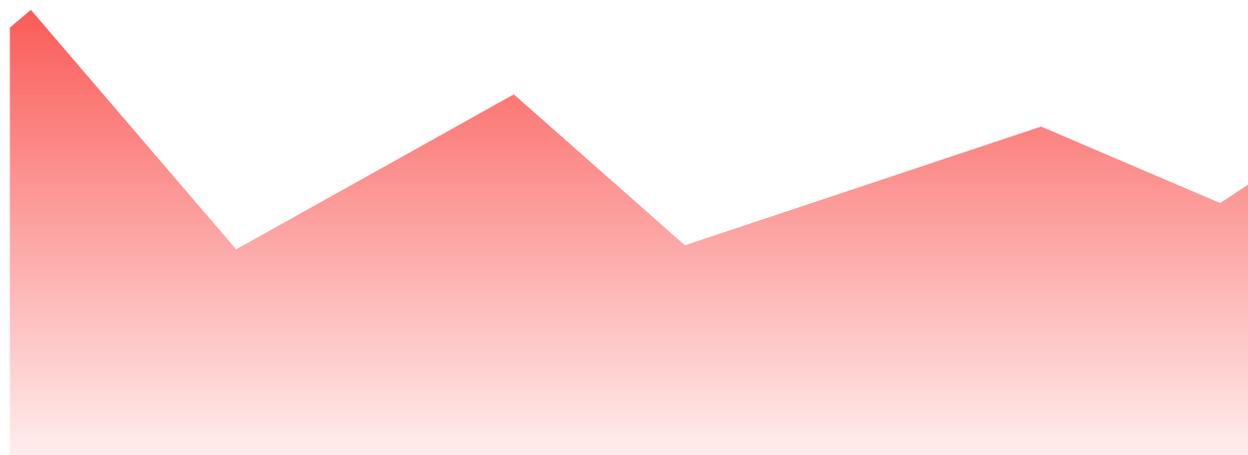
9.4 CONSULTORIA CONTÍNUA

ATOS E PROCEDIMENTOS PARA CONSECUÇÃO
DOS RESULTADOS INFRACITADOS

| COMARCA | Nº DE CASOS | Nº DE ACORDOS | % DE ACORDOS |
|-------------------------|--------------|---------------|---------------|
| Abelardo Luz | 225 | 188 | 83,55% |
| Anchieta | 3 | 1 | 33,33% |
| Balneário Camboriú | 54 | 14 | 25,92% |
| Canoinhas | 394 | 151 | 38,32% |
| Capital - Fórum Central | 449 | 141 | 31,40% |
| Capital - Norte da Ilha | 49 | 16 | 32,65% |
| Chapecó | 77 | 75 | 97,40% |
| Descanso | 14 | 05 | 35,71% |
| Dionísio Cerqueira | 190 | 143 | 75,26% |
| Joinville | 121 | 44 | 36,36% |
| Mondáí | 49 | 47 | 95,91% |
| Orleans | 29 | 21 | 72,41% |
| São José | 155 | 69 | 44,51% |
| São Lourenço do Oeste | 231 | 177 | 76,62% |
| São Miguel do Oeste | 122 | 107 | 87,70% |
| Tubarão | 99 | 50 | 50,50% |
| TOTAL | 2.261 | 1.249 | 55,24% |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

ROSÂNGELA CIVINSKI
Diretora



DIRETORIA JUDICIÁRIA

O Tribunal de Justiça, durante o ano judiciário de 2008, desenvolveu as atividades que serão apresentadas a seguir. Foram realizadas **793** sessões ordinárias, **11** extraordinárias e **4** solenes, assim distribuídas:

SESSÕES

| ÓRGÃO JULGADOR | ORDINÁRIAS | EXTRAORDINÁRIAS | SOLENES |
|---------------------------------|------------|-----------------|---------|
| TRIBUNAL PLENO | 27 | 3 | 4 |
| SECÇÃO CIVIL | 10 | 0 | 0 |
| GRUPO CÂMARAS DIREITO CIVIL | 11 | 0 | 0 |
| GRUPO CÂMARAS DIREITO COMERCIAL | 9 | 1 | 0 |
| GRUPO CÂMARAS DIREITO PÚBLICO | 11 | 0 | 0 |
| PRIMEIRA CÂMARA DTO CIVIL | 45 | 1 | 0 |
| SEGUNDA CÂMARA DTO CIVIL | 44 | 0 | 0 |
| TERCEIRA CÂMARA DTO CIVIL | 46 | 0 | 0 |
| QUARTA CÂMARA DTO CIVIL | 47 | 0 | 0 |
| PRIMEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL | 44 | 0 | 0 |
| SEGUNDA CÂMARA DTO COMERCIAL | 47 | 1 | 0 |
| TERCEIRA CÂMARA DTO COMERCIAL | 43 | 2 | 0 |
| QUARTA CÂMARA DTO COMERCIAL | 44 | 2 | 0 |
| PRIMEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO | 46 | 0 | 0 |
| SEGUNDA CÂMARA DTO PÚBLICO | 44 | 0 | 0 |
| TERCEIRA CÂMARA DTO PÚBLICO | 45 | 0 | 0 |
| QUARTA CÂMARA DTO PÚBLICO | 47 | 0 | 0 |
| SEÇÃO CRIMINAL | 10 | 0 | 0 |
| PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL | 50 | 0 | 0 |
| SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL | 44 | 0 | 0 |
| TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL | 48 | 0 | 0 |
| CÂMARA CÍVEL ESPECIAL | 23 | 0 | 0 |
| CONSELHO DA MAGISTRATURA | 8 | 1 | 0 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS

Foram distribuídos **72.143**, **14.363** incidentes, julgados **58.305** por acórdão, **17.797** por despacho e assinados **58.476** processos, a seguir relacionados:

PROCESSOS CÍVEIS

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | publicados |
| Ação Civil Pública | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Ação Direta de Inconstitucionalidade | 110 | 0 | 67 | 3 | 72 |
| Ação Popular | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Ação Rescisória | 339 | 0 | 372 | 48 | 346 |
| Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Liminar | 0 | 1 | 3 | 0 | 2 |
| Agravo Art. 39, Lei 8038/90 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Mandado de Segurança | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Art. 4º, Lei 4348/64 em Ped. Susp. Liminar | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Art. 522 do CPC | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Art. 532 do CPC | 0 | 4 | 3 | 1 | 3 |
| Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível | 0 | 6 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Art. 545 do CPC em AI | 0 | 16 | 7 | 5 | 7 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 4370 | 4041 | 256 | 4028 |
| Agravo de Instrumento | 12168 | 0 | 6079 | 5759 | 6197 |
| Agravo Regimental em Ação Rescisória | 0 | 45 | 85 | 2 | 85 |
| Agravo Regimental em ADIN | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 315 | 88 | 202 | 87 |
| Agravo Regimental em Ap Cível (MS) | 0 | 2 | 3 | 1 | 3 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 141 | 148 | 5 | 142 |
| Agravo Regimental em Embargos Infringentes | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Habeas Corpus | 0 | 3 | 4 | 0 | 3 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 136 | 119 | 7 | 109 |
| Agravo Regimental em Medida Cautelar | 0 | 3 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 |
| Agravo Regimental em Pedido de Assistência | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Reclamação | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 |
| Agravo Regimental em Recurso Especial em Emb. Infringentes | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Reexame Necessário | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Retido em Apelação Cível | 3498 | 0 | 2506 | 660 | 2491 |
| Apelação Cível | 51011 | 0 | 33707 | 8493 | 33876 |
| Apelação Cível (MS) | 842 | 0 | 865 | 107 | 853 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 3 | 0 | 5 | 1 | 4 |
| Arguição de Inconstitucionalidade | 12 | 0 | 20 | 0 | 11 |
| Conflito de Competência | 325 | 1 | 193 | 60 | 193 |
| Consulta | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. à Execução Pedido de Exec. de Honorários Advocaticios | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. de Divergência | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 111 | 99 | 11 | 101 |
| Emb. Declaração em ADIN | 0 | 10 | 9 | 1 | 9 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 1333 | 1048 | 280 | 1037 |
| Emb. Declaração em Agravo do Art. 532 do CPC | 0 | 6 | 5 | 1 | 6 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | publicados |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 7426 | 6388 | 676 | 6368 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível (MS) | 0 | 143 | 112 | 6 | 114 |
| Emb. Declaração em Embargos Infringentes | 0 | 29 | 37 | 1 | 33 |
| Emb. Declaração em Exceção de Suspeição | 0 | 4 | 3 | 1 | 3 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 6 | 4 | 2 | 4 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 102 | 78 | 19 | 85 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar | 0 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Emb. Declaração em Pedido de Intervenção Estadual no Município | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Reclamação | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário | 0 | 25 | 9 | 1 | 10 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS | 0 | 4 | 5 | 0 | 4 |
| Emb. Infringentes | 78 | 1 | 83 | 5 | 86 |
| Emb. Terceiro em Ação de Improbidade | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceção de Impedimento | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Exceção de Incompetência | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Exceção de Suspeição | 36 | 0 | 23 | 5 | 23 |
| Habeas Corpus | 297 | 0 | 247 | 33 | 249 |
| Habeas Data | 10 | 0 | 5 | 6 | 4 |
| Impugnação à Assistência Judiciária | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória | 14 | 7 | 20 | 3 | 26 |
| Incidente de Falsidade em Ação Rescisória | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Incidente de Falsidade em Apelação Cível | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Inquérito | 4 | 0 | 4 | 4 | 5 |
| Inquérito Judicial | 2 | 0 | 2 | 0 | 3 |
| Interpelação Judicial | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Mandado de Injunção | 4 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| Mandado de Segurança | 1606 | 0 | 1058 | 349 | 1043 |
| Medida Cautelar | 12 | 0 | 3 | 7 | 3 |
| Medida Cautelar de Seqüestro | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 |
| Medida Cautelar Incidental | 1 | 53 | 29 | 32 | 30 |
| Medida Cautelar Inominada | 28 | 0 | 8 | 11 | 8 |
| Medida Protetiva de Urgência | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Notícia Criminal | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ordinária | 5 | 0 | 0 | 4 | 0 |
| Pedido de Correição | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Execução de Honorários Advocatícios | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em ADIN | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Execução do Acórdão | 1 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória | 0 | 0 | 2 | 2 | 3 |
| Pedido de Execução do Acórdão em MS | 0 | 17 | 1 | 20 | 1 |
| Pedido de Explicações | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Pedido de Intervenção Federal no Estado | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 |
| Pedido de Intervenção Município | 12 | 0 | 0 | 17 | 0 |
| Pedido de Reconsideração | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| Pedido de Seqüestro | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Petição em Apelação Cível | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 |
| Petição em Mandado de Segurança | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Precatório (Agravo Regimental) | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Processo Administrativo | 8 | 0 | 6 | 0 | 6 |
| Processo Crime | 4 | 0 | 1 | 4 | 1 |

PROCESSOS CÍVEIS (CONT.)

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | publicados |
| Processo Previsto na LOMAN/Admin. | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Queixa Crime | 2 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| Reclamação | 19 | 0 | 9 | 6 | 8 |
| Reclamação em Agravo de Instrumento | 277 | 1 | 90 | 144 | 90 |
| Reclamação em Apelação Cível | 0 | 5 | 0 | 4 | 0 |
| Recurso de Decisão | 2 | 0 | 3 | 0 | 2 |
| Recurso Inominado | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Reexame Necessário | 982 | 0 | 335 | 399 | 332 |
| Reexame Necessário em Mandado de Injunção | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 399 | 0 | 220 | 104 | 222 |
| Representação | 3 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Termo Circunstanciado | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 72143 | 14363 | 58305 | 17797 | 58476 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS CRIMINAIS

Foram distribuídos **9.923** processos, **340** incidentes, julgados **9.677** por acórdão, **601** por despacho e assinados **9.719** processos, a seguir relacionados:

PROCESSOS CRIMINAIS

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | PUBLI- CADOS |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|-----------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 21 | 16 | 3 | 15 |
| Agravo de Instrumento | 25 | 0 | 14 | 7 | 14 |
| Agravo Regimental em Apelação Criminal | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Agravo Regimental em Habeas Corpus | 0 | 5 | 3 | 1 | 3 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| Agravo Regimental em Recurso Criminal | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Revisão Criminal | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Apelação Cível (MS) | 4 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Criminal | 5882 | 0 | 5741 | 259 | 5771 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 185 | 0 | 171 | 2 | 170 |
| Carta Testemunhável | 7 | 0 | 5 | 0 | 5 |
| Conflito de Competência | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conflito de Jurisdição | 30 | 0 | 31 | 0 | 30 |
| Embargos de Nulidade | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Apelação Criminal | 0 | 221 | 212 | 12 | 204 |
| Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Declaração em Embargos Infringentes | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 27 | 23 | 5 | 24 |
| Emb. Declaração em Inquérito | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 |
| Emb. Declaração em Processo Crime | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Declaração em Reclamação | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Recurso Criminal | 0 | 21 | 18 | 1 | 18 |
| Emb. Declaração em Recurso de Agravo | 0 | 11 | 10 | 1 | 10 |
| Emb. Declaração em Revisão Criminal | 0 | 11 | 9 | 0 | 10 |
| Emb. Infringentes | 13 | 0 | 17 | 1 | 14 |
| Exceção de Suspeição | 15 | 0 | 9 | 7 | 6 |
| Habeas Corpus | 2325 | 0 | 2132 | 155 | 2155 |
| Incidente de Falsidade em Apelação Criminal | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Inquérito | 42 | 0 | 21 | 10 | 23 |
| Justificação Judicial | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Mandado de Segurança | 75 | 0 | 45 | 23 | 43 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Notícia Criminal | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Correição | 2 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Pedido de Desaforamento | 10 | 0 | 10 | 0 | 10 |
| Pedido de Explicações | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Pedido de Uniformização de Jurisprudência | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Perda de Graduação | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Processo Crime | 21 | 0 | 14 | 7 | 14 |
| Queixa Crime | 2 | 0 | 4 | 1 | 4 |
| Reclamação | 68 | 0 | 56 | 11 | 56 |
| Recurso Criminal | 692 | 0 | 647 | 31 | 654 |
| Recurso Criminal em Apelação Criminal | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Recurso Criminal em Apelação Criminal | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Recurso de Agravo | 311 | 0 | 287 | 31 | 284 |
| Recurso de Habeas Corpus | 4 | 0 | 2 | 0 | 3 |
| Recurso em Mandado de Segurança | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 8 | 0 | 6 | 1 | 6 |
| Representação | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Revisão Criminal | 176 | 0 | 148 | 21 | 146 |
| Termo Circunstanciado | 17 | 0 | 4 | 3 | 5 |
| TOTAL | 9923 | 340 | 9677 | 601 | 9719 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

PROCESSOS JULGADOS NO CÍVEL

COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

| COMARCA | Nº PROCESSOS |
|--------------------|--------------|
| Capital | 15306 |
| Blumenau | 14427 |
| Criciúma | 7253 |
| Joinville | 7204 |
| Lages | 5054 |
| Itajaí | 3631 |
| Rio do Sul | 3044 |
| São José | 2956 |
| Tubarão | 2529 |
| Chapecó | 2288 |
| Balneário Camboriú | 1856 |
| Araranguá | 1682 |
| Brusque | 1561 |
| Timbó | 1463 |
| Palhoça | 1251 |
| Laguna | 1164 |
| Urussanga | 1058 |
| Ituporanga | 1030 |
| Joaçaba | 1004 |
| Capital/Estreito | 971 |

PROCESSOS JULGADOS NO CRIME

COMARCAS QUE MAIS CONTRIBUÍRAM

| COMARCA | Nº PROCESSOS |
|---------------------|--------------|
| Capital | 1189 |
| Chapecó | 803 |
| Joinville | 692 |
| Criciúma | 558 |
| Itajaí | 534 |
| Lages | 504 |
| Balneário Camboriú | 455 |
| São José | 450 |
| Blumenau | 443 |
| Curitibanos | 256 |
| São Miguel do Oeste | 228 |
| Palhoça | 209 |
| Capital / Estreito | 207 |
| Brusque | 193 |
| Xanxerê | 190 |
| Tubarão | 186 |
| Rio do Sul | 177 |
| Jaraguá do Sul | 165 |
| Biguaçu | 153 |
| Gaspar | 137 |

TRIBUNAL DE JUSTIÇA SC

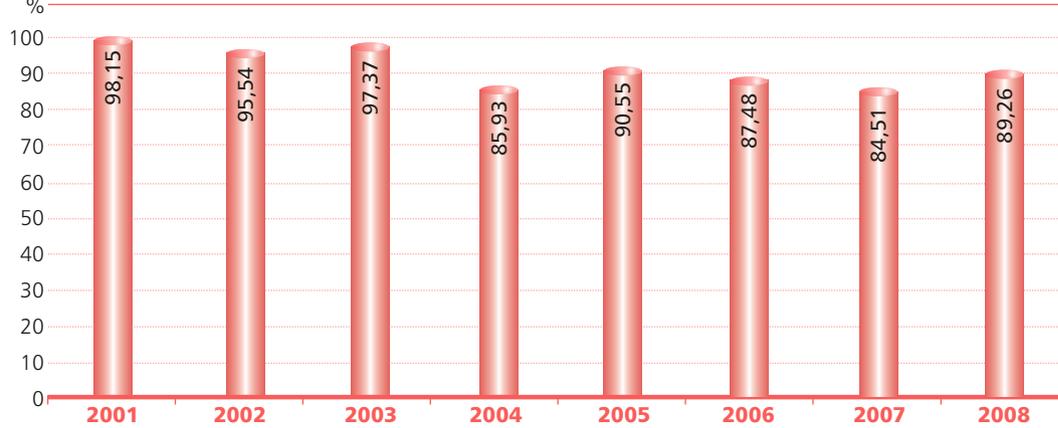
Processos distribuídos e julgados nos últimos anos



DIRETORIA JUDICIÁRIA

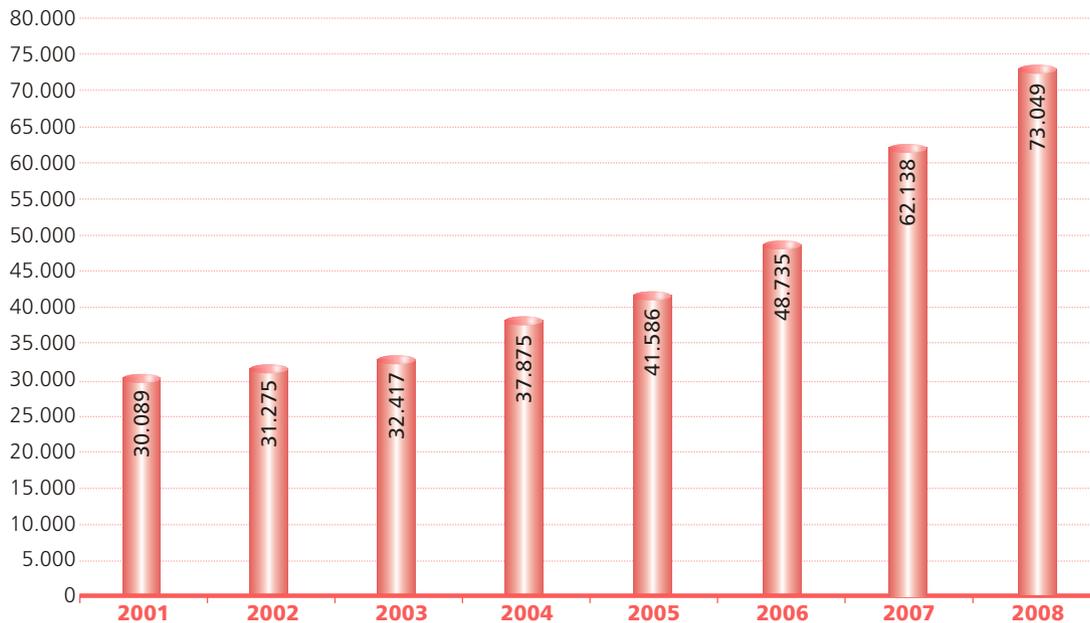
▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SC

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição nos últimos anos



▶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA

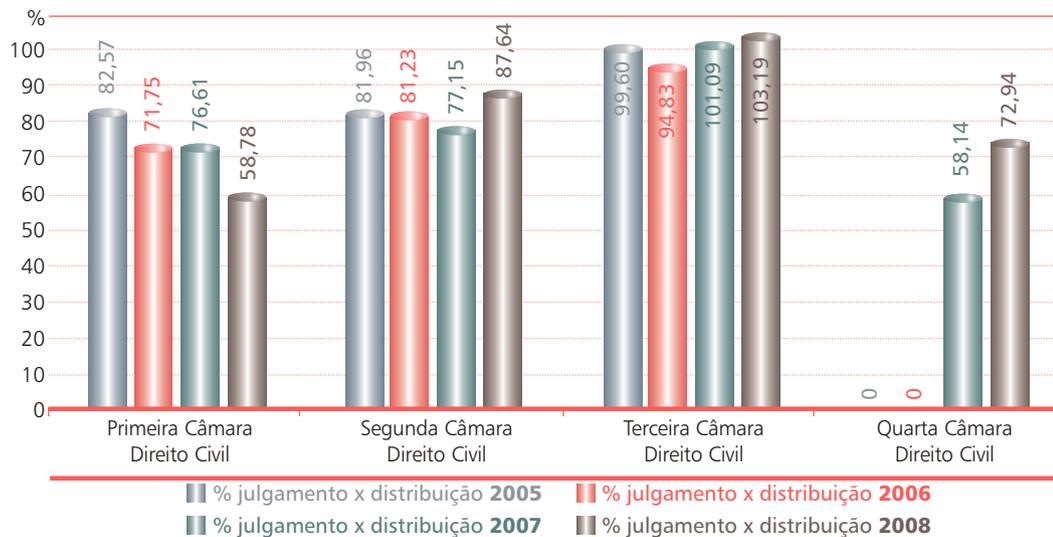
Demonstrativo de processos pendentes de julgamento nos últimos anos



DIRETORIA JUDICIÁRIA

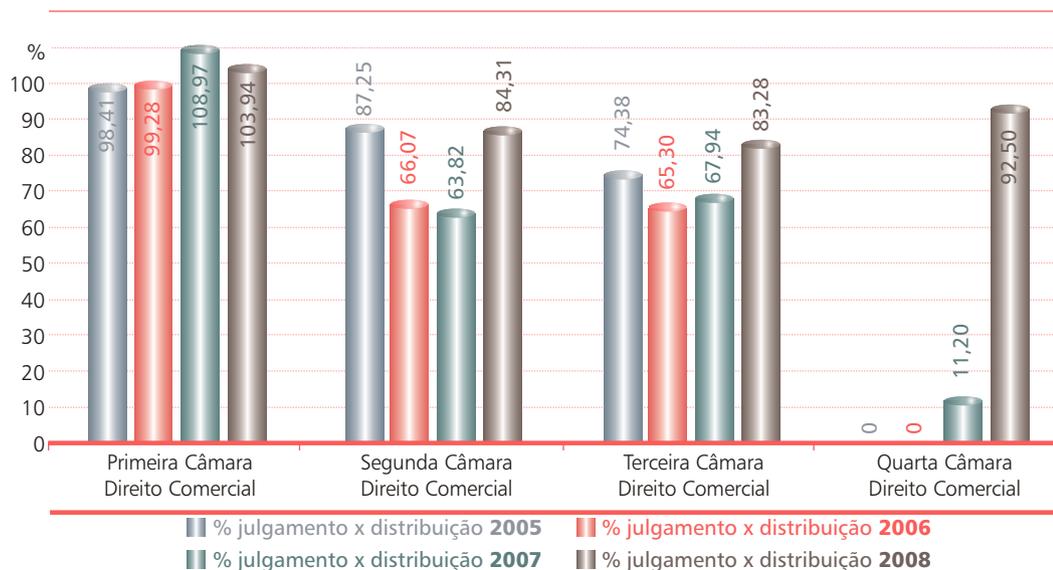
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Civil



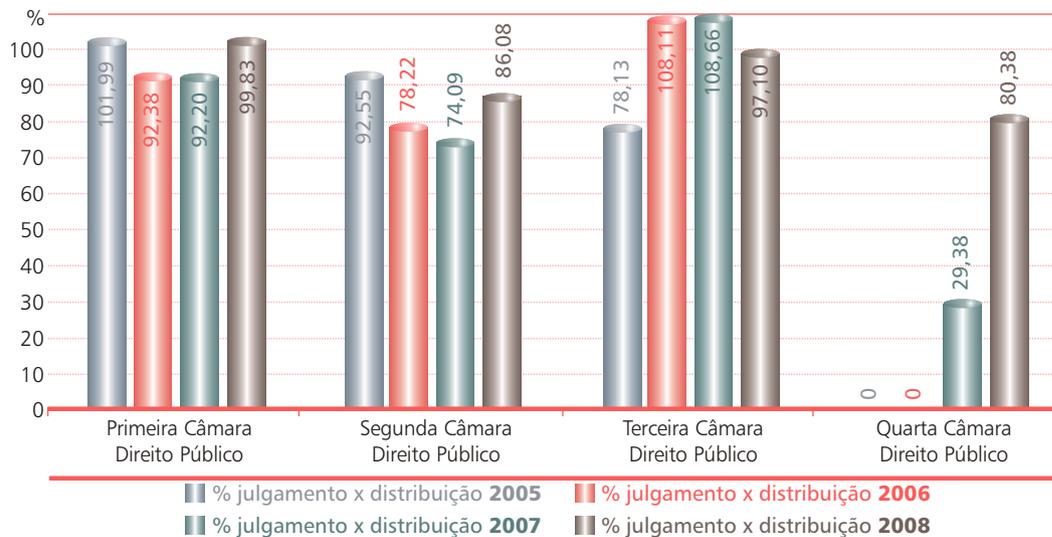
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Comercial



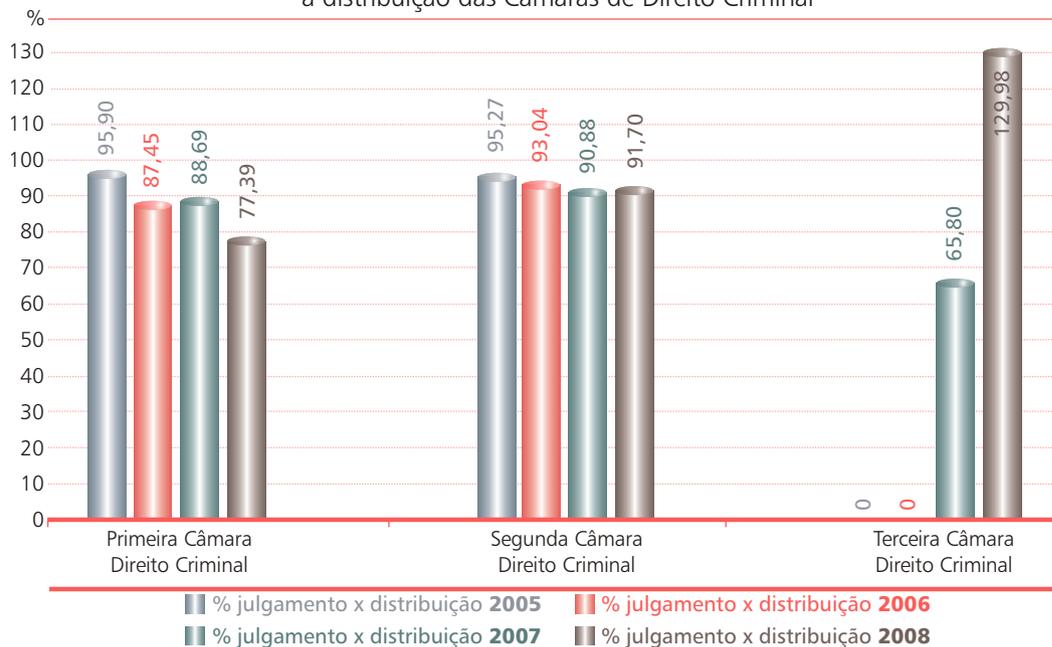
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Público



TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Demonstrativo do percentual de julgamento em relação à distribuição das Câmaras de Direito Criminal



QUADRO ANUAL DO TRIBUNAL PLENO - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|----------------------|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|------------------------|
| | | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | | |
| FRANCISCO OLIVEIRA FILHO | 75 | 15 | 4 | 0 | 26 | 1 | 68 |
| ALCIDES AGUIAR | 11 | 0 | 3 | 10 | 2 | 6 | 2 |
| AMARAL E SILVA | 5 | 5 | 2 | 3 | 0 | 6 | 9 |
| ANSELMO CERELLO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| CARLOS PRUDÊNCIO | 20 | 5 | 2 | 1 | 11 | 2 | 15 |
| GASPAR RUBIK | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| PEDRO MANOEL ABREU | 4 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| ORLI RODRIGUES | 7 | 1 | 1 | 8 | 1 | 6 | 0 |
| TRINDADE DOS SANTOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| SOUZA VARELLA | 3 | 2 | 0 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| CLÁUDIO BARRETO DUTRA | 0 | 5 | 1 | 1 | 0 | 1 | 5 |
| NEWTON TRISOTTO | 3 | 6 | 1 | 2 | 0 | 2 | 8 |
| SÉRGIO PALADINO | 8 | 1 | 0 | 5 | 0 | 3 | 4 |
| SOLON D'EÇA NEVES | 20 | 7 | 1 | 4 | 2 | 5 | 22 |
| MAZONI FERREIRA | 8 | 7 | 2 | 2 | 2 | 11 | 13 |
| VOLNEI CARLIN | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| IRINEU JOÃO DA SILVA | 10 | 3 | 1 | 2 | 1 | 1 | 11 |
| LUIZ CÉZAR MEDEIROS | 7 | 3 | 2 | 7 | 0 | 10 | 5 |
| VANDERLEI ROMER | 13 | 7 | 1 | 19 | 0 | 4 | 2 |
| ELÁDIO TORRET ROCHA | 10 | 6 | 1 | 2 | 0 | 1 | 15 |
| WILSON A. DO NASCIMENTO | 6 | 5 | 1 | 3 | 2 | 2 | 7 |
| NELSON SCHAEFER MARTINS | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| JOSÉ VOLPATO | 12 | 5 | 1 | 5 | 0 | 5 | 13 |
| SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ | 7 | 2 | 0 | 4 | 0 | 4 | 5 |
| MONTEIRO ROCHA | 15 | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 19 |
| FERNANDO CARIONI | 9 | 6 | 1 | 7 | 0 | 3 | 9 |
| TORRES MARQUES | 6 | 8 | 0 | 3 | 6 | 4 | 5 |
| LUIZ CARLOS FREYESLEBEN | 6 | 4 | 1 | 2 | 1 | 5 | 8 |
| RUI FRANCISCO FORTES | 11 | 2 | 0 | 3 | 0 | 2 | 10 |
| GASTALDI BUZZI | 10 | 8 | 0 | 6 | 0 | 6 | 12 |
| MARCUS TÚLIO SARTORATO | 10 | 5 | 0 | 5 | 0 | 3 | 10 |
| CÉSAR ABREU | 4 | 4 | 2 | 3 | 1 | 3 | 6 |
| SALETE SILVA SOMMARIVA | 15 | 8 | 2 | 9 | 3 | 11 | 13 |
| RICARDO FONTES | 2 | 8 | 2 | 8 | 1 | 9 | 3 |
| SALIM SCHEAD DOS SANTOS | 6 | 5 | 0 | 3 | 1 | 4 | 7 |
| MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA | 5 | 3 | 2 | 5 | 1 | 5 | 4 |
| EDSON UBALDO | 19 | 3 | 1 | 2 | 0 | 4 | 21 |
| CID GOULART | 9 | 4 | 1 | 1 | 0 | 1 | 13 |
| HILTON CUNHA JÚNIOR | 17 | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 23 |
| JAIME RAMOS | 3 | 3 | 0 | 4 | 0 | 2 | 2 |
| ALEXANDRE D'IVANENKO | 3 | 7 | 0 | 2 | 0 | 2 | 8 |
| NEWTON JANKE | 1 | 5 | 0 | 1 | 0 | 2 | 5 |
| LÉDIO ROSA DE ANDRADE | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| MOACYR DE MORAES LIMA FILHO | 5 | 4 | 0 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| JORGE SCHAEFER MARTINS | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 |
| MARLI MOSIMANN VARGAS | 0 | 5 | 0 | 2 | 1 | 4 | 2 |
| SÉRGIO IZIDORO HEIL | 2 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 |
| CARSTENS KÖHLER | 0 | 5 | 0 | 1 | 2 | 1 | 2 |
| JOÃO HENRIQUE BLASI | 1 | 16 | 0 | 2 | 0 | 2 | 15 |
| JORGE LUIZ DE BORBA | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| VICTOR FERREIRA | 13 | 3 | 1 | 0 | 0 | 0 | 17 |
| TOTAL | 403 | 224 | 40 | 157 | 70 | 156 | 440 |

PROCESSOS TRIBUNAL PLENO, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Direta de Inconstitucionalidade | 110 | 0 | 67 | 3 | 72 |
| Agravo (§3º, Art. 4º, Lei 8437/92 do CPC) em Ped. Susp. Lim. | 0 | 1 | 3 | 0 | 2 |
| Agravo de Instrumento | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Art. 4º, Lei 4348/64 em Ped. Susp. Liminar | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Art. 39, Lei 8038/90 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 |
| Agravo Regimental em ADIN | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 12 | 4 | 0 | 4 |
| Agravo Regimental em Ped. Susp. Liminar | 0 | 0 | 2 | 1 | 1 |
| Agravo Regimental em Reclamação | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Recurso Especial em Emb. Infringentes | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Apelação Cível | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Arguição de Inconstitucionalidade | 12 | 0 | 20 | 0 | 11 |
| Conflito de Competência | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Consulta | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. à Execução Pedido de Exec. de Honorários Advocatícios | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em ADIN | 0 | 10 | 9 | 1 | 9 |
| Emb. Declaração em Reclamação | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Pedido de Intervenção Est. no Município | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Exceção de Suspeição | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 3 | 1 | 2 | 1 |
| Exceção de Suspeição | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Inquérito | 4 | 0 | 4 | 4 | 5 |
| Inquérito Judicial | 2 | 0 | 2 | 0 | 3 |
| Interpelação Judicial | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Mandado de Injunção | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Mandado de Segurança | 43 | 0 | 12 | 17 | 15 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Medida Protetiva de Urgência | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Notícia Criminal | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pedido de Execução do Acórdão | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pedido de Execução de Honorários Advocatícios | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Execução de Honorários Advocatícios em ADIN | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Explicações | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Pedido de Intervenção Federal no Estado | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 |
| Pedido de Intervenção Município | 12 | 0 | 0 | 17 | 0 |
| Pedido de Seqüestro | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Seqüestro em Pedido de Intervenção | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Precatório (Agravo Regimental) | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Procedimento Diverso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Processo Administrativo | 8 | 0 | 6 | 0 | 6 |
| Processo Crime | 4 | 0 | 1 | 4 | 1 |
| Processo Previsto na LOMAN/Admin. | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Queixa Crime | 2 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| Reclamação | 5 | 0 | 3 | 2 | 2 |
| Recurso de Concurso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Recurso de Decisão | 2 | 0 | 3 | 0 | 2 |
| Recurso de Decisão Administrativa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Representação | 3 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Termo Circunstanciado | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 224 | 40 | 157 | 70 | 156 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CIVIL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | Enviados/ Recebidos | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|-------------------|--------------|------------|------------------------|-------------|--------------|---------------------|---------------------|
| | | processos | incidentes | | por acórdão | por despacho | | |
| ANSELMO CERELLO | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| CARLOS PRUDÊNCIO | 4 | 6 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 10 |
| GASPAR RUBIK | 5 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PEDRO MANOEL ABREU | 3 | 12 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 14 |
| ORLI RODRIGUES | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 3 | 0 |
| TRINDADE DOS SANTOS | 4 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 4 | 0 |
| CLÁUDIO BARRETO DUTRA | 10 | 6 | 3 | 5 | 3 | 1 | 3 | 10 |
| NEWTON TRISOTTO | 5 | 4 | 0 | 4 | 0 | 1 | 0 | 4 |
| MAZONI FERREIRA | 3 | 9 | 2 | 0 | 3 | 3 | 3 | 8 |
| LUIZ CÉZAR MEDEIROS | 3 | 4 | 2 | 0 | 3 | 1 | 6 | 5 |
| VANDERLEI ROMER | 7 | 6 | 2 | 0 | 7 | 2 | 7 | 6 |
| ELÁDIO TORRET ROCHA | 6 | 5 | 2 | 0 | 3 | 4 | 3 | 6 |
| WILSON A. DO NASCIMENTO | 7 | 8 | 3 | 0 | 3 | 3 | 3 | 12 |
| JOSÉ VOLPATO | 6 | 6 | 2 | 0 | 7 | 0 | 6 | 7 |
| SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ | 3 | 4 | 0 | 0 | 5 | 1 | 5 | 1 |
| FERNANDO CARIONI | 5 | 6 | 1 | 0 | 5 | 1 | 5 | 6 |
| MONTEIRO ROCHA | 6 | 5 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 7 |
| LUIZ CARLOS FREYESLEBEN | 1 | 8 | 2 | 0 | 2 | 0 | 4 | 9 |
| RUI FRANCISCO FORTES | 6 | 6 | 3 | 0 | 2 | 1 | 0 | 12 |
| GASTALDI BUZZI | 7 | 9 | 1 | 0 | 5 | 0 | 4 | 12 |
| MARCUS TÚLIO SARTORATO | 11 | 6 | 2 | 0 | 11 | 1 | 11 | 7 |
| CÉSAR ABREU | 10 | 7 | 4 | 0 | 9 | 1 | 13 | 11 |
| RICARDO FONTES | 5 | 6 | 2 | 0 | 2 | 5 | 2 | 6 |
| SALIM SCHEAD DOS SANTOS | 3 | 6 | 3 | 0 | 5 | 2 | 5 | 5 |
| MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA | 5 | 6 | 2 | 0 | 5 | 5 | 5 | 3 |
| EDSON UBALDO | 9 | 9 | 0 | 0 | 2 | 2 | 2 | 14 |
| CID GOULART | 9 | 6 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 14 |
| HILTON CUNHA JÚNIOR | 9 | 5 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 13 |
| JAIME RAMOS | 0 | 6 | 0 | 0 | 1 | 2 | 0 | 3 |
| NEWTON JANKE | 3 | 8 | 2 | 0 | 0 | 1 | 2 | 12 |
| LÉDIO ROSA DE ANDRADE | 0 | 7 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 5 |
| MOACYR DE MORAES LIMA FILHO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| JORGE SCHAEFER MARTINS | 0 | 6 | 2 | 0 | 4 | 1 | 4 | 3 |
| MARLI MOSIMANN VARGAS | 0 | 6 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 5 |
| SÉRGIO IZIDORO HEIL | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| CARSTENS KÖHLER | 0 | 7 | 0 | 0 | 1 | 4 | 1 | 2 |
| JOÃO HENRIQUE BLASI | 2 | 6 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 6 |
| JORGE LUIZ DE BORBA | 2 | 7 | 3 | 0 | 2 | 1 | 2 | 9 |
| VICTOR FERREIRA | 2 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 |
| REJANE ANDERSEN | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| JÂNIO MACHADO | 0 | 1 | 1 | 5 | 7 | 0 | 6 | 0 |
| PAULO ROBERTO C. COSTA | 0 | 2 | 1 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| JOEL FIGUEIRA JÚNIOR | 0 | 7 | 1 | 5 | 0 | 1 | 0 | 12 |
| RICARDO JOSÉ ROESLER | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 | 0 | 3 | 0 |
| TOTAL | 162 | 235 | 48 | | 114 | 55 | 117 | 276 |

PROCESSOS - SEÇÃO CIVIL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Art. 39, Lei 8038/90 em Mandado de Segurança | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo de Instrumento | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 18 | 14 | 0 | 14 |
| Apelação Cível | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Apelação Cível (MS) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conflito de Competência | 54 | 0 | 19 | 3 | 19 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 3 | 1 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Embargos Infringentes | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 19 | 5 | 4 | 6 |
| Emb. de Divergência | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Infringentes | 23 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mandado de Injunção | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Mandado de Segurança | 150 | 0 | 69 | 43 | 71 |
| Medida Cautelar Incidentar | 0 | 2 | 1 | 2 | 1 |
| Pedido de Execução do Acórdão em MS | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| TOTAL | 235 | 48 | 114 | 55 | 117 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 | Enviados/ Recebidos |
|-------------------------------|-------------------|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | | | |
| CARLOS PRUDÊNCIO | 36 | 1 | 3 | 23 | 2 | 17 | 15 | 0 |
| GASPAR RUBIK | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 |
| MAZONI FERREIRA | 15 | 0 | 3 | 7 | 0 | 12 | 11 | 0 |
| ELÁDIO TORRET ROCHA | 0 | 29 | 4 | 5 | 3 | 5 | 25 | 0 |
| SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| MONTEIRO ROCHA | 13 | 1 | 1 | 4 | 1 | 4 | 10 | 0 |
| FERNANDO CARIONI | 6 | 2 | 2 | 5 | 2 | 8 | 3 | 0 |
| LUIZ CARLOS FREYESLEBEN | 6 | 3 | 0 | 3 | 1 | 6 | 4 | 1 |
| MARCUS TÚLIO SARTORATO | 20 | 2 | 1 | 9 | 0 | 9 | 14 | 0 |
| SALETE SILVA SOMMARIVA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 |
| MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA | 8 | 1 | 1 | 8 | 1 | 9 | 1 | 0 |
| EDSON UBALDO | 10 | 0 | 3 | 3 | 1 | 3 | 8 | 1 |
| NEWTON JANKE | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| SÉRGIO IZIDORO HEIL | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| MOACYR DE MORAES LIMA FILHO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| VICTOR FERREIRA | 0 | 6 | 0 | 1 | 0 | 1 | 5 | 0 |
| JAIME LUIZ VICARI | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| JOEL FIGUEIRA JÚNIOR | 0 | 1 | 3 | 4 | 0 | 4 | 12 | 12 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 127 | 47 | 21 | 75 | 11 | 88 | 109 | |

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 13 | 0 | 13 | 3 | 18 |
| Agravo Art. 532 do CPC | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 2 | 3 | 0 | 3 |
| Agravo Regimental em Ação Rescisória | 0 | 3 | 2 | 0 | 4 |
| Agravo Regimental em Embargos Infringentes | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Embargos Infringentes | 0 | 7 | 10 | 1 | 9 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 3 | 4 | 1 | 3 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Infringentes | 33 | 0 | 36 | 4 | 41 |
| Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 |
| Incidente de Falsidade em Ação Rescisória | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Medida Cautelar Inominada | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Execução do Acórdão em MS | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| TOTAL | 47 | 21 | 75 | 11 | 88 |

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 | Enviados/ Recebidos |
|-------------------------|----------------------|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | | | |
| ALCIDES AGUIAR | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| WILSON A. DO NASCIMENTO | 8 | 2 | 3 | 10 | 0 | 9 | 3 | 0 |
| GASTALDI BUZZI | 4 | 3 | 2 | 2 | 1 | 3 | 6 | 0 |
| RICARDO FONTES | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| SALIM SCHEAD DOS SANTOS | 2 | 1 | 2 | 4 | 0 | 6 | 1 | 0 |
| HILTON CUNHA JÚNIOR | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 0 |
| LÉDIO ROSA DE ANDRADE | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| JORGE SCHAEFER MARTINS | 3 | 2 | 2 | 0 | 1 | 3 | 6 | 0 |
| MARLI MOSIMANN VARGAS | 4 | 2 | 1 | 7 | 0 | 5 | 0 | 0 |
| SÉRGIO IZIDORO HEIL | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 |
| CARSTENS KÖHLER | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| JORGE LUIZ DE BORBA | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| TOTAL | 32 | 15 | 13 | 27 | 4 | 32 | 29 | |

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 1 | 0 | 4 | 1 | 53 |
| Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Ação Rescisória | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Agravo do Art. 532 do CPC | 0 | 6 | 5 | 1 | 6 |
| Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória | 14 | 0 | 14 | 1 | 19 |
| Pedido de Execução do Acórdão | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 15 | 13 | 27 | 4 | 32 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DO GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 | Enviados/ Recebidos |
|-------------------------------|-------------------|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | | | |
| FRANCISCO OLIVEIRA FILHO | 29 | 0 | 0 | 29 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| PEDRO MANOEL ABREU | 61 | 118 | 7 | 21 | 10 | 10 | 154 | 1 |
| ORLI RODRIGUES | 64 | 56 | 16 | 123 | 10 | 113 | 0 | 3 |
| CLÁUDIO BARRETO DUTRA | 36 | 95 | 22 | 10 | 10 | 10 | 68 | 65 |
| NEWTON TRISOTTO | 100 | 107 | 20 | 106 | 18 | 70 | 80 | 23 |
| VOLNEI CARLIN | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 6 | 0 | 0 |
| LUIZ CÉZAR MEDEIROS | 70 | 131 | 33 | 183 | 26 | 262 | 25 | 0 |
| VANDERLEI ROMER | 87 | 132 | 36 | 152 | 27 | 110 | 57 | 19 |
| JOSÉ VOLPATO | 4 | 109 | 5 | 70 | 13 | 63 | 35 | 0 |
| SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ | 109 | 124 | 25 | 122 | 23 | 118 | 113 | 0 |
| RUI FRANCISCO FORTES | 112 | 100 | 18 | 161 | 16 | 176 | 53 | 0 |
| CÉSAR ABREU | 94 | 136 | 29 | 142 | 30 | 147 | 87 | 0 |
| CID GOULART | 176 | 123 | 13 | 153 | 7 | 144 | 151 | 1 |
| JAIME RAMOS | 20 | 128 | 20 | 107 | 27 | 91 | 32 | 2 |
| NEWTON JANKE | 39 | 84 | 2 | 26 | 1 | 22 | 98 | 0 |
| SÔNIA MARIA SCHMITZ | 0 | 46 | 7 | 37 | 17 | 37 | 0 | 1 |
| JÂNIO MACHADO | 0 | 54 | 2 | 90 | 31 | 89 | 0 | 65 |
| RICARDO JOSÉ ROESLER | 0 | 3 | 1 | 4 | 5 | 4 | 0 | 5 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 8 | 6 | 46 | 10 | 41 | 0 | 42 |
| RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |
| TOTAL | 1002 | 1554 | 262 | 1583 | 282 | 1516 | 953 | |

PROCESSOS - GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 221 | 0 | 305 | 25 | 272 |
| Agravo de Instrumento | 3 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| Agravo Art. 532 do CPC | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 7 | 8 | 1 | 8 |
| Agravo Regimental em Ação Rescisória | 0 | 37 | 81 | 1 | 79 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 89 | 83 | 6 | 72 |
| Apelação Cível | 2 | 0 | 2 | 0 | 1 |
| Apelação Cível (MS) | 4 | 0 | 3 | 1 | 2 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 17 | 9 | 5 | 10 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 69 | 65 | 10 | 73 |
| Emb. Declaração em Embargos Infringentes | 0 | 21 | 26 | 0 | 23 |
| Emb. Infringentes | 22 | 0 | 47 | 0 | 45 |
| Habeas Data | 1 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória | 0 | 5 | 2 | 1 | 1 |
| Mandado de Injunção | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mandado de Segurança | 1296 | 0 | 944 | 206 | 922 |
| Medida Cautelar Inominada | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Ordinária | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Execução do Acórdão em MS | 0 | 15 | 1 | 19 | 1 |
| Pedido de Reconsideração | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Petição em Mandado de Segurança | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| TOTAL | 1554 | 262 | 1583 | 282 | 1516 |

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/ Recebidos | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|-------------------|------------------------|------------|---------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| CARLOS PRUDÊNCIO | 2121 | 1298 | 342 | 2 | 315 | 762 | 318 | 2682 |
| GASPAR RUBIK | 1996 | 114 | 17 | 2127 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 0 |
| MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA | 3 | 0 | 1 | 0 | 3 | 1 | 7 | 0 |
| EDSON UBALDO | 1452 | 1287 | 92 | 13 | 712 | 9 | 692 | 2097 |
| MOACYR DE MORAES LIMA FILHO | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 0 |
| RONALDO MORITZ M. DA SILVA | 0 | 4 | 0 | 3 | 4 | 3 | 4 | 0 |
| JAIME LUIZ VICARI | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| JOEL FIGUEIRA JÚNIOR | 656 | 1200 | 76 | 2126 | 750 | 22 | 740 | 3286 |
| HENRY PETRY JÚNIOR | 3 | 0 | 2 | 0 | 5 | 0 | 8 | 0 |
| ROBERTO LUCAS PACHECO | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RODRIGO ANTONIO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 12 | 1 | 11 | 24 | 0 | 23 | 0 |
| TOTAL | 6232 | 3916 | 531 | | 1816 | 798 | 1801 | 8065 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados |
|--|------------------------|------------|----------------------|--------------|---------------------|
| Ação Rescisória | 10 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 236 | 147 | 51 | 128 |
| Agravo de Instrumento | 564 | 0 | 401 | 223 | 406 |
| Agravo Art. 527, II do CPC em Agravo de Instrum. | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 17 | 17 | 0 | 17 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 19 | 13 | 0 | 12 |
| Apelação Cível | 3237 | 0 | 999 | 431 | 1023 |
| Apelação Cível (MS) | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Conflito de Competência | 30 | 0 | 18 | 9 | 18 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 51 | 41 | 7 | 32 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 195 | 135 | 50 | 120 |
| Emb. Declaração em Exceção de Suspeição | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Exceção de Suspeição | 2 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Habeas Corpus | 56 | 0 | 38 | 6 | 38 |
| Incidente de Falsidade em Agravo de Instrumento | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Mandado de Segurança | 13 | 0 | 1 | 12 | 1 |
| Medida Cautelar | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 8 | 1 | 1 | 1 |
| Medida Cautelar Inominada | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pedido de Correição | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Petição em Apelação Cível | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Recurso Inominado | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 3916 | 531 | 1816 | 798 | 1801 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|-------------------|--------------|------------|-------------------------|-------------|--------------|---------------------|---------------------|
| | | processos | incidentes | | por acórdão | por despacho | | |
| ANSELMO CERELLO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| GASPAR RUBIK | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 54 | 0 |
| MAZONI FERREIRA | 1837 | 1275 | 170 | 155 | 900 | 277 | 892 | 1950 |
| MONTEIRO ROCHA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 |
| LUIZ CARLOS FREYESLEBEN | 1827 | 1261 | 139 | 157 | 957 | 182 | 883 | 1931 |
| NEWTON JANKE | 522 | 296 | 139 | 5 | 739 | 213 | 756 | 0 |
| SÉRGIO IZIDORO HEIL | 1319 | 996 | 20 | 150 | 165 | 17 | 157 | 2003 |
| JORGE SCHAEFER MARTINS | 2 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 11 | 0 |
| JAIME LUIZ VICARI | 391 | 56 | 41 | 464 | 389 | 7 | 370 | 556 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 1 | 0 | 3 | 3 | 1 | 3 | 0 |
| TOTAL | 5898 | 3885 | 509 | | 3154 | 698 | 3131 | 6440 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 8 | 0 | 9 | 5 | 9 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 72 | 55 | 3 | 37 |
| Agravo de Instrumento | 557 | 0 | 672 | 93 | 695 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Ação Rescisória | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 10 | 8 | 3 | 8 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 10 | 6 | 0 | 6 |
| Agravo Regimental em Habeas Corpus | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Medida Cautelar | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Apelação Cível | 3237 | 0 | 1915 | 506 | 1892 |
| Apelação Cível (MS) | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Conflito de Competência | 27 | 0 | 30 | 1 | 27 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 93 | 98 | 15 | 95 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 309 | 289 | 59 | 281 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Emb. Declaração em Exceção de Suspeição | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Exceção de Impedimento | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Exceção de Suspeição | 2 | 0 | 4 | 0 | 5 |
| Habeas Corpus | 42 | 0 | 43 | 1 | 42 |
| Impugnação à Assistência Judiciária | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Mandado de Segurança | 9 | 0 | 10 | 4 | 12 |
| Medida Cautelar | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 10 | 6 | 5 | 7 |
| Petição em Apelação Cível | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Reclamação | 2 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| TOTAL | 3885 | 509 | 3154 | 698 | 3131 |

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|-------------------|------------------------|------------|----------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| FERNANDO CARIONI | 128 | 954 | 173 | 25 | 1037 | 10 | 1088 | 183 |
| MARCUS TÚLIO SARTORATO | 524 | 966 | 254 | 3 | 1505 | 5 | 1603 | 231 |
| SALETE SILVA SOMMARIVA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 177 | 0 |
| MARIA DO ROCIO L. SANTA RITTA | 598 | 942 | 171 | 14 | 911 | 103 | 912 | 683 |
| PAULO ROBERTO C. COSTA | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| HENRY PETRY JÚNIOR | 633 | 1001 | 112 | 39 | 1117 | 28 | 1117 | 640 |
| JAIME LUIZ VICARI | 0 | 0 | 0 | 3 | 1 | 2 | 1 | 0 |
| TOTAL | 1883 | 3864 | 710 | | 4571 | 149 | 4898 | 1737 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados |
|--|------------------------|------------|----------------------|--------------|---------------------|
| Ação Rescisória | 11 | 0 | 15 | 4 | 15 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 8 | 8 | 0 | 8 |
| Agravo de Instrumento | 556 | 0 | 628 | 40 | 683 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 4 | 4 | 0 | 5 |
| Agravo Regimental em Ação Rescisória | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 19 | 21 | 0 | 23 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Habeas Corpus | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Reclamação | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Apelação Cível | 3193 | 0 | 3151 | 65 | 3371 |
| Apelação Cível (MS) | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Conflito de Competência | 37 | 0 | 31 | 1 | 35 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 85 | 92 | 5 | 92 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 575 | 551 | 11 | 593 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível (MS) | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 4 | 3 | 1 | 4 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Habeas Corpus | 47 | 0 | 45 | 5 | 46 |
| Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 |
| Incidente de Falsidade em Apelação Cível | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Mandado de Segurança | 15 | 0 | 6 | 9 | 6 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Medida Cautelar Inominada | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| Pedido de Execução do Acórdão em Ação Rescisória | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Petição em Apelação Cível | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Reclamação | 4 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| Reclamação em Agravo de Instrumento | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Reclamação em Apelação Cível | 0 | 5 | 0 | 4 | 0 |
| TOTAL | 3864 | 710 | 4571 | 149 | 4898 |

QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|----------------------------|-------------------|--------------|------------|-------------------------|-------------|--------------|---------------------|---------------------|
| | | processos | incidentes | | por acórdão | por despacho | | |
| TRINDADE DOS SANTOS | 392 | 258 | 41 | 8 | 585 | 98 | 624 | 0 |
| ELÁDIO TORRET ROCHA | 1261 | 1301 | 63 | 16 | 646 | 97 | 641 | 1866 |
| NELSON SCHAEFER MARTINS | 35 | 7 | 0 | 0 | 39 | 3 | 41 | 0 |
| MONTEIRO ROCHA | 1107 | 1242 | 165 | 32 | 1177 | 74 | 1202 | 1231 |
| VICTOR FERREIRA | 885 | 1033 | 24 | 1 | 60 | 16 | 58 | 1865 |
| RONALDO MORITZ M. DA SILVA | 1190 | 210 | 31 | 57 | 369 | 27 | 368 | 1092 |
| TOTAL | 4870 | 4051 | 324 | | 2876 | 315 | 2934 | 6054 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO CIVIL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 18 | 0 | 3 | 2 | 3 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 13 | 5 | 0 | 5 |
| Agravo de Instrumento | 607 | 0 | 539 | 115 | 540 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 13 | 10 | 2 | 10 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Cível | 3318 | 0 | 2021 | 157 | 2050 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conflito de Competência | 39 | 0 | 30 | 1 | 29 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 38 | 19 | 4 | 26 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 252 | 204 | 9 | 225 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| Exceção de Suspeição | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Habeas Corpus | 45 | 0 | 37 | 9 | 38 |
| Mandado de Segurança | 14 | 0 | 1 | 9 | 1 |
| Medida Cautelar | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 4 | 3 | 2 | 3 |
| Medida Cautelar Inominada | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Execução de Honorários Advocatícios | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Reclamação | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reexame Necessário | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 4051 | 324 | 2876 | 315 | 2934 |

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|--------------------------|-------------------|--------------|-------------|-------------------------|-------------|--------------|---------------------|---------------------|
| | | processos | incidentes | | por acórdão | por despacho | | |
| RICARDO FONTES | 504 | 2455 | 1102 | 0 | 2313 | 1436 | 2360 | 312 |
| SALIM SCHEAD DOS SANTOS | 1440 | 2340 | 1369 | 679 | 2489 | 1302 | 2527 | 679 |
| MARLI MOSIMANN VARGAS | 1504 | 2439 | 512 | 378 | 2219 | 104 | 2250 | 1754 |
| JÂNIO MACHADO | 40 | 1 | 3 | 0 | 43 | 1 | 42 | 0 |
| RODRIGO ANTÔNIO DA CUNHA | 179 | 102 | 128 | 1057 | 930 | 26 | 919 | 510 |
| TOTAL | 3667 | 7337 | 3114 | | 7994 | 2869 | 8098 | 3255 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | |
|--|--------------|-------------|-------------|--------------|---------------------|-------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | | |
| Ação Rescisória | 1 | 0 | 3 | 0 | 3 | |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 1373 | 1438 | 8 | 1475 | |
| Agravo de Instrumento | 510 | 0 | 560 | 112 | 570 | |
| Agravo Regimental em Medida Cautelar Inominada | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 | |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 18 | 32 | 0 | 32 | |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 | |
| Apelação Cível | 6785 | 0 | 4410 | 2440 | 4457 | |
| Conflito de Competência | 20 | 0 | 18 | 10 | 18 | |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 66 | 72 | 3 | 69 | |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 1648 | 1438 | 284 | 1451 | |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | |
| Exceção de Suspeição | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | |
| Habeas Corpus | 10 | 0 | 8 | 1 | 8 | |
| Mandado de Segurança | 5 | 0 | 0 | 5 | 0 | |
| Medida Cautelar | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 3 | 4 | 3 | 4 | |
| Medida Cautelar Inominada | 3 | 0 | 3 | 1 | 3 | |
| Petição em Apelação Cível | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | |
| Reclamação em Agravo de Instrumento | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | |
| TOTAL | | 7337 | 3114 | 7994 | 2869 | 8098 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|-------------------|------------------------|-------------|---------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| GASPAR RUBIK | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 |
| TRINDADE DOS SANTOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 |
| WILSON A. DO NASCIMENTO | 2574 | 2445 | 495 | 241 | 2582 | 154 | 2584 | 2537 |
| EDSON UBALDO | 3 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 38 | 0 |
| JORGE SCHAEFER MARTINS | 1684 | 2478 | 441 | 19 | 2262 | 47 | 2221 | 2275 |
| SÉRGIO IZIDORO HEIL | 695 | 914 | 159 | 1 | 1417 | 350 | 1422 | 0 |
| JORGE LUIZ DE BORBA | 1252 | 1497 | 340 | 186 | 371 | 35 | 354 | 2497 |
| RONALDO MORITZ M. DA SILVA | 4 | 0 | 1 | 0 | 4 | 0 | 12 | 1 |
| REJANE ANDERSEN | 72 | 8 | 2 | 0 | 79 | 3 | 77 | 0 |
| ROBERTO LUCAS PACHECO | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 | 0 |
| RICARDO JOSÉ ROESLER | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| ROBSON VARELLA | 417 | 16 | 35 | 445 | 94 | 38 | 41 | 781 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 30 | 0 | 0 | 28 | 2 | 29 | 0 |
| TOTAL | 6701 | 7388 | 1473 | | 6841 | 630 | 6790 | 8091 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados |
|---|------------------------|-------------|----------------------|--------------|---------------------|
| Ação Rescisória | 3 | 0 | 4 | 1 | 3 |
| Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 160 | 120 | 1 | 120 |
| Agravo de Instrumento | 516 | 0 | 639 | 90 | 644 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 5 | 5 | 0 | 5 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Apelação Cível | 6826 | 0 | 4817 | 506 | 4774 |
| Conflito de Competência | 20 | 0 | 16 | 14 | 16 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 34 | 36 | 1 | 35 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 1262 | 1182 | 6 | 1171 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. de Terceiro em Apelação Cível | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Exceção de Suspeição | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Habeas Corpus | 9 | 0 | 8 | 1 | 8 |
| Impugnação ao Valor da Causa em Ação Rescisória | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Mandado de Segurança | 3 | 0 | 1 | 1 | 2 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 5 | 7 | 4 | 6 |
| Medida Cautelar Inominada | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Reclamação em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Reexame Necessário | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| TOTAL | 7388 | 1473 | 6841 | 630 | 6790 |

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|------------------------|-------------------|------------------------|-------------|----------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| ALCIDES AGUIAR | 6 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 | 48 | 0 |
| GASTALDI BUZZI | 1716 | 2336 | 708 | 0 | 2034 | 473 | 2054 | 2253 |
| HILTON CUNHA JÚNIOR | 2293 | 2420 | 1004 | 66 | 920 | 1889 | 925 | 2842 |
| JORGE LUIZ DE BORBA | 366 | 465 | 32 | 9 | 796 | 58 | 795 | 0 |
| PAULO ROBERTO C. COSTA | 1222 | 751 | 293 | 24 | 1505 | 21 | 1536 | 764 |
| REJANE ANDERSEN | 2235 | 1259 | 314 | 6 | 221 | 5 | 312 | 3588 |
| RICARDO JOSÉ ROESLER | 0 | 26 | 0 | 45 | 0 | 71 | 0 | 0 |
| JOSÉ INÁCIO SCHAEFER | 0 | 16 | 0 | 0 | 0 | 16 | 0 | 0 |
| TOTAL | 7838 | 7273 | 2351 | | 5478 | 2537 | 5670 | 9447 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados |
|--|------------------------|-------------|----------------------|--------------|---------------------|
| Ação Rescisória | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 1213 | 1167 | 34 | 1170 |
| Agravo de Instrumento | 513 | 0 | 257 | 212 | 280 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 17 | 17 | 0 | 10 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Apelação Cível | 6716 | 0 | 3375 | 2077 | 3530 |
| Apelação Cível (MS) | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conflito de Competência | 20 | 0 | 10 | 10 | 10 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 24 | 25 | 4 | 26 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 1089 | 617 | 187 | 632 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Exceção de Suspensão | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Habeas Corpus | 11 | 0 | 6 | 2 | 7 |
| Mandado de Segurança | 6 | 0 | 0 | 7 | 0 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 4 | 2 | 2 | 3 |
| Medida Cautelar Inominada | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reclamação | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 7273 | 2351 | 5478 | 2537 | 5670 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-----------------------|-------------------|------------------------|-------------|---------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| LÉDIO ROSA DE ANDRADE | 2165 | 2162 | 335 | 516 | 2186 | 133 | 2076 | 1827 |
| CARSTENS KÖHLER | 1970 | 2463 | 226 | 711 | 2082 | 4 | 2031 | 1862 |
| JOÃO HENRIQUE BLASI | 1687 | 2487 | 469 | 536 | 2199 | 214 | 2146 | 1694 |
| JOSÉ INÁCIO SCHAEFER | 1089 | 192 | 190 | 1763 | 1067 | 0 | 1064 | 2167 |
| TOTAL | 6911 | 7304 | 1220 | | 7534 | 351 | 7317 | 7550 |

* Processos recebidos pelos membros da 4ª Câmara de Direito Comercial.

D PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO COMERCIAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados |
|--|------------------------|-------------|----------------------|--------------|---------------------|
| Ação Rescisória | 4 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 70 | 68 | 0 | 61 |
| Agravo de Instrumento | 513 | 0 | 619 | 44 | 616 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 3 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Cível | 6743 | 0 | 5762 | 289 | 5628 |
| Conflito de Competência | 19 | 0 | 14 | 9 | 14 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 36 | 28 | 0 | 25 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 1105 | 1020 | 2 | 950 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar Incidental em Ap. Cível | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Habeas Corpus | 14 | 0 | 12 | 0 | 12 |
| Mandado de Segurança | 6 | 0 | 1 | 4 | 1 |
| Medida Cautelar | 3 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Reclamação | 2 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| TOTAL | 7304 | 1220 | 7534 | 351 | 7317 |

D QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|-------------------|------------------------|------------|---------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| NEWTON TRISOTTO | 760 | 1526 | 168 | 168 | 1276 | 273 | 1146 | 737 |
| VOLNEI CARLIN | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 5 | 0 |
| VANDERLEI ROMER | 431 | 1540 | 272 | 152 | 1012 | 619 | 1010 | 460 |
| SÉRGIO ROBERTO BAASCH LUZ | 783 | 1525 | 273 | 106 | 1183 | 794 | 1164 | 498 |
| NEWTON JANKE | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| SÔNIA MARIA SCHMITZ | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 | 0 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 88 | 59 | 38 | 425 | 220 | 12 | 216 | 378 |
| TOTAL | 2064 | 4650 | 752 | | 3693 | 1700 | 3544 | 2073 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 14 | 0 | 5 | 0 | 7 |
| Ação Civil Pública | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Ação Popular | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 265 | 253 | 35 | 256 |
| Agravo Art. 522 do CPC | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo de Instrumento | 447 | 0 | 388 | 150 | 378 |
| Agravo Regimental em Ap Cível (MS) | 0 | 2 | 2 | 1 | 2 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 4 | 6 | 0 | 6 |
| Agravo Regimental em Reexame Necessário | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 10 | 9 | 0 | 9 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Cível | 3435 | 0 | 2205 | 1150 | 2087 |
| Apelação Cível (MS) | 264 | 0 | 274 | 61 | 261 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 0 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| Conflito de Competência | 4 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 28 | 27 | 4 | 28 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 365 | 297 | 49 | 287 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível (MS) | 0 | 59 | 37 | 6 | 38 |
| Emb. Declaração em Exceção de Suspeição | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário | 0 | 7 | 4 | 1 | 5 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Infringentes | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Exceção de Suspeição | 5 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Habeas Corpus | 20 | 0 | 18 | 1 | 18 |
| Habeas Data | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Mandado de Segurança | 17 | 0 | 7 | 15 | 7 |
| Medida Cautelar | 3 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Medida Cautelar Inominada | 11 | 0 | 3 | 3 | 3 |
| Ordinária | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Reclamação | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Reexame Necessário | 283 | 0 | 69 | 164 | 66 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 142 | 0 | 72 | 49 | 69 |
| TOTAL | 4650 | 752 | 3693 | 1700 | 3544 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | DISTRIBUÍDOS incidentes | Enviados/Recebidos* | DECISÕES por acórdão | DECISÕES por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| FRANCISCO OLIVEIRA FILHO | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 |
| ORLI RODRIGUES | 522 | 364 | 40 | 16 | 791 | 119 | 789 | 0 |
| CÉSAR ABREU | 531 | 1595 | 204 | 83 | 979 | 481 | 974 | 787 |
| CID GOULART | 920 | 1721 | 168 | 278 | 937 | 306 | 949 | 1288 |
| NEWTON JANKE | 574 | 1028 | 63 | 231 | 129 | 104 | 127 | 1201 |
| JAIME RAMOS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| RICARDO JOSÉ ROESLER | 505 | 223 | 105 | 591 | 848 | 33 | 845 | 543 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 0 | 0 | 17 | 15 | 2 | 15 | 0 |
| TOTAL | 3052 | 4931 | 580 | | 3699 | 1045 | 3716 | 3819 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Civil Pública | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Ação Rescisória | 13 | 0 | 3 | 2 | 3 |
| Ação Popular | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 112 | 100 | 1 | 100 |
| Agravo de Instrumento | 456 | 0 | 451 | 87 | 451 |
| Agravo Art. 532 do CPC em Apelação Cível | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Habeas Corpus | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Medida Cautelar | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Ação Rescisória | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 7 | 6 | 0 | 5 |
| Apelação Cível | 3722 | 0 | 2136 | 726 | 2152 |
| Apelação Cível (MS) | 281 | 0 | 304 | 28 | 298 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 1 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Conflito de Competência | 5 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 59 | 59 | 1 | 60 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 328 | 369 | 13 | 371 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível (MS) | 0 | 44 | 50 | 0 | 51 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário | 0 | 16 | 4 | 0 | 4 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS | 0 | 4 | 3 | 0 | 2 |
| Exceção de Suspeição | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Habeas Corpus | 23 | 0 | 15 | 5 | 15 |
| Mandado de Segurança | 11 | 0 | 6 | 7 | 5 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Medida Cautelar Inominada | 4 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Reclamação | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reexame Necessário | 284 | 0 | 98 | 147 | 100 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 128 | 0 | 80 | 24 | 85 |
| TOTAL | 4931 | 580 | 3699 | 1045 | 3716 |

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|----------------------|-------------------|------------------------|------------|----------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| PEDRO MANOEL ABREU | 122 | 1236 | 36 | 30 | 382 | 12 | 361 | 970 |
| LUIZ CÉZAR MEDEIROS | 215 | 1551 | 290 | 15 | 1327 | 342 | 1336 | 372 |
| RUI FRANCISCO FORTES | 823 | 1428 | 216 | 108 | 1030 | 337 | 970 | 992 |
| CÉSAR ABREU | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 11 | 0 |
| SÔNIA MARIA SCHMITZ | 1521 | 434 | 333 | 146 | 1539 | 386 | 1588 | 509 |
| JÂNIO MACHADO | 0 | 58 | 6 | 7 | 67 | 4 | 65 | 0 |
| TOTAL | 2681 | 4707 | 881 | | 4345 | 1081 | 4331 | 2843 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 15 | 0 | 2 | 1 | 3 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 203 | 222 | 5 | 229 |
| Agravo de Instrumento | 484 | 0 | 461 | 111 | 462 |
| Agravo Regimental em Ap Cível (MS) | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 3 | 3 | 0 | 3 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 21 | 22 | 0 | 22 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Habeas Corpus | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Cível | 3498 | 0 | 2506 | 660 | 2491 |
| Apelação Cível (MS) | 267 | 0 | 316 | 60 | 313 |
| Conflito de Competência | 4 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 76 | 78 | 0 | 80 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 507 | 500 | 31 | 498 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível (MS) | 0 | 57 | 55 | 6 | 56 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário em MS | 0 | 6 | 4 | 2 | 2 |
| Exceção de Suspeição | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Habeas Corpus | 21 | 0 | 13 | 0 | 12 |
| Mandado de Segurança | 9 | 0 | 3 | 6 | 2 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 3 | 0 | 1 | 0 |
| Medida Cautelar Inominada | 1 | 0 | 2 | 2 | 2 |
| Reexame Necessário | 276 | 0 | 88 | 143 | 88 |
| Reexame Necessário em MS | 132 | 0 | 62 | 52 | 60 |
| TOTAL | 4707 | 881 | 4345 | 1081 | 4331 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | DISTRIBUÍDOS incidentes | Enviados/Recebidos* | DECISÕES por acórdão | DECISÕES por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-----------------------|-------------------|------------------------|-------------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| ANSELMO CERELLO | 105 | 4 | 0 | 0 | 105 | 4 | 108 | 0 |
| CLÁUDIO BARRETO DUTRA | 853 | 1227 | 64 | 231 | 218 | 50 | 218 | 1645 |
| JOSÉ VOLPATO | 997 | 1463 | 107 | 193 | 1009 | 86 | 1007 | 1279 |
| JAIME RAMOS | 947 | 1544 | 133 | 127 | 1467 | 110 | 1476 | 920 |
| SÔNIA MARIA SCHMITZ | 51 | 0 | 6 | 1 | 50 | 4 | 50 | 4 |
| JÂNIO MACHADO | 41 | 523 | 43 | 544 | 960 | 36 | 959 | 155 |
| RICARDO JOSÉ ROESLER | 0 | 30 | 0 | 6 | 36 | 0 | 36 | 0 |
| TOTAL | 2994 | 4791 | 353 | | 3845 | 290 | 3854 | 4003 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

D PROCESSOS - QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Ação Rescisória | 4 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 5 | 6 | 0 | 6 |
| Agravo de Instrumento | 469 | 0 | 460 | 98 | 468 |
| Agravo Regimental em Medida Cautelar Incidental | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Apelação Cível | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 2 | 0 | 2 |
| Apelação Cível | 3529 | 0 | 2597 | 85 | 2597 |
| Apelação Cível (MS) | 285 | 0 | 280 | 16 | 281 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Conflito de Competência | 49 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Emb. Declaração em Ação Rescisória | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 51 | 48 | 1 | 48 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível | 0 | 241 | 231 | 0 | 231 |
| Emb. Declaração em Apelação Cível (MS) | 0 | 38 | 25 | 0 | 25 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Medida Cautelar | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Emb. Declaração em Reexame Necessário | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Habeas Corpus | 20 | 0 | 17 | 2 | 17 |
| Mandado de Segurança | 18 | 0 | 0 | 10 | 0 |
| Medida Cautelar | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 8 | 0 | 6 | 0 |
| Medida Cautelar Inominada | 3 | 0 | 0 | 3 | 0 |
| Reexame Necessário | 281 | 0 | 105 | 35 | 105 |
| Reexame Necessário em Mandado de Injunção | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 129 | 0 | 67 | 31 | 67 |
| TOTAL | 4791 | 353 | 3845 | 290 | 3854 |

QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|----------------------|--------------|-------------|-------------|--------------|------------------------|------------------------|
| | | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | | |
| NELSON SCHAEFER MARTINS | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 79 | 0 |
| SALETE SILVA SOMMARIVA | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| VICTOR FERREIRA | 1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| REJANE ANDERSEN | 0 | 766 | 64 | 61 | 259 | 61 | 0 |
| JAIME LUIZ VICARI | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 0 |
| JOSÉ INÁCIO SCHAEFER | 1 | 84 | 0 | 0 | 85 | 0 | 0 |
| DOMINGOS PALUDO | 875 | 3768 | 435 | 166 | 1626 | 89 | 241 |
| PAULO ROBERTO SARTORATO | 870 | 3604 | 218 | 108 | 1105 | 105 | 2392 |
| ROBSON VARELLA | 874 | 1250 | 366 | 165 | 1414 | 143 | 0 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 294 | 8 | 1 | 253 | 1 | 0 |
| CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN | 0 | 93 | 0 | 0 | 18 | 0 | 74 |
| CARLOS ALBERTO CIVINSKI | 0 | 1832 | 90 | 1 | 151 | 1 | 1652 |
| TOTAL | 2622 | 11691 | 1181 | 503 | 4912 | 483 | 4359 |

QUADRO ANUAL DA CÂMARA CIVIL ESPECIAL - 2008

| DESEMBARGADORES | REDISTRIBUÍDOS CÂMARAS ISOLADAS | | DESPACHOS DE EXPEDIENTE | |
|-------------------------------|---------------------------------|------------|-------------------------|--------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho |
| NELSON SCHAEFER MARTINS | 0 | 0 | 0 | 0 |
| SALETE SILVA SOMMARIVA | 0 | 0 | 0 | 0 |
| VICTOR FERREIRA | 0 | 0 | 0 | 1 |
| REJANE ANDERSEN | 510 | 0 | 0 | 576 |
| JAIME LUIZ VICARI | 0 | 0 | 0 | 1 |
| JOSÉ INÁCIO SCHAEFER | 0 | 0 | 0 | 191 |
| DOMINGOS PALUDO | 3045 | 0 | 0 | 3651 |
| PAULO ROBERTO SARTORATO | 1087 | 0 | 0 | 625 |
| ROBSON VARELLA | 911 | 0 | 0 | 840 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 48 | 0 | 0 | 519 |
| CARLOS ALBERTO CIVINSKI | 118 | 0 | 0 | 193 |
| CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN | 1 | 0 | 0 | 17 |
| TOTAL | 5720 | 0 | 0 | 6614 |

PROCESSOS - CÂMARA CIVIL ESPECIAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|--|--------------|-------------|-------------|--------------|------------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 627 | 438 | 117 | 419 |
| Agravo de Instrumento | 11691 | 0 | 0 | 4382 | 0 |
| Agravo Art. 532 do CPC | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Agravo Art. 545 do CPC em AI | 0 | 16 | 7 | 5 | 7 |
| Agravo Regimental em Agravo de Instrumento | 0 | 275 | 56 | 201 | 55 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 260 | 2 | 204 | 2 |
| Pedido de Reconsideração | 0 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| TOTAL | 11691 | 1181 | 503 | 4912 | 483 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

QUADRO ANUAL DA SEÇÃO CRIMINAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | Enviados/ Recebidos | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-----------------------------|-------------------|--------------|------------|------------------------|-------------|--------------|---------------------|---------------------|
| | | processos | incidentes | | por acórdão | por despacho | | |
| AMARAL E SILVA | 5 | 24 | 1 | 0 | 19 | 0 | 20 | 11 |
| GASPAR RUBIK | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| SOUZA VARELLA | 9 | 18 | 2 | 3 | 8 | 0 | 10 | 18 |
| SÉRGIO PALADINO | 4 | 19 | 2 | 0 | 23 | 0 | 23 | 2 |
| SOLON D'EÇA NEVES | 9 | 19 | 2 | 0 | 23 | 0 | 19 | 7 |
| IRINEU JOÃO DA SILVA | 6 | 19 | 4 | 0 | 23 | 1 | 22 | 5 |
| TORRES MARQUES | 2 | 21 | 1 | 0 | 5 | 16 | 5 | 3 |
| SALETE SILVA SOMMARIVA | 17 | 21 | 3 | 0 | 27 | 2 | 25 | 12 |
| ALEXANDRE D'IVANENKO | 5 | 20 | 0 | 0 | 12 | 2 | 12 | 11 |
| MOACYR DE MORAES LIMA FILHO | 21 | 22 | 0 | 0 | 27 | 1 | 24 | 15 |
| CARSTENS KÖHLER | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| VICTOR FERREIRA | 0 | 6 | 0 | 3 | 9 | 0 | 9 | 0 |
| TÚLIO PINHEIRO | 0 | 3 | 0 | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 |
| TOTAL | 78 | 192 | 15 | 6 | 177 | 24 | 173 | 84 |

PROCESSOS - SEÇÃO CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Agravo Regimental em Revisão Criminal | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Embargos de Nulidade | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Revisão Criminal | 0 | 11 | 9 | 0 | 10 |
| Emb. Declaração em Embargos Infringentes | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Infringentes | 13 | 0 | 17 | 1 | 14 |
| Habeas Corpus | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Perda de Graduação | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Revisão Criminal | 176 | 0 | 148 | 21 | 146 |
| TOTAL | 192 | 15 | 177 | 24 | 173 |

QUADRO ANUAL DA PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|----------------------------|-------------------|------------------------|------------|----------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| AMARAL E SILVA | 206 | 1028 | 25 | 20 | 653 | 9 | 661 | 577 |
| JORGE MUSSI | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| GASPAR RUBIK | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 37 | 0 |
| SOUZA VARELLA | 446 | 816 | 20 | 237 | 406 | 1 | 416 | 638 |
| OLON D'EÇA NEVES | 185 | 1036 | 32 | 45 | 860 | 6 | 882 | 342 |
| VICTOR FERREIRA | 0 | 247 | 12 | 242 | 500 | 1 | 501 | 0 |
| JAIME LUIZ VICARI | 0 | 0 | 0 | 10 | 9 | 1 | 9 | 0 |
| ROBSON VARELLA | 0 | 0 | 0 | 29 | 29 | 0 | 26 | 0 |
| CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN | 0 | 48 | 0 | 21 | 51 | 0 | 51 | 18 |
| TOTAL | 837 | 3175 | 89 | | 2508 | 18 | 2584 | 1575 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|--|--------------|------------|-------------|--------------|---------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Agravo de Instrumento | 9 | 0 | 5 | 2 | 5 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Cível (MS) | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Apelação Criminal | 1924 | 0 | 1256 | 1 | 1293 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 58 | 0 | 42 | 0 | 42 |
| Carta Testemunhável | 4 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Conflito de Jurisdição | 10 | 0 | 13 | 0 | 13 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Declaração em Recurso de Agravo | 0 | 5 | 5 | 0 | 5 |
| Emb. Declaração em Apelação Criminal | 0 | 59 | 61 | 1 | 60 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 10 | 10 | 0 | 11 |
| Emb. Declaração em Inquérito | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Reclamação | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Recurso Criminal | 0 | 6 | 4 | 0 | 4 |
| Exceção de Suspeição | 6 | 0 | 1 | 5 | 0 |
| Habeas Corpus | 744 | 0 | 757 | 2 | 783 |
| Inquérito | 12 | 0 | 7 | 2 | 9 |
| Mandado de Segurança | 23 | 0 | 18 | 2 | 18 |
| Medida Cautelar Incidental | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pedido de Correição | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Desaforamento | 3 | 0 | 4 | 0 | 4 |
| Pedido de Explicações | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Processo Crime | 7 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Queixa Crime | 0 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Reclamação | 23 | 0 | 20 | 1 | 20 |
| Recurso Criminal | 232 | 0 | 178 | 0 | 189 |
| Recurso Criminal em Apelação Criminal | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Recurso de Agravo | 105 | 0 | 107 | 0 | 106 |
| Recurso de Habeas Corpus | 3 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Termo Circunstanciado | 5 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| TOTAL | 3175 | 89 | 2508 | 18 | 2584 |

QUADRO ANUAL DA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|------------------------|-------------------|------------------------|------------|----------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| SÉRGIO PALADINO | 123 | 1004 | 28 | 55 | 880 | 12 | 881 | 208 |
| IRINEU JOÃO DA SILVA | 149 | 1011 | 38 | 45 | 855 | 11 | 853 | 287 |
| TORRES MARQUES | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 3 | 0 |
| SALETE SILVA SOMMARIVA | 370 | 1006 | 18 | 348 | 640 | 56 | 596 | 350 |
| TÚLIO PINHEIRO | 18 | 214 | 16 | 448 | 591 | 12 | 590 | 93 |
| TOTAL | 661 | 3235 | 101 | | 2966 | 93 | 2923 | 938 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados |
|--|------------------------|------------|----------------------|--------------|---------------------|
| Agravo de Instrumento | 6 | 0 | 4 | 1 | 4 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Apelação Criminal | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| Apelação Criminal | 1929 | 0 | 1695 | 44 | 1675 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 62 | 0 | 54 | 0 | 53 |
| Carta Testemunhável | 3 | 0 | 2 | 0 | 2 |
| Conflito de Jurisdição | 10 | 0 | 9 | 0 | 8 |
| Conflito de Competência | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Emb. Declaração em Recurso de Agravo | 0 | 4 | 4 | 0 | 4 |
| Emb. Declaração em Apelação Criminal | 0 | 75 | 72 | 1 | 68 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 8 | 7 | 1 | 7 |
| Emb. Declaração em Recurso Criminal | 0 | 9 | 10 | 0 | 10 |
| Exceção de Suspeição | 7 | 0 | 7 | 0 | 5 |
| Habeas Corpus | 786 | 0 | 727 | 23 | 720 |
| Inquérito | 13 | 0 | 7 | 3 | 7 |
| Justificação Judicial | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Mandado de Segurança | 27 | 0 | 14 | 8 | 12 |
| Notícia Criminal | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pedido de Desaforamento | 6 | 0 | 5 | 0 | 5 |
| Pedido de Uniformização de Jurisprudência | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Processo Crime | 7 | 0 | 6 | 1 | 6 |
| Queixa Crime | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 |
| Reclamação | 22 | 0 | 19 | 2 | 19 |
| Recurso Criminal | 235 | 0 | 219 | 2 | 214 |
| Recurso Criminal em Apelação Criminal | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Recurso de Agravo | 104 | 0 | 97 | 4 | 96 |
| Recurso de Habeas Corpus | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Recurso em Mandado de Segurança | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 4 | 0 | 3 | 0 | 3 |
| Termo Circunstanciado | 8 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| TOTAL | 3235 | 101 | 2966 | 93 | 2923 |

QUADRO ANUAL DA TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | Enviados/ Recebidos* | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-----------------------------|-------------------|------------------------|------------|----------------------|----------------------|--------------|---------------------|---------------------|
| GASPAR RUBIK | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 15 | 0 |
| TORRES MARQUES | 83 | 1061 | 44 | 49 | 836 | 190 | 834 | 113 |
| ALEXANDRE D'IVANENKO | 683 | 1081 | 29 | 0 | 1288 | 135 | 1291 | 370 |
| MOACYR DE MORAES LIMA FILHO | 588 | 1140 | 55 | 104 | 1326 | 137 | 1323 | 216 |
| ROBERTO LUCAS PACHECO | 591 | 39 | 7 | 153 | 576 | 4 | 576 | 210 |
| TOTAL | 1945 | 3321 | 135 | | 4026 | 466 | 4039 | 909 |

* Processos enviados pelos Desembargadores aos Substitutos e Cooperadores.

PROCESSOS - TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS processos | incidentes | DECISÕES por acórdão | por despacho | ACÓRDÃOS publicados |
|--|------------------------|------------|----------------------|--------------|---------------------|
| Agravo de Instrumento | 10 | 0 | 5 | 4 | 5 |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 17 | 13 | 3 | 12 |
| Agravo Regimental em Apelação Criminal | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Agravo Regimental em Habeas Corpus | 0 | 5 | 3 | 1 | 3 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Agravo Regimental em Recurso Criminal | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Cível (MS) | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Apelação Criminal | 2029 | 0 | 2790 | 214 | 2803 |
| Apelação/Estatuto da Criança e Adolescente | 65 | 0 | 75 | 2 | 75 |
| Conflito de Jurisdição | 10 | 0 | 9 | 0 | 9 |
| Emb. Declaração em Recurso de Agravo | 0 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Emb. Declaração em Apelação Criminal | 0 | 87 | 79 | 10 | 76 |
| Emb. Declaração em Apelação/Estatuto da Criança e do Adolescente | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Declaração em Mandado de Segurança | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 |
| Emb. Declaração em Habeas Corpus | 0 | 9 | 6 | 4 | 6 |
| Emb. Declaração em Processo Crime | 0 | 2 | 2 | 0 | 2 |
| Emb. Declaração em Recurso Criminal | 0 | 6 | 4 | 1 | 4 |
| Exceção de Suspeição | 2 | 0 | 1 | 2 | 1 |
| Habeas Corpus | 794 | 0 | 648 | 129 | 652 |
| Incidente de Falsidade em Apelação Criminal | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Inquérito | 17 | 0 | 7 | 5 | 7 |
| Mandado de Segurança | 25 | 0 | 13 | 13 | 13 |
| Medida Cautelar | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Notícia Criminal | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Correição | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Pedido de Desaforamento | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Processo Crime | 7 | 0 | 5 | 6 | 5 |
| Queixa Crime | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Reclamação | 23 | 0 | 17 | 8 | 17 |
| Recurso Criminal | 225 | 0 | 250 | 29 | 251 |
| Recurso de Agravo | 102 | 0 | 83 | 27 | 82 |
| Reexame Necessário em Mandado de Segurança | 2 | 0 | 2 | 1 | 2 |
| Representação | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Termo Circunstanciado | 4 | 0 | 3 | 2 | 3 |
| TOTAL | 3321 | 135 | 4026 | 466 | 4039 |

DIRETORIA JUDICIÁRIA

D QUADRO ANUAL DO PLANTÃO JUDICIÁRIO - 2008

| DESEMBARGADORES | PENDENTES DE 2007 | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados | PENDENTES PARA 2009 |
|-------------------------------|----------------------|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|------------------------|
| | | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | | |
| VICTOR FERREIRA | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| REJANE ANDERSEN | 0 | 15 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| SÔNIA MARIA SCHMITZ | 0 | 18 | 4 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| TÚLIO PINHEIRO | 0 | 26 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| RONALDO MORITZ M. DA SILVA | 0 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| JÂNIO MACHADO | 0 | 4 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| JAIME LUIZ VICARI | 0 | 13 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| PAULO ROBERTO C. COSTA | 0 | 13 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| JOEL FIGUEIRA JÚNIOR | 0 | 4 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 |
| HENRY PETRY JÚNIOR | 0 | 5 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| ROBERTO LUCAS PACHECO | 0 | 6 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| RODRIGO ANTÔNIO | 0 | 10 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| JOSÉ INÁCIO SCHAEFER | 0 | 16 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| RICARDO ROESLER | 0 | 11 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| DOMINGOS PALUDO | 0 | 27 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| PAULO ROBERTO SARTORATO | 0 | 13 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| ROBSON LUZ VARELLA | 0 | 23 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| PAULO HENRIQUE M. M. DA SILVA | 0 | 17 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| CLÁUDIO VALDYR HELFENSTEIN | 0 | 34 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 0 | 272 | 8 | 0 | 24 | 0 | 0 |

D PROCESSOS - PLANTÃO JUDICIÁRIO, POR CLASSE - 2008

| | DISTRIBUÍDOS | | DECISÕES | | ACÓRDÃOS publicados |
|---|--------------|------------|-------------|--------------|------------------------|
| | processos | incidentes | por acórdão | por despacho | |
| Agravo Art. 557, §1º do CPC | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 |
| Agravo de Instrumento | 82 | 0 | 0 | 9 | 0 |
| Agravo Regimental em Mandado de Segurança | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 |
| Emb. Declaração em Agravo de Instrumento | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| Habeas Corpus | 140 | 0 | 0 | 5 | 0 |
| Mandado de Segurança | 45 | 0 | 0 | 8 | 0 |
| Medida Cautelar | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Medida Cautelar Inominada | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| Pedido de Suspensão de Liminar | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Reclamação | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 272 | 8 | 0 | 24 | 0 |

RECURSOS NA SEGUNDA E TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIAS

| RECURSOS | SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA | TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA |
|---------------------------------|--------------------------|---------------------------|
| Recurso Especial Admitido | 433 | 888 |
| Recurso Especial Negado | 1778 | 3764 |
| Recurso Extraordinário Admitido | 113 | 14 |
| Recurso Extraordinário Negado | 635 | 351 |
| Despachos Outros | 1005 | 4498 |

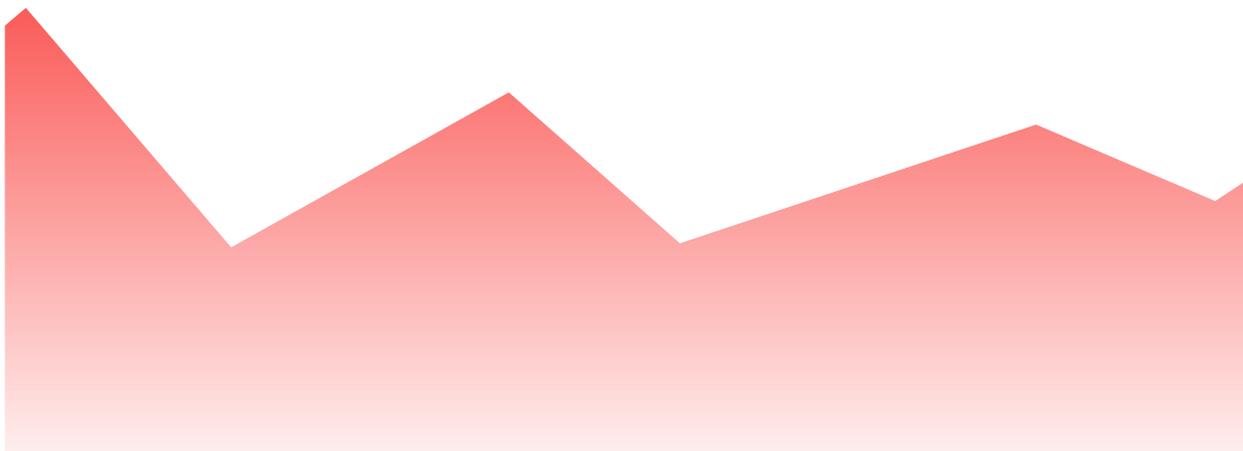
RELATÓRIO SINTÉTICO DIVISÃO DE RECURSOS DA DIRETORIA JUDICIÁRIA

| MOVIMENTAÇÃO | TOTAL |
|------------------------------|--------|
| Baixa Interior/Capital | 35.554 |
| Processos Arquivados | 16.002 |
| Retorno do STF | 448 |
| Retorno do STJ | 4.569 |
| Remessa ao STF | 1.208 |
| Remessa ao STJ | 6.076 |
| Remessa Turma de Recursos | 104 |
| Remessa Distribuidor | 60 |
| Remessa Diligência | 1.283 |
| Remessa TRF 4ª Região | 153 |
| Remessa TRE | 1 |
| Remessa TRT | 52 |
| Remessa Justiça Federal | 241 |
| Aud. Justiça Militar | 1 |
| Presidentes Outros Tribunais | 0 |
| Ofícios Expedidos | 26.585 |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ALMIR TADEU PERES

Diretor



DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ASSESSORIA TÉCNICA

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (base de jurisprudência).

Foi realizada uma atualização da infobase informatizada de acórdãos referente ao período de janeiro à novembro de 2008, com a disponibilização de aproximadamente 49.366 acórdãos com seu inteiro teor. Na rede interna, foi utilizado o Fólio Views.

Foram identificados 4.900 acórdãos como segredo de justiça, dentre os 49.366 apontados, com a respectiva abreviação dos nomes das partes – acórdãos estes já disponibilizados na infobase da intranet e internet.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de despachos das Vice-Presidências do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Foi realizada uma atualização desta infobase informatizada de despachos das Vice-Presidências com a disponibilização de aproximadamente 9.773 despachos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal.

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos das Turmas de Recursos

Foram realizadas 10 atualizações da infobase

informatizada de acórdãos das Turmas de Recursos com a disponibilização de 4.884 acórdãos com seu inteiro teor na rede interna do Tribunal e na internet, totalizando atualmente 16.608 acórdãos em seu inteiro teor, sendo:

| | |
|-------------|---|
| 1120 | <i>da Primeira Turma de Recursos da Capital na sua forma integral</i> |
| 261 | <i>da Segunda Turma de Recursos de Blumenau na sua forma integral</i> |
| 299 | <i>da Terceira Turma de Recursos de Chapecó na sua forma integral</i> |
| 1079 | <i>da Quarta Turma de Recursos de Criciúma na sua forma integral</i> |
| 340 | <i>da Quinta Turma de Recursos de Joinville na sua forma integral</i> |
| 972 | <i>da Sexta Turma de Recursos de Lages na sua forma integral</i> |
| 813 | <i>da Sétima Turma de Recursos de Itajaí na sua forma integral</i> |

Acompanhamento, manutenção e atualização da infobase de acórdãos do Conselho da Magistratura.

Foram realizadas 20 atualizações da infobase informatizada de acórdãos do Conselho da Magistratura com a disponibilização de 1.648 acórdãos em seu inteiro teor, desde o ano de 1990, com acesso restrito, mediante senha.

Acompanhamento, manutenção e atualização da base de Resoluções Administrativas.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Atualização diária da base de resoluções administrativas e o respectivo índice com a disponibilização na internet e intranet de 120 resoluções relativas ao ano de 2008, assim constituídas:

| | |
|--------------------|----|
| ▶ Resolução AJ | 01 |
| ▶ Resoluções TJ | 45 |
| ▶ Resoluções RC | 05 |
| ▶ Resoluções GP | 26 |
| ▶ Resoluções CM | 15 |
| ▶ Resoluções DOF | 20 |
| ▶ Resoluções DGA | 03 |
| ▶ Resoluções CEJUR | 02 |
| ▶ Resoluções CG | 02 |
| ▶ Resoluções CGM | 01 |

As Resoluções estão disponíveis na intranet no endereço: Legislação-Interna-Resoluções, bem como o Índice das Resoluções gerenciado pelo software Index Server.

Acompanhamento, manutenção e atualização das bases jurídicas informatizadas.

Regimento Interno do TJSC – mês de novembro de 2008;

Atos Regimentais do TJSC – mês de novembro de 2008;

Código de Divisão e Organização Judiciárias de Santa Catarina – mês de novembro de 2008;

Súmula n. 22 – mês de julho de 2008;

Resoluções:

AJ/TJ/RC/GP/CM/DOF/DGA/CEJUR/CG e CGM;

Constituição do Estado de Santa Catarina, incluindo Emendas Constitucionais e as Ações Diretas de Inconstitucionalidade – até a Emenda Constitucional n. 47;

Lei nº 8.067/1990 – Fundo de Reparcelamento do Judiciário – outubro de 2008.

Atendimento à pesquisa jurídica virtual (CD-ROM, bases jurídicas na internet e bases internas).

Atendimento por e-mail Juris: 5/dia, 25/semana, 100/mês x 10 meses: 1.000 atendimentos.

Atendimento por e-mail JURIS: pesquisas jurídicas especializadas e outras informações solicitadas por magistrados, assessores jurídicos, advogados e público em geral.

Resposta a dúvidas sobre forma de busca de acórdãos na internet e outros assuntos inerentes à recuperação rápida da informação.

Remessa, por E-mail ou fax, de acórdãos ou de documentos jurídicos solicitados.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Produção do DVD-ROM, vol. 9, do acervo de acórdãos do TJSC.

Foi entregue o DVD-ROM, volume 9, do acervo de acórdãos do TJSC, contendo a jurisprudências cível e penal.

Produção do DVD da Jurisprudência Catarinense, Legislações e Normas do TJSC.

Produção do DVD Jurisprudência Catarinense para distribuição aos Magistrados Catarinenses e para as 110 Comarcas do Estado, contendo as seguintes infobases: Jurisprudência Cível, Jurisprudência Penal, Despachos da Vice-Presidência, Acórdãos das Turmas de Recurso, Legislação e Normas do TJSC, Provimentos e Circulares da Corregedoria, Constituição do Estado de Santa Catarina e Ementas do STJ.

Assessoria técnica e suporte aos TSIs das Comarcas para a distribuição e instalação do DVD da Jurisprudência Catarinense no servidor das 110 (cento e dez) Comarcas e nos demais micros dos Juízes e seus assessores.

Em junho de 2008, foi atualizada a pasta de arquivos dos Atos Regimentais, com remissão das suas respectivas modificações, bem como a legislação estadual específica, impressas na Gráfica do Tribunal.

Remessa de acórdãos para as revistas LEX, RT,

IBCCRIM e Ciência Jurídica – Total: 103 acórdãos.

Acompanhar a gestão dos projetos definidos pelo Planejamento Estratégico, coordenando, avaliando o seu desenvolvimento, e garantindo a integração de recursos e esforços.

Interagir no processo da elaboração da proposta orçamentária da Diretoria, com base nos objetivos e nas metas estabelecidas, de acordo com as prioridades.

DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

Centros de Atendimento e Informações

Implantação de novos Centros de Atendimento e Informações

Foram instalados 3 (três) novos Centros de Atendimento e Informações, nas comarcas de Joaçaba, Xanxerê e São Bento do Sul.

O Trabalho desenvolvido no Centro de Atendimento e Informações do Tribunal de Justiça

Instalado em 05 de maio de 2002, com o objetivo de proporcionar aos seus usuários internos e externos um atendimento personalizado; recepcionar e orientar o público em geral, prestando informações e/ou encaminhando-o aos setores competentes ou a

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

outras instituições; prestar informações relativas à estrutura organizacional e ao quadro funcional do Tribunal de Justiça, informações processuais de 1º e 2º Grau; fornecer o horário das sessões das Câmaras, a pauta de Sessões e as cópias de acórdãos; realizar a venda de CDs e revistas da Jurisprudência Catarinense, do livro "Leis Complementares, Leis Ordinárias e Atos Regimentais do TJSC" e do Estatuto dos Servidores Públicos; recolher custas fora do expediente bancário, relativa a pagamentos de fotocópias, microfilmes, autenticações e CD da Jurisprudência Catarinense; receber e responder as consultas via e-mail do tjcenai@tj.sc.gov.br e do tjmail@tj.sc.gov.br.

Usuários: advogados, estudantes e o público em geral.

ESTATÍSTICA ATENDIMENTO

| | |
|------------------------------|---------------|
| Pessoas atendidas | 29.791 |
| Informações prestadas | 56.481 |

O Trabalho desenvolvido nos Centros de Atendimento e Informações instalados

ESTATÍSTICA ATENDIMENTO

Araranguá

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 11.755 |
| Informações prestadas | 12.393 |

Balneário Camboriú

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoa atendidas | 15.205 |
| Informações prestadas | 37.046 |

Blumenau

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 17.206 |
| Informações prestadas | 15.841 |

Brusque

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 18.658 |
| Informações prestadas | 22.802 |

Campos Novos

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 10.702 |
| Informações prestadas | 10.702 |

Capital

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 76.177 |
| Informações prestadas | 76.424 |

Chapecó

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 24.619 |
| Informações prestadas | 34.450 |

Concórdia

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 20.214 |
| Informações prestadas | 22.127 |

Criciúma

não informou

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Curitiba

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 9.961 |
| Informações prestadas | 10.072 |

Itajaí

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 40.217 |
| Informações prestadas | 61.936 |

Jaraguá do Sul

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 19.777 |
| Informações prestadas | 20.983 |

Joaçaba (instalado em maio)

| | |
|-----------------------|-------|
| Pessoas atendidas | 3.055 |
| Informações prestadas | 4.125 |

Lages

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 22.837 |
| Informações prestadas | 42.647 |

Laguna

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 16.370 |
| Informações prestadas | 18.582 |

Palhoça

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 16.829 |
| Informações prestadas | 19.117 |

São Bento do Sul (instalado em abril)

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 7.888 |
| Informações prestadas | 10.194 |

São José

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 31.751 |
| Informações prestadas | 48.272 |

Tubarão

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 33.556 |
| Informações prestadas | 38.985 |

Xanxerê (instalado em janeiro)

| | |
|-----------------------|--------|
| Pessoas atendidas | 15.519 |
| Informações prestadas | 25.009 |

Central de Cadastramento do Tribunal de Justiça

Na portaria do Tribunal de Justiça circulam mensalmente 57.000 pessoas, entre elas 3.000 advogados, 5.500 estudantes e 5.000 visitantes. Os usuários vêm em busca de informações, serviços ou se dirigem aos setores e gabinetes.

O software de controle de acesso DMP-ACCES, foi atualizado visando um controle efetivo que integra comunicação, cadastramento e ponto, num banco de dados único, com resposta em tempo real.

Protocolo Administrativo**Estatística Processual**

30.097 processos administrativos
1.160 precatórios e
623 petições de precatórios.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Consultas de processos administrativos e precatórios – 4.410, em torno de 10 por dia.

Anexação, juntada, apensamento e desapensamento de processos – aproximadamente 1.800, em torno de 5 por dia.

Protocolo Judicial Expresso do Tribunal de Justiça

O Protocolo Judicial Expresso foi criado em 2005, com o objetivo de prestar atendimento aos advogados com maior comodidade e dinamicidade.

Este serviço destina-se ao recebimento, ao protocolo de petições e à devolução de processos em carga, destinados ao Fórum Central da Comarca de Capital e ao Tribunal de Justiça, sem que o advogado tenha que sair de seu veículo. A utilização do PJEx é facultativa e complementa os serviços de distribuição do Fórum da Capital e da Secretaria de Informações da Diretoria Judiciária.

Estatística de Recebimentos

32.521 processos de 1º grau

63.383 petições de 1º grau

8.464 processos de 2º grau e

28.998 petições de 2º grau.

Protocolo Judicial Expresso de Blumenau (instalado em janeiro)

O Protocolo Judicial Expresso foi criado com o objetivo de prestar atendimento aos advogados. Este serviço destina-se ao recebimento e ao protocolo de petições intermediárias destinadas ao Fórum da Comarca de Blumenau. Atua também como Protocolo Unificado. A utilização do Protocolo Expresso é facultativa complementando os serviços de distribuição do Fórum.

Estatística de Recebimentos

22.150 petições intermediárias e

4.931 petições do Protocolo Unificado.

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO

SEÇÃO DE REVISÃO

Neste ano, os trabalhos realizados pela Seção de Revisão foram, principalmente, a correção de acórdãos, a correção de documentos administrativos, a correção da revista Jurisprudência Catarinense e a elaboração do Guia Prático de Redação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Quanto aos acórdãos, foram revisados 6.534 documentos. A maior parte, 6.499 acórdãos, é proveniente de nove gabinetes de desembargador, conforme quadro abaixo:

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

ACÓRDÃOS REVISADOS (POR DESEMBARGADOR)

| DESEMBARGADOR | Nº ACÓRDÃOS |
|------------------------------------|--------------|
| Fernando Carioni | 669 |
| Vanderlei Romer | 1.064 |
| Rui Fortes | 545 |
| Solon d'Eça Neves | 670 |
| Mazoni Ferreira | 584 |
| Salim Schead dos Santos | 2 |
| César Abreu | 957 |
| Luiz Carlos Freyesleben | 735 |
| Jaime Vicari | 381 |
| Jorge S. Martins | 894 |
| Moacyr M. Lima Filho | 12 |
| Newton Trisotto | 6 |
| Víctor Ferreira | 5 |
| Lédio Martins | 7 |
| Robson Varella | 1 |
| Hilton Cunha | 2 |
| TOTAL DE ACÓRDÃOS REVISADOS | 6.534 |

Foram revisados 764 documentos administrativos. Estes foram: resoluções, atos regimentais, projetos, apostilas, matérias publicadas no site do PJSC, relatórios, panfletos, discursos, atas do Conselho da Magistratura e ofícios.

Os textos que formam as revistas Jurisprudência Catarinense números 114, 115 e 116 foram todos revisados e formatados de acordo com as normas da ABNT NBR 6022, NBR 6023, NBR 6024 e NBR 10520. A Seção de Revisão também fez a distribuição aos magistrados das

revistas Jurisprudência Catarinense números 111/112 e 113.

Durante o ano, foram levantados os principais erros encontrados nos documentos revisados pela Seção. Com isso, elaborou-se um guia prático de redação. Os conteúdos que formam os capítulos do guia foram discutidos com todos os revisores em reuniões que aconteceram ao longo do segundo semestre deste ano. Os últimos três capítulos do guia serão analisados e discutidos no início de 2009.

SEÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE DADOS

Os servidores da Seção de Disponibilização de Dados trabalharam no projeto de padronização dos acórdãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, conferiram todos os acórdãos assinados e propuseram melhorias no Sistema de Automação do Judiciário Gestão de Gabinetes (SAJ/GGS).

O projeto de padronização dos acórdãos do Tribunal de Justiça, concebido em 2006, estendeu-se por todo o ano de 2008. No primeiro semestre do ano, a Seção de Disponibilização de Dados realizou diagnósticos dos problemas encontrados nos acórdãos. Com isso, foi possível elaborar um quadro geral dos principais erros presentes nos acórdãos do Tribunal de Justiça.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Os levantamentos realizados visaram especialmente duas finalidades: orientar os servidores que trabalham nos gabinetes de desembargador e que assessoram a redação dos acórdãos; e propor melhorias no SAJ/GGS.

As atividades relacionadas à conferência dos acórdãos merecem destaque: foram conferidos pela Seção de Disponibilização de Dados 66.034 acórdãos³.

Desse número, 4.027 foram remetidos pela Seção aos gabinetes de desembargador para retificação do texto do acórdão, como por exemplo, a data de assinatura do acórdão ou a da sessão de julgamento, o nome das partes, a participação do julgamento, a decisão do acórdão, ortografia da ementa do acórdão, entre outros.

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

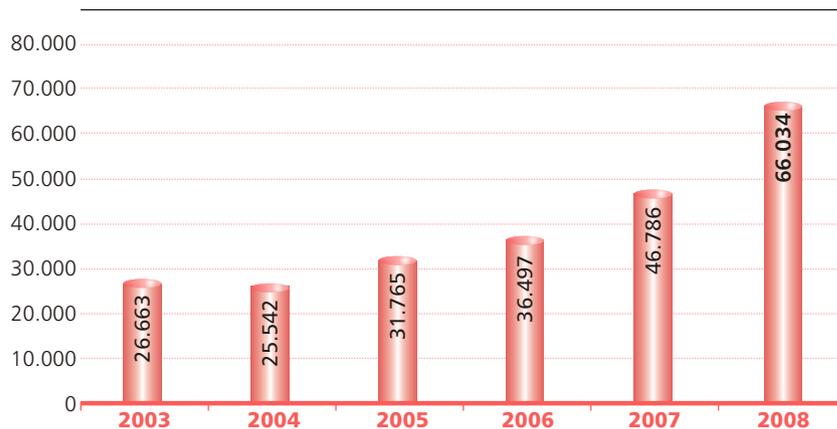
A Seção de Publicações destacou-se, principalmente, em duas atividades: digitalização dos acórdãos do Tribunal de Justiça e nova forma de consulta ao Diário da Justiça Eletrônico.

Até o mês de setembro de 2008, todos os acórdãos do Tribunal de Justiça eram fotocopiados e arquivados em coletâneas pela Seção de Publicações.

A partir desse mês, os acórdãos passaram a ser digitalizados e armazenados em banco de dados do Sistema de Automação do Judiciário Segundo Grau (SAJ/SG)⁴. Desde então⁵, foram digitalizados na Seção de Publicações 16.258 acórdãos, o que totalizou 151.481 páginas.

Antes disso, foram fotocopiados 47.867

▶ NÚMERO DE ACÓRDÃOS ASSINADOS 2003 - 2008



³ Período: 21-11-2007 a 2-12-2008

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

acórdãos, e com estes foram confeccionadas 889 coletâneas⁶, que totalizaram 418.436 páginas.

Durante o ano, a Seção de Publicações publicou 138.718 matérias no Diário da Justiça Eletrônico, conforme gráfico abaixo.

Ainda nas atividades relacionadas ao Diário da Justiça Eletrônico, a Seção de Publicações auxiliou a Diretoria de Informática no desenvolvimento de uma nova ferramenta de consulta ao periódico, que está em fase de testes para os usuários da intranet do Poder Judiciário de Santa Catarina.

Essa Seção também publicou aproximadamente 300 matérias provenientes da Diretoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça no Diário Catarinense e, uma matéria, no periódico A Notícia.

No Diário Oficial do Estado foram publicadas

17 matérias do Poder Judiciário de Santa Catarina.

DIVISÃO DE ARQUIVO E MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO

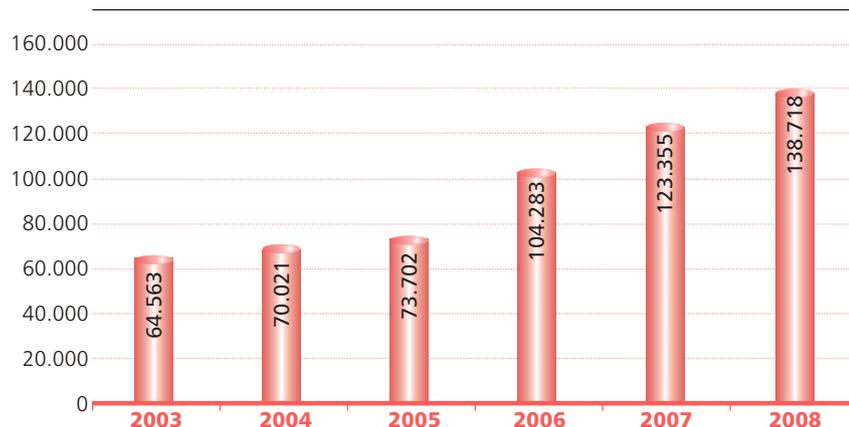
Seção de Preparo Técnico

Documentação Administrativa, recebida, organizada, indexada e arquivada, oriundas dos diversos órgãos do Tribunal de Justiça (1.372 caixas de arquivo), de acordo com a discriminação a seguir:

Diretoria de Orçamento e Finanças

AR Negativos das Comarcas - 10 caixas
Alvarás de Ordem Bancária - 40 caixas
Boletim Financeiro - 63 caixas

► **NÚMERO DE MATÉRIAS PUBLICADAS NO DJE**
2003 - 2008



Dados computados até 27-11-08

4 Resolução n. 28-2008 TJ

5 18-9-2008

6 Número da última coletânea de acórdão: 7.740

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Conta Única - 50 caixas
 Empenho e Orçamento - 312 caixas
 Devolução de Custas - 18 caixas
 GECOF - 31 caixas
 Ordem Bancária - 80 caixas
 Precatórios - 59 caixas.
 Prestação de Contas - 76 caixas

Gabinete da Presidência

GRJR- 46 caixas
 Processos Administrativos - 49 caixas

Coordenadoria dos Magistrados

Processos Administrativos - 22 caixas

Conselho da Magistratura

Processos Administrativos - 19 caixas

Corregedoria-Geral da Justiça

Mapas Estatísticos- 2005/2006 -19 caixas
 Processos Administrativos - 23 caixas
 Demonstrativo das Custas - 7 caixas

Diretoria de Documentação e Informações

Diversos - 20 caixas
 Divisão de Atendimento ao Usuário - 24 caixas

Diretoria de Material e Patrimônio

Processos de Contratos e Convênios - 290 caixas
 Divisão de Almoxarifado – Diversos - 6 caixas

Diretoria de Saúde

Diversos - 40 caixas

Recebidos, conferidos, cadastrados no sistema de Protocolo - PPTC, 18.396 processos administrativos.

Diretoria Judiciária

Recebidos, conferidos, cadastrados no sistema SAJsg, 15.003 Processos Judiciais de 2º grau, transitados em julgado e, 5.876 Processos Judiciais arquivados temporariamente, conforme quadro abaixo:

PROCESSOS JUDICIAIS
 (DIRETORIA JUDICIÁRIA - 2008)

| MÊS | PROCESSOS JUDICIAIS - TRANSITADOS EM JULGADO | PROCESSOS JUDICIAIS - ARQUIVO TEMPORÁRIO |
|--------------|--|--|
| JAN | 751 | 384 |
| FEV | 1.121 | 495 |
| MAR | 1.015 | 666 |
| ABR | 1.691 | 732 |
| MAI | 1.286 | 621 |
| JUN | 1.457 | 246 |
| JUL | 1.955 | 1156 |
| AGO | 1.713 | 525 |
| SET | 1.422 | 442 |
| OUT | 1.327 | 221 |
| NOV | 1.265 | 388 |
| TOTAL | 15.003 | 5.876 |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

**Documentação da Justiça de 1º grau –
Processos Judiciais**

Recebidos, conferidos, cadastrados no sistema SAJArq, 1.276.898 Processos Judiciais de 1º grau, conforme quadro abaixo.

PROCESSOS JUDICIAIS
(JUSTIÇA DE 1º GRAU - 2008)

| MÊS | PROCESSOS CADASTRADOS | PROCESSOS MIGRADOS | PROCESSOS PRECATÓRIOS | TOTAL DE PROCESSOS CADASTRADOS + MIGRADOS + PRECATÓRIOS |
|--------------|--------------------------|-----------------------|--------------------------|---|
| JAN | 4.218 | 433.200 | - | 437.418 |
| FEV | 2.461 | 69.016 | - | 71.477 |
| MAR | 2.494 | 89.105 | - | 91.599 |
| ABR | 4.334 | 86.023 | - | 90.357 |
| MAI | 6.530 | 83.830 | - | 90.360 |
| JUN | 5.588 | 70.462 | - | 76.050 |
| JUL | 7.679 | 81.874 | - | 89.553 |
| AGO | 7.145 | 62.677 | - | 69.822 |
| SET | 6.512 | 83.662 | 125 | 90.174 |
| OUT | 4.711 | 88.474 | 41 | 93.185 |
| NOV | 6.464 | 70.439 | 1.241 | 76.903 |
| TOTAL | 58.136 | 1.218.762 | 1.407 | 1.276.898 |

Transferência de 35.065 caixas de arquivo, equivalente a 1.051.950 processos judiciais (considerando 30 processos/caixa), conforme quadro a seguir.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

REMESSA DE CAIXAS DE ARQUIVO
ENVIADAS PELAS COMARCAS

| COMARCA | CÓDIGO | QUANTIDADE |
|--------------------|--------|------------|
| Abelardo Luz | 01 | 348 |
| Anchieta | 02 | 302 |
| Araquari | 103 | 179 |
| Araranguá | 04 | 1405 |
| Armazém | 159 | 227 |
| Ascurra | 104 | 171 |
| Balneário Camboriú | 05 | 1360 |
| Balneário Piçarras | 48 | 148 |
| Biguaçu | 07 | 245 |
| Blumenau | 08 | 2735 |
| Bom Retiro | 09 | 87 |
| Braço do Norte | 10 | 621 |
| Brusque | 11 | 368 |
| Caçador | 12 | 216 |
| Camboriú | 113 | 255 |
| Campo Belo do Sul | 216 | 26 |
| Campo Erê | 13 | 263 |
| Campos Novos | 14 | 285 |
| Capinzal | 16 | 90 |
| Capital | 23 | 2507 |
| Chapecó | 18 | 1274 |
| Concórdia | 19 | 336 |
| Coronel Freitas | 85 | 110 |
| Criciúma | 20 | 906 |
| Curitibanos | 22 | 356 |
| Dionísio Cerqueira | 17 | 73 |
| Estreito | 82 | 42 |
| Gaspar | 25 | 487 |
| Guaramirim | 26 | 200 |
| Herval do Oeste | 235 | 78 |
| Ibirama | 27 | 308 |
| Imarú | 29 | 193 |
| Imbituba | 30 | 126 |
| Indaial | 31 | 197 |
| Ipumirim | 242 | 150 |
| Ita | 124 | 110 |
| Itajaí | 33 | 481 |
| Itapema | 125 | 153 |
| Itapiranga | 34 | 237 |
| Itapoá | 126 | 73 |
| Ituporanga | 35 | 191 |

REMESSA DE CAIXAS DE ARQUIVO
ENVIADAS PELAS COMARCAS (CONT.)

| COMARCA | CÓDIGO | QUANTIDADE |
|---------------------------|--------|---------------|
| Jaguaruna | 282 | 149 |
| Jaraguá do Sul | 36 | 347 |
| Joaçaba | 37 | 984 |
| Joinville | 38 | 2283 |
| Lages | 39 | 1380 |
| Laguna | 40 | 646 |
| Lauro Müller | 87 | 80 |
| Lebon Régis | 88 | 312 |
| Mafra | 41 | 634 |
| Modelo | 256 | 30 |
| Navegantes | 135 | 353 |
| Norte da Ilha | 90 | 204 |
| Orleans | 44 | 123 |
| Otacílio Luz | 86 | 62 |
| Palhoça | 45 | 174 |
| Papanduva | 47 | 87 |
| Ponte Serrada | 51 | 15 |
| Porto União | 52 | 353 |
| Rio do Oeste | 144 | 202 |
| Rio do Sul | 54 | 595 |
| Santa Cecília | 56 | 30 |
| Santa Rosa do Sul | 189 | 260 |
| Santo Amaro da Imperatriz | 57 | 78 |
| São Bento do Sul | 58 | 382 |
| São Domingos | 60 | 50 |
| São Francisco do Sul | 61 | 444 |
| São João Batista | 62 | 157 |
| São Joaquim | 63 | 562 |
| São José | 64 | 805 |
| São José do Cedro | 65 | 327 |
| São Lourenço do Oeste | 66 | 150 |
| Seara | 68 | 121 |
| Sombrio | 69 | 161 |
| Tijucas | 72 | 372 |
| Tubarão | 75 | 1208 |
| Urubici | 77 | 300 |
| Urussanga | 78 | 473 |
| Videira | 79 | 434 |
| Xanxerê | 80 | 1695 |
| Xaxim | 81 | 124 |
| TOTAL | | 35.065 |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Seção de Controle Cadastral

Revisadas 42.791 caixas, correspondente a 1.144.074 processos judiciais de 1º grau, conforme quadro abaixo:

| MÊS | QUANTIDADE DE CAIXAS | QUANTIDADE DE PROCESSOS |
|--------------|----------------------|-------------------------|
| JAN | 2.241 | 49.810 |
| FEV | 2.396 | 51.168 |
| MAR | 3.868 | 88.660 |
| ABR | 4.952 | 137.024 |
| MAI | 5.599 | 157.671 |
| JUN | 7.167 | 176.272 |
| JUL | 5.349 | 134.833 |
| AGO | 4.061 | 113.433 |
| SET | 6.153 | 168.327 |
| OUT | 5.086 | 152.937 |
| NOV | 4.492 | 151.591 |
| TOTAL | 51.364 | 1.381.726 |

Seção de Alocação e Localização

Foram desarquivados 49.431 e devolvidos 28.093 Processos Judiciais das comarcas, conforme quadro abaixo:

Foram realizadas 7.519 pesquisas na documentação textual do Tribunal de Justiça, conforme quadro abaixo:

PESQUISAS

| DOCUMENTAÇÃO | TOTAL |
|-----------------------|--------------|
| ARQUIVO/TJ/Temporário | 4.022 |
| ARQUIVO TJ Judicial | 2.617 |
| Proc. Administrativo | 867 |
| Precatórios | 13 |
| TOTAL | 7.519 |

TOTAL GERAL MENSAL MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS

| MÊS | REQUISITADO | ANDAMENTO | DESARQUIVADO | DEVOLVIDO |
|--------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| JAN | 624 | 23 | 601 | 746 |
| FEV | 4.048 | 339 | 3.709 | 1.893 |
| MAR | 4.518 | 675 | 3.843 | 1.538 |
| ABR | 3.622 | 426 | 3.196 | 2.725 |
| MAI | 4.247 | 327 | 3.920 | 2.342 |
| JUN | 5.355 | 302 | 5.053 | 2.457 |
| JUL | 4.954 | 279 | 4.675 | 2.675 |
| AGO | 6.049 | 404 | 5.645 | 2.701 |
| SET | 5.176 | 466 | 4.710 | 3.306 |
| OUT | 5.284 | 610 | 4.674 | 3.253 |
| NOV | 5.554 | 687 | 4.867 | 4.457 |
| DEZ | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 49.431 | 4.538 | 44.893 | 28.093 |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Substituição de aproximadamente 3.000 caixas de arquivo que estavam danificadas devido aos inúmeros remanejamentos realizados visando otimizar o espaço.

Transportados pela EBCT- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, 61.199,56 de processos judiciais, conforme quadro abaixo. Este contrato tem a finalidade de atender os desarquivamentos de processos judiciais solicitados pelas comarcas, bem como sua devolução à Divisão de Arquivo.

Seção de Pesquisa e Digitalização

Pesquisas em meio digital (escaner)

Documentos Escanerizados

(Preparação, escanerização, correção, indexação, gravação)

TOTAL GERAL MENSAL MALOTES

| MÊS | SAÍDA | QUANTIDADE | CHEGADA | QUANTIDADE |
|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| JAN | 2.753,500 | 476 | 1.346,560 | 348 |
| FEV | 2.502,766 | 482 | 1.843,500 | 372 |
| MAR | 2.446,681 | 497 | 1.805,640 | 395 |
| ABR | 4.212,888 | 808 | 2.909,690 | 576 |
| MAI | 3.571,420 | 747 | 2.364,380 | 504 |
| JUN | 2.833,892 | 600 | 2.563,190 | 510 |
| JUL | 2.315,232 | 453 | 2.190,950 | 386 |
| AGO | 4.612,360 | 784 | 2.346,100 | 512 |
| SET | 3.831,330 | 727 | 2.828,720 | 604 |
| OUT | 4.207,209 | 775 | 2.628,351 | 513 |
| NOV | 2.992,040 | 599 | 2.093,170 | 454 |
| DEZ | 0,000 | 0 | 0,000 | 0 |
| TOTAL | 36.279,318 | 6.948 | 24.920,251 | 5.174 |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

PESQUISAS EM MEIO DIGITAL (ESCANER)

| MÊS | PROCESSO ADMINISTRATIVO | PROCESSO JUDICIAL | ACÓRDÃOS | DOCUMENTOS DIVERSOS | TOTAL |
|--------------|-------------------------|-------------------|------------|---------------------|------------|
| JAN | 07 | 03 | 0 | 26 | 66 |
| FEV | 05 | 02 | 6 | 01 | 4 |
| MAR | 00 | 09 | 9 | 05 | 4 |
| ABR | 03 | 04 | 5 | 02 | 4 |
| MAI | 10 | 03 | 6 | 03 | 2 |
| JUN | 10 | 03 | 9 | 03 | 5 |
| JUL | 12 | 04 | 0 | 00 | 0 |
| AGO | 01 | 00 | 32 | 03 | 36 |
| SET | 01 | 00 | 38 | 00 | 39 |
| OUT | 06 | 00 | 48 | 01 | 55 |
| NOV | 03 | 04 | 41 | 02 | 50 |
| TOTAL | 58 | 32 | 194 | 46 | 265 |

DOCUMENTOS ESCANERIZADOS
(DOCUMENTOS ESCANERIZADOS)

| MÊS | DOCUMENTO | PROCESSO JUDICIAL | QUANTIDADE DE PÁGINAS | QUANTIDADE DE ACÓRDÃOS |
|--------------|--|-------------------|-----------------------|------------------------|
| JAN | - | - | - | - |
| FEV | - | - | - | - |
| MAR | - | - | - | - |
| ABR | Atas do Tribunal Pleno | 1983 a 1993 | 1.838 | -- |
| MAI | Atas do Tribunal Pleno e Coletânea de Acórdãos | 1994 a 2006 | 29.366 | - |
| JUN | Coletânea de Acórdãos | 2002 a 2004 | 27.338 | - |
| JUL | Coletânea de Acórdãos / Portarias GP | | 70.706 | - |
| AGO | Coletânea de Acórdãos (por Relator) | ...até 1983 | - | 3.930 |
| SET | Coletânea de Acórdãos (por Relator) | ...até 1983 | - | 914 |
| OUT | Coletânea de Acórdãos (por Relator) | ...até 1983 | - | 1.059 |
| NOV | Coletânea de Acórdãos (por Relator) | ...até 1983 | - | 1.074 |
| TOTAL | | | | |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

PESQUISAS EM MICROFILME

| MÊS | PESQUISA INTERNA TJSC | PESQUISA EXTERNA/ PÚBLICO EM GERAL |
|--------------|-----------------------|---------------------------------------|
| JAN | 06 | 05 |
| FEV | 25 | 06 |
| MAR | 31 | 03 |
| ABR | 31 | 21 |
| MAI | 58 | 07 |
| JUN | 52 | 12 |
| JUL | 31 | 04 |
| AGO | 32 | 08 |
| SET | 41 | 02 |
| OUT | 48 | 06 |
| NOV | 36 | 22 |
| TOTAL | 391 | 96 |

DOCUMENTOS PREPARADOS E
ENCAMINHADOS AO CIASC
PARA MICROFILMAR

| MÊS | ASSUNTO | SIGLA | PERÍODO |
|-----|-------------------------|-------|-------------|
| ABR | Diário oficial da União | DOU | 2006 |
| JUL | Atas do tribunal Pleno | ATAS | 1986 a 2005 |
| | Empenhos e Orçamentos | EO | 1999 |

ROLOS DE MICROFILMES REVISADOS

| MÊS | SIGLA | QUANTIDADE DE ROLOS |
|--------------|-----------|---------------------|
| FEV | DOE / PDJ | 04 |
| MAI | DJU | 02 |
| AGO | DJU | 29 |
| TOTAL | | 35 |

ROLOS DE MICROFILME RECEBIDOS DO CIASC PREPARADOS E MICROFILMADOS

| MÊS | QUANTIDADE DE ROLOS | SIGLAS | FOTOGRAMAS | QUANTIDADE DE DOCUMENTOS PREPARADOS | ROLOS DE MICROFILME NO ARQUIVO DO CIASC |
|--------------|---------------------|--------|----------------|-------------------------------------|---|
| JAN | - | DJU | - | - | - |
| FEV | - | DJU | - | - | - |
| MAR | 15 | ATA | 73.130 | 73.130 | - |
| ABR | 23 | DOU | 87.070 | 87.070 | - |
| MAI | 08 | ATA | 75.800 | 75.800 | 3.038 |
| JUN | 05 | DOU | 24.750 | 24.750 | 3.043 |
| JUL | 01 | DOU | 5.000 | 5.000 | 3.044 |
| AGO | 04 | ATA | 17.300 | 17.300 | 3.048 |
| SET | 04 | EO | 22.000 | 22.000 | 3.053 |
| OUT | 01 | EO | 5.500 | 5.500 | 3.054 |
| NOV | - | EO | - | - | - |
| TOTAL | | | 274.550 | 274.550 | 3.054 |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Seção de Museu

Atividades de difusão da memória

Exposições do acervo museológico em 2008

Atividades de controle e preservação da memória

Atividades de controle e preservação do acervo

EXPOSIÇÕES ACERVO MUSEOLÓGICO

| PERÍODO | ATIVIDADE | Nº DE VISITANTES |
|----------------|---|------------------|
| 1 a 30/08 | Exposição das Atas históricas do TJSC | 157 |
| 9/1 a 1/10 | Exposição permanente no Anexo do Tribunal | 969 |
| 1/10 a 13/10 | Exposição comemorativa aos 117 anos do TJSC | 319 |
| 12/11 | Exposição itinerante do FONAJE no Centro de Eventos CENTROSUL- FPOLIS | 302 |
| JAN/DEZ | TOTAL DE VISITANTES AS EXPOSIÇÕES | 1.747 |

ATIVIDADES DE CONTROLE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO

| PERÍODO | ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|--------------|--|--------------|
| Jan/Dez | Restaurações de docs. históricos e objetos | 111 |
| Jan/Dez | Catálogo de docs. proc. e objetos históricos | 615 |
| Jan/Dez | Confecção de caixas protetoras de docs. | 63 |
| Jan/Dez | Inventário das fotografias históricas | 701 |
| Jan/Dez | Documentos históricos escaneados | 5.250 |
| | Pesquisas presenciais e virtuais atendidas | 129 |
| TOTAL | 5 ATIVIDADES | 1.642 |

DIVULGAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO NA MÍDIA

| PERÍODO | ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|--|--|------------|
| Jan/Dez | Entrevistas concedidas TV Justiça e CBN Diário | 3 |
| Jan/Dez | Palestras a escolas de ensino fundamental e médio visitantes à exposição permanente do Museu | 7 |
| Jan/Dez | Visitas de Faculdades de Direito ao Museu | 13 |
| TOTAL DE ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO DO ACERVO | | 23 |

ATIVIDADES DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

| PERÍODO | ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|--------------|--|--------------------------|
| Jan/Dez | Wokshop de Organização de Arquivos e o Método Histórico – Local: Arquivo Municipal | 2 |
| Jan/Dez | Oficina de Gestão e Documentação de Acervos – Local: Museu Víctor Meirelles | 2 |
| Jan/Dez | Fórum Nacional de Museus – Local: UFSC | 1 |
| TOTAL | 3 ATIVIDADES | 2 (participantes) |

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

▶ **ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DO ACERVO**

| PERÍODO | ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|--------------|--|------------|
| Jan/Dez | Elaboração de Projeto de Inventário do bens | 1 |
| Jan/Dez | Projeto experimental de indexação de docs. processuais históricos – Simulação folioviews | 1 |
| Jan/Dez | Elaboração de Projeto para implantação de banco de dados digital – Biblioshop | 1 |
| TOTAL | | 3 |

- Complementação da estrutura de porta-pallets, em fase de Licitação.
- Substituição de 10 computadores no Arquivo da BR-101.

DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

DIVISÃO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO

QUADRO ESTATÍSTICO

| LIVROS PREPARADOS PELA BIBLIOTECA DO TJ/ SEÇÃO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO | | 2.249 |
|--|--|---------------|
| Periódicos para Biblioteca do TJ | | 495 |
| Indexação de artigos de periódicos | | 2.018 |
| Livros preparados e encaminhados pela Seção de Bibliotecas Setoriais a Gabinetes de Magistrados, Academia Judicial, Cartórios e demais setores do TJ | | 25.785 |
| Fotocópias de artigos de periódicos aos Magistrados das Comarcas do interior | | 287 |
| Empréstimos de obras aos Magistrados das comarcas do interior | | 151 |
| Fotocópias para Magistrados e para serviços interno e particular (período abril a outubro/2008) | | 44.300 |
| Total de multas pagas pelos usuários | | R\$ 10.647,77 |
| Empréstimo de obras/Seção de Pesquisa e Referência | | 44.283 |
| Cadastro de novos usuários | | 172 |
| Frequência de usuários (média mensal) | | 5.500 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da Academia Judicial | | 155 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Araranguá | | 198 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Balneário Camboriú | | 296 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Blumenau | | 285 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Chapecó | | 187 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Concórdia | | 165 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Criciúma | | 88 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Itajaí | | 170 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Joinville | | 211 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Lages | | 196 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Laguna | | 218 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de São José | | 281 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Tubarão | | 196 |
| Livros preparados e encaminhados à Biblioteca Setorial da comarca de Xanxerê | | 248 |

Neste ano, disponibilizamos aos nossos usuários através da internet mais uma fonte de pesquisa, os recortes de jornais, até então acessíveis apenas aos frequentadores da Biblioteca.



DIRETORIA GERAL ADMINISTRATIVA

SUZETE OPILHAR

Diretora-Geral Administrativa



A Direção-Geral Administrativa tem como função primordial a supervisão das atividades e projetos do Poder Judiciário relacionados às Diretorias sob sua coordenação (Diretoria de Orçamento e Finanças; Diretoria de Material de Patrimônio; Diretoria de Recursos Humanos; Diretoria de Saúde; Diretoria de Infra-Estrutura; Diretoria de Informática e Diretoria de Engenharia e Arquitetura), além de praticar atos administrativos que importem a aplicação de recursos orçamentários e deliberar sobre questões administrativas relativas aos servidores do Poder Judiciário.

Destaca-se, ainda, que, no período de 1º de Janeiro a 15 de dezembro do ano de 2008, foram recebidos e analisados por esta Direção-Geral (Gabinete e Assessoria Jurídica) 8.616 processos (relacionados por classe, na forma do Sistema de Protocolo deste Poder) e 20.793 documentos encaminhados/despachados aos diversos setores, conforme mostra o Relatório Estatístico 2008.

RELATÓRIO ESTATÍSTICO 2008

| CLASSE DO ASSUNTO | TOTAL |
|--|---------------|
| DOCUMENTOS | |
| EMPENHOS/ DOF | 17.501 |
| AUTENTICAÇÃO DOCUMENTOS | 1.170 |
| AUTORIZ. VIAGEM AÉREA E TERRESTRE-E-MAIL/DEA | 305 |
| PRECATÓRIOS - AUTORIZAÇÃO E PAGAMENTOS/DOF | 523 |
| REGISTROS DE PREÇOS - ATA / DMP | 29 |
| DOCUMENTOS ENCAMINHADOS | 1.265 |
| TOTAL | 20.793 |
| PROCESSOS | |
| TRANSPOSIÇÃO | 2 |
| ENGENHARIA | 9 |
| ISENÇÕES E AJUSTES DE PAGAMENTO | 31 |
| RECADASTRAMENTO | 35 |
| DISPOSIÇÃO | 83 |
| LICENÇAS E HORÁRIOS DIFERENCIADOS | 101 |
| APOSENTADORIA | 128 |
| AVERBAÇÃO E DESAVERBAÇÃO | 190 |
| CONTRATUAL E PATRIMONIAL | 217 |
| REMOÇÃO | 310 |
| CONCURSOS | 828 |
| GERAL | 1.362 |
| PAGAMENTOS | 1.538 |
| ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL | 1.642 |
| CONTRATUAL | 2.140 |
| TOTAL | 8.616 |

◀ DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA ▶

◀ AVANY CAMACHO JUNIOR ▶

Diretor



DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRAS CONCLUÍDAS

| OBRA | CONTRATO Nº | M ² | VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$) | DATA DA ENTREGA |
|--|---|----------------|-------------------------------|-----------------|
| Conclusão da reforma global do prédio do Fórum de Joaçaba | 134/2007 | 2.624,08 | 546.981,51 | 02/07/2008 |
| Conclusão da construção e reforma do prédio do Fórum de Criciúma | 184/2007 | 7.480,84 | 649.011,36 | 06/11/2008 |
| Construção do Protocolo Expresso do Fórum Antigo de Blumenau | 194/2007 | 38,13 | 111.183,95 | 11/07/2008 |
| Construção do Fórum da Comarca de Piçarras | 44/2007 | 1.534,24 | 1.905.472,53 | 07/07/2008 |
| Construção do Fórum da Comarca de Guaramirim | 45/2007 | 1.534,24 | 1.997.040,61 | 07/07/2008 |
| Construção do Fórum da Comarca de Pinhalzinho | 107/2007 | 1.509,52 | 2.212.389,91 | 04/08/2008 |
| Construção do Fórum da Comarca de Catanduvas | 65/2007 | 1.534,24 | 2.630.108,53 | 24/04/2008 |
| Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Bom Retiro | 154/2007 | 466,90 | 299.750,86 | 28/04/2008 |
| Reforma global do Auditório e Tribunal Pleno do prédio do TJSC | 339/2007 | 817,80 | 660.923,76 | 06/02/2008 |
| Reforma parcial do Almojarifado e Gráfica do PJ - Cercamento | 234/2007 | - | 363.157,10 | 11/09/2008 |
| Recuperação global de fissuras/trincas e pintura externa do Fórum de Rio do Sul | 299/2007 | 1.542,00 | 34.662,75 | 31/03/2008 |
| Reforma parcial do prédio do Tribunal de Justiça (pavtos: 1º, 2º, 3º, 4º e 7º) | <i>Executada com os contratos de fornecimento de materiais e serviços, conforme planilha anexa.</i> | | | |
| Pintura global externa do prédio do Fórum da Comarca de Caçador, com correção de trincas | empenhos nº 8230 e 8232 | 1.475,00 | 8.910,14 | - |
| Construção da Casa da Cidadania de Rio das Antas | 289/2007 | 403,71 | 750.596,64 | 12/11/2008 |
| Reforma parcial do Fórum de Quilombo - Cercamento | 24/2008 | 335,00 | 73.814,35 | 23/05/2008 |
| Reforma parcial do Fórum de Santa Cecília | 44/2008 | 3.740,00 | 55.556,00 | 16/06/2008 |
| Reforma parcial do Fórum da Comarca de Lages - aplicação de piso laminado de madeira | 36/2008 | 1.117,70 | 74.198,78 | 29/07/2008 |
| Reforma parcial Almojarifado Central e Gráfica - Instalações elétricas e segurança | 94/2008 | - | 190.429,68 | 18/09/2008 |
| Pintura global externa do prédio do Fórum da Comarca de Fraiburgo | 41/2008 | 1.475,00 | 25.360,00 | 23/04/2008 |
| Supervisão e acompanhamento dos serviços de instalações elétricas no prédio do Anexo do Fórum da Capital | 169/2007 | - | 8.450,00 | 30/07/2008 |
| Reforma, adaptação e ampliação das bancadas e mesas do Tribunal Pleno - TJSC | 322/2007 | - | 83.000,00 | 17/01/2008 |
| Implantação do sistema de climatização (split) no 3º e 4º pavimento - TJSC | 346/2007 | - | 54.260,00 | 11/01/2008 |
| Reforma parcial do restaurante do TJSC | 73/2008 | - | 29.999,91 | 27/05/2008 |
| Substituição de mobiliário - restaurante do TJSC | Pregão nº 77/2008 | - | 42.415,38 | 03/09/2008 |
| Implantação do sistema de climatização (split) no 1ª, 2º e 7º pavimento - TJSC | 86/2008 | - | 77.596,37 | 18/06/2008 |

OBRAS EM ANDAMENTO

| OBRA | CONTRATO Nº | M ² | VALOR DOS INVESTIMENTOS (R\$) | DATA DA ENTREGA |
|---|-------------|----------------|-------------------------------|-----------------------|
| Construção do Fórum da Comarca de São Domingos | 383/2007 | 1.534,24 | 2.564.142,62 | previsão - 12/01/2009 |
| Reforma global do prédio Anexo do Fórum da Comarca da Capital | 47/2007 | 5.724,05 | 6.893.772,13 | - |
| Reforma parcial do Salão do Júri do Fórum da Comarca da Capital | 203/2007 | 440,00 | 32.926,18 | previsão - 06/02/2009 |
| Construção do Fórum da Comarca de Otacílio Costa | 43/2008 | 1.534,24 | 2.216.808,35 | previsão - 24/02/2009 |
| Construção do Fórum da Comarca de Palhoça | 83/2008 | 5.939,78 | 10.585.157,28 | previsão - 21/01/2010 |
| Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Maravilha | 85/2008 | 1.795,54 | 2.274.992,94 | previsão - 28/05/2009 |
| Reforma global e ampliação do prédio do Fórum da Comarca de Içara | 71/2008 | 1.353,76 | 982.410,21 | previsão - 29/03/2009 |
| Reforma global do prédio do Fórum da Comarca de Capinzal | 38/2008 | 1.049,01 | 1.166.739,04 | previsão - 24/05/2009 |
| Reforma dos sistemas de climatização (2ª e 3ª etapas) do Fórum da Capital | 72/2008 | - | 2.000.000,00 | previsão - 29/12/2008 |
| Realização de serviços de demolição no antigo prédio do Fórum de Joinville | 155/2008 | - | 115.856,51 | previsão - 25/12/2008 |
| Colocação de piso cerâmico na laje de cobertura do salão do Júri, área cívica, rampas e escadas - Fórum Norte da Ilha | 156/2008 | - | 39.253,14 | OS não emitida |
| Impermeabilização da laje de cobertura do salão do Júri e área cívica - Fórum Norte da Ilha | 191/2008 | - | 39.475,22 | previsão - 02/03/2009 |
| Reforma parcial do prédio do Fórum de Jaraguá do Sul | 202/2008 | - | 64.275,55 | previsão - 24/12/2008 |
| Construção da Casa da Cidadania de Piratuba | 74/2008 | 403,71 | 618.242,72 | previsão - 19/01/2009 |

MANUTENÇÃO AR CONDICIONADO

| COMARCA | CONTRATO Nº | OBJETO | VALOR ANUAL (R\$) |
|--|-------------|--|-------------------|
| Blumenau | 259/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 4.440,00 |
| Brusque | 259/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 20.407,68 |
| Campo Erê | 118/2007 | manutenção do sistema de calefação | 8.967,77 |
| Chapecó | 053/2007 | manutenção do sistema de ar condicionado central | 25.694,40 |
| Florianópolis | 104/2008 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, no sistema de climatização | 25.063,01 |
| Itajaí | 268/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 3.600,00 |
| Jaraguá do Sul | 259/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 1.664,88 |
| Joinville | 330/2004 | manutenção do sistema de ar condicionado central | 3.191,04 |
| Norte da Ilha | 268/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 3.748,32 |
| São Joaquim | 084/2007 | manutenção do sistema de calefação | 25.080,24 |
| São José | 268/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 5.616,00 |
| Tribunal de Justiça | 268/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 36.872,28 |
| Tribunal de Justiça | 111/2008 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, no sistema de climatização da Torre II | 21.474,18 |
| Tribunal de Justiça, Academia Judicial, Fórum da Capital (incluindo Estreito, Norte da Ilha, Juizado Especial e VIJ), São José | 78/2008 | manutenção corretiva, c/ fornecimento de peças, em aparelhos condicionadores de ar, tipo janeleiro | 32.341,45 |
| Tribunal de Justiça, Academia Judicial, Fórum da Capital (incluindo Estreito, Norte da Ilha, Juizado Especial e VIJ), São José | 91/2008 | manutenção preventiva, s/ fornecimento de peças, em 1000 aparelhos condicionadores de ar, tipo janeleiro | 34.400,00 |
| Tubarão | 259/2004 | manutenção preventiva e corretiva, s/ peças, em equipamentos condicionadores de ar (central e split) | 3.330,00 |
| Urubici | 094/2007 | manutenção do sistema de calefação | 7.592,00 |

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MANUTENÇÃO ELEVADORES

| COMARCA | CONTRATO Nº | OBJETO | VALOR ANUAL (R\$) |
|---|-------------|---|-------------------|
| Araranguá | 007/2006 | manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória | 2.646,00 |
| Balneário Camboriú | 105/2007 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 6.314,56 |
| Blumenau | 003/2006 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 8.746,80 |
| Brusque | 241/2004 | manutenção s/ peças, em um elevador | 5.634,00 |
| Chapecó | 175/2005 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 9.304,80 |
| Concórdia | 036/2007 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 8.163,76 |
| Criciúma | 002/2006 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 7.951,56 |
| Florianópolis | 009/2006 | manutenção s/ peças, em três elevadores | 19.685,76 |
| Itajaí | 004/2006 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 7.951,56 |
| Joaçaba | 001/2006 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 5.322,60 |
| Joinville | 246/2005 | manutenção s/ peças, em três elevadores | 13.249,20 |
| Lages | 176/2005 | manutenção s/ peças, em um elevador | 3.591,60 |
| Laguna | 008/2006 | manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória | 2.602,92 |
| Mafra | 144/2004 | manutenção s/ peças, em uma plataforma elevatória | 2.679,96 |
| Norte da Ilha | 225/2005 | manutenção s/ peças, em um elevador | 4.296,96 |
| São Francisco do Sul | 144/2004 | manutenção s/ peças, em uma plataforma elevatória | 2.679,96 |
| São José | 133/2004 | manutenção s/ peças, em dois elevadores | 11.667,00 |
| Tribunal de Justiça | 002/2005 | manutenção s/ peças, em cinco elevadores | 78.981,48 |
| Tribunal de Justiça - Academia Judicial | 149/2008 | manutenção s/ peças, em um elevador | 805,09 |
| Tribunal de Justiça - Anexo | 035/2007 | manutenção s/ peças, em quatro elevadores | 16.308,05 |
| Tribunal de Justiça - Auditório | 105/2008 | manutenção preventiva em plataforma vertical | 1.099,33 |
| Videira | 049/2006 | manutenção preventiva, s/ peças, em plataforma elevatória | 2.691,48 |

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

MANUTENÇÃO PREDIAL

| COMARCA | CONTRATO Nº | OBJETO | VALOR ANUAL (R\$) |
|------------------------------|-------------|--|-------------------|
| Florianópolis e Anexos | 109/2007 | manutenção das instalações elétricas do Fórum da Capital e seus anexos | 22.659,20 |
| Florianópolis e Anexos | 197/2008 | manutenção das instalações elétricas do Fórum da Capital e seus anexos | 51.575,00 |
| Tribunal de Justiça | 022/2008 | instalação de vidros em paredes divisórias e esquadrias de alumínio | 14.000,00 |
| Tribunal de Justiça | 109/2008 | manutenção predial (paredes de alvenaria, revestimento, pavimentação, forração, esquadrias, ferragem, pintura, instalações hidrossanitárias, sistema hidráulico preventivo e equipamentos sanitários) | 811.643,04 |
| Tribunal de Justiça | 112/2008 | instalação de piso vinílico | 315.000,00 |
| Tribunal de Justiça | 37/2008 | aquisição e instalação de paredes divisórias de madeira e portas (c/ ferragem completa), paredes divisórias de gesso acartonado e portas de giro de madeira (c/ ferragem completa), portas de correr de madeira (c/ ferragem completa), e serviços especializados de montagem e desmontagem, s/ vidro, de paredes divisórias de madeira e manutenção e regulagem de portas - Torres I e II | 599.780,65 |
| Tribunal de Justiça | 68/2008 | fornecimento e instalação de forros, incluindo mão-de-obra - Torres I e II | 240.000,00 |
| Tribunal de Justiça | 77/2008 | aquisição, c/ instalação, de piso laminado de madeira | 265.000,00 |
| Tribunal de Justiça | 81/2008 | serviços de manutenção preventiva e corretiva no grupo gerador | 2.500,00 |
| Tribunal de Justiça | 87/2008 | aquisição, c/ instalação, de 310 m ² de persianas verticais - torre I | 10.385,00 |
| Tribunal de Justiça e Anexos | 108/2007 | manutenção das instalações elétricas do Tribunal de Justiça e seus anexos | 95.687,54 |

DIVERSOS

| COMARCA | CONTRATO Nº | OBJETO | VALOR ANUAL (R\$) |
|--------------------------------|------------------------|--|-------------------|
| Camboriú | Empenho nº 5617 | Fornecimento de persianas | 5.626,50 |
| Chapecó | Empenho nº 974 | Colocação de películas | 55.000,00 |
| Pinhalzinho | 145/2008 | Fornecimento de persianas | 5.530,52 |
| Pinhalzinho | 148/2008 | Confecção e instalação de Comunicação Visual | 11.000,00 |
| Poder Judiciário | Reg. Preço nº 157/2008 | Fornecimento de Persianas | 192.000,00 |
| Poder Judiciário | Reg. Preço nº 159/2008 | Confecção e instalação de Comunicação Visual | 975.000,00 |
| Poder Judiciário | Empenho nº 6915 | Fornecimento de materiais elétricos | 38.231,70 |
| Tribunal de Justiça | 03/2008 | Cópia de projetos | 4.740,12 |
| Tribunal de Justiça | 33/2008 | Plotagem de projetos | 7.441,20 |
| Tribunal de Justiça – Torre I | 87/2008 | Fornecimento de persianas para os pavimentos 1 e 2. | 10.385,00 |
| Tribunal de Justiça – Torre I | Empenho nº 7981 | Colocação de película nas janelas dos pavimentos 1 ao 4 e 7. | 19.800,00 |
| Tribunal de Justiça – Torre II | Empenho nº 5616 | Fornecimento de persianas | 6.750,00 |

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EM LICITAÇÃO

| COMARCA | OBJETO |
|--------------------------|--|
| Balneário Camboriú | Reforma da escadaria de acesso ao Salão do Júri |
| Braço do Norte | Reforma do prédio do Fórum |
| Fórum da Capital | Instalação do sistema de alarme contra incêndio |
| Fórum da Capital | Manutenção preventiva e corretiva para o gerador de energia instalado no prédio do Fórum |
| Fórum da Capital – Anexo | Manutenção do sistema de climatização |
| Joinville | Reforma do antigo prédio do Fórum |
| Poder Judiciário | Aquisição de aparelhos de ar condicionado |
| Poder Judiciário | Fornecimento de placas de bronze |
| Pomerode | Reforma do prédio do Fórum |
| São Joaquim | Reforma do prédio do Fórum |
| Tribunal de Justiça | Reforma do 10º pavimento |

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

| COMARCA | OBJETO |
|---------------------|---------------------------------|
| Balneário Camboriú | Reforma do prédio do Fórum |
| Blumenau | Reforma do prédio do Fórum |
| Forquilha | Construção do prédio do Fórum |
| Rio Negrinho | Construção do prédio do Fórum |
| Romelândia | Construção da Casa da Cidadania |
| Tribunal de Justiça | Reforma do 11º e 12º pavimentos |
| Turvo | Construção do prédio do Fórum |
| Urussanga | Reforma do prédio do Fórum |

◀ DIRETORIA DE INFORMÁTICA ▶

◀ GIOVANNI MORESCO ▶

Diretor



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Tecnologia da Informação (TI) assumiu papel de significativa importância nas organizações públicas e privadas. Em um ambiente corporativo, onde a exigência de informação atualizada aumenta exponencialmente, a TI atua em praticamente todos os processos da empresa, fornecendo os subsídios para a celeridade dos procedimentos e para a ágil e precisa tomada de decisão. Na era do conhecimento, a fim de lidar com a complexidade do desenvolvimento tecnológico, a organização do processo de inovação requer mais do que um corpo coerente de estratégias, técnicas e ferramentas de gestão. Para tanto, torna-se fundamental a existência de um efetivo trabalho gerencial que permita a integração entre as diversas áreas que compõem a Tecnologia da Informação, além da gestão proativa dos conceitos e práticas emergentes nesse campo de conhecimento, atividade à qual a literatura técnica denomina “governança de TI”.

O objetivo da governança de TI é assegurar que as ações tecnológicas estejam alinhadas com o negócio da organização, agregando-lhe valor. O desempenho da área deve ser medido (o que no Poder Judiciário acontece por meio de métodos como o *Balanced Scorecard*), os

recursos devidamente alocados e os riscos, reduzidos ou eliminados. Assim, é possível gerenciar e controlar as iniciativas de TI nas organizações para garantir o retorno de investimentos e a adoção de melhorias nos processos organizacionais. A governança adequada visa ainda, garantir a correta aplicação dos recursos empregados em tecnologia da informação e se torna cada vez mais importante, tendo em vista o orçamento dispensado ao setor.

Nesse sentido, o Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo) e a Diretoria de Informática têm investido em pesquisa e desenvolvimento de ferramentas de Gestão do Conhecimento e Inovação Tecnológica, áreas que mesclam a utilização de recursos de tecnologia com a valorização do capital humano e da experiência dos colaboradores do Poder Judiciário. Tal investimento constante tem permitido que o Estado de Santa Catarina permaneça como referência tecnológica no Judiciário brasileiro.

Aprimorar o equilíbrio entre recursos financeiros, tecnologia, cultura organizacional e qualidade na prestação de serviços à população, tem-se apresentado como o desafio a ser superado. Empregar a tecnologia como facilitador em todo esse processo é o trabalho que vem sendo

realizado pela área de informática do Poder Judiciário catarinense, tomando o devido cuidado de, por um lado entender as novas tecnologias e, por outro, a dinâmica organizacional, atuando neste contexto de forma a extrair o melhor dos recursos tecnológicos para empregar em benefício do cidadão.

Contando com cinco divisões, duas assessorias e uma secretaria, a Diretoria de Informática atua no projeto, desenvolvimento e manutenção de sistemas e da infra-estrutura necessária ao seu adequado funcionamento. O presente relatório descreve os atendimentos prestados, sistemas desenvolvidos e atualizados e o parque de equipamentos tecnológicos, além dos projetos em destaque conduzidos pela informática do Poder Judiciário Catarinense no ano de 2008 (1º/02/08 a 30/11/08).

> EQUIPAMENTOS

Para manter o Poder Judiciário catarinense na vanguarda tecnológica, além da qualidade do parque instalado, a Diretoria de Informática providencia periodicamente a aquisição e distribuição de equipamentos para as diversas unidades judiciárias. Visando eliminar a obsolescência do parque de informática e atender às novas demandas, mantendo os estoques em níveis seguros, foi efetuada a aquisição de microcomputadores, impressoras,

monitores de vídeo e outros equipamentos destinados aos usuários internos. Em 2008, foram distribuídos:

- 2.600 novos microcomputadores;
- 75 notebooks para novos Magistrados;
- 1.125 monitores LCD;
- 374 impressoras e
- 525 *pen-drives*.

Ainda no que se refere à instalação e configuração de equipamentos, foram distribuídos 16.436 peças e acessórios para equipamentos de TI. Apenas no prédio do Tribunal de Justiça foram instalados 3.200 equipamentos de TI.

Obviamente, o trabalho relativo a equipamentos não se resume à distribuição dos mesmos pelas unidades jurisdicionais. Com o constante processo de mudança física de unidades, aliado à criação e inauguração de Fóruns e Varas, a Diretoria de Informática atua de forma proativa nas mudanças e novas instalações, providenciando o desligamento da estrutura atual e novas instalações e configurações. Assim, foram atendidas 6 mudanças de Fórum, 23 mudanças de Gabinete de Desembargadores e Juízes de 2º Grau, além de 14 novas Varas. Como principal decorrência desse trabalho, foram efetuadas 15.500 transferências patrimoniais de bens de informática.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Por fim, atendendo à função social do Poder Judiciário, a Diretoria de Informática preparou ainda 2.200 equipamentos que foram encaminhados à doação para entidades governamentais e de assistência, destacando-se a transferência de 1.600 computadores à Secretaria da Educação.

> BANCOS DE DADOS

Já no início da gestão, foram instalados e configurados os servidores de banco de dados para validação do sistema de Peticionamento Eletrônico, cuja implantação em todo o Estado foi concluída em novembro. Ainda no atendimento aos sistemas da área fim da organização, foi realizada a preparação da base de dados de todas as Comarcas do Estado para instalação da versão 3.2 do Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), viabilizando assim a implantação da Gerência de Cobrança de Custas Finais Centralizada (GECOF).

Com a atualização de versão dos sistemas e o crescimento exponencial das informações armazenadas, surgiu a necessidade de um controle mais eficiente dos bancos de dados institucionais, o que foi atingido com a instalação, nas 110 Comarcas, de uma ferramenta para gerenciamento denominada Oracle Enterprise Manager. Mais que isso,

foram criadas bases de dados para novas aplicações, além dos testes e homologação de sistemas.

> SERVIDORES DE REDE

Durante o ano, foram realizadas especificações para aquisição de novos servidores para o Tribunal de Justiça e as Comarcas, visando atender à demanda crescente por esse tipo de equipamento e também melhorar o desempenho dos serviços prestados. Além do processo de aquisição, foram substituídos os servidores de rede de 28 Comarcas, proporcionando maior capacidade de processamento e agilidade. Foi também instalado um servidor de acesso remoto na Comarca de Joinville com o sistema Go-Global, para viabilizar a utilização do SAJ/PG na UNIVILLE, cujo acesso é realizado através de *link* de comunicação. Ainda com relação ao gerenciamento de servidores, foram criados 38 discos departamentais, de forma a atender à solicitação de diversos setores e organizar a informação institucional. Buscando atender aos requisitos de segurança e proporcionar maior automação na realização de *backups*, foi ampliada a abrangência da “biblioteca automática de fitas”, a qual efetua cópias de segurança sem a intervenção humana e com a racionalização dos recursos.

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

> REDES E TELECOMUNICAÇÕES

Uma das atividades relacionadas a TI que mais cresce atualmente, o segmento de redes e telecomunicações mereceu especial atenção da Diretoria de Informática e CGInfo. Dentre os serviços sob sua responsabilidade, pode-se destacar a administração da rede de dados que interliga todas as Comarcas ao Tribunal de Justiça, acesso a Internet com filtro de conteúdo com serviço de Proxy (cache), gerência da solução de segurança dentre eles o pacote de antivírus e administração do *Firewall*. As atividades relativas ao setor em 2008 são apresentadas a seguir, com destaque ainda a migração de parte da telefonia convencional do Poder Judiciário para a telefonia VoIP (voz sobre IP), gerando economia deste item orçamentário na ordem de 15 no valor das ligações efetuadas.

> INFRA-ESTRUTURA DE REDE LÓGICA

- Ligação de fibra na Comarca de Blumenau para interligar Fórum à unidade avançada (FURB), liberando o servidor Go-Global para outra Comarca, além de retirar a Central Telefônica da Unidade Avançada, com o Sistema VOIP, com economia mensal de R\$ 760,00;
- Instalação da fibra ótica do Executivo Fiscal da Comarca da Capital, aumentando a velocidade de transmissão de dados de 1

para 100mbps, viabilizando, ainda, o processo virtual com segurança, além de melhorar sensivelmente o acesso ao SAJ.

Esse sistema permitirá também a economia média mensal de R\$ 1.400,00;

- Migração de São José, Estreito, Norte Ilha e Juizado Infância e Juventude para o anel de fibra ótica instalado pelo CIASC, com uma economia anual de R\$ 29.791,20 (São José: R\$ 10.038,72; Estreito: R\$ 6.584,16; Norte Ilha: R\$ 6.584,16; Juizado Infância e Juventude: R\$ 6.584,16);
- Iniciada interligação em fibra ótica do Almoxarifado Central, Arquivo Central ao TJSC, Joinville a Unidade Avançada Univille e ao antigo prédio que será reativado, conforme convênio com o CIASC;
- Instalação de rede de fibra ótica entre o Tribunal de Justiça e o novo Fórum Eduardo Luz, com *link* de dados e telefonia;
- Instalação de cabeamento em fibra ótica na sala de servidores, o que permitirá a migração para uma rede de backbone mais veloz e de manutenção menos onerosa;
- Instalação de *switches* gerenciáveis nos gabinetes do 1º e 2º andares do Tribunal de Justiça, proporcionando maior performance com ligação via Gigabit Ethernet com o Switch Backbone;
- Iniciado projeto de migração da Rede Lógica do CPD, propiciando migração da

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

estrutura de rede para um sistema mais seguro e confiável com DMZ;

- Iniciado projeto de migração do endereçamento de rede do TJSC para adequação à rede do Governo/CIASC, visando a implantação de link redundante de saída para internet, bem como a ampliação de 100Mbps para 1Gbps, gerando banda para atender aos projetos futuros.

> TELEFONIA CONVENCIONAL E MÓVEL

- Testes de sistema modular de celular, no sistema VoIP, gerando uma economia para o Tribunal de Justiça nas ligações para celular de aproximadamente 50%.
- Ampliação do DDR (Discagem Direta a Ramal) de 100 para 300, na comarca de Itajaí;
- Instalação e implantação do monitoramento eletrônico das Centrais Telefônicas de todas as comarcas;
- Instalado *wireless* para Corregedoria-Geral da Justiça, com a mesma segurança da Torre II;
- Migração das Centrais do Norte da Ilha, Agronômica, Estreito e São José para a Central do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, gerando economia nas ligações entre os prédios com o cancelamento de feixes E1 das Comarcas citadas. As ligações

passam a ser entre ramais, passando a fazer ligações VOIP para todo o Estado, aproveitando todos os recursos da Central do TJ;

- Licitação de 94 telefones sem fio, para atender aos TSI de todas as comarcas que se deslocam constantemente pelo Fórum;
- Atualização de todos os celulares de uso a serviço à disposição do PJSC.

> IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA VOIP

- Conclusão da ligação em fibra ótica na Comarca de Itajaí (Fórum – Univali), proporcionando uma economia mensal de R\$ 548,00 e viabilizando a instalação da telefonia VoIP entre as unidades;
- Implantação do sistema VoIP na Comarca da Capital;
- Instalação da central VOIP na comarca de Catanduvas;
- Implantação do sistema VOIP na Comarca de Joinville;
- Implantação do sistema VOIP na Comarca Brusque e Balneário Camboriú, gerando economia anual de R\$ 10.680,00 para cada localidade;
- Instalação da Central VOIP em Tubarão, com cancelamento do circuito de voz, gerando economia anual de R\$ 9.576,00;
- Implantação do sistema Asterisk nas Comarcas de Concórdia e Pinhalzinho;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Na Comarca de Ibirama, foi realocada uma Central NEC IPs, que fala VOIP com as demais centrais NEC e faz ligação local entre elas e com o TJSC. Economia de 5 à 10 % conforme demanda;
- Instalação da Central VOIP do Almojarifado Central;
- Instalação da Central VOIP em Palhoça, para atender a criação da nova Vara;
- Migração da Central do TJSC para telefonia VoIP;

> SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Em um cenário em que as instituições públicas e privadas dependem cada vez mais das informações e da Tecnologia da Informação para a continuidade e excelência de suas atividades, e considerando que o próprio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina se encontra em fase de modernização e expansão nesta área, é de suma importância que se direcionem e busquem efetivas ações que visem garantir a irrestrita, adequada e precisa segurança das informações reais, tecnológicas e virtuais. Nesse sentido o CGInfo e a Diretoria de Informática, cientes de sua responsabilidade sobre o assunto, iniciaram em 2008 estudos e discussões acerca da criação e implantação de uma política de segurança da informação para o Poder Judiciário catarinense. Essa política norteará a implementação de

ações de proteção que deverão ser aplicadas a toda e qualquer informação e à infra-estrutura tecnológica que é disponibilizada, independentemente de onde ela se encontre, produzidas pelos sistemas de informação deste Tribunal e suas Comarcas, com vistas ao resguardo da sua imagem e dos seus objetivos institucionais.

Como passo inicial desse projeto, foi contratada uma consultoria externa, que avaliou a situação atual em conjunto com os técnicos do Tribunal de Justiça e, após os estudos preliminares, apontou as áreas com maior necessidade de atuação e também redigiu os princípios básicos da política de segurança. Passo seguinte, a Diretoria de Informática vêm estudando as normas internacionais que regem o tema, de forma a prover subsídios para o fortalecimento dessa política. A gerência de segurança da informação visa identificar os riscos e implantar medidas que de forma efetiva tornem estes riscos gerenciáveis e minimizados. É importante destacar que o trabalho de implantação de uma política de segurança da informação não se restringe às áreas técnicas relacionadas com a TI. É necessário o engajamento de toda a instituição, atuando de forma participativa no processo. Através do estudo realizado ao longo do ano de 2008, detectou-se a necessidade de uma estrutura

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

específica com responsabilidades sobre a definição, implantação e fiscalização da política, uma vez que o tema vem adquirindo relevância e essa especialização é uma tendência nas organizações modernas. No conjunto das atividades operacionais e implantação de mecanismos relacionadas à segurança da informação, podemos destacar:

- A identificação de espaço físico e especificação de equipamentos para aquisição de Sala Cofre, conforme estabelecido pelas normas brasileiras para a instalação de ambientes de TI protegidos;
- A contratação de *Cyber Datacenter*, o qual irá operar como *site backup* para as informações críticas da instituição, como é o caso do processo virtual e do peticionamento eletrônico, garantindo a disponibilidade dos serviços em regime de 24x7;
- Implantação do sistema *Keypass* para armazenamento criptografado das senhas de acesso aos servidores;
- Testes do novo *firewall* Cisco para melhoria da performance do serviço;
- Migração dos certificados Web para ICP-Brasil já no novo domínio tjsc.jus.br, além dos certificados para PDDE;
- Adequação do contrato dos sistemas de antivírus;
- Instalação do IMSS 7, possibilitando no

futuro o acesso a quarentena de usuário por usuário, novas atualizações do antivírus de e-mail e mais segurança para a estrutura computacional;

- Instalação de mais 3 servidores do Filtro de Conteúdo Web (Dansguardian), melhorando a performance da navegação na Web;
- Migração dos Sistemas de Segurança do Tribunal de Justiça e das Comarcas, com a versão mais robusta e mais eficaz;
- Testes do WSUS, que faz atualizações na rede interna para o Windows XP e Vista, garantindo segurança para máquinas quanto a falhas de segurança;
- Estudo dos *softwares* Zabbix, GroundWorks, Hp-openview, Prtg, Cacti, Nagios, What'S up, Op Manager para monitoramento de rede;
- Estudo dos requisitos para criação de uma Autoridade de Registro (AR), de uma Autoridade Certificadora (AC), e por fim, dando apoio com manuais de como cadastrar para distribuição dos certificados do BB.

> IDENTIDADES DIGITAIS

Em 24 de março, o Tribunal de Justiça firmou o contrato com o Banco do Brasil para a prestação de serviços financeiros, incluindo a disponibilização de 6 mil Certificados Digitais Certisign Pessoa Física e-CPF em smart card,

vinculados a ICP-Brasil. As identidades digitais terão validade de três anos e poderão ser aplicadas no processo virtual; na remessa de documentos eletrônicos, como *e-mail* e ofícios, e no serviço Infojud, acessíveis por meio da Corregedoria-Geral da Justiça.

A primeira identidade digital do Poder Judiciário catarinense, foi recebida pelo presidente do Tribunal de Justiça e outras 107 foram, disponibilizadas para os Desembargadores, Juízes de 2º grau, diretores e servidores do TJ.

> GESTÃO DO CONHECIMENTO

A Gestão do Conhecimento, é segmento da área de tecnologia fundamental no processo de adaptação da cultura organizacional ao processo tecnológico e, porque não dizer, da tecnologia à cultura organizacional. As atividades desenvolvidas em 2008, cuja relação é apresentada a seguir, foram no sentido de prospectar, entender e indicar novos produtos e processos que venham corroborar para uma melhor disseminação da informação, do conhecimento e do aprimoramento do processo de comunicação interna do Poder Judiciário Catarinense.

- Definição de Metodologia de Gerenciamento de Projetos, bem como de Desenvolvimento de Software;
- Análise de orçamentos de softwares de

Gerenciamento de Projetos;

- Acompanhamento e formalização do processo de desenvolvimento de software;
- Projeto de Implantação de ITIL;
- Planejamento, execução e acompanhamento do projeto de implantação da Central de Serviços;
- Análise de softwares para Central de Serviços e desenvolvimento dos processos para implantação desta e Gerência de Configuração (ITIL);
- Atendimento a usuários da Agenda Corporativa e *Webmail*;
- Análise dos processos de atendimento ao usuário;
- Planejamento e acompanhamento do projeto de alteração de contas de email, devolução dos 2.200 micros substituídos, implantação da versão 5.0 do SAJ/PG e SAJ/SG, implantação de cartório remoto, desenvolvimento do novo sistema de Recursos Humanos, entre outros;
- Análise e testes do software de colaboração Zimbra;
- Testes e início da parametrização da ferramenta OcoMon;
- Elaboração de edital para aquisição da ferramenta da Central de Serviços;
- Elaboração do Plano de comunicação do projeto de Implantação da Central de Serviços e do software de colaboração Zimbra;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Acompanhamento e elaboração das políticas de segurança da informação;
- Relatórios mensais sobre as atividades da diretoria;

> DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

A atividade de desenvolvimento de sistemas ocupa papel estratégico nas políticas de gestão da informação e tecnologia do PJSC, trazendo para a responsabilidade da equipe interna, sempre que possível e em número cada vez maior de situações, o desenvolvimento de soluções em sistemas de informação com o uso de alta tecnologia, reduzindo a dependência deste Poder em relação aos fornecedores desses tipos de produtos.

Mais que isso, é tarefa que utiliza diretamente a *expertise* dos servidores, cujo conhecimento da cultura e dos processos do Poder Judiciário facilitam o desenvolvimento dessas soluções e, entre outros benefícios, economizam recursos financeiros que podem então ser aplicados na atividade fim.

Relatamos, a seguir, as principais atividades relacionadas com desenvolvimento de sistemas em 2008, agrupadas por afinidade dos sistemas.

> SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO (SAJ 5)

A constituição de um Grupo de Trabalho,

criado especialmente para o desenvolvimento e aplicação das rotinas cartorárias em processos eletrônicos, permitiu a conclusão do projeto referente à automação do fluxo de execução fiscal. Este fluxo foi instalado na vara de Execução Fiscal da Capital, onde tramitam mais de 40.000 processos exclusivamente em meio digital, gerando-se, em apenas 03 dias mais de 5.000 despachos, bem como o encaminhamento de mais de 9.000 processos à Procuradoria Geral do Município.

Referido projeto deverá ser complementado com a implantação do Cartório Remoto, onde passarão a tramitar os processos executivos fiscais, inicialmente dos Municípios de Florianópolis e Lages.

Na unidade do Executivo Fiscal do Município de Lages, além dos processos de Execução Fiscal Estadual, também estão sendo protocoladas 30.000 execuções fiscais municipais em meio eletrônico.

Quanto ao procedimento do Juizado Especial Cível, foram apresentados os fluxogramas das rotinas do andamento processual.

O Grupo, em paralelo, está trabalhando na adequação do sistema SAJ 5 a fim de permitir que o mesmo sistema possa operar também com processos físicos, tendo sido eleita a Comarca de Camboriú como piloto deste projeto.

> PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

Com a migração para a versão 3.2 do SAJ, o Tribunal de Justiça pode implementar o sistema de peticionamento eletrônico, inclusive para operação com o processo físico. Esse sistema, em conformidade com a Lei 11.419 do Governo Federal, possibilita aos advogados o encaminhamento de peças iniciais e/ou intermediárias em meio digital.

Durante o segundo semestre de 2008, implantadores visitaram todas as comarcas do Estado, visando à capacitação para a utilização do sistema de peticionamento eletrônico, trabalho este concluído em novembro.

> GRAVAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

O projeto para a gravação de audiências em meio eletrônico (som e imagem), iniciou, com a instalação na comarca de Joinville, no dia 19 de agosto, mediante utilização de tecnologia fornecida pela empresa Kenta, especializada nesse serviço, inclusive com experiência em outros órgãos do Poder Judiciário.

Os resultados apontados pelo Juiz daquela comarca destacam inúmeros reflexos positivos, tais como: diminuição do tempo das audiências, economia de papel, agilização dos processos com a possibilidade de prolação de sentença em audiência, a fidelidade dos depoimentos e em especial o enxugamento da pauta de audiências em até 50%.

O mesmo sistema foi instalado nas Comarcas de Braço do Norte e Santa Rosa do Sul, com resultados similares os já mencionados. A gravação das audiências, integrada ao sistema SAJ, será instalada juntamente com a nova versão do sistema (SAJ 5) na Comarca de Camboriú.

> INTEGRAÇÃO COM MINISTÉRIO PÚBLICO

Membros do CGInfo, Corregedoria-Geral da Justiça e representantes do Ministério Público delinearão a integração dos sistemas SAJ e SIG, que permite a transferência de dados entre os sistemas utilizados pelo Tribunal de Justiça (SAJ) e pelo Ministério Público (SIG).

A integração passa a gerar a remessa de cargas de processos e disponibilização de documentos e pareceres na consulta processual, a partir dos dados enviados pelo MP. A partir da implantação do SAJ 5, será possível identificar o promotor com vistas do processo e receber documentos e pareceres virtualmente.

> RESOLUÇÃO N. 46 DO CNJ

Para atendimento das normas contidas na resolução n. 46 do CNJ, foram providenciadas adequações nos sistemas SAJ de primeiro e segundo grau, referente às tabelas de classe, assuntos e movimentações. Objetivando a correta utilização do sistema, foram realizados os seguintes cursos:

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Mais de 100 distribuidores do 1º Grau, divididos em duas turmas, foram capacitados através de ensino à distância e, presencialmente em 2 dias, com palestras e atividades práticas nas dependências da Academia Judicial.
- Os Distribuidores (cadastradores) do 2º Grau, também em duas turmas, receberam a capacitação através de curso efetivado nas dependências do TJ.

> OUTROS SISTEMAS JURÍDICOS

- Publicação Eletrônica: primeira versão do aplicativo, com as funcionalidades básicas, foi colocado em testes junto a Assessoria de Imprensa;
- Consulta Web de Jurisprudência: a importação foi encerrada e a consulta disponibilizada para testes pela DDI e pelos gabinetes;
- Melhorias no aplicativo CAPTURA: destaque para a integração com as matérias do 2º grau, permitindo a notificação de publicação ao usuário, e a associação do número do diário com cada matéria;
- Levantamento de melhorias do aplicativo MAP, junto a DDI;
- Recurso Extraordinário-STF – análise e projeto do sistema; desenvolvimento de todo o módulo para cadastramento dos RES a serem remetidos ao STF;
- Sistema de Distribuição de Títulos de Protesto - implantação em Lages e ajustes no sistema.
- Sistema de Automação do Extrajudicial – iniciados os estudos e preparação da apresentação inicial do projeto para o extrajudicial (SAE);
- Diário da Justiça Eletrônico:
 - Alteração no procedimento de notificação da publicação de matérias no DJE;
 - Suporte aos usuários (não recepção de arquivos enviados via MAP; Problema no gerenciamento das permissões do usuário);
 - Análise da solicitação da OAB para publicação de matérias;
 - Disponibilizada consulta do Diário da Justiça Eletrônico com novos parâmetros de pesquisa, que permite a busca por palavras-chave, frases existentes no documento e intervalo de datas. Além disso, o novo sistema possibilita que seja visualizada apenas a página do DJE que contém o texto pesquisado, evitando o *download* de todo o documento. As inovações otimizam o tráfego na rede de dados e reduzem o tempo de acesso ao documento e as interferências deste serviço nas demais consultas.
- Sistema de Envio de Recurso Extraordinário/STF - Implantação e treinamento do sistema para envio dos

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

recursos extraordinários a serem remetidos ao STF;

- Protocolo Unificado – PGE:
 - reuniões e produção da especificação técnica do recurso;
 - implementada forma de controle sobre os Protocolos Unificados a serem cobrados da PGE, aproveitando a estrutura disponível do controle de custas judiciais e o controle de acesso aos órgãos externos ao PJSC;
 - Testes e comunicação com os usuários para teste e aprovação do protótipo. Aguardando assinatura do convênio.
- Sistema de Envio de Recursos:
- Desenvolvimento com incrementos da infraestrutura e recursos técnicos;
- Testes e alterações no projeto para viabilização do retorno das informações do STF;

> SISTEMAS DE COMPRAS E FINANÇAS**a) CONTA ÚNICA**

- Estudo e proposta de uma solução para o uso da assinatura digital no sistema de Conta Única;
- Alterações na conta única para a nova versão do Bacen-Jud;
- Validação da proposta da forma de implementação da assinatura digital na Conta Única com a DOF e apresentação da

mesma a um grupo de trabalho com 2 juízes e 5 escrivães (GT do SAJ);

- Implementação visando restringir a validação dos saques antes de efetuar os depósitos;
- Trabalho para identificação de processo e subconta de valores existentes nas contas poço do BESC;
- Cruzamento de informações sobre valores não retirados existentes nas contas poço no BESC;
- Bacen-Jud, levantamento de valores não condizentes com os totais, detecção da origem do problema e comunicação aos usuários das providências a solicitar ao BESC para solução;
- Elaboração da especificação técnica do recurso para atender à resolução 14/08-GP, aprovação com os usuários e início da implementação;
- Remoção dos negritos e do brasão nas impressões. Brasão mantido apenas no alvará e no comprovante de abertura de subconta;
- Alterações visando aspectos de segurança;
- Estudos da tecnologia que será utilizada para a o alvará de saque virtual assinado digitalmente;
- Geração de diversos levantamentos solicitados pela Diretoria de Orçamento e Finanças para melhoria de procedimentos e

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- solução de situações indesejadas como valores parados nas contas recibo;
- Preparação do código do sistema para iniciar a implementação dos dispositivos necessários à resolução 14/2008 GP;
 - Solução de problemas técnicos relativos à compilação nos novos micros;
 - Implementação do dispositivo para transferência de subcontas pela própria comarca;
 - Planejamento para a implementação do alvará eletrônico;
 - Estudo da tecnologia a ser utilizada para assinatura do alvará, visto que assinatura que já utilizamos, para documentos pdf, não atende às necessidades da aplicação.
 - Disponibilização da nova versão para as comarcas e apoio na elaboração das orientações;
 - Alteração do recurso para informar o IRRF para permitir que o chefe de cartório altere o valor calculado pelo sistema;
 - Implementação da simulação de saldo da subconta no módulo da comarca;
 - Plano emergencial para contornar o problema da exclusão do BESC do Sistema BacenJud.
 - Processamento manual de arquivos, desenvolvimento de ferramenta paliativa para o período de ajuste;
 - Busca de inconsistências referentes às

transferências BacenJud ocorridas através do BESC desde setembro.

- Sequência da implementação da res. 14/2008-GP (prejudicada pelos imprevistos relativos ao BacenJud);
- Atendimento a usuários, ajuste do cadastro das nossas varas e criação do cadastro das varas de outros órgãos para detectar transferências indevidas recebidas via BacenJud.

b) DIRF

- Reimportação para DIRF dos dados do CIASC, ajustes foram necessários no sistema devido a situações não previstas;
- Acompanhamento na Divisão de Contabilidade para as primeiras retificações e envio da primeira DIRF retificadora;
- Sistema Centralizador da DIRF - envio da reDIRF com as últimas correções do CIASC, apoiando usuários da DOF;
- Sistema Centralizador da DIRF - reimportação da DIRF e emissão de REDIRF devido a um erro na importação posterior à correção do arquivo do CIASC sobre adiantamentos.

c) CONTRATOS

- Ajuste do sistema de numeração de contratos para vislumbrar os subtipos;
- Retomada do SCC; reuniões com o usuário

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

e internas para definição da licitação para contratação do desenvolvimento; estudo de editais e ajuste da especificação técnica do módulo a ser licitado do SCC;

- Sistema de Contratos e Convênios - Módulo Básico - preparada e enviada a solicitação para licitação de desenvolvimento do (Documentação elaborada com reuniões internas para definição do perfil da empresa, tecnologias a serem utilizadas e aprimoramento da especificação técnica existente);
- Revisão do edital para licitação do serviço de desenvolvimento do módulo inicial do sistema.
- Participação na avaliação do novo módulo de contratos do SIGEF apresentado pela empresa Politech no Centro Administrativo do Estado.

d) ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

- Instalação de melhorias nos *softwares* de auditoria dos sistemas de Gestão de Patrimônio e Gestão de Almojarifado;
- Finalização do desenvolvimento do Módulo de Gestão de Bens de Informática; desenvolvimento do Módulo de Alienação de Bens; Apoio para geração dos arquivos para o E-Sfinge;
- Implantação da Alienação de Bens Móveis;
- Finalização do Controle de Equipamentos

de Informática pelos TSI's, com os ajustes propostos na apresentação prévia do Aplicativo, como a inclusão de bens excedentes, campo observação (ou ressalvas);

- Consulta de Equipamentos de Informática do Magistrado 1º Grau pelo Secretário (ou TSI) da Comarca onde está lotado;
- Desenvolvimento do aplicativo Almojarifados Setoriais;
- Alienação de Bens - ajustes e correção;
- Transferência de Equipamentos de Informática;
- Gestão de Equipamentos de Informática pelo TSI – piloto com a Divisão de Equipamentos.
- Implementação de rotina para auditoria patrimonial;
- Criação de controle de logs em tabelas e aplicativos;
- Suporte relativo ao coletor;
- Implementação da auditoria patrimonial;
- Criação de controle de log nos aplicativos.

e) PRECATÓRIOS

- Levantamento das alterações necessárias no sistema para implementar as novas formas de cálculo de precatórios;
- Validação com o usuário sobre a solução proposta para as novas formas de cálculos de precatórios. Elaboração do planejamento

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- de execução;
- Ajustes na nova versão do sistema;
- Especificada a funcionalidade de cálculo dos juros de cada período no relatório detalhado;
- Ajustes nos novos modelos de distribuição (modelo 4 e 5);
- Apuração das diferenças entre o Sistema de Precatórios e SAJ/Custas;
- Disponibilizada consulta em ordem cronológica dos precatórios por órgão;
- Definição com o usuário sobre a forma que o sistema deve proceder para efetuar parcelamentos conforme a nova resolução 10/2008 – CM;
- Finalização da implementação da nova forma de parcelamento conforme a nova resolução 10/2008 – CM;
- Implementação da priorização das custas no pagamento;
- Correção do relatório "Planilha de Cálculo" para permitir uma planilha por vez.

f) OUTROS SISTEMAS DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO

- Migração Besc para Banco do Brasil;
- Fim da utilização de GRJ-R: preparação e ajustes em sistemas da Contabilidade (Sistema Centralizador de Custas) e em páginas WEB.
- Preparação dos sistemas de orçamento,

- tesouraria e selo para geração do arquivo de transferências bancárias no novo formato utilizado pelo Banco do Brasil;
- Novo Sistema de Controle de Diárias:
 - Seqüência do treinamento da utilização da forma padronizada de implementação estabelecida pela Diretoria de Informática;
 - Confecção de protótipos;
 - Mapeamento de tabelas dos bancos de dados para uso do JPA.
- Sistema de Recolhimento do FRJ - iniciados os projetos com definições preliminares e levantamento de requisitos em andamento;
- Novo Sistema de Diárias - reunião na ASPLAN sobre o projeto, apresentação da solução proposta e feitos os encaminhamentos para em seguida planejar a implementação;
- Sistema Centralizador de Custas Judiciais – Levantamento de custas relativas a fotocópias.

> SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS

a) SISTEMAS ATUAIS

- Férias: levantamento de dados funcionais inconsistentes no que se refere a saldo de férias para melhorias no fluxo de férias;
- Implementação do módulo de provimento de cargos comissionados;
- Importação de dados do SHF (dados

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- funcionais e movimento de nomeação);
- Finalização da implantação e acompanhamento do módulo de concursos de remoção;
- Manutenção do sistema de promoções (SAF);
- Finalização e envio de arquivos de concursos para o E-Sfinge;
- Participação nas reuniões de definição de prioridades de manutenção do SHF;
- Acompanhamento da criação de funções Caché para manutenção de tabelas (KTAB);
- Mapeamentos CACHE em apoio ao desenvolvimento pelas outras seções (*workflow*, rh);
- Apoio em atividades envolvidas na migração do Besc2BB;
- Manutenção corretiva (DRH) nas consultas WEB (vencimentos, informações funcionais, etc), Bolsa de Estudos, Promoção, Banco de Talentos).
- *Workflow* de Férias - reformulado e simplificado;
- Apostila de proventos, em desenvolvimento, que permitirá cálculos precisos de aposentadoria;
- Funções para integrar o sistema do DRH em desenvolvimento com o atual;
- Apostila de proventos em desenvolvimento, proporcionará cálculos precisos de aposentadorias;
- Cálculo e pagamento dos atrasados de magistrados;
- Manutenção corretiva visando a recuperação de nomeações indevidas;
- Desenvolvimento de rotina para recuperar o movimento de "Férias pagamento" de 85 servidores, visando identificar o possível pagamento duplicado de Férias;
- Manutenção corretiva nas função utilizada pelo *Workflow* na suspensão de férias;
- Desenvolvimento de funções que recuperam o fim do estágio probatório e movimentos por matrículas;
- *Workflow* – Correções no fluxo de substituição. Levantamentos e correções dos problemas com o lançamento dos pagamentos de férias;
- Sistema de Controle de Bolsas de Estudo - acompanhamento do novo processo de renovações de bolsa e solução de problemas pontuais;
- Marcação de Férias – definição do cronograma de marcação de férias e início da implementação das melhorias;
- Programa para concessão automática de licença prêmio;
- Desenvolvimento da apostila de proventos; •
Elaboração dos atrasados de magistrados dos processos 291091-2007.8 e 309218-2008.6;
- Disponibilização de consulta na Intranet dos atrasados de magistrados dos processos

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- 291091-2007.8 e 309218-2008.6;
- Suporte a DAMF relativas a informações cadastrais incorretas;
 - Treinamento do usuário para correta utilização do módulo de avaliação e promoção;
 - Mapeamento de globais caché para o sistema de DRH;
 - Implementação do módulo de marcação de férias;
 - Acompanhamento na geração e correção do ato de promoção que atualizou as promoções pendentes até 18 de agosto de 2008;
 - Alterações no sistema de progressão funcional, para adaptar os novos cargos criados e a mudança dos níveis para fins de promoção e avaliação;
 - Correções nas rotinas de atualiza e desfaz atualização no cadastro em relação a dados de promoção (histórico funcional, dados funcionais, dados folha de pagamento);
 - Desenvolvida rotina no caché de auditoria das alterações dos dados do cadastro funcional (KCF) quando atualiza dados de promoções;
 - *Workflow* de Férias – geração automática de mais de 2.500 fluxos de solicitação de gozo de férias;
 - Alterações no modelo de dados e adequações no programa de Pesquisa de Satisfação;

- Auxílio na solução de problemas na parte de remoções, devidos à evolução de alguns cargos;
- Alteração da GFIP, SEFIP para ajuste ao novo *layout*;
- Programa para relacionar servidores que receberam indevidamente gratificação de TSI;
- Novo programa para cálculo de substituição.

b) NOVO SISTEMA

- Implementação do módulo de provimento de cargos comissionados:
 - integração com o fluxo do processo;
 - implementação do recebimento de documentos web;
 - finalização da indicação de comissionados web;
 - finalização do cadastro do colaborador web.
- Finalização das rotinas de importação de movimentos;
- Início das rotinas de processamento dos movimentos importados de movimentação funcional;
- Implementação do gerenciador de tarefas para módulos em Delphi;
- Alteração do sistema para solução de problemas de performance, memória, etc.;
- Integração das aplicações Flex com os serviços do SEG;
- Suporte a usuários da remoção com relação a atualização do cadastro (servidores novos);

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Criação de um componente para mostrar os processos do sistema aos usuários nas aplicações web;
- Criação da visualização do processo (pós barra de tarefas) no aplicativo Delphi;
- Finalização do mapeamento dos movimentos Cache;
- Criação de procedimento para importação automática de movimentos;
- Construção de rotinas de processamento dos movimentos;
- Consolidação da interface de consulta e atualização de dados usando Flex e Java.
- Suporte a usuários da remoção com relação a atualização do cadastro (servidores novos);
- Finalização e validação do procedimento para importação automática de movimentos;
- Construção de rotinas de processamento dos movimentos; d) execuções e testes de importação e processamento dos movimentos.
- Levantamento, especificação e execução de processamentos de movimento;
- Revisão/refinamento da especificação do módulo de provimento de bolsistas/estagiários;
- Alteração no módulo de remoção: adaptação à resolução que proíbe servidores em estágio probatório de realizar inscrição;
- Alteração no módulo de concurso: publicação da situação dos concursos;
- Criação de serviço para disponibilizar informações funcionais;
- Correção dos últimos problemas e criação da lista de inscritos do concurso para serviço notarial e registral;
- Levantamento, especificação e execução de processamentos de movimento;
- Geração de relatórios de inconsistência de movimentos;
- Definição de roteiros de teste para o processamento de movimentos;
- Validação da importação de movimentos;
- Refinamento da especificação do módulo de provimento de bolsistas/estagiários;
- Disponibilização do serviço de informações funcionais para a Academia Judicial;
- Importação de informações funcionais (dados bancários);
- Atualização do módulo de convocação de candidatos de concurso público;
- Criação e atualização de lotações;
- Atualização de dados de lotações para viabilizar marcação de férias para 2009;
- Importação de informações funcionais (correção da escolaridade);
- Envio de dados para o E-Sfinge.
- Testes de processamentos de movimento;
- Correção de problemas de migração (grupo/referência/nível);
- Construção da ferramenta para validação da migração;

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Preparação do repasse da atividade de validação;
- Implementação do módulo de provimento de comissionados;
- Atualização de dados de lotações para viabilizar marcação de férias para 2009.

> SISTEMAS DE APOIO ADMINISTRATIVO

- Consulta de Ramais: criação de filtros para melhor visualização;
- Testes e preparação para implantação da nova versão do Pergamum (Biblioteca);
- Nova geração de arquivos para importação pelo sistema dmpAcesso, para atender aos ajustes realizados pela DIMEP;
- Desenvolvimento do software para controle de fotocópias para todo o Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Colocado em produção o novo sistema de acesso ao prédio do TJ. Embora o sistema seja terceirizado, houve uma grande interação com as Divisões da Diretoria de Informática para a adaptação do software e migração de dados;
- Sistema de Fotocópias – ajustes no módulo das comarcas; alteração e acompanhamento dos serviços (Jobs) de centralização dos dados; finalização do módulo da DIE;
- Requisição de Farmácia;
- Controle de Notícias – Novo Sistema de Cadastro de Notícias apresentado para usuários e colocado em teste. Aguardando avaliação da Assessoria de Imprensa para disponibilizar em produção. Desenvolvidas melhorias na visualização das notícias.
- Expedição - acompanhamento da instalação do SIGEP (Sistema dos Correios para gerenciamento de postagem) na Seção de Expedição;
- Sistema de Informações Gerenciais – Integração da consulta de faturas de Água e Esgoto com a base de dados do sistema SCT;
- Sistema de Gerenciamento de Despesas - instalado o módulo de controle de consumo/gastos com água na Divisão de Comunicação e Transporte; treinamento dos usuários; migração de dados e ajustes no sistema;
- Sistema de Controle de Fotocópias – a) Relatórios para cobrança das cópias emitidas pela PGE e TRE; b) Adaptações decorrentes da unificação da tabela de lotações.
- Sistema de Requisição de Obras Bibliográficas – a) importação do resultado do edital de registro de preços de livros; b) adequações do sistema; c) ajustes nos saldos dos magistrados; d) liberação para operação.
- Sistema de Controle de Acesso – Alteração no sistema para contemplar as novas catracas instaladas na Torre II;
- Sistema de Controle de Despesas - Desenvolvimento dos relatórios das evoluções

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

das faturas, de *ranking* de consumo/gastos, de média irregular de consumo/gasto, de imóveis locados pelo Poder Judiciário, de imóveis cedidos a terceiros ou obras.

> APOIO AO DESENVOLVIMENTO

- Levantamento de sistemas em produção nos servidores tjsc5 e tjsc6, resgate dos códigos-fontes para controle de versão, descarte de sistemas obsoletos, documentação inicial visando futuras padronização e facilidade de manutenção;
- Pesquisa de *frameworks* Java: levantamento preliminar das facilidades de desenvolvimento utilizando JSF na perspectiva da ferramenta visual de desenvolvimento web do netbeans e eclipse;
- Prospecção da tecnologia Java para avaliar mecanismos como JPA, JSF e Flex;
- Metodologia de desenvolvimento de Software: apoio na sua definição, através de reuniões e avaliação de ferramentas;
- Prospecção de tecnologias WEB, em especial para desenvolvimento de design e de padrões;
- Refinamentos do processo de desenvolvimento de software; Definições de uso do SEG para aplicação nos novos sistemas web;
- Implantação do apontamento de horas utilizando o *Visual Source Safe*;
- Levantamento e publicação do horário de

trabalho dos colaboradores da Divisão de Desenvolvimento de sistemas;

- Desenvolvimento do modelo de implementação Java/Flex;
- Especificação de novos mecanismos no sistema SEG;
- Auxílio aos desenvolvedores para várias finalidades (instalação do VSS, utilização do *framework*, etc.).
- Curso interno de Adobe Flex;

> SUPORTE A USUÁRIOS

Com o aumento do número de serviços e da quantidade de usuários de TI, é natural que a demanda por suporte também cresça na mesma proporção. Durante o ano de 2008, foi realizada consultoria para aplicação das melhores práticas de mercado e a busca da excelência no atendimento através dos princípios preconizados pelo ITIL (Information Technology Infrastructure Library), uma biblioteca que busca promover a gestão com foco no cliente e na qualidade dos serviços.

Como conclusão desse trabalho detectou-se a urgência de criar na Diretoria de Informática um setor específico para o atendimento centralizado de solicitações de suporte, vez que na estrutura atual os chamados são atendidos de forma descentralizada, o que exige uma logística mais elaborada, além de submeter o usuário à necessidade de saber exatamente o setor que

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

resolverá seu problema, em função da inexistência de um ponto único para atendimento geral.

Todos os sistemas e serviços providos pela área de TI pressupõe uma manutenção e atendimento aos usuários, que pode ser na forma de treinamento, atendimento telefônico, criação de manuais de procedimentos ou ainda

por *instant messenger* e correio eletrônico. Por vezes, a tarefa de suporte extrapola o horário de expediente e estende-se pelo final de semana, quando são geralmente feitas as atualizações mais críticas dos sistemas, especialmente do SAJ/PG e SG. A seguir, a relação das principais demandas atendidas pelo suporte em TI:

PRINCIPAIS DEMANDAS ATENDIDAS PELO SUPORTE EM TI

| SISTEMA/PROJETO | ATIVIDADE | QUANTIDADE |
|---------------------------|--|------------|
| SAJ-PG | Criação de varas | 1 |
| | Atualização de versão de sistemas | 112 |
| | Atualização para o GECOF | 112 |
| | Criação de usuários | 24 |
| | Geração de relatórios não atendidos pelo sistema | Diversos |
| | Abertura de Solicitações de Atendimento | Diversos |
| | Desmembramentos de comarcas | 1 |
| SAJ-SG | Treinamentos de Juízes Vitaliciandos | 1 |
| | Atendimento aos usuários | 155 |
| | Solicitações à Softplan | 136 |
| | Testes de atualização do sistema | 21 |
| | Elaboração de manual aos TSI | 1 |
| | Relatório de distribuição para Gabinete da Presidência | 1 |
| | Treinamentos para Secretários de Câmara | 2 |
| SAJ-GGS | Testes de atualização do sistema | 21 |
| | Testes de atualização do sistema | 21 |
| | Elaboração de manual aos TSI | 1 |
| | Treinamento de servidores de gabinetes | 9 |
| Expedição | Elaboração de manual e treinamento aos TSI | 1 |
| MAP | Elaboração de manual e treinamento aos TSI | 1 |
| Peticionamento Eletrônico | Implantação | 92 |
| Central de Serviços | Atendimento de Chamados Técnicos | 10.875 |

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

- Suporte aos TSI do Tribunal de Justiça e Comarcas;
- Atendimento aos usuários, internos e externos, dos sistemas:
 - PJSC-PUSH;
 - Assistência Judiciária;
 - Tarifador;
 - Mutirão;
 - Totem;
 - Família SAJ/pg;
- Manutenção do wiki do SAJ/GGS, com atualização de informações;
 - Suporte aos seguintes sistemas:
 - SAJ/SG – Diretoria Judiciária;
 - SAJ/SG – Turmas de Recursos do Estado;
 - SAJ/SG – Secretaria do Tribunal Pleno;
 - SAJ/SG – Conselho da Magistratura;
 - SAJ/SG – Núcleo de Conciliação;
 - Expedição;
 - MAP;
- Manutenção e Suporte aos Sistemas:
 - Publicação do Diário On Line
 - DRH
 - Fotocópias
 - Gestão de Patrimônio
 - Gestão de Almoxarifado
 - Repositório de Jurisprudência
 - Recepção
 - Internet
 - Diárias
 - Orçamento, tesouraria, GRJ e DRH
 - Precatórios
 - Distribuição de Títulos para Protestos
 - Biblioteca
 - DJ eletrônico
 - *Workflow* de férias
 - SIG
 - Protocolo Unificado
 - Consultas disponíveis via Web (vencimentos, informações funcionais, etc);
 - Estágio Probatório;
 - Lotações;
 - Cargos Vagos;
 - Bolsa de Estudos;
 - Promoção;
 - Banco de Talentos;
 - Sistema de Acompanhamento de Licitações;
 - Sistema atual de diárias;
 - Promoção;
 - Remoção;
 - Sistema de Almoxarifado – coletor de dados;
 - Sistema de Acompanhamento de Licitações;
 - Sistema de Protocolo Administrativo e Controle de Distribuição de Processos;
 - Sistema de Controle de Acesso;
 - Sistema de Tarifação;
 - Tesouraria, Orçamento e Ressarcimento de Combustível,

> OUTROS PROJETOS

- Desenvolvido e disponibilizado o portal eletrônico da Infância e da Juventude, através do site do Poder Judiciário de Santa Catarina, com o objetivo de facilitar o acesso às informações relacionadas à criança e ao adolescente.
- Atendendo à normatização imposta pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram instalados e configurados em 2008 dois servidores com o serviço DNSSEC, que permitiram que o Poder Judiciário catarinense pudesse responder pelo novo “domínio” sugerido. Com essa medida, o endereço do Tribunal de Justiça na internet passou a também ser acessado através do endereço <http://www.tjsc.jus.br>;
- Início da consultoria em PCN (Plano de Continuidade dos Negócios) que capacitará ainda mais os servidores para o rápido restabelecimento dos serviços de rede em caso de qualquer problema;
- Disponibilizado aos magistrados no início do segundo semestre o novo repositório de acórdãos do Tribunal de Justiça, com mecanismos de atualização diária, obtida dos sistemas SAJ/SG e SAJ/GGS. Novas funcionalidades foram agregadas ao serviço de consulta: inclusão dos campos ‘Órgão Julgador’, ‘Foro’, ‘Classe’ e ‘Relator’; criação de um link para a consulta processual do

acórdão, além de botões para consulta do acórdão na íntegra e download da sua versão em formato RTF; limitação de 300 acórdãos por resultado da pesquisa, que preserva a performance e a alta disponibilidade dos recursos tecnológicos e evita buscas onerosas no mecanismo; adição de mais um canal de comunicação com o setor de suporte da Diretoria de Informática. Durante a confecção do novo repositório foi possível identificar mais de 244 mil documentos e constituir um banco de dados com mais de 283 mil acórdãos.

◀ DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA ▶

◀ ALBERTO PIZZOLATTI REMOR ▶

Diretor



1. GABINETE DO DIRETOR

Atividades e projetos desenvolvidos pelo Gabinete, com o apoio da Assessoria Técnica, Chefes de Divisão e de Seção:

- I** – Continuidade do Projeto, iniciado em 2006, cujo objetivo é a redução dos custos com o consumo de água mineral por meio da substituição de garrafas plásticas por garrafão (bombonas) de 20 litros. Cumprindo cronograma estabelecido, no decorrer do ano de 2008 o projeto foi estendido a 44 (quarenta e quatro) comarcas, além de 12 setores do TJSC, com a distribuição de 167 (cento e sessenta e sete) bebedouros elétricos;
- II** – Projeto de modernização das copas, com novas instalações das copas do 2o andar (Torre I) e do Ático (Torre II);
- III** – Continuidade do Projeto, iniciado em 2006, cujo objetivo é a redução dos gastos com a aquisição de leite e café por meio da substituição de garrafas térmicas por máquinas automáticas. Cumprindo cronograma estabelecido, no decorrer do ano de 2008 foram distribuídas máquinas para as 76 comarcas de entrância inicial, além das Comarcas de Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Curitiba, Florianópolis- Norte da Ilha, Indaial, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Mafra, Rio do Sul, São Bento do Sul, Tijucas, Videira e Xanxerê;
- IV** – Implantação do Projeto de Coleta Seletiva no Tribunal de Justiça. Com o projeto, no decorrer do ano de 2008 foram recolhidas em média 4,2 toneladas/mês de material reciclável (janeiro a outubro). Apresentação deste projeto no Conselho Nacional da Justiça, Supremo Tribunal Federal e diversos órgãos estaduais e municipais;
- V** – Criação oficial da CIPA (Comissão Interna de Prevenção a Acidentes) na Divisão de Artes Gráficas;
- VI** – Projeto de criação da Brigada Contra Incêndio, a fim de dotar o Poder Judiciário de Santa Catarina de equipes de combate à incêndio, bem como manter todos os equipamentos em perfeito estado de conservação e uso;
- VII** – Projeto para contratação dos serviços de controle de pragas no prédio do Tribunal de Justiça, Torres I e II e Fórum Central da Capital;
- VIII** – Projeto para modernização da transmissão das sessões do egrégio Tribunal Pleno e instalação do sistema nos

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

demais órgãos julgadores do Tribunal de Justiça;

IX – Fornecimento de 4.271 (quatro mil, duzentos e setenta e um) carimbos às comarcas e unidades do Tribunal de Justiça, até dez/08;

X – Expedição de autorização para aquisição de 362 passagens aéreas;

XI – Expedição de autorização para realização de 9 mudanças de magistrados;

XII – Projeto para substituição de todo o parque de máquinas fotocopadoras do Poder Judiciário de Santa Catarina, através de locação de equipamentos novos, incluídos assistência técnica e fornecimento de insumos.

2. DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

Visto ser um caso peculiar no serviço público, esta Divisão merece uma atenção diferenciada, pois que se equipara a uma indústria, onde uma legislação deve ser observada no sentido de dar condições seguras de trabalho e de resguardar a integridade física dos colaboradores e das pessoas que adentram ao parque gráfico.

Sendo assim, foram implementadas algumas ações necessárias ao cumprimento da legislação, como aquisição de Equipamento de Proteção Individual – EPI, implementação da

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, apresentação aos colaboradores do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, treinamentos de Prevenção e Combate a Incêndios, entre outros, explicando a todos os riscos existentes no local de trabalho.

Quanto à produção, o total de impressos realizados na Divisão em 2008 foi de 5.462.787, o qual representa uma média de 500.000 impressos por mês.

Para cumprir as exigências, acompanhar o aumento da demanda, bem como os prazos de entrega cada vez mais curtos neste segmento, foram adquiridos alguns equipamentos.

- Máquina perfuradora de papel automática, equipamento adquirido em novembro/08, na modalidade Pregão Presencial, com capacidade para quatro furos simultâneos. Este equipamento além de proporcionar mais rapidez na produção exigirá menos esforço repetitivo dos colaboradores, pois seu acionamento é através de pedal.
- Impressora ofsete 4 cores, marca Shinohara, modelo 52 IV, equipamento adquirido em dezembro/07, na modalidade Pregão Presencial, já está em pleno funcionamento. O referido equipamento otimiza o tempo de realização de

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

determinadas tarefas de 20 para 4 horas de trabalho, aproximadamente.

A seguir, relatório das atividades desenvolvidas pelas Seções que compõem esta Divisão:

2.1 SEÇÃO DE CRIAÇÃO E FOTOLITOGRAFIA TRABALHO DE CRIAÇÃO

| TIPO | QUANTIDADE |
|------------------------------------|------------|
| Agenda 2008 | 01 |
| Agenda de bolso | 02 |
| Apostila/ Manuais | 07 |
| Banners | 02 |
| Blocos de anotações personalizados | 19 |
| Boletim Informativo | 03 |
| Capas gerais | 112 |
| Cartilhas | 12 |
| Cartões | 112 |
| Caixa de Papelão | 01 |
| Cartolinas A4 | 10 |
| Capas de CD e DVD | 07 |
| Calendários | 01 |
| Cartazes | 23 |
| Crachás | 05 |
| Certificados | 12 |
| Convites | 47 |
| Criação de Logomarcas | 02 |
| Diplomas | 03 |
| Envelopes | 14 |
| Encadernação | 01 |
| Encartes | 02 |
| Etiquetas | 58 |
| Fichas | 20 |
| Folhas de Ofício | 05 |
| Folders | 16 |
| Guarda Agenda | 01 |
| Livros | 10 |
| Livretos | 02 |
| Mapas | 06 |
| Marcadores de páginas | 10 |
| Pastas | 10 |
| Papel Timbrado/ rascunhos/ata | 16 |
| Tarjetas | 02 |
| Selos | 02 |
| TOTAL DE SERVIÇOS | 555 |

2.1 SEÇÃO DE CRIAÇÃO E FOTOLITOGRAFIA TRABALHO DE FOTOLITOGRAFIA E SERIGRAFIA

| TIPO | QUANTIDADE |
|--|------------|
| Montagem de Fitolito | 1255 |
| Gravação e Revelação de Chapas | 1255 |
| Laser filme A4 | 2530 |
| Jurisprudência Catarinense nº 113, 114 e 115 | 03 |
| Laser filme A3 | 410 |
| Metros de fotolito eletrônico | 305 |
| Chapas para Impressora off-set Shinohara | 830 |
| Chapas para Impressora off-set Catu 660 | 525 |
| Telas Serigráficas | 06 |

2.2 SEÇÃO DE IMPRESSÃO IMPRESSÃO DIGITAL PB E COLORIDA

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE IMPRESSÃO |
|-------------------------------|-------------------------|
| Impressora KONICA | 300.000 |
| Impressora CANON IR – 105 – 1 | 105.673 |
| Impressora CANON IR – 105 – 2 | 548.438 |
| Impressora CANON IR – 105 – 3 | 867.682 |
| TOTAL | 1.821.793 |

2.2 SEÇÃO DE IMPRESSÃO IMPRESSÃO OFFSET

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE IMPRESSÃO |
|-------------------|-------------------------|
| off-set Catu | 2.629.129 |
| off-set Shinohara | 1.011.865 |
| TOTAL | 3.640.994 |

2.3 SEÇÃO DE ACABAMENTO GRÁFICO

| TIPO | QUANTIDADE (UNID.) |
|----------------|--------------------|
| Blocagem | 7.775 |
| Cintagem | 90.068 |
| Colagem | 414.276 |
| Contagem | 1.353.206 |
| Corte e refile | 447.050 |
| Corte e vinco | 677.885 |
| Dobra | 426.088 |
| Empacotamento | 108.270 |
| Encadernação | 27.609 |
| Grampeador | 14.384 |
| Intercalação | 341.203 |
| Perfuração | 29.160 |
| Plastificação | 2.097.594 |
| Serrilhadeira | 1.309.009 |

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

PRINCIPAIS PRODUTOS CONFECCIONADOS

DIVISÃO DE ARTES GRÁFICAS

| TIPO | QUANTIDADE (UNID.) |
|------------------------------------|--------------------|
| Agendas Telefônicas de Bolso | 251 |
| Agenda Miolo 2009 | 3.200 |
| Blocos para Eventos | 6.475 |
| Boletins Informativos | 3.958 |
| Calendário | 9.500 |
| Capas de Processo | 1.500.000 |
| Cartões de Visita | 13.306 |
| Cartazes | 8.841 |
| Convites | 20.046 |
| Certificados | 6.226 |
| Crachás Diversos | 2.212 |
| Etiquetas | 920.000 |
| Estatuto da Criança e Adolescente | 1040 |
| Encartes | 6.794 |
| Envelopes Especiais | 10.300 |
| Folders Diversos | 27.898 |
| Jurisprudência | 4.500 |
| Livros/Livretos/Apostilas | 6.286 |
| Marcadores de Páginas | 2.500 |
| Organização de Material no Palete | 72 |
| Pastas para Eventos | 4.775 |
| Relatório Estatístico | 350 |
| Selos, Rótulos, Adesivos Especiais | 107.456 |
| Tarjetas Impressas | 157.500 |

3. DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

1. Acolhimento a mais de sessenta novos colaboradores que passaram a integrar as diversas seções da Divisão.
2. Reuniões freqüentes com os chefes de seções para relatório sobre o andamento dos serviços e do comportamento e do relacionamento interpessoal .
3. Observação do exercício da liderança de cada chefia, com feedback sempre que necessário.

4. Distribuição de tarefas de acordo com as exigências da demanda e com as atribuições de cada setor.
5. Continuidade da execução da política de supressão do uso de garrafas térmicas em gabinetes e outros setores em que haja máquinas de café ou são atendidos por garçom.
6. Reunião com servidores substitutos das chefias, para treinamento e capacitação.
7. Controle dos pedidos de confecção de chaves, fechaduras e consertos em geral.
8. Confecção de formulário para controle da entrega das chaves pela equipe da limpeza aos policiais.
9. Acompanhamento e fiscalização da execução do contrato de terceirização na equipe da Divisão (freqüência, substituições etc.).

3.1 Seção de Condução e Manutenção de Elevadores

1. Fiscalização do funcionamento dos elevadores, com chamados às empresas responsáveis pela manutenção.
2. Orientação aos usuários.
3. Condução dos Desembargadores e/ou Juízes de Segundo Grau aos respectivos andares e atendimento permanente aos seus chamados.
4. Controle de entrada/saída no setor de carga

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

e descarga.

5. Solicitação de instalação de circuito fechado de TV nos elevadores.
6. Instalação de contrapeso nos três elevadores da Torre II, com exceção do privativo.
7. Fiscalização do cumprimento das cláusulas do contrato de terceirização.

3.2 Seção de Fotocópia e Apoio Operacional

- Distribuição dos serviços entre os funcionários, a fim de garantir sua eficácia e eficiência.
- Verificação constante das condições das máquinas, com chamamento da empresa responsável pela manutenção dos equipamentos.
- Controle dos pedidos de reprodução de materiais diversos.
- Modificação no leiaute da sala para adequação do espaço.
- Fiscalização do cumprimento das cláusulas do contrato de terceirização.

A seguir, quadros das quantidades de fotocópias por máquina e encadernações, no período de janeiro a novembro de 2008.

► FOTOCÓPIAS

| MÊS | QUANTIDADE (UNID.) |
|--------------|--------------------|
| JANEIRO | 201.515 |
| FEVEREIRO | 272.458 |
| MARÇO | 249.441 |
| ABRIL | 235.705 |
| MAIO | 230.151 |
| JUNHO | 282.901 |
| JULHO | 287.882 |
| AGOSTO | 307.764 |
| SETEMBRO | 251.720 |
| OUTUBRO | 228.219 |
| NOVEMBRO | 199.420 |
| DEZEMBRO | (*) |
| TOTAL | 2.747.176 |

(*) Quantidade não contabilizada

► ENCADERNAÇÕES E UNIBIND

| MÊS | ENCADERNAÇÃO | UNIBIND |
|--------------|--------------|-----------|
| JANEIRO | 250 | 00 |
| FEVEREIRO | 195 | 03 |
| MARÇO | 133 | 03 |
| ABRIL | 163 | 10 |
| MAIO | 179 | 02 |
| JUNHO | 138 | 03 |
| JULHO | 168 | 01 |
| AGOSTO | 386 | 09 |
| SETEMBRO | 330 | 19 |
| OUTUBRO | 206 | 00 |
| NOVEMBRO | 253 | 01 |
| DEZEMBRO | (*) | (*) |
| TOTAL | 2.401 | 51 |

(*) Quantidade não contabilizada

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

Quadro do número de atendimentos aos gabinetes e demais órgãos do Tribunal de Justiça, em 2008.

▶ ATENDIMENTO A GABINETES E OUTROS

| MÊS | QUANTIDADE |
|--------------|---------------|
| JANEIRO | 1.085 |
| FEVEREIRO | 1.843 |
| MARÇO | 1.694 |
| ABRIL | 2.313 |
| MAIO | 2.137 |
| JUNHO | 2.353 |
| JULHO | 2.361 |
| AGOSTO | 2.306 |
| SETEMBRO | 2.355 |
| OUTUBRO | 2.265 |
| NOVEMBRO | 2.034 |
| DEZEMBRO | (*) |
| TOTAL | 22.746 |

(*) Quantidade não contabilizada

3.3 Seção de Conservação e Limpeza

1. Participação em 5 mutirões de limpeza realizados durante o ano, e por ocasião da mudança de outros gabinetes da Torre I para a Torre II.
2. Procedimentos de descupinização, desinsetização e desratização, realizadas 2 no corrente ano.
3. Atendimento às 1037 solicitações para os serviços de chaveiro.

3.4 Seção de Copa e Cozinha

1. Acompanhamento e fiscalização dos

projetos elaborados pela DIE de readequação dos serviços de copa com vistas ao estabelecimento de um padrão de qualidade e à redução de gastos com leite, café e água.

2. Instalação de cafeteira para a copa do 2º andar da Torre I, a fim de funcionar como distribuidora para a copa do 9º andar.
3. Reavaliação dos setores servidos por garrafas e garçons.
4. Aquisição de materiais necessários ao melhor equipamento de cada copa.

4. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

4.1 Seção de Custos e Controle Operacional

Água, coleta de esgoto e energia elétrica: neste ano tivemos grande auxílio com o desenvolvimento de Sistema computacional para Controle de Custos, estando em operação o módulo de controle das faturas de água e esgoto. Anteriormente, todas as faturas desta natureza eram analisadas em planilha Excel, ferramenta de pouca praticidade. Perdia-se muito tempo cadastrando a massa de dados de todas as unidades do Poder Judiciário, deixando em segundo plano sua efetiva análise, que é na verdade seu objetivo primordial. Com o

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

sistema, cerca de 70% das faturas passaram a ser importadas de arquivo encaminhado pela empresa CASAN.

Em comparativo, tomamos o período de janeiro a outubro de 2007, quando foram gastos R\$ 456.404,19, equivalentes a 90.753 m3. No mesmo intervalo de 2008, despendeu-se o montante de R\$ 540.713,83 (93.505m3) o que representa um acréscimo de 18,5%. No cálculo, não foi considerado o mês de novembro tendo em vista ainda não estar completo.

Os gastos com energia elétrica, entretanto, permanecem em planilha Excel. Entre janeiro e outubro de 2007, R\$ 3.739.785,02 (12.591.922 kWh); no mesmo período de 2008, R\$ 3.485.303,12 – pequena redução de valores, na ordem de aproximadamente 7%. Apesar do reduzido conhecimento técnico na área, em 2007 passou-se a zelar pelas demandas contratadas das unidades com fornecimento de energia em alta tensão. Periodicamente, alertamos a Diretoria de Engenharia e Arquitetura quanto à ultrapassagem dos valores contratados, bem como quaisquer outras alterações notáveis. Apesar da precariedade da ferramenta utilizada, esta atitude promoveu uma economia de R\$ 77.598,96 em relação ao exercício anterior.

Em anexo, relatório analítico das despesas de água, coleta de esgoto e energia elétrica.

Despesas de consumo de água e coleta de esgoto - de janeiro a novembro de 2008

► DESPESAS COM ÁGUA E COLETA DE ESGOTO

| MÊS | VALOR PAGO (R\$) |
|--------------|-------------------|
| JANEIRO | 39.705,83 |
| FEVEREIRO | 53.524,99 |
| MARÇO | 61.361,33 |
| ABRIL | 56.918,52 |
| MAIO | 54.529,14 |
| JUNHO | 53.320,61 |
| JULHO | 49.330,21 |
| AGOSTO | 56.578,63 |
| SETEMBRO | 57.511,23 |
| OUTUBRO | 57.933,34 |
| NOVEMBRO | 54.319,75 |
| TOTAL | 595.033,58 |

Despesas de consumo de energia elétrica - de janeiro a novembro de 2008

► DESPESAS COM ENERGIA ELÉTRICA

| MÊS | VALOR PAGO (R\$) |
|--------------|---------------------|
| JANEIRO | 337.811,39 |
| FEVEREIRO | 415.688,59 |
| MARÇO | 394.601,23 |
| ABRIL | 369.186,25 |
| MAIO | 348.103,72 |
| JUNHO | 303.022,00 |
| JULHO | 302.604,43 |
| AGOSTO | 340.017,63 |
| SETEMBRO | 334.795,94 |
| OUTUBRO | 339.471,94 |
| NOVEMBRO | 288.534,77 |
| TOTAL | 3.773.837,89 |

Coleta de lixo: em acordo com a Diretoria de Material e Patrimônio, os pagamentos de taxas de coleta de lixo (excluídos os casos em que o valor é cobrado juntamente com IPTU dos

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

imóveis locados) ficarão em 2009 sob os cuidados desta Seção. Até então, havia dúvidas quanto à qual setor cabia sua responsabilidade, sendo o serviço fragmentado em vários setores sem devida troca de informações e em muitos casos deixando-se lacunas por falta de ciência e definição da competência.

Diárias: Cumpre a esta Seção adiantar verbas referentes a viagens dos Agentes Operacionais de Serviços Diversos. Tendo em vista a implantação de sistema de gerenciamento e, principalmente, a renovação da frota, os valores reduziram-se quase exclusivamente ao pagamento de diárias, sendo insignificantes as situações em que a Administração deste órgão autorizou ressarcimento de serviços ou material de consumo – foram 6 ocorrências durante o ano, todas incidentes até abril, quando não foi possível viabilizar por meio do sistema TicketCar.

Foram movimentados R\$ 235.482,25, no período de 09/01 a 05/12, valor equivalente a 1.392,5 diárias no exercício de 2008, 6 diárias remanescentes de 2007 e R\$582,25 de despesas acima mencionadas.

Multas: foi dada entrada na autuação de 49 infrações de trânsito, cometidas por Agentes Operacionais de Serviços Diversos e servidores usuários dos veículos da frota. Neste ano,

importante alteração foi feita nos procedimentos de identificação/pagamento das penalidades. A Direção-Geral Judiciário autorizou que essas passassem a ser quitadas pelo próprio TJSC, que se ressarciria dos valores posteriormente, via desconto em folha do condutor infrator. Esta mudança evitou situações em que o licenciamento anual obrigatório era prejudicado em função de existirem valores vencidos, aguardando seu pagamento por quem responsável.

Documentação relativa à frota: não obstante os veículos estarem espalhados por diversas garagens (Fóruns) do Estado, as providências quanto à documentação estão aqui concentradas. Periodicamente, autua-se processo de pagamento do seguro DPVAT, única taxa obrigatória para regularização anual dos veículos, visto que o TJSC é isento de IPVA e taxa de licenciamento. Zela-se também para que os microônibus (2 Master, 1 Sprinter e 2 Marcopolo Sênior) estejam sempre em situação regular junto ao DETER, buscando todos os documentos necessários à renovação da “Licença para Transporte de Passageiros sem Fins Comerciais”. Ainda, anualmente sugere-se a especificação para contratação de seguro coletivo para o exercício seguinte, etapa que inicia procedimento licitatório. O Pregão n. 225/2008 procedeu a contratação para 2009,

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

no qual teve a proposta vencedora a empresa "UNIBANCO AIG SEGUROS S/A", no valor de R\$72.600,00.

Acidentes de trânsito: foram autuados 12 boletins de ocorrência de acidentes de trânsito. Felizmente, não houve vítimas ou grandes danos materiais nos veículos deste Poder e, sendo serviço de natureza burocrática, busca-se apurar responsabilidade e ressarcir este TJ dos gastos com reparos.

4.2 Seção de Manutenção da Frota

Embora criada no ano de 2007, somente neste ano é que a Seção recebeu um espaço físico adequado, com ar condicionado, equipamentos de informática e melhorias no sistema de controle da frota de veículos do Poder Judiciário.

Manutenção e abastecimento da frota:

Foram gastos R\$ 408.715,95 com combustíveis e R\$ 121.076,11 com manutenções (realizadas somente pela TicketCar) no período de janeiro a novembro de 2008. Em 2007, mesmo período, gastos na ordem de R\$ 398.657,38 e R\$ 178.750,87, respectivamente. A comparação deve levar em conta o significativo aumento da frota e a mudança de seu perfil, efetivado através das constantes aquisições de novos

veículos e baixa, com realização de leilões, dos que ultrapassaram a vida útil econômica, o que reduz significativamente os custos com manutenção.

A seguir, quadros referentes às despesas com manutenção e abastecimento da frota de veículos - de janeiro a novembro de 2008

► DESPESAS COM MANUTENÇÃO

| MÊS | VALOR PAGO (R\$) |
|--------------|-------------------|
| JANEIRO | 1.826,48 |
| FEVEREIRO | 5.377,27 |
| MARÇO | 4.532,69 |
| ABRIL | 7.856,59 |
| MAIO | 6.572,60 |
| JUNHO | 7.587,85 |
| JULHO | 18.274,42 |
| AGOSTO | 13.935,43 |
| SETEMBRO | 24.116,63 |
| OUTUBRO | 16.203,45 |
| NOVEMBRO | 14.792,70 |
| TOTAL | 121.076,11 |

► DESPESAS COM ABASTECIMENTO

| MÊS | VALOR PAGO (R\$) |
|--------------|-------------------|
| JANEIRO | 24.668,51 |
| FEVEREIRO | 25.493,74 |
| MARÇO | 33.528,92 |
| ABRIL | 38.558,04 |
| MAIO | 40.331,31 |
| JUNHO | 37.150,93 |
| JULHO | 38.922,99 |
| AGOSTO | 42.158,53 |
| SETEMBRO | 44.181,68 |
| OUTUBRO | 43.191,43 |
| NOVEMBRO | 40.529,87 |
| TOTAL | 408.715,95 |

4.3 Seção de Gerenciamento da Frota

Renovação da frota: a partir do final do exercício de 2007, foram adquiridos 63 veículos, conforme relação abaixo:

RENOVAÇÃO DA FROTA

| CONTRATO | MOD. ADQUIRIDO | QUANT. | VALOR UNIT. (R\$) |
|----------|----------------------|--------|-------------------|
| 305/2007 | COROLLA | 4 | 68.800,00 |
| 306/2007 | SCENIC PRIVILEGE | 6 | 64.156,00 |
| 348/2007 | MASTER MINIBUS | 1 | 102.985,00 |
| 348/2007 | SCENIC PRIVILEGE | 1 | 63.440,00 |
| 377/2007 | COROLLA | 1 | 62.800,00 |
| 378/2007 | SCENIC PRIVILEGE | 1 | 64.156,00 |
| 385/2007 | MEGANE DYNAMIQUE | 10 | 57.665,78 |
| 25/2008 | PALIO FIRE | 25 | 35.000,00 |
| 70/2008 | MEGANE DYNAMIQUE | 12 | 61.500,00 |
| 193/2008 | CAMINHÃO 815E - FORD | 2 | 170.000,00 |

Está em procedimento licitatório a aquisição de 5 veículos, categoria minivans e 1 veículo, categoria utilitário, (Processo administrativo n. 318213-2008.4).

Foram baixados 50 veículos da frota e realizados dois leilões, cuja arrecadação chegou a R\$ 570.200,00 (Processos administrativos n. 271335-2007.7 e 305983-2008.9).

4.4 Seção de Recebimento e Expedição de Correspondências

Esta Seção sofreu, ao longo deste ano, um processo de revitalização que compreendeu: seleção e treinamento de 8 novos terceirizados

com perfil para atuar neste setor; racionalização do fluxo de trabalho, rodízio das atribuições e novo leiaute do ambiente. Isto proporcionou um ganho na qualidade dos serviços prestados e de tempo na execução das diversas atribuições do setor.

Relatório de correspondências expedidas em 2008

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS

| | |
|---|---------------|
| Peso Transportado Via Malote (Janeiro a Novembro/2008) | 330.724,60 kg |
|---|---------------|

| | |
|--|--------------------|
| Correspondências Emitidas pelo Poder Judiciário (Janeiro a Novembro/2008) – Correios | 1.013.250 unidades |
|--|--------------------|

Relatório de Processos Recebidos e encaminhados à origem em 2008

PROCESSOS RECEBIDOS

| | |
|----------------|------------------|
| Baixa à Origem | 33.485 processos |
|----------------|------------------|

| | |
|-----------------------------|------------------|
| Processos Recebidos no TJSC | 88.217 processos |
|-----------------------------|------------------|

Valores relacionados às despesas com correspondências e processos expedidos e recebidos pelo Poder Judiciário.

DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA

▶ **DESPESAS COM CORRESPONDÊNCIAS E PROCESSOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS (R\$)**

| MÊS | SEDEX, TELEGRAMAS, CORRESP. SIMPLES E REGISTRADA | MALOTE | TOTAL |
|--------------|---|-------------------|---------------------|
| JANEIRO | 196.364,96 | 19.838,56 | 216.203,52 |
| FEVEREIRO | 478.974,92 | 56.537,76 | 535.512,68 |
| MARÇO | 576.409,58 | 55.937,15 | 632.346,73 |
| ABRIL | 608.208,90 | 67.289,88 | 675.498,78 |
| MAIO | 632.772,76 | 59.598,10 | 692.370,86 |
| JUNHO | 681.339,30 | 88.431,33 | 769.770,63 |
| JULHO | 661.737,32 | 90.400,14 | 752.137,46 |
| AGOSTO | 696.329,23 | 84.289,32 | 780.618,55 |
| SETEMBRO | 675.496,68 | 62.319,06 | 737.815,74 |
| OUTUBRO | 633.713,71 | 102.528,20 | 736.241,91 |
| NOVEMBRO | 606.753,71 | 70.081,53 | 676.835,24 |
| DEZEMBRO | 700.000,00 | 80.000,00 | 780.000,00 |
| TOTAL | 7.148.101,07 | 837.251,03 | 7.985.352,10 |

Relatório de Correspondências Internas do TJSC, Recebidas e Enviadas em 2008.

| SETORES | UNIDADE | SETORES (CONT.) | UNIDADE |
|--|---------|---|----------------|
| Academia Judicial | 1.237 | Diretoria Jud – Divisão Recursos e Agravos | 271 |
| Assessoria de Imprensa | 73 | Diretoria Jud – Divisão Secretaria de Câmaras | 3.801 |
| Assessoria de Planejamento | 38 | Divisão de Arquivo Central | 32 |
| Assessoria de Relações Públicas | 1.366 | Divisão de Capacitação | 244 |
| Associação Servidores Tribunal Justiça | 311 | Divisão de Comunicação e Transporte | 130 |
| Auditoria Interna | 3.040 | Divisão de Remuneração e Benefícios | 20 |
| Biblioteca – Div. de Pesquisa Informação | 3.437 | Divisão de Serviços Gerais | 305 |
| Casa Militar | 118 | Gabinete da Presidência | 4.909 |
| Comissão de Gestão de Informática | 309 | Gabinetes Desembargadores | 7.156 |
| Corregedoria-Geral da Justiça | 8.926 | Hospital de Custódia Trat. Psiquiátrico | 24 |
| Dir. Judiciária – Divisão de Informações | 25.902 | IPESC | 12 |
| Direção Geral Administrativa | 673 | Junta Médica | 732 |
| Direção Geral Judiciária | 464 | Museu | 80 |
| Diretoria de Documentação e Informação | 1.083 | Núcleo de Conciliação | 945 |
| Diretoria de Engenharia e Arquitetura | 921 | Ouvidoria | 52 |
| Diretoria de Informática – 12º andar | 319 | Para Cadastrar | 1.591 |
| Diretoria de Informática – Térreo | 1.358 | Seção de Custos e Controle Operacional | 1.117 |
| Diretoria de Infra Estrutura | 493 | Seção de Farmácia – Divisão Médica | 1.177 |
| Diretoria de Materiais e Patrimônio | 8.847 | Seção de Protocolo | 8.710 |
| Diretoria de Orçamento e Finanças | 6.456 | Seção de Redes de Telefonia | 260 |
| Diretoria de Recursos Humanos | 17.483 | Secretaria do Conselho Gestor | 256 |
| Diretoria Jud – Divisão de Cartório | 1.084 | Secretaria do Tribunal Pleno | 654 |
| Diretoria Jud – Divisão Processual | 1.084 | TOTAL DE CORRESPONDÊNCIAS | 117.500 |

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

DETOR JOSÉ ZORZI

Diretor



DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

1. GABINETE DA DIREÇÃO**1.1 – Secretaria****1.1.1 – DADOS ESTATÍSTICOS**

Processos cadastrados no gabinete: 1.290

Processos tramitados no gabinete: 2.790

1.2 Assessoria**1.2.1 – DADOS ESTATÍSTICOS**

Pareceres técnicos e jurídicos: 1102

Análise de editais: 529

Análise de minutas de contratos e aditivos: 562

Análise de minutas de convênios: 132

Aprovações: minutas, contratos e convênios: 1035

2. DIVISÃO DE COMPRAS**2.1 – DADOS ESTATÍSTICOS****• AQUISIÇÕES DIRETAS**

Número de requisições: 9.216

Valor gasto em aquisições diretas R\$ 2.188.770,67

Número de contratos de fornecimento: 83

Número de notas fiscais/faturas tramitadas: 10.112

• REGISTRO DE PREÇOS

Número de atas: 29

2.2 – DADOS FINANCEIROS**REGISTRO DE PREÇOS**

Valor empenhado: R\$ 5.367.142,11

Valor a empenhar: R\$ 1.282.334,67

Valor Total: R\$ 6.649.476,78

3. DIVISÃO DE LICITAÇÃO**3.1 – DADOS ESTATÍSTICOS****• MINUTAS CONTRATUAIS**

Confecção de minutas de editais: 529

Confecção de minutas contratuais: 228

• PROCESSOS LICITATÓRIOS

Concessão de uso: 3

Convite: 19

Tomada de Preço: 13

Concorrência: 10

Dispensa de Licitação: 26

Inexigibilidade de Licitação: 25

Leilão: 1

Pregão: 164

Modalidade ainda não definida: 26

Total: 287

• CONDIÇÕES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS:

Licitações ainda não concluídas: 120

Licitações com êxito: 164

Licitações revogadas: 2

Licitações desertas: 5

Licitações anuladas: 4

Licitações fracassadas: 6

Licitações canceladas: 11

**• PROCESSOS LICITATÓRIOS COM CONCLUSÃO
PREVISTA PARA ATÉ 19/12/2008.**

Convite: 7

Tomada de Preço: 7

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Concorrência: 6

Dispensa de licitação: 10

Inexigibilidade de Licitação: 10

Leilão: 1

Pregão: 61

Modalidade não definida: 18

3.2 – DADOS FINANCEIROS

- VALOR GLOBAL RESERVADO EM 2008,
EXCLUSIVE REGISTRO DE PREÇOS:

R\$ 63.932.604,88.

DESTE VALOR, TEMOS:

R\$ 32.694.017,50 para processos concluídos
(54,14% do valor global reservado)

R\$ 27.241.973,99 para processos em andamento
(42,61 % do valor global reservado)

R\$ 3.996.613,39 para processos fracassados,
desertos, revogados e cancelados (6,25 % do
valor global reservado).

- DOS PROCESSOS CONCLUÍDOS, TEMOS:

- NA MODALIDADE DE PREGÃO:

Valor reservado: R\$ 29.510.031,80

Valor pago: R\$ 23.604.820,12

Economia: R\$ 5.905.211,68

(20,01% de economia em relação ao valor de mercado).

- OUTRAS MODALIDADES:

Valor reservado: R\$ 3.183.985,70

Valor pago: R\$ 2.833.344,77

Economia: R\$ 350.640,93 (11,01% de economia
em relação aos valores reservados).

- DOS PROCESSOS EM ANDAMENTO – COM
CONCLUSÃO ATÉ 20/12/2008.

Reserva orçamentária (Pregão): R\$ 15.542.704,00

Reserva orçamentária (Outras modalidades):

R\$ 11.699.269,99

4. DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

4.1 – DADOS ESTATÍSTICOS

- Movimentação de processos – Entradas: 1.552
- Movimentação de processos – Saídas: 1.808
- Contratos elaborados: 150
- Convênios elaborados: 47
- Comodatados: 13
- Cessões de uso: 2
- Termos aditivos elaborados: 204
- Contratos prorrogados: 140

4.2 – DADOS FINANCEIROS

- Prestação de Serviços

Consultoria na área de informática: R\$ 720.280,00

ADSL: R\$ 532.000,00

Internet: R\$ 77.700,00

Serviços diversos na área de informática: R\$
965.996,00

Plano de Saúde: R\$ 7.000,00

Produção e veiculação de programas de televisão:
R\$ 270.000,00

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Confecção de selos: R\$ 610.000,00
 Monitoramento eletrônico: R\$ 38.000,00
 Coleta de lixo: R\$ 8.000,00
 Serviço de cobrança de tarifas: R\$ 1.400.000,00
 Locação de mão-de-obra: R\$ 17.926.000,00
 Serviços postais: R\$ 8.815.000,00
 Transporte de mercadorias: R\$ 507.000,00
 Administração da conta única: R\$ 4.387.000,00
 Serviços de reprodução fotostática: R\$ 6.000,00
 Serviços de plotagem: R\$ 7.441,00
 Mudança de magistrados: R\$ 90.000,00
 Outros: 8.078.583,00

• **Aquisições (materiais permanentes)**

Mobiliário: R\$ 846.000,00
 Equipamentos: R\$ 5.568.000,00
 Veículos: R\$ 1.953.000,00

• **Aquisições (materiais de consumo)**

Combustíveis: R\$ 606.000,00
 Gêneros alimentícios: R\$ 774.000,00
 Materiais de consumo: R\$ 1.686.000,00

• **Telefonia**

Telefonia fixa: R\$ 1.440.000,00
 Telefonia móvel: R\$ 104.000,00

• **Manutenção**

Em informática: R\$ 1.967.000,00
 Em equipamentos: R\$ 1.568.960,00
 Elevadores: 381.040,00

• **Imóveis**

Locações: R\$ 1.980.000,00
 Construção: R\$ 11.100.000,00
 Reforma: R\$ 5.600.000,00

• **Outros**

Passagens aéreas: R\$ 345.000,00
 Cursos: 277.000,00
 Concurso: 119.000,00

5. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

5.1 – DADOS ESTATÍSTICOS

• **Requisições**

Requisições de materiais processadas: 17.176
 Requisições de compras: 252

• **Inclusões no estoque**

Por compra: 4.768
 Formulários gráfica (resmas planas): 406

• **Movimentação de materiais (por item)**

Materiais movimentados: 100.439

• **Volume transportado**

Número de remessa para as comarcas: 2.480
 Metragem cúbica transportada (m³): 48.358
 Peso materiais transportados (Kg): 764.922
 Valor das Mercadorias Transportadas:
 R\$ 11.453.425,62

DIRETORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

5.2 - DADOS FINANCEIROS

• Valor dos materiais movimentados

Materiais de consumo: R\$ 9.238.277,35

Materiais permanentes: R\$ 16.061.540,02

• Valor dos materiais estocados

Materiais de consumo: R\$ 2.631.791,98

Materiais permanentes: R\$ 3.419.487,55

6. DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

• Incorporações de bens móveis

Veículos: 58

Máquinas, motores e aparelhos: 8.598

Materiais bibliográficos: 28.864

Equipamentos e instalações: 70

Utensílios: 1.552

Mobiliários: 5.396

• Incorporações de bens imóveis

Terrenos: 6

Edifícios: 3

• Bens móveis transferidos

Máquinas, motores e aparelhos: 8.749

Materiais bibliográficos: 4

Equipamentos e instalações: 11

Utensílios: 397

Mobiliário Geral: 4.462

• Bens móveis consertados

Equipamentos diversos e mobiliário em geral: 688

• Bens móveis baixados

Veículos: 49

Máquinas, motores e aparelhos: 835

Materiais bibliográficos: 1.118

Equipamentos diversos: 12

Utensílios: 533

Mobiliário Geral: 1.884

• Alienação de bens

Processos de baixa e doação: 106

Processos de inutilização: 6

Transferidos a outros órgãos: 6

Entidades atendidas: 112

◀ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ▶

◀ ZENAIDE TERESINHA IRBER ▶

Diretora



1. ORÇAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO

1.1 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento total do Poder Judiciário é composto por três fontes de recursos, a saber:

a - Recursos Ordinários do Tesouro do Estado - 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD;

b - Receita proveniente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça; e

c - Receita proveniente do Sistema Financeiro de Conta Única (Lei nº 11.644/2000).

Referente aos Recursos Ordinários do Tesouro do Estado, a Lei nº 14.080, de 08 de agosto de 2007, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2008, consignou ao Poder Judiciário o limite de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD ("Art. 25... "considera-se Receita Líquida Disponível, observado o disposto no art. 123 inciso V da Constituição Estadual, o total da Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados oriundos de taxas que, por legislação específica, devem ser alocados a determinados órgãos ou entidades, de transferências voluntárias ou doações recebidas, da compensação previdenciária entre o regime geral e regime próprio da previdência dos servidores, da cota-parte do

Salário-Educação, da cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, da cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos"), mais os recursos destinados ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar da Justiça e Serventuário da Justiça Extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário por meio da Lei Complementar nº 127/94, bem como as dotações destinadas ao pagamento dos precatórios judiciais movidos contra a Fazenda Estadual.

O Orçamento do Poder Judiciário é composto por duas Unidades Orçamentárias: 1 - Tribunal de Justiça (fontes de recursos: Tesouro do Estado e Conta Única) e 2 - Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

Na Unidade Orçamentária Tribunal de Justiça, os repasses efetuados pelo Tesouro do Estado são aplicados nas despesas com pessoal ativo e inativo, manutenção e investimentos, pagamentos de precatórios movidos contra o Estado, pagamento da folha dos Extrajudiciais aposentados. Os recursos da Conta Única são aplicados principalmente: na informatização, na capacitação e aperfeiçoamento dos membros e servidores do Poder Judiciário, nos serviços e equipamentos de segurança, nas bibliotecas setoriais, nos Juizados Especiais e nas Casas da Cidadania.

Do Orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, constam os

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

recursos que serão aplicados, preferencialmente, na justiça de 1º grau, referentes às despesas com construções, reformas, ampliações de prédios e manutenção predial, equipamento e

reequipamento, e manutenção e custeio da máquina administrativa de todas as unidades jurisdicionais.

Assim, o orçamento total do Poder Judiciário foi projetado com os seguintes valores:

ORÇAMENTO INICIAL

| PROJETO / ATIVIDADE | VALOR (R\$) | % |
|---|-----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 8.226.405,00 | 1,11% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 570.998.078,00 | 77,39% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 34.674.742,00 | 4,70% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 19.000.000,00 | 2,58% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 37.156.184,00 | 5,04% |
| Coord. Selo de Fiscalização (4) | 14.606.000,00 | 1,98% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4) | 11.810.000,00 | 1,60% |
| Ampliações de Fóruns (4) | 2.800.000,00 | 0,38% |
| Reformas de Fóruns (4) | 7.910.000,00 | 1,07% |
| Ampliação Palácio da Justiça (4) | 2.372.400,00 | 0,32% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (5) | 11.572.776,00 | 1,57% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (5) | 9.061.086,00 | 1,23% |
| Capacitação e Aperfeiçoamento (5) | 6.040.360,00 | 0,82% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5) | 500.000,00 | 0,07% |
| Construções de Casas da Cidadania (5) | 1.100.000,00 | 0,15% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6) | - | 0,00% |
| TOTAL | 737.828.031,00 | 100,00% |

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.2 ORÇAMENTO FINAL

O total de créditos orçamentários apresentado no orçamento final é da ordem de R\$ 860.602.193,87, conforme quadro abaixo:

ORÇAMENTO FINAL

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|-----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 9.093.005,00 | 1,06% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 623.274.174,69 | 72,42% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 46.674.742,00 | 5,42% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 27.517.414,12 | 3,20% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 64.124.596,17 | 7,45% |
| Coord. Selo de Fiscalização (4) | 16.622.000,00 | 1,93% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4) | 11.779.796,98 | 1,37% |
| Ampliações de Fóruns (4) | 2.330.000,00 | 0,27% |
| Reformas de Fóruns (4) | 11.621.689,54 | 1,35% |
| Ampliação Palácio da Justiça (4) | 3.997.183,41 | 0,46% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (5) | 17.204.791,20 | 2,00% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (5) | 17.682.488,22 | 2,05% |
| Capacitação e Aperfeiçoamento (5) | 4.530.312,54 | 0,53% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5) | 2.000.000,00 | 0,23% |
| Construções de Casas da Cidadania (5) | 1.550.000,00 | 0,18% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6) | 600.000,00 | 0,07% |
| TOTAL | 860.602.193,87 | 100,00% |

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

1.3 - DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Na execução orçamentária de 2008, o orçamento inicial do Poder Judiciário foi suplementado em R\$ 263.310.744,89 e anulado em R\$ 140.536.582,02, conforme Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, a seguir especificado:

► 1.3 DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

| | |
|--|-----------------------|
| 1 - Orçamento Inicial (em R\$) | 737.828.031,00 |
| 2 - Suplementações | 263.310.744,89 |
| 2.1 - Excesso Arrecad. da RLD (7,4%) | 26.650.000,00 |
| 2.1.1 - Excesso Arrecadação do Poder Executivo (Precatórios) | 10.000.000,00 |
| 2.2 - Excesso Arrecadação do FRJ | 14.000.000,00 |
| 2.3 - Excesso Arrecadação da Conta Única | 2.678.424,59 |
| 2.4 - Superávit Financ. TJ | 16.903.258,48 |
| 2.4.1 - Superávit Financ. do Poder Executivo (Precatórios) | 2.000.000,00 |
| 2.5 - Superávit Financ. Conta Única | 12.014.945,37 |
| 2.6 - Superávit Financ. FRJ | 19.820.682,10 |
| 2.7 - Por anulações de dotações - 7,4% RLD | 93.129.540,27 |
| 2.7.1 - Por anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios) | 2.000.000,00 |
| 2.8 - Por anulações de dotações - Conta Única | 7.178.356,79 |
| 2.9 - Por anulações de dotações - FRJ | 17.034.142,02 |
| 2.10 - Descentralização de créditos do MPSC | 600.000,00 |
| 2.11 - Descentralização de créditos do IPREV | 53.301.395,27 |
| 3 - Anulações | 140.536.582,02 |
| 3.1 - Anulações de dotações - 7,4% RLD | 93.129.540,27 |
| 3.1.1 - Anulações de dotações do Poder Executivo (Precatórios) | 2.000.000,00 |
| 3.2 - Anulações de dotações - Conta Única | 7.178.356,79 |
| 3.3 - Anulações de dotações - FRJ | 17.034.142,02 |
| 3.4 - Anulações para IPREV - 7,4% RLD | 11.650.395,27 |
| 3.5 - Anulações de desc. de créditos IPREV | 11.544.147,67 |
| 4 - Orçamento Final | 860.602.193,87 |

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

1.4 DESPESA EMPENHADA TOTAL

A despesa total empenhada, durante o exercício de 2008, foi de R\$ 763.386.241,37, abaixo discriminada:

DESPEZA EMPENHADA TOTAL

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|-----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 7.154.900,48 | 0,94% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 612.869.144,30 | 80,28% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 10.966.230,01 | 1,44% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 27.483.575,96 | 3,60% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 53.254.314,46 | 6,98% |
| Coord. Selo de Fiscalização (4) | 9.882.277,75 | 1,29% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4) | 5.792.155,38 | 0,76% |
| Ampliações de Fóruns (4) | 704.255,99 | 0,09% |
| Reformas de Fóruns (4) | 3.204.710,57 | 0,42% |
| Ampliação Palácio da Justiça (4) | 379.320,78 | 0,05% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (5) | 12.319.090,90 | 1,61% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (5) | 13.048.854,28 | 1,71% |
| Capacitação e Aperfeiçoamento (5) | 3.002.299,53 | 0,39% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5) | 1.719.832,89 | 0,23% |
| Construções de Casas da Cidadania (5) | 1.005.278,09 | 0,13% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6) | 600.000,00 | 0,08% |
| TOTAL | 763.386.241,37 | 100,00% |

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reaparelhamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

1.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

O saldo orçamentário total, durante o exercício de 2008, foi de R\$ 97.215.952,50, abaixo discriminado:

D SALDO ORÇAMENTÁRIO TOTAL

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 1.938.104,52 | 1,99% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 10.405.030,39 | 10,70% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 35.708.511,99 | 36,73% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 33.838,16 | 0,03% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 10.870.281,71 | 11,18% |
| Coord. Selo de Fiscalização (4) | 6.739.722,25 | 6,93% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns (4) | 5.987.641,60 | 6,16% |
| Ampliações de Fóruns (4) | 1.625.744,01 | 1,67% |
| Reformas de Fóruns (4) | 8.416.978,97 | 8,66% |
| Ampliação Palácio da Justiça (4) | 3.617.862,63 | 3,72% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (5) | 4.885.700,30 | 5,03% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (5) | 4.633.633,94 | 4,77% |
| Capacitação e Aperfeiçoamento (5) | 1.528.013,01 | 1,57% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (5) | 280.167,11 | 0,29% |
| Construções de Casas da Cidadania (5) | 544.721,91 | 0,56% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP (6) | - | 0,00% |
| TOTAL | 97.215.952,50 | 100,00% |

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Fundo de Reparcelamento da Justiça

(5) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(6) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

2. ORÇAMENTO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Receita Líquida Disponível do Estado - RLD, durante o exercício de 2008, foi de aproximadamente R\$ 7.559.758.728,10. A RLD arrecadada em 2008, em valores históricos, apresentou crescimento de 14,64% em relação ao ano anterior, conforme quadro demonstrativo abaixo:

| RECEITA 2007 | 6.594.350.383,21 |
|---------------------|-----------------------------|
| MÊS | RLD ARRECADADA (R\$) |
| JAN | 616.042.222,04 |
| FEV | 582.299.357,01 |
| MAR | 576.072.572,88 |
| ABR | 602.517.863,80 |
| MAI | 608.171.452,18 |
| JUN | 628.181.245,08 |
| JUL | 590.850.395,83 |
| AGO | 657.473.090,63 |
| SET | 632.450.539,58 |
| OUT | 686.330.042,10 |
| NOV | 704.369.946,97 |
| DEZ (1) | 675.000.000,00 |
| TOTAL | 7.559.758.728,10 |
| % VARIAÇÃO | 14,64% |

(1) valor estimado pela Secretaria de Estado da Fazenda

2.1 ORÇAMENTO INICIAL

O orçamento inicial da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça, composto pelos recursos oriundos da participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, dos recursos destinados ao pagamento de Precatórios movidos contra a Fazenda Estadual, bem como os da folha de pagamento dos Extrajudiciais Inativos, ficou consignado em R\$ 661.173.447,00, abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|-----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 8.226.405,00 | 1,24% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 570.998.078,00 | 86,36% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 34.674.742,00 | 5,24% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 19.000.000,00 | 2,87% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (4) | 11.572.776,00 | 1,75% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 9.061.086,00 | 1,37% |
| Capacitação e aperfeiçoamento (4) | 6.040.360,00 | 0,91% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4) | 500.000,00 | 0,08% |
| Construções de Casas da Cidadania (4) | 1.100.000,00 | 0,17% |
| TOTAL | 661.173.447,00 | 100,00% |

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

2.2 ORÇAMENTO FINAL

O orçamento final da Unidade Orçamentária do Tribunal de Justiça corresponde ao montante de R\$ 749.526.927,77, conforme especificado abaixo.

No exercício de 2008, o orçamento inicial foi suplementado em R\$ 211.855.920,77 e anulado em R\$ 123.502.440,00.

ORÇAMENTO FINAL

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|-----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 9.093.005,00 | 1,21% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 623.274.174,69 | 83,16% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 46.674.742,00 | 6,23% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 27.517.414,12 | 3,67% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (4) | 17.204.791,20 | 2,30% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 17.682.488,22 | 2,36% |
| Capacitação e aperfeiçoamento (4) | 4.530.312,54 | 0,60% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4) | 2.000.000,00 | 0,27% |
| Construções de Casas da Cidadania (4) | 1.550.000,00 | 0,21% |
| TOTAL | 749.526.927,77 | 100,00% |

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao PJ. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.3 - DESPESA EMPENHADA

A despesa total empenhada do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 689.569.206,44, conforme abaixo discriminado:

A despesa com pessoal, ativo e inativo, importou em R\$ 612.869.144,30, representando 88,88% dos repasses provenientes da participação na RLD. Já os gastos com manutenção/capacitação/informática da máquina administrativa judiciária totalizaram R\$ 35.525.145,19, equivalente a 5,15% da transferência supramencionada.

▶ DESPESA EMPENHADA

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|-----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 7.154.900,48 | 1,04% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 612.869.144,30 | 88,88% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 10.966.230,01 | 1,59% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 27.483.575,96 | 3,99% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (4) | 12.319.090,90 | 1,79% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 13.048.854,28 | 1,89% |
| Capacitação e aperfeiçoamento (4) | 3.002.299,53 | 0,44% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4) | 1.719.832,89 | 0,25% |
| Construções de Casas da Cidadania (4) | 1.005.278,09 | 0,15% |
| TOTAL | 689.569.206,44 | 100,00% |

(1) 7,00% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

(5) Recursos descentralizados (Convênio com o Ministério Público)

2.4 - SALDO ORÇAMENTÁRIO

O saldo orçamentário total do Orçamento do Tribunal de Justiça foi de R\$ 59.957.721,33, conforme abaixo discriminado:

► SALDO ORÇAMENTÁRIO

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (1) | 1.938.104,52 | 3,23% |
| Administração de Recursos Humanos (1) | 10.405.030,39 | 17,35% |
| Encargos com Execução de Sentenças (2) | 35.708.511,99 | 59,56% |
| Proventos Extrajudiciais Inativos (3) | 33.838,16 | 0,06% |
| Manut., Serviços e Equip. de Informática (4) | 4.885.700,30 | 8,15% |
| Manutenção Serv. Administr. Gerais (4) | 4.633.633,94 | 7,73% |
| Capacitação e aperfeiçoamento (4) | 1.528.013,01 | 2,55% |
| Reforma do Imóvel Adquirido para Unidades Jur. e Acad. Judicial (4) | 280.167,11 | 0,47% |
| Construções de Casas da Cidadania (4) | 544.721,91 | 0,91% |
| TOTAL | 59.957.721,33 | 100,00% |

(1) 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD

(2) Recursos para pagamento de Precatórios repassados pelo Tesouro do Estado

(3) Extrajudiciais inativos transferidos ao P.J. por meio da Lei Compl. nº 127/94 repassados pelo Tesouro

(4) Recursos do Sistema Financeiro de Conta Única

2.5 - RENDIMENTOS DO SISTEMA FINANCEIRO DA CONTA ÚNICA

O Sistema Financeiro da Conta Única dos depósitos sob aviso à disposição da Justiça foi implementado através da Lei nº 11644/2000. O patrimônio líquido do Fundo de Investimento registrou, em 31/12/2008, saldo de R\$ 1.043.632.363,57. No ano de 2008, o Sistema Financeiro de Conta Única apresentou o seguinte rendimento:

CONTA ÚNICA

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR (R\$) |
|---|------------------|
| Patrimônio do Fundo de Investimento em 31/12/2008 | 1.043.632.363,57 |
| Rendimento da Conta Única (spread): | 42.188.344,32 |
| Rendimento das aplicações financeiras: | 2.756.972,02 |

2.6 - PRECATÓRIOS

Os Precatórios referentes às ações movidas contra o Estado que foram incluídos no orçamento de 2008 não foram quitados, tendo sido pagos parcialmente no montante de R\$ 18.571.361,93 referente a precatórios de exercícios anteriores, consoantes aos recursos financeiros repassados pelo Poder Executivo.

Em 30/11/2008, o saldo dos precatórios pendentes de pagamento, movidos contra a

Fazenda Estadual, considerando a administração direta e indireta, apresentava o montante de R\$ 386.743.867,88, sendo:

PRECATÓRIOS

| PARTE | EXERCÍCIO(S) | VALOR (R\$) |
|-----------------|--------------|-----------------------|
| Poder Executivo | 2001/2008 | 216.399.242,45 |
| IPESC | 2003/2008 | 123.924.389,34 |
| DEINFRA | 1999/2008 | 46.420.236,09 |
| TOTAL | | 386.743.867,88 |

2.7 - SALDO FINANCEIRO

No ano de 2008 a Secretaria de Estado da Fazenda repassou ao Poder Judiciário, relativos à participação de 7,4% da Receita Líquida Disponível - RLD, a importância de R\$ 560.034.938,59; referente à participação no Fundo Social, a quantia de R\$ 14.441.407,54; outras receitas patrimoniais, no montante de R\$ 13.262.000,00, totalizando R\$ 587.738.346,13. Por conta destes repasses acima referidos, o Tribunal de Justiça obteve rendimentos de aplicações financeiras no valor total de R\$ 5.717.568,55. Em 31/12/2008, o saldo financeiro disponível do TJ apresentou a quantia de R\$ 43.349.402,56. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 2.643.720,74 referentes às obrigações (precatórios movidos contra prefeituras,

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

consignações, restos a pagar - despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 40.705.681,82 (superávit financeiro).

Já os recursos provenientes da Conta Única apresentaram em 31/12/2008 saldo financeiro de R\$ 31.632.724,88. Desse valor deverá ser deduzida a quantia de R\$ 5.323.379,14 (restos a pagar de 2008), apresentando assim, superávit financeiro de R\$ 26.309.345,74.

3 - ORÇAMENTO DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA - FRJ

3.1 - RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ

As receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, para o exercício de 2008, foram estimadas em R\$ 76.654.584,00. As receitas arrecadadas do FRJ, no ano de 2008, totalizaram R\$ 104.712.486,03, assim discriminadas:

RECEITAS ESTIMADAS E ARRECADADAS DO FRJ (R\$)

| ESPECIFICAÇÃO | RECEITA - 2008 | | % REC. ARRECADADA |
|-----------------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|
| | ORÇADA INICIAL | ARRECADADA | |
| Custas Extrajudiciais | 8.642.000,00 | 6.711.576,15 | 6,41% |
| Custas Judiciais | 45.176.000,00 | 57.923.390,48 | 55,32% |
| Indenizações e Restituições | - | - | 0,00% |
| Receita da Dívida Ativa | - | 164.685,66 | 0,16% |
| Receitas Diversas | 2.858.433,00 | 6.658.050,96 | 6,36% |
| Rendim. Aplic. Financ. | 4.238.503,00 | 5.497.699,59 | 5,25% |
| Selo de Fiscalização | 14.606.000,00 | 21.600.772,04 | 20,63% |
| Outras Rec. Patrimoniais | - | 4.000.000,00 | 3,82% |
| Repasse MPSC | - | 600.000,00 | 0,57% |
| Taxa Judiciária | 1.133.648,00 | 1.556.311,15 | 1,49% |
| TOTAL | 76.654.584,00 | 104.712.486,03 | 100,00% |

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

3.2 - ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

O orçamento inicial do FRJ totalizou R\$ 76.654.584,00, conforme abaixo discriminado:

ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais | 37.156.184,00 | 48,47% |
| Coord. Selo de Fiscalização | 14.606.000,00 | 19,05% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns | 11.810.000,00 | 15,41% |
| Ampliações de Fóruns | 2.800.000,00 | 3,65% |
| Reformas de Fóruns | 7.910.000,00 | 10,32% |
| Ampliação Palácio da Justiça | 2.372.400,00 | 3,09% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP | - | 0,00% |
| TOTAL | 76.654.584,00 | 100,00% |

3.3 - ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

Os créditos orçamentários do Fundo de Reparelhamento da Justiça totalizaram R\$ 111.075.266,10, abaixo especificados:

ORÇAMENTO FINAL DO FRJ

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|-----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais | 64.124.596,17 | 57,73% |
| Coord. Selo de Fiscalização | 16.622.000,00 | 14,96% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns | 11.779.796,98 | 10,61% |
| Ampliações de Fóruns | 2.330.000,00 | 2,10% |
| Reformas de Fóruns | 11.621.689,54 | 10,46% |
| Ampliação Palácio da Justiça | 3.997.183,41 | 3,60% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP | 600.000,00 | 0,54% |
| TOTAL | 111.075.266,10 | 100,00% |

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Durante o exercício de 2008, as dotações orçamentárias do Fundo de Reparelhamento da Justiça foram suplementadas em R\$ 51.454.824,12, sendo, R\$ 19.820.682,10 referentes ao superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do FRJ de 2007; R\$ 17.034.142,02 provenientes de anulações de outras dotações orçamentárias; R\$ 14.000.000,00 relativos ao excesso de

arrecadação apurado no exercício de 2008; e R\$ 600.000,00 provenientes do Convênio com o Ministério Público Estadual.

3.4 - DESPESA EMPENHADA FRJ

A despesa empenhada no exercício de 2008 foi de R\$ 73.817.034,93, aplicada nos seguintes projetos/atividades:

DESPESA EMPENHADA FRJ

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais | 53.254.314,46 | 72,14% |
| Coord. Selo de Fiscalização | 9.882.277,75 | 13,39% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns | 5.792.155,38 | 7,85% |
| Ampliações de Fóruns | 704.255,99 | 0,95% |
| Reformas de Fóruns | 3.204.710,57 | 4,34% |
| Ampliação Palácio da Justiça | 379.320,78 | 0,51% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP | 600.000,00 | 0,81% |
| TOTAL | 73.817.034,93 | 100,00% |

3.5 - SALDO ORÇAMENTÁRIO FRJ

O saldo orçamentário do exercício de 2008 foi de R\$ 37.258.231,17, apurado nos seguintes projetos/atividades:

ORÇAMENTO INICIAL DO FRJ

| ATIVIDADE / PROJETO | VALOR (R\$) | % |
|---|----------------------|----------------|
| Manutenção Serv. Administr. Gerais | 10.870.281,71 | 29,18% |
| Coord. Selo de Fiscalização | 6.739.722,25 | 18,09% |
| Conclusões, Construções e Aquisição de Prédio de Fóruns | 5.987.641,60 | 16,07% |
| Ampliações de Fóruns | 1.625.744,01 | 4,36% |
| Reformas de Fóruns | 8.416.978,97 | 22,59% |
| Ampliação Palácio da Justiça | 3.617.862,63 | 9,71% |
| Modernização e Desenvolvimento Institucional - MP | - | 0,00% |
| TOTAL | 37.258.231,17 | 100,00% |

3.6 - SALDO FINANCEIRO FRJ

Em 31/12/2008, o saldo financeiro disponível do FRJ apresentou a quantia de R\$ 74.156.359,65, sendo R\$ 48.981.291,50 referente às custas judiciais e R\$ 25.175.068,15 referentes aos recursos do selo de fiscalização. Deste total disponível, deverá ser deduzido o valor de R\$ 9.975.198,44 referente a obrigações diversas e restos a pagar (despesas empenhadas e não pagas), restando a disponibilidade líquida de R\$ 64.181.161,21 (superávit financeiro).

◀ DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS ▶

◀ **ANEXOS** ▶



DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

VALOR DO ORÇAMENTO (R\$)

ANEXO 1

| CONCLUSÕES, CONSTRUÇÕES E AQUISIÇÕES DE PRÉDIO DE FÓRUMS | AÇÃO | ORÇAMENTO FINAL | DESPEZA EMPENHADA |
|--|------|----------------------|---------------------|
| CONCLUIR FÓRUM DE CRICIÚMA - TJ | 6563 | 567.866,18 | 541.094,11 |
| CONSTRUIR FÓRUM DE FORQUILHINHA - TJ | 6609 | 200.000,00 | - |
| CONSTRUIR FÓRUM DE CATANDUVAS - TJ | 6613 | 304.915,18 | 304.915,18 |
| CONSTRUIR FÓRUM DE GUARAMIRIM - TJ | 6621 | 210.227,66 | 210.227,66 |
| CONSTRUIR FÓRUM DE SÃO DOMINGOS - TJ | 6624 | 2.600.000,00 | 2.590.627,29 |
| CONSTRUIR FÓRUM DE OTACÍLIO COSTA - TJ | 6631 | 2.600.000,00 | 851.310,24 |
| CONSTRUIR FÓRUM DE PIÇARRAS - TJ | 6643 | 154.970,50 | 154.970,50 |
| CONSTRUIR FÓRUM DE PALHOÇA - TJ | 6652 | 4.134.000,00 | 806.835,23 |
| CONSTRUIR FÓRUM DE RIO NEGRINHO - TJ | 6657 | 200.000,00 | - |
| CONSTRUIR FÓRUM DE PINHALZINHO - TJ | 6675 | 340.000,00 | 314.357,71 |
| CONCLUIR FÓRUM DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ - TJ | 6680 | 500.000,00 | - |
| CONSTRUIR FÓRUM DE TURVO | 6696 | 200.000,00 | - |
| CONSTRUIR PROT. EXPR. COMARCA DE BLUMENAU - TJ | 6698 | 17.817,46 | 17.817,46 |
| TOTAL | | 12.029.796,98 | 5.792.155,38 |

ANEXO 2

| AMPLIAÇÕES | AÇÃO | ORÇAMENTO FINAL | DESPEZA EMPENHADA |
|--|------|---------------------|---------------------|
| AMPLIAR E REF. O PRÉDIO DO FÓRUM DE IÇARA - TJ | 6582 | 1.145.000,00 | 288.257,80 |
| REFORMAR E AMPLIAR O FÓRUM DE MARAVILHA - TJ | 6616 | 2.500.000,00 | 731.011,74 |
| REFORMAR E AMPLIAR O FÓRUM DE BOM RETIRO - TJ | 6672 | 39.811,82 | 39.811,82 |
| REFORMAR E AMPLIAR O FÓRUM DE GASPAR - TJ | 6681 | 500.000,00 | - |
| TOTAL | | 4.184.811,82 | 1.059.081,36 |

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 3

| REFORMAS | AÇÃO | ORÇAMENTO FINAL | DESPESA EMPENHADA |
|--|------|----------------------|---------------------|
| Reformar o Prédio do Fórum de Urussanga - TJ | 6573 | 500.000,00 | - |
| Reformar o Prédio do Fórum de Timbó - TJ | 6580 | - | - |
| Ampliar e Reformar o Prédio do Fórum de Içara - TJ | 6582 | 1.145.000,00 | 288.257,80 |
| Reformar o Fórum de Blumenau - TJ | 6602 | 250.000,00 | - |
| Reformar e Ampliar o Fórum de Maravilha - TJ | 6616 | 2.500.000,00 | 731.011,74 |
| Reforma no Sistema de Climat. do Fórum da Capital | 6651 | 2.350.000,00 | 2.000.000,00 |
| Reformar o Fórum de Braço do Norte - TJ | 6655 | 700.000,00 | 12.862,00 |
| Reformar o Fórum de Biguaçu - TJ | 6669 | 150.000,00 | - |
| Reformar e Ampliar o Fórum de Bom Retiro - TJ | 6672 | 39.811,82 | 39.811,82 |
| Reformar o Fórum de Joaçaba - TJ | 6676 | 82.877,72 | 64.683,88 |
| Reformar o Fórum de Pomerode - TJ | 6677 | 500.000,00 | - |
| Reformar o Fórum de São Joaquim - TJ | 6678 | 714.000,00 | 3.600,00 |
| Concluir Fórum de Balneário Camboriú - TJ | 6680 | 500.000,00 | - |
| Reformar e Ampliar o Fórum de Gaspar - TJ | 6681 | 500.000,00 | - |
| Reformar o Prédio do Almoxarifado Central e Gráfica - TJ | 6682 | 100.000,00 | - |
| Reformar o Fórum de Correia Pinto - TJ | 6686 | 100.000,00 | - |
| Reformar o Fórum de Capinzal - TJ | 6699 | 1.070.000,00 | 603.392,81 |
| Reformar o Prédio anexo ao Fórum da Capital | 6702 | 2.000.000,00 | 1.719.832,89 |
| Reformar o Antigo Fórum de Joinville | 9279 | 3.000.000,00 | 165.346,51 |
| TOTAL | | 16.201.689,54 | 5.628.799,45 |

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 4

| DESPESAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO | ELEMENTO DESPESA | GERAL TJ | GERAL FRJ | GERAL SCU | TOTAL | % TOTAL |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Diárias - Pessoal Civil | 339014 | 2.560.256,92 | 74.267,00 | 19.373,50 | 2.653.897,42 | 3,67% |
| Material de Consumo | 339030 | 2.507.925,01 | 6.302.126,23 | 314.050,47 | 9.124.101,71 | 12,62% |
| Passagens | 339033 | 355.414,51 | - | - | 355.414,51 | 0,49% |
| Serviços de Consultoria | 339035 | 800,00 | 8.000,00 | 447.000,00 | 455.800,00 | 0,63% |
| Outros Serviços Terceiros-PF | 339036 | 33.867,43 | 3.947.529,91 | 30.838,00 | 4.012.235,34 | 5,55% |
| Locação de Mão-de-Obra (FRJ) | 339037 | - | 16.735.951,83 | - | 16.735.951,83 | 23,15% |
| Outros Serviços Terceiros-PJ | 339039 | 801.487,28 | 23.209.304,07 | 5.906.353,05 | 29.917.144,40 | 41,38% |
| Obrigações Trib. e Contributivas | 339047 | 16.218,98 | 160.966,00 | 77.090,77 | 254.275,75 | 0,35% |
| Desp. de Exerc. Anter. (Consumo) | 339092 | 127.757,32 | 602.793,61 | 8.019,11 | 738.570,04 | 1,02% |
| Equip. e Material Permanente | 449052 | 751.173,03 | 1.831.902,09 | 5.087.923,27 | 7.670.998,39 | 10,61% |
| Desp. de Exerc. Anter. (Perm.) | 449092 | - | 381.473,72 | 706,00 | 382.179,72 | 0,53% |
| TOTAL | | 7.154.900,48 | 53.254.314,46 | 11.891.354,17 | 72.300.569,11 | 100,00% |

ANEXO 5

| DESPESAS EMPENHADAS COM MANUTENÇÃO | ELEMENTO DESPESA | CAPAC. | INFORMÁTICA | TOTAL | % TOTAL |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------|
| Diárias - Pessoal Civil | 339014 | 522.984,00 | 361.157,00 | 884.141,00 | 6,40% |
| Material de Consumo | 339030 | 191.973,36 | 258.827,32 | 450.800,68 | 3,26% |
| Passagens | 339033 | 73.986,52 | - | 73.986,52 | 0,54% |
| Serviços de Consultoria | 339035 | - | 138.280,00 | 138.280,00 | 1,00% |
| Outros Serviços Terceiros-PF | 339036 | 353.927,02 | 25.676,02 | 379.603,04 | 2,75% |
| Outros Serviços Terceiros-PJ | 339039 | 353.376,80 | 6.497.534,16 | 6.850.910,96 | 49,57% |
| Desp. de Exerc. Anter. (Consumo) | 339092 | 255,00 | 518.266,46 | 518.521,46 | 3,75% |
| Equip. e Material Permanente | 449052 | 5.222,04 | 4.519.349,94 | 4.524.571,98 | 32,74% |
| TOTAL | | 1.501.724,74 | 12.319.090,90 | 13.820.815,64 | 100,00% |

DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ANEXO 6

| DESPESA EMPENHADA COM PESSOAL ESPECIFICAÇÃO | ELEMENTO | ATIVOS | INATIVOS | VALOR TOTAL | % |
|--|----------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------|
| Salário-Família | 319009 | 112,50 | - | 112,50 | 0,00% |
| Vencim. e Vantagens Fixas | 319011 | 346.948.235,60 | - | 346.948.235,60 | 56,61% |
| Obrigações Patronais | 319013 | 6.895.961,02 | - | 6.895.961,02 | 1,13% |
| Outras Despesas Variáveis | 319016 | 18.208.201,12 | - | 18.208.201,12 | 2,97% |
| Desp. de Exercícios Anteriores | 319092 | 32.137.291,83 | - | 32.137.291,83 | 5,24% |
| Indenizações e Restit. Trab. | 319094 | 63.674,68 | - | 63.674,68 | 0,01% |
| Obrigações Patronais | 319113 | 59.977.756,94 | 567.333,82 | 60.545.090,76 | 9,88% |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 319192 | 3.993.776,98 | - | 3.993.776,98 | 0,65% |
| Aposentadorias e Reformas | 339001 | - | 69.185.534,16 | 69.185.534,16 | 11,29% |
| Outros Benefícios Assistenciais | 339008 | 1.950.021,19 | 57.218,03 | 2.007.239,22 | 0,33% |
| Salário-Família | 339009 | - | 1.237,50 | 1.237,50 | 0,00% |
| Outros Serviços Terceiros-PF | 339036 | 3.349.176,35 | - | 3.349.176,35 | 0,55% |
| Locação de Mão-de-Obra (TJ) | 339037 | 3.815.610,97 | - | 3.815.610,97 | 0,62% |
| Outros Serviços Terceiros-PJ | 339039 | 275.373,80 | - | 275.373,80 | 0,04% |
| Auxílio-Alimentação | 339046 | 39.430.503,57 | 2.632.470,64 | 42.062.974,21 | 6,86% |
| Desp. de Exercícios Anteriores | 339092 | - | 17.737.674,37 | 17.737.674,37 | 2,89% |
| Indenizações e Restituições | 339093 | 5.641.979,23 | - | 5.641.979,23 | 0,92% |
| TOTAL | | 522.687.675,78 | 90.181.468,52 | 612.869.144,30 | 100,00% |

◀ DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS ▶

◀ AFONSO HOELTGEBAUM FILHO ▶

Diretor



DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

SERVIDORES APOSENTADOS

Todos os servidores que se aposentaram em 2008 receberam homenagem, num gesto de reconhecimento pelos serviços prestados ao Poder Judiciário, sendo agraciados com um troféu comemorativo.

BOLSA DE TRABALHO

O Programa de Bolsa de Trabalho destina-se ao atendimento de estudantes carentes de recursos financeiros, vinculados a instituições de ensino conveniadas com o Tribunal de Justiça.

Os estudantes são selecionados pelas instituições de ensino e encaminhados ao Tribunal de Justiça para contratação.

Há no Poder Judiciário **407** postos de bolsa de trabalho, distribuídos nas comarcas e na Secretaria do Tribunal de Justiça.

ESTÁGIO REMUNERADO

O Programa de Estágio Remunerado visa propiciar aos estudantes do curso de Direito oportunidade de prestarem serviços nos Gabinetes dos Desembargadores, de Juízes de Direito e nas unidades jurisdicionais, num total de **1.135** estagiários.

BOLSA DE ESTUDOS

O Tribunal de Justiça mantém o Programa de Bolsa de Estudos, destinado a Magistrados

e Servidores, para cursos de graduação, pós-graduação e para o curso da Escola Superior da Magistratura.

Por meio do programa são custeados pelo Tribunal de Justiça **70%** (setenta por cento) dos valores das mensalidades escolares.

Neste ano o programa sofreu algumas alterações, sendo que atualmente, para efeito de concessão de bolsas de estudo, não existe mais distinção entre servidor da Justiça de Primeiro Grau e servidor do Tribunal de Justiça.

BOLSA DE ESTUDO

| CURSO | QUANTIDADE DE VAGAS |
|--------------|---------------------|
| Graduação | 345 |
| ESMESC | 55 |
| TOTAL | 400 |

No que se refere às bolsas de estudo para cursos de pós-graduação, foram beneficiados **21** magistrados, **135** servidores com cursos na área jurídica e **23** nas demais áreas.

GRATIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

A gratificação de nível superior, prevista no art. 14 da Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, é destinada a servidores não ocupantes de cargo de nível superior que tenham graduação escolar superior.

Em 2007 cerca de **1.975** servidores

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

percebiam gratificação de nível superior. Este número foi elevado para **2.403** no corrente ano, o que corresponde ao aumento de **21,67%** em relação ao total do ano anterior.

O benefício corresponde a **55,54%** do total de servidores ativos do Poder Judiciário.

TERCEIRIZAÇÃO

O Tribunal de Justiça mantém contratos de trabalho com empresas prestadoras de serviço,

visando atender especialmente à demanda de trabalho das áreas de vigilância, cozinha, conservação e limpeza e outros serviços de apoio nas comarcas e no Tribunal. Trata-se de um procedimento que vem sendo adotado nos últimos anos, com a finalidade de recompor a força de trabalho das referidas áreas.

Atualmente existem **1.233** postos de trabalho terceirizado, quantidade superior à do exercício anterior.

MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2008

| TIPO | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Tribunal de Justiça | 760 | 762 | 773 | 776 | 776 | 781 | 783 | 791 | 793 | 793 | 799 | 803 |
| Justiça do 1o Grau | 3.199 | 3.226 | 3.257 | 3.300 | 3.316 | 3.381 | 3.403 | 3.417 | 3.441 | 3.453 | 3.486 | 3.524 |
| Trib. de Just. Apos. | 182 | 183 | 182 | 182 | 183 | 183 | 183 | 183 | 184 | 185 | 185 | 185 |
| Just. 1o. G. Apos. | 346 | 345 | 342 | 342 | 342 | 346 | 347 | 348 | 348 | 349 | 349 | 352 |
| Mag. Ativos | 410 | 410 | 429 | 430 | 435 | 435 | 436 | 436 | 436 | 435 | 434 | 434 |
| Mag. Inativos | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 144 | 143 | 144 | 144 | 144 |
| Militares | 165 | 161 | 161 | 158 | 158 | 160 | 159 | 159 | 158 | 156 | 156 | 155 |
| Estagiários | 1.205 | 1.193 | 1.231 | 1.298 | 1.298 | 1.313 | 1.315 | 1.251 | 1.276 | 1.338 | 1.289 | 1.275 |
| A Disposição | 51 | 51 | 51 | 49 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 | 48 |
| Extrajudiciais Inat | 520 | 525 | 518 | 518 | 517 | 516 | 513 | 509 | 505 | 503 | 500 | 498 |
| TJ Ap. sem paridade | 11 | 10 | 11 | 11 | 11 | 11 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| 1º Grau Ap. sem paridade | 25 | 29 | 32 | 32 | 30 | 31 | 31 | 31 | 30 | 31 | 31 | 32 |
| TJ comissionados | 294 | 306 | 303 | 309 | 306 | 306 | 301 | 299 | 304 | 304 | 309 | 306 |
| 1º Grau comissionados | 297 | 298 | 289 | 306 | 317 | 326 | 320 | 320 | 324 | 325 | 325 | 321 |
| Residência Judicial | 10 | 8 | 8 | 6 | 10 | 10 | 9 | 10 | 9 | 3 | 3 | 3 |
| TOTAIS | 7.619 | 7.651 | 7.731 | 7.861 | 7.891 | 7.991 | 8.002 | 7.956 | 8.009 | 8.077 | 8.068 | 8.090 |

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

VALE-TRANSPORTE

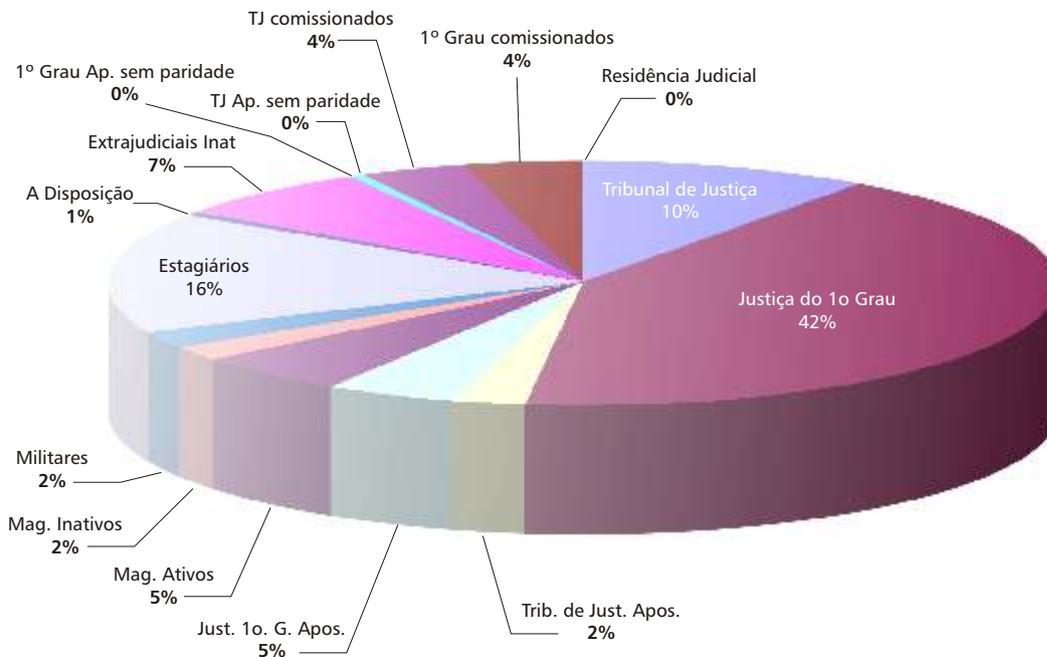
O vale-transporte é um benefício concedido aos servidores que gastam mensalmente com transporte mais de 6% (seis por cento) da remuneração. O vale-transporte corresponde à parcela de gastos que exceder a 6% (seis por cento) da remuneração e é creditado mensalmente em folha de pagamento.

Em 2007, foram contemplados com o benefício **135 servidores**, o que

corresponde a **4,04%** do total de servidores do Poder Judiciário.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Tramitaram na Diretoria de Recursos Humanos, neste ano, **15.969** processos administrativos, o que corresponde à média mensal de **1.330** processos.

▶ MATRÍCULAS CALCULADAS DO PJSC POR TIPO - 2008

◀ **DIRETORIA DE SAÚDE** ▶

◀ **RENATO GRILLO FLACH** ▶

Diretor



O presente relatório concentra informações acerca dos projetos e ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde no ano de 2008 (janeiro a novembro).

Através do convênio firmado com a SOS UNIMED para atendimento de urgência nas áreas do Tribunal de Justiça, Fórum da Capital, Almojarifado/Patrimônio-Gráfica, Almojarifado/Patrimônio-Galpões e Arquivo, constam registrados 3 atendimentos em 2008.

A empresa PROACTIVA, através de convênio firmado com a Diretoria de Saúde para recolhimento e fim adequado ao lixo tóxico utilizado pelos setores dessa diretoria, vem realizando a coleta duas vezes na semana.

1. PROJETOS EXECUTADOS EM 2008

1.1. Vacina da gripe

O objetivo da vacina da gripe é imunizar os funcionários do Poder Judiciário da Secretaria do Tribunal de Justiça, do Fórum da Capital e das Comarcas do interior.

No ano de 2008, por meio de Pregão, o SESI, aplicou 3.974 doses, sendo estas administradas em magistrados e funcionários ativos, terceirizados, funcionários à disposição, bolsistas e estagiários de todas as Comarcas do Poder Judiciário e da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

2. ATENDIMENTOS MÉDICOS

| MÉDICOS | Nº DE CONSULTAS |
|---------------------------------------|-----------------|
| Dr. Cassio Chaves Vieira | 171 |
| Dr. José Carlos Nascimento | 729 |
| Dra. Leisa Maria Leal | 688 |
| Dr. Luiz Alberto Neves May | 508 |
| Dr. Renato Grillo Flach | 714 |
| Dr. Newton Dias de Vasconcelos Junior | 653 |
| TOTAL | 3.463 |

2.1. Relatório da Seção Psicosocial Ambulatorial

A Seção Psicosocial Ambulatorial, em mais um ano trabalhando com três psicólogas na Seção, desenvolveu as seguintes atividades no ano de 2008:

- Atendimento e acompanhamento psicológico de servidores e cônjuges;
- Avaliação psicológica de servidores por solicitação da Junta Médica;
- Orientação psicológica a servidores contratados;
- Acompanhamento psicológico de servidores em licença para tratamento de saúde;
- Apresentação de palestras sobre o tema "Depressão", "Depressão Pós-parto" e "Stress" nas Comarcas de Santo Amaro da Imperatriz e Canoinhas.

▶ ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS

| PSICÓLOGA | Nº DE ATENDIMENTOS |
|----------------------------------|--------------------|
| Dra. Liliane Cardoso Pereira | 405 |
| Dra. Luciana Raupp Di Bernardi | 365 |
| Dra. Marilda Marcondes de Mattos | 393 |
| TOTAL | 1.163 |

2.2. Relatório de atividades do Serviço Social

As atividades desenvolvidas no período de 2008, em sua maioria, são referentes à elaboração de estudos e pareceres para subsidiar decisões da Junta Médica em processos administrativos, atendendo a demanda apresentada que inclui todo o estado catarinense.

- Pareceres elaborados para Junta Médica - **127**

Para a elaboração dos pareceres necessita-se da coleta de dados através de atividades como visitas domiciliares, entrevistas com servidores e requerentes, familiares, avaliação do local de trabalho e visita a instituições de saúde, conforme a necessidade e a peculiaridade de cada situação apresentada.

- Entrevistas – **343**
- Visitas domiciliares, Instituições de Saúde e Locais de Trabalho – **69**
- Cidades visitadas - **32**

Algumas ações não são aqui quantificadas, já que cada processo exige um procedimento

como, por exemplo, coleta de dados com o médico assistente do servidor e terapeuta, contatos freqüentes com o servidor, familiares e clínicas psiquiátricas. Estas ações são feitas constantemente e necessárias para que o trabalho atinja bons resultados, porém são de difícil quantificação para relatório estatístico, já que não são um fim em si mesmas.

- Encaminhamentos de servidores para clínicas psiquiátricas, avaliação médica e ou internação, acompanhamento do servidor em tratamento - **61**

O serviço social da Diretoria de Saúde está disponível para atender os servidores, esclarecer direitos e deveres referentes as situações de saúde e suas implicações.

- Atendimento ao servidor – emergência - **80**

Durante este período foram também realizadas atividades junto à Seção Psicossocial através de atendimentos de forma conjunta de situações relativas aos servidores, visando a integração das áreas e buscando a realização de ações preventivas com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que compõem o Judiciário Catarinense.

2.3. Relatório da Seção de Medicina do Trabalho

A Divisão de Medicina do Trabalho – DMT – realizou durante o período de março a

DIRETORIA DE SAÚDE

novembro de 2008 a estruturação das rotinas de seus serviços.

Conta em sua estrutura com uma ergonomista, o apoio de dois médicos do trabalho e três profissionais da área da saúde em curso de especialização de ergonomia (1), engenharia de segurança do trabalho (1) e medicina do trabalho (1). Em seu organograma conta com duas seções, quais sejam, a Seção de Ergonomia e a Seção de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT.

Percebida a dificuldade para documentar a avaliação de ambientes, foi criado o Relatório de Análise Ambiental – RAA – e adquirido uma câmara fotográfica digital somando-se aos já existentes medidor de nível de pressão sonora e medidor de iluminância. Padronizou a resposta processual, modelou os programas de saúde ocupacional, desenvolveu material educativo, avaliou, testou e definiu os modelos de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – bem como seu controle de distribuição, uso e substituição. Esteve a frente do atendimento do PPRA da Divisão de Artes Gráficas, desenvolvendo a CIPA e treinando os cipeiros para exercerem suas atribuições, bem como elaborou o PPRA 2008/2009 desta; visitou cinco fóruns onde entrevistou os servidores, assessores, terceirizados e bolsistas quanto a qualidade do mobiliário, a postura física no

posto de trabalho, o domínio sobre as ferramentas de trabalho quanto aos sistemas que melhoram a postura e a ergonomia, deslocando para os casos mais relevantes mobiliário mais adequado ao trabalhador além de outros acessórios ergonômicos.

A DMT tem, atualmente, foco voltado ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, ao Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional – PCMSO, à avaliação de ambientes de trabalho, à caracterização, controle e melhoria dos ambientes insalubres e ao acompanhamento dos números resultantes dos motivos de afastamento dos servidores por Licença para Tratamento de Saúde – LTS – visando futuramente poder avaliar o resultado das ações de prevenção.

As atividades realizadas no período estão resumidas na tabela abaixo.

► MEDICINA DO TRABALHO

| AÇÃO | QUANTIDADE |
|---|------------|
| Avaliação ambiental | 33 |
| Parecer | 22 |
| Resposta processual | 19 |
| Programa de Controle de Saúde Ocupacional | 02 |
| Palestras de orientações | 03 |
| Distribuição de EPI | 56 |
| Desenvolvimento e Registro de CIPA | 01 |
| Elaboração de PPRA | 01 |
| Acidentes de trabalho comunicados | 13 |

2.3.1. Relatório da Seção de Ergonomia

As ações preventivas realizadas pela Seção através da ergonomia, ciência que visa adaptar o trabalho ao homem e que busca a melhoria do ambiente e da organização do trabalho, associadas aos programas de qualidade de vida no trabalho, são ferramentas utilizadas que mudam a postura de atuação na área da saúde da organização.

A Seção de Ergonomia, diante da necessidade de ações preventivas, realizou visitas aos servidores em seus postos de trabalho, com intuito de melhorar as condições laborais esclarecendo o servidor sobre postura e a utilização dos meios disponíveis para melhorá-la e mantê-la, verificando situações onde existe a necessidade da mudança dos meios de trabalho e sugerindo as ações e disponibilizando, dentro da estrutura atual do Judiciário Catarinense, os meios para tal.

Postos de Trabalho Visitados: 244
Relatórios, Pareceres Elaborados e
Sugestões Efetuadas: 21

As principais ações realizadas no exercício de 2008 são apresentadas a seguir de forma quantitativa:

- Setores / Comarcas que receberam materiais

ergonômicos:

1º Grau - **41** 2º Grau – **45**

- Distribuição de equipamentos ergonômicos:
apoio de teclado - **300**
apoio de mouse – **300**
apoio de pé – **70**

Encaminhamento através da Diretoria de Informática de equipamento para acomodação de CPU, resultado de trabalho conjunto com a diretoria citada – **170**.

A Seção de Ergonomia considerando que, a saúde não é somente a não doença, mas o equilíbrio das diversas dimensões, que compõem o indivíduo, biológico, psicológico e das relações sociais e que as relações sociais se dão também através do trabalho, e com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do servidor e a qualidade dos serviços prestados por ele, realizou ações pontuais como:

- Análise de dados estatísticos referentes a saúde dos que compõem organização para planejamento e fundamentação das atividades
- Avaliação de mobiliário atual para mudança dos padrões
- Elaboração de especificação de materiais ergonômicos para encaminhamento de licitação
- Participação junto ao Poder Executivo de Grupo de Trabalho para composição de Decreto referente a determinações relativas a dependência química e o Servidor Público.

2.3.2. Relatório da Seção de Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

Projetos realizados

- Vacinação ocupacional dos colaboradores (42) da Diretoria de Saúde contra Hepatite B, Sarampo, Caxumba, Rubéola, Tétano e Difteria.
- Capacitação funcional em Biossegurança e Esterilização de Materiais aos colaboradores da Enfermagem e auxiliares em Odontologia.
- Protocolo de atendimento de acidentes com exposição à material biológico.
- Sinalização de segurança na Enfermagem e Odontologia.
- Viabilização da Campanha de Vacinação contra a Rubéola e Sarampo da Secretaria Municipal de Saúde para todos os colaboradores com idade entre 20 e 39 anos no TJ e Fórum da Capital.
- Treinamento dos membros da CIPA da Gráfica do TJ.

Projetos em andamento

- Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde PGRSS da Diretoria.

Projetos elaborados

- Reformulação das atribuições do SESMT.
- Acompanhamento do cronograma de limpeza dos condicionadores de ar do TJ.
- Capacitação funcional dos Odontólogos em

Biossegurança.

- Vacinação ocupacional para 2009.
- Programa de controle da obesidade.
- Programa de combate ao diabetes.
- Programa de saúde ocular.
- Programa de combate ao fumo.
- Programa de combate ao câncer de próstata.
- Programa de prevenção as doenças cardiovasculares.

Avaliações postos de trabalho

- Gráfica do TJ.
- Setor de Expedição do TJ .
- Fórum Capital - 4ª Vara Civil.
- Fórum de Santo Amaro da Imperatriz.
- Divisão de Serviços Gerais do TJ.
- Arquivo do TJ.
- Seção de Fotocópias e Apoio Operacional.
- Seção de Expedição.
- Fórum da Capital – Seção de Expedição.

Intervenções em postos de trabalho

- Sinalização quanto ao uso proibido de toalhas coletivas na Divisão Médica e Odontológica.
- Adequação das lixeiras existentes na Seção de Enfermagem e Odontologia de acordo com as normatizações da ANVISA.
- Intervenção ergonômica em 12 postos de trabalho na 4ª Vara Civil do Fórum da Capital.
- Intervenção ergonômica em todos os postos de trabalho do Fórum de Santo Amaro da

Imperatriz.

- Intervenção ergonômica em 4 postos de trabalho na Junta Médica do TJ.
- Entrega de EPIs e treinamento quanto ao uso adequado para os colaboradores da Enfermagem e auxiliares da Odontologia.
- Entrega de EPIs e treinamento quanto ao uso na Gráfica do TJ.
- Sinalização quanto ao uso de EPIs na Gráfica do TJ.
- Treinamento quanto ao uso de EPIs para os colaboradores da Seção de Fotocópias do TJ.

Criação de ferramentas de trabalho e material de apoio

- Criação de adesivo de resíduo infectante para sinalização nas lixeiras que acondicionam material biológico na Seção de Enfermagem e Odontologia.
- Elaboração de formulário para avaliação de postos de trabalho.
- Elaboração de formulário para informações de produtos químicos.
- Criação de folder informativo sobre patologias diversas e qualidade de vida.
- Elaboração de formulários para gerenciamento de EPIs.

2.4. Relatório da Seção de Enfermagem

A Seção de Enfermagem, no período de janeiro a novembro de 2008, desenvolveu

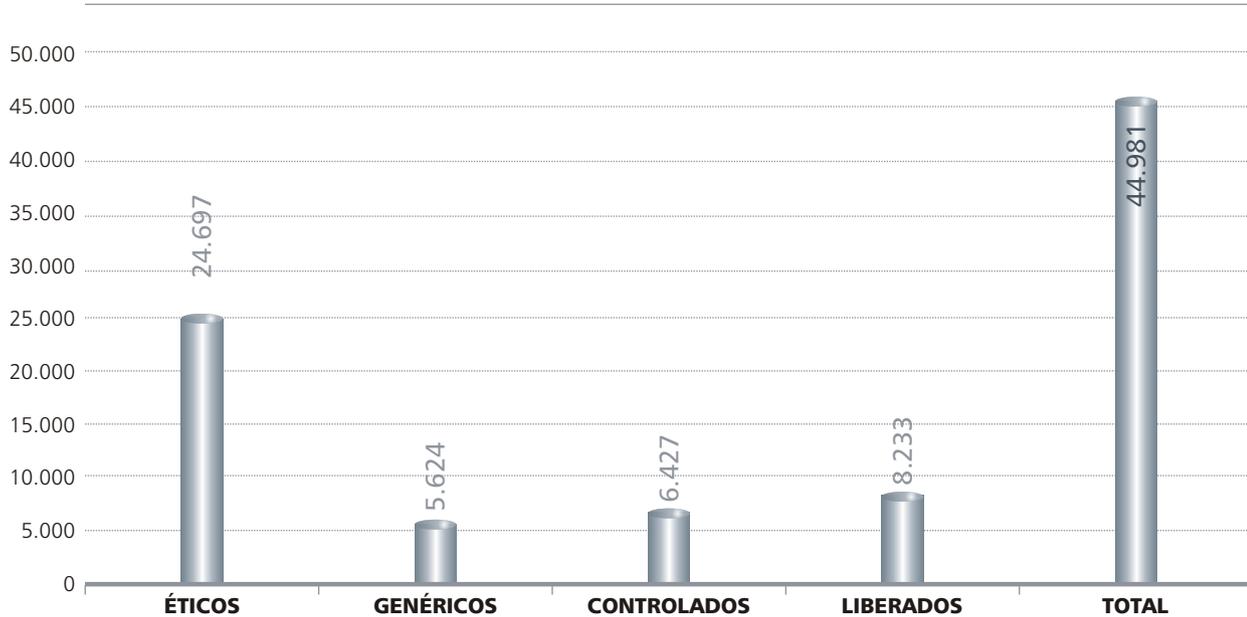
orientações sobre pressão arterial, fornecimento de dietas (colesterol, triglicerídeos, ácido úrico) e as atividades descritas a seguir no quadro abaixo:

PROCEDIMENTOS DE ENFERMAGEM

| | | |
|-------------------------------|--|--------------|
| 1 | EMERGÊNCIAS | |
| 1.1 | Atendidas pela enfermagem | 284 |
| 1.2 | Encaminhadas ao médico | 256 |
| 2 | EXAMES REALIZADOS | |
| 2.1 | Eletrocardiograma (ECG) | 12 |
| 3 | CUIDADOS REALIZADOS | |
| 3.1 | Aplicação de radiação infravermelha | 07 |
| 3.2 | Nebulização | 124 |
| 3.3 | Verificação de pressão arterial (P.A.) | 2.370 |
| 3.4 | Curativo | 559 |
| 3.5 | Retirada de ponto cirúrgico | 24 |
| 3.6 | Imobilização | 18 |
| 4 | ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS | |
| 4.1 | Endovenoso (EV) | 95 |
| 4.2 | Intramuscular (IM) | 362 |
| 4.3 | Subcutâneo (SC) | 75 |
| 4.4 | Via Oral (VO) administrados no local | |
| 4.4.1 | – doses | 76 |
| 4.4.2 | – comprimidos | 2.829 |
| 4.4.3 | – controlados (Lexotan 6mg) | 09 |
| 5 | MEDICAMENTOS FORNECIDOS | |
| | sob prescrição e autorização | - |
| 5.1 | Frascos | 06 |
| 5.2 | Comprimidos | 1.428 |
| TOTAL DE PROCEDIMENTOS | | 8.534 |

2.5 SEÇÃO DE FARMÁCIA

Produtos adquiridos pela Farmácia do Poder Judiciário - 2008



3. RELATÓRIO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO

| | |
|--|-----|
| Licença para tratamento de saúde | 955 |
| Licença para tratamento de saúde em pessoa da família | 244 |
| Licença para tratamento de saúde em prorrogação | 261 |
| Licença para tratamento de saúde em pessoa da família em prorrogação | 25 |
| Gestação | 49 |
| Readaptação | 24 |
| Restrição de função | 2 |
| Admissão | 625 |
| Aposentadoria por invalidez | 8 |
| Insalubridade | 1 |
| Iseção de imposto de renda | 15 |
| Remoção | 17 |
| Outros | 154 |

4. ATENDIMENTOS ODONTOLÓGICOS

| DENTISTA | PACIENTES | PROCEDIMENTOS | DIAS TRABALHADOS |
|---|--------------|---------------|------------------|
| Dr. Dante Del Vale Valcanaia (Prótese) | 202* | 38* | 159 |
| Dr. Eduardo Dutra da Silva (Endodontia) | 152* | 199* | 135 |
| Dr. José Eduardo C. Shiozawa (Dentística) | 640 | 1306 | 209 |
| Dra. Mabel Larroyd Valente (Dentística) | 353 | 688 | 141 |
| Dra. Maria Eugênia B. Burg (Dentística) | 722 | 1244 | 200 |
| Dr. Lauro Egídio Bragaglia (Prótese) | 334 | 1721 | 216 |
| Dr. Reginaldo Reitz (Dentística) | 625 | 1445 | 164 |
| TOTAL* | 3.028 | 6.640 | 1.224 |

Índice de aproveitamento (estimativa)**

6,89 procedimentos/dia/dentista

(*) Resultados parciais devido a não inserção de dados do software Prodent por parte dos profissionais.

(**) Os valores parciais marcados com * não entraram no cálculo do índice de aproveitamento.

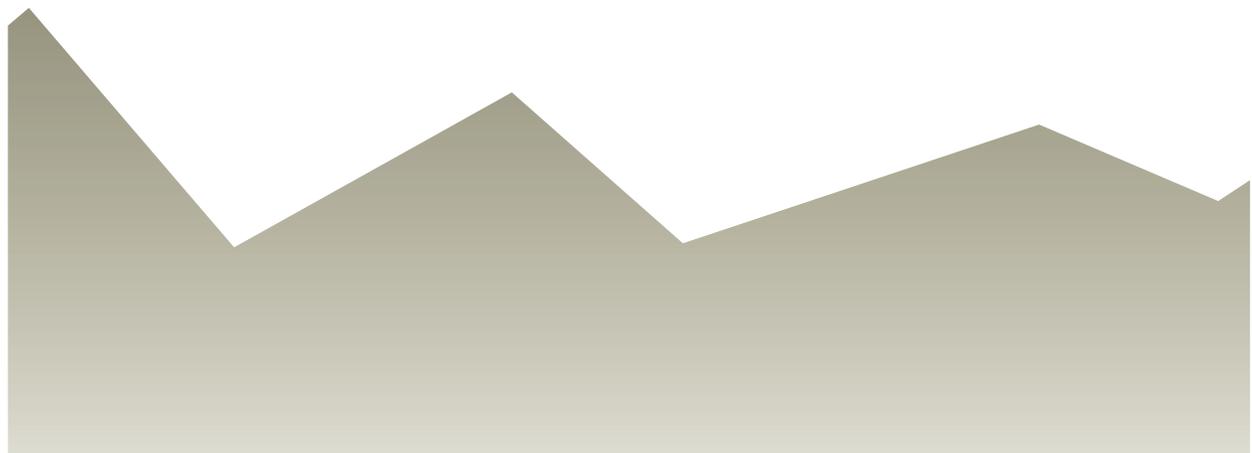
4.1. RELATÓRIO DA SEÇÃO DE PRÓTESE

| | |
|---|------------|
| 01 - Fundição de Estrutura Metal Cerâmica | 104 |
| 02 - Prótese Sobre Implante | 38 |
| 03 - Confeção de Provisórios (elementos) | 81 |
| 04 - Confeção de Modelos | 332 |
| 05 - Placa de Registro | 12 |
| 06 - Aplicação em Cerâmica (elementos) | 62 |
| 07 - Moldeira Individual | 16 |
| 08 - Placa de Clareamento | 103 |
| 09 - Confeção de Tróqueis | 35 |
| 10 - Placa de Proteção Noturna | 14 |
| 11 - Confeção de Inceram | 11 |
| 12 - Confeção Targis-Vectris | 4 |
| 13 - Confeção de Núcleos | 13 |
| 14 - Ponte Parcial Removível (PPR) | 10 |
| 15 - Prótese Total | 2 |
| 16 - Prótese Protocolo | - |
| 17 - Prótese Parcial Fixa | 3 |
| 18 - Onlay | 10 |
| 19 - Guia Cirúrgico Acrílico | 1 |
| 20 - Protetor Bucal | 1 |
| 21 - Fundição Direta de Núcleo | 9 |
| TOTAL GERAL | 861 |

JUSTIÇA MILITAR

JUIZ GETÚLIO CORRÊA

Juiz Auditor



▷ FORO DA CAPITAL - MOVIMENTO FORENSE
(JANEIRO A NOVEMBRO 2008)

| VARA - AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR | |
|--|--------------|
| Em andamento início do período | 1120 |
| Entrados por distribuição | 1002 |
| Entrados por redistribuição | 6 |
| Saídos por redistribuição | 25 |
| Total de entrados | 983 |
| Média mensal de entrados | 89,36 |
| Sentenciados | 208 |
| Arq. definitivamente (no período) | 1071 |
| Rem. para outro trib. (no período) | 108 |
| Em grau de recurso (no período) | 36 |
| Arq. admin. (no período) | 0 |
| Suspensos (no período) | 100 |
| Em andamento final do período | 842 |



► RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 2008 - TJSC

Produção: Assessoria de Planejamento
Impressão e acabamento: Divisão de Artes Gráficas do TJSC
Tiragem: 350 exemplares

TJSC - Rua Álvaro Millen da Silveira, 208 - Centro - Florianópolis/SC
CEP 88020-901 - tel.: (48) 3221.1000 fax: (48) 3221.1200
tjmail@tj.sc.gov.br www.tj.sc.gov.br

 **gráfica|tjsc** Florianópolis, janeiro de 2009.

O conteúdo integral deste relatório está disponível também na Internet: acesse www.tj.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Poder Judiciário

